

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JORGE LUIZ DO NASCIMENTO

**TRINCHEIRAS IDEOLÓGICAS: O DEBATE ENTRE OS JORNAIS
PERUANOS *EL COMERCIO* E *LA TRIBUNA***

JORGE LUIZ DO NASCIMENTO

**TRINCHEIRAS IDEOLÓGICAS: O DEBATE ENTRE OS JORNAIS
PERUANOS *EL COMERCIO* E *LA TRIBUNA***

Tese de Doutorado em História apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Susana Bleil de Souza

Porto Alegre
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
CIP-Brasil. Catalogação na fonte

N244t Nascimento, Jorge Luiz do
Trincheiras ideológicas: o debate entre os jornais peruanos *El Comercio* e *La Tribuna* / por Jorge Luiz do Nascimento. – 2010.
312 f.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
Programa de Pós-Graduação em História. Porto Alegre, RS, 2010.
“Orientação: Profa. Dra. Susana Bleil de Souza”.

1. História Política – Peru. 2. Cultura Política – Peru – sec. XX .
3. História Republicana – Peru. 4. História Política Institucional – Peru.
I. Souza, Susana Bleil de – orientadora. II.Título.

CDU: 321.1(85)
320.985

Bibliotecária Responsável: Patricia B. Moura Santos - CRB 10/1914

JORGE LUIZ DO NASCIMENTO

**TRINCHEIRAS IDEOLÓGICAS: O DEBATE ENTRE OS JORNAIS
PERUANOS *EL COMERCIO* E *LA TRIBUNA***

Orientadora: Profa. Dra. Susana Bleil de Souza - UFRGS

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ernesto Germán Peralta Rivera – Universidade Nacional Federico Villarreal

Profa. Dra. Jussara Reis Prá – UFRGS

Prof. Dr. Marco Aurélio Cepik - UFRGS

Prof. Dr. Cesar Barcellos Guazzelli - UFRGS

AGRADECIMENTOS

Este trabalho só foi possível graças à colaboração de algumas pessoas.

Desejaria mencionar, de antemão, minha orientadora, Profa. Dra. Susana Bleil de Souza, cuja paciência, empenho, lealdade e confiança facilitaram minha tarefa. Sua influência tornou-me um estudante ainda mais apaixonado pela América Latina. A ela dedico este esforço intelectual como um tributo pelos seus ensinamentos.

Da mesma forma torno público meu reconhecimento a pessoas que encontrei durante a fase de pesquisa e que contribuíram decisivamente para o resultado final. O Prof. Dr. Germán Peralta, por exemplo, manteve aceso meu entusiasmo, atestando a validade deste empreendimento e acompanhando-me até o final. Graças a ele considero-me um pouquinho *indoamericano*, algo que ele é por completo. A ele, portanto, também dedico este estudo como forma de admiração por sua capacidade intelectual e para agradecer-lhe pela prestimosa ajuda.

Angela Valdez colaborou na coleta de dados, sendo fundamental no estabelecimento de contatos com a Universidade Nacional Federico Villarreal e com o Partido Aprista Peruano. A ela também agradeço a disponibilidade de me acompanhar na maioria destes encontros, facilitando muito minhas tarefas em Lima.

A Profa. Dra. Jussara Reis Prá agradeço pelos valiosos conselhos dados quando do exame de qualificação desta tese, sendo amplamente adotados no decorrer do texto final.

Ao Prof. Dr. César Guazzelli, pelo apoio à ideia central deste trabalho, pela amizade e colaboração e, igualmente, por incentivar estudantes como eu a se dedicarem à História Latino-Americana.

Ao Marco A. Cepik, por aceitar dar-me a honra de estar presente na banca de defesa.

A esposa, Marguit, a filha, Julianna e a mãe, Eda, pela compreensão e tolerância. Peço perdão por tê-las negligenciado com minha falta de tempo. Espero poder compensá-las por tantas horas de ausência, retribuindo-lhes a paciente colaboração.

Antes de terminar, gostaria de prestar uma humilde homenagem a duas pessoas que já se foram. Ao meu falecido pai, Adalberto, cujo gosto pela História influenciou-me desde pequeno. E a Profa. Dra. Sandra Jatayh Pesavento, profissional que sempre me valorizou e incentivou, sendo responsável direta por minha trajetória até aqui. A ambos dedico, de forma especial, esta singela obra.

RESUMO

Este trabalho procura mostrar a formação de uma cultura política, no contexto peruano do século XX, a partir da análise de uma parte significativa da imprensa nacional. Constatou-se que as diferentes abordagens produzidas pelos segmentos políticos mais importantes, a oligarquia peruana e o Partido Aprista Peruano, contribuíram decisivamente para a proliferação de valores, conceitos e práticas políticas autoritárias, radicais e mesmo violentas através de seus principais veículos de comunicação, respectivamente, os jornais *El Comercio* e *La Tribuna*. São, inclusive, co-responsáveis pela frequente imposição de regimes anômalos, como ditaduras civis e militares. Restringindo a pesquisa aos momentos nos quais a liberdade de expressão permitiu o convívio legalizado de ambos periódicos, especialmente entre os anos de 1931/1932 e 1945/1948, estabeleceu-se uma comparação integral dos conteúdos publicados, percorrendo a trajetória que levou à fixação dos posicionamentos daqueles agentes políticos, sua importância no comportamento político e mesmo o desdobramento das influências por eles exercidas em períodos posteriores.

Palavras-chave: História política peruana. Cultura política peruana no século XX. História republicana peruana. História político institucional peruana.

ABSTRACT

This work presents the formation of a political culture in the Peruvian context of the 20th century from an analysis of a significant part of the national press. The different approaches used by the most important political segments, the Peruvian oligarchy and the Partido Aprista Peruano, contributed decisively to widespread values, concepts and radical, authoritarian and even violent political practices through the main press, respectively the newspapers El Comercio and La Tribuna. Both were co-responsible for the frequent imposition of anomalous regimes such as military and civil dictatorships. Narrowing the scope of the research to the periods in which freedom of speech enabled the legal co-existence of both newspapers, especially between 1931/1932 and 1945/1948, it is possible to compare the content published to understand the establishment of these two political agents, their importance in the national political behavior as well as the unfolding of their political influences later on in history.

Keywords: Peruvian political history. Peruvian political culture in the twentieth century. Peruvian republican history. Peruvian political institucional history.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Reprodução nº 1 - <i>El Comercio</i> , 26/02/1932, p.14.....	204
Reprodução nº 2 - <i>El Comercio</i> , nº 56910, 13/03/1946, p.3	205
Reprodução nº 3, <i>El Comercio</i> , nº 55325,10/10/1945, p.1 e nº 55326, 11/10/1945, p. 1.	205
Reprodução nº 4, <i>La Tribuna</i> , nº 12, 10/10/1945, p. 5.....	206
Reprodução nº 5, <i>La Tribuna</i> , nº 63, 30/11/1945, p. 1.....	207
Reprodução nº 6, <i>La Tribuna</i> , nº 54, 21/11/1945, p.1.....	208
Reprodução nº 7, <i>El Comercio</i> , nº 55939, 24/09/1946, p. 5.....	209
Reprodução nº 8, <i>El Comercio</i> , nº 55629, 01/04/1946, p.3.....	210
Reprodução nº 9, <i>La Tribuna</i> , nº 445, 16/12/1946, p.3.....	211
Reprodução nº 10, <i>La Tribuna</i> , nº 257, 10/06/1946, p. 1	211
Reprodução nº 11, <i>La Tribuna</i> , nº 186, 01/04/1946, p.8- 9.....	212
Reprodução nº 12, <i>La Tribuna</i> , nº 1070, 03/09/1948, p. 7.....	213
Reprodução nº 14, <i>El Comercio</i> , nº 55654, 15/04/1946, p. 3.....	214
Reprodução nº 15, <i>El Comercio</i> , nº 55654, 15/04/1946, p. 3.....	215
Reprodução nº 16, <i>La Tribuna</i> , nº 725, 24/09/1947, p. 1	216
Reprodução nº 17, <i>El Comercio</i> , nº 56079, 07/12/1946, p.3.....	217
Reprodução nº 18, <i>La Tribuna</i> , nº 443, 14/12/1946, p. 1.....	217
Reprodução nº 19, <i>La Tribuna</i> , 438, 09/12/1946, p. 5.	218
Reprodução nº 20 , <i>La Tribuna</i> , nº 654, 15/07/1947, p. 4.....	218
Reprodução nº 21, <i>La Tribuna</i> , nº 484, 25/01/1947, p.1	218
Reprodução nº 22, <i>La Tribuna</i> , nº 470, 11/01/1947, p. 1	219
Reprodução nº 23, <i>La Prensa</i> , nº 21869, 15/07/1948, p. 2.....	220
Reprodução nº 24, <i>El Comercio</i> , nº 56895, 05/03/1948, p. 3.....	220
Reprodução nº 25, <i>El Comercio</i> , nº 57129, 11/07/1948, p. 3.....	221
Reprodução nº 26, <i>La Prensa</i> , nº 21866, 12/07/1948, p. 2.....	221
Reprodução nº 27, <i>La Prensa</i> , nº 21871,17/07/1948, p. 2.....	221
Reprodução nº 28 , <i>La Tribuna</i> , nº 756, 25/10/1947, p. 5.....	222
Reprodução nº 29, <i>La Tribuna</i> , nº 998, 25/06/1948, p. 4.....	223
Reprodução nº 30, <i>La Prensa</i> , nº 21900,15/08/1948, p. 3.....	224
Reprodução nº 26, <i>La Prensa</i> , nº 21872, 18/07/1948, p. 1.....	225
Reprodução nº 32, <i>La Prensa</i> , nº 21912, p. 2.....	226

Reprodução nº 33, <i>La Tribuna</i> , nº 148, 22/02/1946, p. 1.....	227
Reprodução nº 34, <i>El Comercio</i> , nº 55709, 16/05/1946, p. 3.....	228
Reprodução nº 35, <i>El Comercio</i> , nº 57293, 05/10/1948, p. 3.....	229
Reprodução nº 36, <i>El Comercio</i> , nº 57295, 06/10/1948, p. 3.....	229
Reprodução nº 37, <i>El Comercio</i> , nº 57324, 23/10/1948, p. 7.....	230
Reprodução nº 38, <i>El Comercio</i> , nº 57336, 27/10/1948, p. 2.....	230
Reprodução nº 39, <i>El Comercio</i> , nº 57344, 30/10/1948, p. 3.....	231
Figura 1: <i>La Tribuna</i> , nº 473, 14/01/1947, p. 3.....	274
Figura 2: <i>La Tribuna</i> , nº 560, 11/04/1947, p. 3.....	275
Figura 3: <i>La Tribuna</i> , nº 557, 08/04/1947, p. 3.....	276
Figura 4: <i>La Tribuna</i> , nº 756, 25/10/1947, p. 4.....	277
Figura 5: <i>La Tribuna</i> , nº 950, 08/05/1948, p. 3.....	278
Figura 6: <i>La Tribuna</i> , nº 436, 07/12/1946, p. 3.....	278
Figura 7: <i>La Tribuna</i> , nº 437, 08/12/1946, p. 5.....	279
Figura 8: <i>La Tribuna</i> , nº 444, 15/12/1946, p. 5.....	280
Figura 9: <i>La Tribuna</i> , nº 1097, 30/09/1948, p. 4.....	281
Figura 10: <i>La Tribuna</i> , nº 442, 13/12/1946, p. 5.....	282
Figura 11: <i>La Tribuna</i> , nº 564, 15/04/1947, p. 3.....	282
Figura 12: <i>La Tribuna</i> , nº 1015, 10/07/1948, p. 4.....	283
Figura 13: <i>El Comercio</i> , nº 66744, 02/06/1962, p. 3.....	284
Figura 14: <i>El Comercio</i> , nº 66746, 04/06/1962, p. 2.....	285
Figura 15: <i>El Comercio</i> , nº 66747, 05/06/1962, p. 2.....	286
Figura 16: <i>El Comercio</i> , nº 66750, 06/06/1962, p. 2.....	287
Figura 17: <i>El Comercio</i> , nº 66762, 12/06/1962, p. 2.....	288
Figura 18: <i>El Comercio</i> nº 66772, 17/06/1962, p. 4.....	289
Figura 19: <i>El Comercio</i> , nº 66828, 18/07/1962, p. 2.....	290
Figura 20: <i>El Comercio</i> , nº 66839, 24/07/1962, p. 2.....	291
Figura 21: <i>El Comercio</i> , nº 66848, 29/07/1962, p. 2.....	292
Figura 22: <i>El Comercio</i> , nº 66850, 31/07/1962, p. 2.....	293
Figura 23: <i>El Comercio</i> , nº 70919, 16/09/1968, p. 2.....	294
Figura 24: <i>El Comercio</i> , nº 70949, 02/10/1968, p. 2.....	295
Figura 25: <i>El Comercio</i> , nº 70958, 07/10/1968, p. 2.....	296

LISTA DE ABREVIATURAS

- AN – Aliança Nacional
- AP – Partido Ação Popular
- APRA – Aliança Popular Revolucionária Americana
- CAEE – Centro de Altos Estudos do Exército
- CAEM – Centro de Altos Estudos Militares
- CD – Comitê de Defesa ou Conselho de Disciplina do APRA
- CGTP – Central Geral dos Trabalhadores do Peru
- CROE - Comitê Revolucionário de Oficiais do Exército
- CTAL – Confederação dos Trabalhadores da América Latina
- CTP – Central dos Trabalhadores do Peru
- DC – Partido Democrata Cristão
- ELN – Exército de Libertação Nacional
- EPF – Empresa Petrolera Fiscal
- FDN – Frente Democrática Nacional
- FEP – Federação de Estudantes do Peru
- GRFA - Governo Revolucionário das Forças Armadas
- IPC – *International Petroleum Company*
- JAP – Juventude Aprista Peruana
- MDP – Movimento Democrático Pradista/Movimento Democrático Peruano
- MIR – Movimento de Esquerda Revolucionário
- MSP – Movimento Social Progressista
- PAP – Partido Aprista Peruano
- PCP – Partido Comunista Peruano
- PP – Partido do Povo (denominação adotada pelo APRA ou PAP, obedecendo princípios de legalidade eleitoral a partir de 1945)
- PPC – Partido Popular Cristão
- RACSO- Pseudônimo de Oscar Miró Quesada (nome Oscar escrito ao contrário).
- UNO – União Nacional Odríista
- UPGP – Universidades Populares Gonzáles Prada
- UR – Partido União Revolucionária
- USTL – União Sindical dos Trabalhadores de Lima

CRONOLOGIA DE FATOS HISTÓRICOS

- 1914 – Deposição do presidente Guillermo Billinghurst por um golpe militar.
- 1918-1919 - Movimentos grevistas em prol da jornada de trabalho de oito horas e pelo barateamento dos gêneros de primeira necessidade.
- 1918 - Interrupção do mandato do presidente José Pardo e ascensão de Augusto B. Leguía.
- 1919 - Inicia-se a ditadura de Augusto B. Leguía.
- 1923 - Fracassa cerimonia de Consagração do Peru ao Sagrado Coração de Jesus, patrocinado por Leguía, graças à oposição organizada por Haya de la Torre.
- 1923 - Exílio de Haya de la Torre.
- 1928 - Fundação do Partido Socialista Peruano.
- 1930 - Queda da ditadura de Leguía. Início do governo provisório de Sánchez Cerro. Fundação do Partido Aprista Peruano. Fundação do Partido Comunista Peruano.
- 1931 - Fim do governo provisório de Sánchez Cerro no mês de março. É fundado o jornal *La Tribuna*, em maio. Eleições presidenciais efetuadas em outubro. Posse de Sánchez Cerro em dezembro.
- 1932 - Aprovada a Lei de Emergência em janeiro. Em fevereiro a referida lei proíbe o funcionamento do Partido Aprista. O jornal *La Tribuna* entra na clandestinidade. Atentado sem sucesso contra a vida de Sánchez Cerro, em março. Em maio Haya de la Torre é preso. Em julho explode a Revolução de Trujillo e de Huaraz.
- 1933 – Fracassa, em março, o movimento militar do comandante Gustavo Jiménez. Em abril Sánchez Cerro é assassinado. Assume o governo o General Oscar Benavides. Nova Constituição é adotada.
- 1935 - Assassinato de Antonio Miró Quesada e esposa.
- 1936 - Oscar Benavides interrompe processo eleitoral, dissolve o Congresso e mantém-se no poder ditatorialmente.
- 1939 - Manuel Prado é eleito presidente do Peru. Ditadura civil sem participação do APRA.
- 1942 - Apesar de oficialmente ilegal, o APRA organiza seu primeiro Congresso Nacional.
- 1944 - Apesar de oficialmente ilegal, o APRA organiza seu segundo Congresso Nacional.
- 1945 - Em junho é eleito presidente o Sr. José Luís Bustamante y Rivero, concorrendo por uma frente de partidos, a denominada Frente Democrática Nacional, Entre estes partidos está o APRA. Em setembro o jornal *La Tribuna* volta a ser editado

- legalmente. Em dezembro Bustamante y Rivero veta a nova lei de imprensa proposta pelo aprismo.
- 1946 - Em janeiro o presidente Bustamante y Rivero nomeia três ministros apristas. Em abril são destruídas as dependências do jornal *La Prensa* e da Editora *La Coteria*, supostamente por manifestantes apristas.
- 1947 - Em janeiro é assassinado o diretor de *La Prensa*, Francisco Graña Garland, provocando crise ministerial e renúncia dos ministros apristas. Em junho é formada a Aliança Nacional, frente parlamentar anti-aprista, que interrompe definitivamente a reunião das Câmaras do Congresso, não fornecendo quórum para seu funcionamento. Em setembro as dependências do jornal *La Tribuna* são invadidas por um oficial das Forças Armadas.
- 1948 - Em março o governo deixa de renovar as Juntas Municipais Transitórias, de ampla maioria aprista. Em julho fracassa a rebelião militar de Juliaca e Cuzco para depor Bustamante y Rivero. Em outubro fracassa a rebelião aprista com a mesma intenção. O APRA e o PCP são declarados ilegais. O *La Tribuna* volta a ser editado somente na clandestinidade. Golpe militar de Manuel A. Odría depõe o presidente Bustamante y Rivero.
- 1950 - Odría é reeleito presidente como candidato único.
- 1956 - O Movimento Democrático Pradista elege Manuel Prado como presidente, graças ao apoio eleitoral dado pelo aprismo. O Centro de Altos Estudos do Exército (CAEE), fundado dois anos antes, transforma-se no Centro de Altos Estudos Militares (CAEM).
- 1962 - Eleições presidenciais de junho são interrompidas por um golpe militar que depõe Prado. Novas eleições são marcadas para junho de 1963. Tensão camponesa na região de La Convención, em Cuzco, proporciona primeiro intento de reforma agrária dirigida pelas Forças Armadas
- 1963 - Fernando Belaunde Terry, da Ação Popular, é eleito presidente da República.
- 1965 - Movimentos guerrilheiros são destruídos pelas Forças Armadas.
- 1968 - Acordo entre governo e IPC convulsiona o meio político. Em outubro, as Forças Armadas patrocinam um novo golpe de Estado.
- 1970 - Deixa definitivamente de circular o jornal *La Tribuna*.
- 1974 - *El Comercio* sofre intervenção governamental e é expropriado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 FORMAÇÃO E ESTABELECIMENTO DAS TRINCHEIRAS IDEOLÓGICAS: 1931-1932.....	29
1.1 NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DE <i>EL COMERCIO</i> 1839-1931 ..	29
1.2 NASCIMENTO E HISTÓRICO DO APRISMO E DE <i>LA TRIBUNA</i>	43
1.3 TRINCHEIRAS DISCURSIVAS ESTABELECIDAS	48
1.3.1 <i>El Comercio</i> e a questão eleitoral em 1931	54
1.3.2 <i>La Tribuna</i> e a questão eleitoral de 1931	57
1.3.3 <i>El Comercio</i> ataques e defesas: o anticomunismo.....	64
1.3.4 <i>El Comercio</i>, ataques e defesas: antileguísmo e pró-civilismo.....	75
1.3.5 Batalha de símbolos	81
1.3.6 <i>La Tribuna</i>, ataques e defesas: o anticivilismo	88
1.3.7 <i>La Tribuna</i>, ataques e defesas: o anti-imperialismo	91
1.4 <i>LA TRIBUNA</i> VERSUS <i>EL COMERCIO</i> : TRINCHEIRAS DISCURSIVAS NO ADVENTO DE UMA NOVA DITADURA.....	96
1.4.1 Interpretações sobre democracia	100
1.4.2 Democracia como sinônimo de ordem.....	101
1.4.3 Democracia como sinônimo de participação.....	106
1.4.4 Democracia e referência internacional.....	110
1.5 RESCALDO DE UMA FRUSTRAÇÃO	113
2 REDEMOCRATIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS TRINCHEIRAS IDEOLÓGICAS: 1945-1948, UM SEGUNDO EXPERIMENTO DEMOCRÁTICO... 117	117
2.1 <i>EL COMERCIO</i> E <i>LA TRIBUNA</i> NO PERÍODO DA <i>GRANDE CLANDESTINIDAD</i> APRISTA: 1932-1945	117
2.2 FORMAÇÃO DO GOVERNO DA FRENTE DEMOCRÁTICA NACIONAL–1945 ...	135
2.3 O REESTABELECIMENTO DAS TRINCHEIRAS IDEOLÓGICAS: <i>EL COMERCIO</i> VERSUS <i>LA TRIBUNA</i>	142
2.4 ATAQUES E DEFESAS POLÍTICO-JORNALÍSTICAS	143
2.4.1 A imprensa como espaço estratégico percebido pelos agentes políticos: a questão da liberdade de imprensa	144
2.4.2 A imprensa como espaço estratégico percebido pelos agentes políticos: a questão da circulação e distribuição dos diários.....	156
2.4.3 Instabilidades combinadas: escassez, carestia, inflação, moeda e mercado negro	159

2.4.4 Inversão de papéis: o nacionalismo de <i>El Comercio</i> e o relativismo anti-imperialista de <i>La Tribuna</i>: o Contrato de Sechura	169
2.4.5 Mais uma vítima fatal na imprensa: o Crime Graña	177
2.4.6 Confronto político através do jornalismo, desestabilidade institucional e violência política	183
2.4.7 Palavras e Imagens: elementos influentes em uma cultura política	202
2.5 RESCALDO DO TRIÊNIO	232
3 HERANÇA E PERMANÊNCIA DAS TRINCHEIRAS IDEOLÓGICAS.....	238
3.1 DITADURA, REDEMOCRATIZAÇÃO PARCIAL, REDEFINIÇÃO DE PERFIS IDEOLÓGICOS	238
3.2 A IMPRENSA POLÍTICA INTERFERE NOVAMENTE: AS ELEIÇÕES DE 1962 ...	246
3.3 BALANÇO DE UMA INTERFERÊNCIA JORNALÍSTICA.....	256
3.4 A IMPRENSA POLÍTICA INTERFERE NOVAMENTE: O FIM DO GOVERNO BELAUNDE.....	258
3.5 HUMOR E VIOLÊNCIA POLÍTICA.....	272
CONCLUSÕES.....	297
REFERÊNCIAS	303
JORNAIS CONSULTADOS POR DATA	310

INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é extrair de dois momentos significativos na história republicana do Peru os aspectos mais relevantes e influentes no comportamento político deste país ao longo de boa parte do século XX.

A constatação de anomalias políticas e institucionais, assim como sua alarmante frequência, levou-nos à procura de quando e como características como o autoritarismo, o radicalismo e a violência política se impuseram como formas predominantemente integrantes do comportamento político e que fizeram malograr alguns experimentos democráticos. Os constantes golpes de Estado e a implantação de ditaduras civis e militares constituíram-se exemplos eloquentes desta constatação.

Para atingir nosso objetivo, resolvemos seguir um caminho teórico ainda não plenamente explorado como recurso explicativo, além de uma metodologia tampouco usual em um estudo desta magnitude. Construimos a hipótese segundo a qual os frequentes problemas políticos e institucionais estiveram umbilicalmente ligados ao estabelecimento de uma cultura política de alcance e efeitos nacionais, originada de duas outras culturas políticas inseridas na sociedade, sendo influentes no cotidiano político.¹ Esta condição foi alcançada por volta dos anos 1930, a partir do entrelaçamento entre as formas tradicionais de política exercidas pelos segmentos oligárquicos e as atividades políticas protagonizadas pelo Partido Aprista Peruano. É a partir do exame da convivência entre estes dois agentes diferenciados dentro do contexto de um Estado oligárquico, que resultam explicáveis a origem e a permanência dos mais importantes aspectos políticos durante o século XX. Pretendemos demonstrar, portanto, que as soluções encontradas pela sociedade nas diferentes crises políticas vivenciadas assumiram certas características no longo prazo, devido ao estabelecimento de uma cultura política.²

Cada um destes dois personagens políticos, oligarquia e aprismo foram responsáveis pelo desenvolvimento de uma cultura política própria, que nada mais seria do que um sistema

¹ Por cultura política entendemos, como afirma Serge Berstein, um conjunto de representações partilhado por um grupo significativo de integrantes no interior de uma sociedade. É a partir da análise deste sistema de representações que se chega à compreensão dos comportamentos políticos. BERSTEIN, Serge *Les Cultures Politiques en France*. Éditions de Seuil. Paris, 1999, p. 12-13.

² Torna-se, então, mais fácil entender o conceito de cultura política através da concepção de Jean F. Sirinelli, quando a define como um conjunto de referentes formalizados no seio de um partido ou mais largamente difundido no seio de uma família ou tradição política. Conforme SIRINELLI, Jean François apud BERSTEIN, Serge. *Les Cultures Politiques en France*. Paris: Éditions Du Seuil, 2003, p. 13.

de representações no seio da sociedade. Esta cultura foi embasada por um sistema de referências, heróis, documentos fundamentais, símbolos, bandeiras, festas, vocabulário e códigos.³ Estes referentes montaram um conjunto de representações, portador de normas e valores que constituíram a identidade das grandes famílias políticas⁴, aqui representadas pelos laços políticos e familiares da oligarquia e pela difusão destas representações no seio de um partido, tal qual ocorreu com a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA).⁵

Convencidos de que o estudo de um meio de socialização pode detectar a cultura política de uma realidade histórica em determinado tempo, pretendemos identificar os elementos que caracterizaram e condicionaram decisivamente as disputas políticas da sociedade peruana, enfatizando o âmbito da política-institucional sob o ponto de vista da imprensa escrita. E elegemos a análise da política no jornalismo como a forma mais fidedigna de penetração no ambiente político dos momentos históricos escolhidos para a investigação.

Empreendemos este esforço intelectual, portanto, através da apreciação comparativa entre duas visões antagônicas a respeito da política, economia e sociedade, descrevendo e analisando como, e sob que condições, refletiram diretamente os interesses específicos de determinados segmentos sociais, revelando, no embate, a evolução e a permanência de certas características no trato das questões políticas.

Nossas principais fontes de pesquisa foram escolhidas a partir da percepção de suas respectivas importâncias como veículos cada vez mais decisivos e insinuantes, destacando-se como disseminadores ideológicos e valores culturais. Através da imprensa foi desenvolvido um debate tão intenso em alguns momentos históricos, que tomou a forma de um combate expressivamente agressivo, levando-nos a apontar a intensidade destas disputas como a comprovação do radicalismo, sendo um dos exemplos de comportamento característico desta cultura política nacional. O trabalho da imprensa para nossos objetivos corresponderia, portanto, ao chamado jornalismo integral, isto é, jornalismo que não somente pretende satisfazer todas as necessidades de seu público, mas pretende também criar e desenvolver tais

³ Conforme conceito de cultura política em RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro. Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro/FGV, 1996, p. 88.

⁴ Conforme características da cultura política definidas por Jean François Sirinelli em BERSTEIN, Serge (2003, p. 13).

⁵ O conceito de oligarquia utilizado neste trabalho corresponde ao estabelecido por François Bourricaud. “La oligarquía es concebida como un grupo muy reducido (en el Perú se habla de 40 familias) estrechamente solidario, ligado por vínculos de parentesco o amistad, que controla la riqueza, de la que acapara una gran fracción, sin participar directamente en su producción y que reyna sobre Estados, pseudo-Estados a los que pretende tratar como su patrimonio más o menos indiviso. [...] Para localizar esta elite o clase dirigente basta iniciar por sus fuentes de poder, con destaque especial en América Latina para los propietarios de tierras” Conforme BOURRICAUD, François. *La Oligarquía en el Perú – tres ensayos y una polémica*. Lima. Francisco Moncloa Editores, 1969, p. 14 e 18.

necessidades e, conseqüentemente, em certo sentido, criar seu público e ampliar progressivamente sua área.⁶

Analisando atentamente a atuação destes ‘publicitários políticos’ e, sobretudo, as formas de divulgação dos valores e ideais que defendiam, pudemos constatar que colaboraram, intencionalmente ou não, para impor obstáculos ao funcionamento de um regime democrático, justamente em períodos nos quais a democracia foi evocada como solução ou pressuposto fundamental para o bem estar nacional. Seguindo esta lógica, procuramos interpretar as formas a partir das quais os divulgadores das propostas políticas manifestaram seus anseios por uma normalidade institucional, expressando, através de seus meios de comunicação, um comportamento que, contraditoriamente, sabotava as bases de manutenção desta normalidade. Analisando estas ‘visões de mundo’ manifestadas por tendências opostas, acreditamos poder encontrar as constantes que influenciaram a política peruana, cristalizando-a como autoritária, radical e mesmo violenta. Investigando os aspectos político-culturais em determinados períodos históricos, pode-se projetar, portanto, suas mudanças de comportamento e, principalmente, suas permanências ao longo do tempo.

Nossa investigação priorizou encontrar a raiz do comportamento autoritário, expresso através de um radicalismo político que, por conseqüência, contribuiu para inviabilizar as diversas tentativas de implantação de um regime democrático de corte nitidamente liberal-burguês, inspiração que os principais personagens e agremiações políticas peruanas buscaram no modelo norte-americano e, sobretudo, inglês, conforme conseguimos perceber através de nossas fontes de estudo.

Convém esclarecer, portanto, que democracia é abordada aqui sob a ótica de um sistema político que cumpre os postulados institucionais formais, preenchendo condições como a da legitimidade, assegurada pela consulta popular; da competição entre posições diversas, privilegiadamente através de partidos; e, por fim, da publicidade de opiniões, através do exercício da liberdade de expressão. Estes postulados e condições definem, como informa Chauí, uma concepção liberal de democracia.⁷ Os elementos presentes nesta concepção são de caráter institucional, e tidos como condições sociais da democracia desde o ponto de vista liberal.⁸ Sabemos que, durante boa parte do século XX, foram justamente estes os parâmetros que nortearam, em maior ou menor grau, as principais representações políticas peruanas, ou seja, os partidos políticos vinculados à elite e o principal partido político alternativo a estas

⁶ GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Ciclo do Livro, 1983, p. 147.

⁷ CHAUI, Marilena. *Cultura e Democracia*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1989, p. 140-141.

⁸ *Ibidem*, p. 140.

agregações, o APRA. Esta definição é a que mais se aproxima daquilo que entendiam os principais representantes políticos e seus respectivos comunicadores, quando se expressavam a respeito de democracia, sistema democrático ou regime democrático, principalmente no segundo período cronológico de nossa análise. No primeiro deles, o socialismo vertido no discurso aprista e a defesa de soluções de força, inspiradas no fascismo e defendidas por alguns representantes da oligarquia peruana, estavam encobertos por posicionamentos favoráveis à democracia, cujo paradigma era, frequentemente, o parlamentarismo inglês. Apesar de concepções diferentes presentes nas propostas em disputa, fomos capazes de captar a busca por um projeto, ainda que formal, do estabelecimento de um regime inspirado nas democracias liberais da época. Daí nossa ênfase em um dos aspectos da condição social da democracia do ponto de vista liberal, que incide profundamente nas demais, isto é, a questão da informação e seu caráter qualitativo.⁹

Percebemos que os raros momentos democráticos puderam ser facilmente avaliados desde o ponto de vista da comunicação, quesito essencial para a existência da democracia. Como afirma Sol, interrogar-se sobre o democrático em uma sociedade, leva-nos à análise da comunicação, da circulação de ideias, da capacidade de influir. Interrogar-se sobre a comunicação leva à análise da democracia na qual se vive, da verdadeira participação existente. É definitivamente uma relação inevitável e essencial.¹⁰

A forma e a constância como os valores e pressupostos políticos foram manifestados pela mídia escrita tornou-se o fio condutor de nosso trabalho. Priorizamos as defesas de posição e as acusações entre os agentes políticos, enfatizando a intensidade como foram veiculadas. Concluímos a partir daí que a exposição escrita assumiu um caráter tão radical no contexto político peruano, que a normalidade institucional não poderia ficar infensa às influências exercidas pelos conteúdos destas publicações. Em consequência houve a solidificação de uma prática autoritária de fazer política, dentro e fora dos meios de comunicação, razão pela qual esta herança comportamental influenciou e comprometeu as futuras tentativas de manutenção de um regime democrático, tão almejado pelos principais atores políticos, conforme pudemos constatar em suas repetidas declarações públicas. Um regime estável era o anseio geral, pelo menos do ponto de vista das intenções prévias a cada experimento, sobretudo em momentos proporcionados pelas conjunturas históricas favoráveis a uma redemocratização. Bastava, todavia, que as divergências de interesses armazenadas ao

⁹ CHAUI, Marilena (1989, p. 146).

¹⁰ SOL, Ricardo apud GARGUREVICH REGAL, Juan. *Comunicación y Democracia en el Perú*. Lima: Editorial Horizonte, 1988, p.11.

longo do tempo aparecessem no cenário político, para que estas intenções dessem lugar às mais explícitas formas de sabotagem à normalidade político-institucional, seja através de atos seja através de palavras.

Durante os poucos períodos tidos como democráticos, onde a liberdade de expressão pôde ser exercida, o debate político-ideológico intensificou-se, não somente como consequência natural destes momentos de liberdade, porém, igualmente, como expressão recorrente de uma luta política que opunham concepções e projetos de forma radical. Estas concepções políticas elaboradas pelos diferentes grupos, sobretudo aqueles melhor organizados institucionalmente, foram expostas nestes intervalos democráticos estabelecendo uma verdadeira batalha de ideias. Suas diferentes impressões sobre política, economia, educação, sociedade, enfim, toda a realidade nacional, se apresentaram de forma dissimulada ou explícita nos jornais a eles vinculados.

Nesta perspectiva, embasamos nossa percepção sobre o papel da imprensa política seguindo um raciocínio próximo ao de Bourdieu no que se refere à luta simbólica entre classes e frações.

Elas podem conduzir esta luta quer diretamente nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, quer por procuração, por meio da luta travada pelos especialistas da produção simbólica (produtores a tempo inteiro) e na qual está em jogo o monopólio da violência simbólica legítima (conforme Weber), quer dizer, do poder de impor – e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxinomias) arbitrárias – embora ignorados como tais – da realidade social. O campo de produção simbólica é um microcosmo da luta simbólica entre as classes.¹¹

A elite política, por conseguinte, tanto quanto seus opositores, emitiu juízos de valor, elaborou projetos e expôs objetivos ao longo de décadas de história republicana.¹² Estabeleceu-se uma nítida divisão que, principalmente dos anos 1930 em diante, influenciou o comportamento e os referenciais políticos nacionais ao longo de, pelo menos, quatro décadas. O comportamento e os referenciais geraram uma resultante que compôs o universo da cultura política peruana entre os anos 1930 e 1968, provocando efeitos transcendentais, transmitindo uma verdadeira herança desta cultura para períodos históricos mais recentes. Procuramos, portanto, a gênese histórica ou marco inicial dos aspectos principais desta cultura política, tão influente durante todo o século XX.

¹¹ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1992, p. 12.

¹² Usamos o conceito de elite política conforme Thomas B. Bottomore, quando a define como aqueles que, de fato, tem e exercitam o poder político na sociedade em qualquer época, sem que necessariamente tenham que estar no poder. Conforme BOTTOMORE, Thomas B. apud BAQUERO, Marcello et al. (Org.) *Democracia, Partidos e Cultura Política na América Latina*. Porto Alegre: Kuarup, 1989, p. 17.

Aqui cabe ressaltar uma observação de carácter fundamental. Quando falamos de sociedade peruana, devemos esclarecer que o conjunto daqueles cuja participação política seria mais detectável e verificável em nossas fontes, do ponto de vista de seus direitos políticos consagrados em lei, oscilou em torno de 8% da população total nos períodos analisados. Quem interveio na luta política, quem a influenciou e, em termos formais, decidiu sobre aqueles que seriam seus representantes políticos, constituiu um grupo muito pequeno de cidadãos. Alerta-se que nos dois momentos históricos estudados, não foi permitido o voto feminino, o voto ao analfabeto nem o voto aos menores de 21 anos, demonstrando quão limitada era a representatividade política, quando levamos em conta o analfabetismo de parte significativa da população, considerando, especialmente, a massa indígena. Não significa, entretanto, que ao estudarmos a cultura política tenhamos delimitado o universo populacional de nossas observações a partir deste grupo reduzido. Acreditamos, isto sim, que o peso político desta minoria foi fundamental nas decisões dentro dos períodos que analisamos, porque eram aqueles que cumpriam os requisitos formais que a sociedade peruana de então estabeleceu, formando, na prática, o universo de apelo para o qual os periódicos disputaram a adesão programática, o vínculo a projetos políticos e, acima de tudo, o compromisso do voto. Quanto ao restante da população, pudemos detectar que as pressões sociais exercidas por grupos organizados também contribuíram para o sucesso ou o fracasso da estabilidade democrática. Ou seja, não se pode excluir a importância da influência direta exercida por parte daqueles que não possuíam direitos políticos.

A questão das formas de participação e sua efetivação refletem, portanto, os limites determinados pela formalização da democracia. Concordamos com Veja Centeno, quando expressa o conceito e a amplitude da participação, pois nos parece contemplar as diferentes tentativas de implantação de um regime participativo em moldes democráticos:

En búsqueda de la legitimidad, las organizaciones sociales buscan la participación de las masas, el modelo 'democrático' de participación suele ser más formal que real [...] se trata de un sistema de asociaciones simbólicas, no objetivas, que organizan en el imaginario colectivo los sistemas de clasificación, identificación, comunión y comunicación; por ello decimos que se participa – en el campo político – sea directamente, indirectamente – por delegación – por participación de la identidad colectiva o por comunión con el representante colectivo; se participa pues en presencia, en ausencia y aún a través de la muerte.¹³

¹³ VEGA CENTENO, Imelda. *Aprismo Popular, Cultura, Religión y Política*. Lima: Tarea. Lima, 1991, p. 60.

Observa-se, entretanto, que os produtores de ideologia foram mais detectáveis através dos meios de comunicação que os não produtores, para quem a mensagem política era dirigida.¹⁴ De qualquer forma o resultado das atuações de ambos setores da população, o que detinha e o que não detinha diretos políticos, mas, sobretudo, aqueles que tinham a capacidade de se expressarem publicamente, participaram decisivamente no presente e no futuro político em âmbito nacional, ainda que seja mais fácil detectar o trabalho final dos produtores que o tipo de leitura dos consumidores.

Evidentemente, é impossível uma ‘estatística’ dos modos de pensar e das opiniões pessoais individuais que possa oferecer um quadro orgânico e sistemático da efetiva situação cultural e dos modos pelos quais se apresenta realmente o senso comum; só resta mesmo a revisão sistemática da literatura mais difundida e mais aceita pelo povo, combinada com o estudo e a crítica das correntes ideológicas do passado, cada uma das quais pode ter deixado um sedimento, combinando-se de várias maneiras com as correntes anteriores e posteriores.¹⁵

Em nosso estudo, o sentido das palavras expressadas pelos jornais, veículo de comunicação mais popular da época, apresenta a herança do pensamento oligárquico e a oposição antioligárquica, traduzindo, por conseguinte, a situação político-cultural que se vivia, mas também que se viveria, tendo em vista as influências ideológicas do passado e do presente em sua constância futura.

Para que tal estudo pudesse encontrar as características predominantes no comportamento político peruano, desprezaram-se os intervalos de tempo nos quais houve predomínio de anomalias no sistema político-institucional, ou seja, onde as condições para o exercício formal da democracia não estivessem estabelecidas com, pelo menos, pré-requisitos mínimos para a livre prática da política por parte das mais significativas forças nacionais, a partir das condições acima apontadas na definição liberal de democracia.

Pensamos que a cultura política peruana, predominante durante o século XX, só pôde ser devidamente buscada e datada em sua origem, nos momentos históricos a partir dos quais a sociedade constituiu forças que a representaram minimamente em sua diversidade. Se nos referimos ao projeto de implantação de um regime democrático compartilhado pelas forças em disputa, as quais concordam em estabelecer as regras de um jogo político capaz de dar a legitimidade mínima para a implantação de um regime nos moldes de uma democracia liberal,

¹⁴ Definimos ideologia no sentido que a emprega Terry Eagleton, quando afirma ser um corpo de ideias característico de um grupo ou classe social ou veículo pelo qual os atores sociais conscientes entendem o seu mundo. EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editorial Boitempo, 1997, p.15.

¹⁵ GRAMSCI, Antonio (1983, p. 159).

devemos estar conscientes que tais condições somente foram oportunizadas muito tarde no Peru, como de resto em muitos países latino-americanos. Por essa razão, nossas escolhas cronológicas para investigação privilegiaram dois intervalos de tempo compreendidos entre os anos de 1931-1932, designado neste trabalho como sendo um curto experimento democrático, e entre 1945-1948, definido como um segundo experimento.

Estes dois momentos foram as primeiras vezes em que a representação política formal traduziu a dicotomia do espectro social e político-ideológico, ressaltando-se, como vimos, a questão indígena, dado os limites de participação referidos.

Estes dois momentos cronológicos demonstraram certo grau de complexidade da sociedade peruana, traduzida em efervescência política, quando os segmentos populares e médios encaminharam suas reivindicações através de organismos representativos, como, por exemplo, sindicatos, pressionando o sistema por uma melhor distribuição dos benefícios do modelo de acumulação, assim como se fazer representar politicamente por partidos políticos influentes. Da mesma forma a oligarquia teve de reorganizar-se, empreendendo um esforço para a manutenção de seus privilégios e interesses, formando agremiações políticas e buscando apoio em instituições chave, tais como as Forças Armadas, para impedir a ascensão da oposição e, a princípio, conquistar o poder obedecendo às regras institucionais e eleitorais definidas previamente para a instalação e manutenção de um regime democrático. Priorizamos os momentos nos quais as organizações sociais e os partidos puderam participar de forma ativa, pretendendo melhor representar a maioria da população e oferecendo projetos nacionais, rompendo com a prática política do passado vivido até o ano de 1930, quando a característica era a imposição à nação dos interesses de grupos vinculados, em maior ou menor grau, à elite peruana, época na qual a exclusão da disputa por quaisquer representantes da maioria da população garantia a essa elite uma quase hegemonia. Este período correspondeu à primeira legalização formal do Partido Aprista Peruano e necessária adequação das ações políticas dos segmentos oligárquicos em torno de agremiações políticas e instituições.

Estes requisitos e pressupostos só puderam ser atingidos pela primeira vez na história política peruana nas eleições presidenciais e congressuais de 1931. Foi um momento emblemático do ponto de vista das inovações políticas, mesmo que encontremos dificuldades em estabelecer o grau de representatividade que as organizações partidárias podiam oferecer à maioria da população peruana. De qualquer forma, correspondeu a um momento de radical

ideologização da disputa política com pretensões de montar uma ordem adequada às exigências nacionais.¹⁶

O segundo momento político onde tais condições se combinaram minimamente foi o que correspondeu à eleição e posterior deposição do presidente José Luís Bustamante y Rivero, entre 1945 e 1948. Neste período tornou-se mais explícita ainda a necessidade da nação peruana empreender uma redemocratização, na medida em que os experimentos políticos dos anos 1930 fracassaram, em consequência do radicalismo político, do autoritarismo e mesmo da violência política, como foram os casos dos governos de Sánchez Cerro (1931-1933), Oscar Benavides (1933-1939) e Manuel Prado (1939-1945). Durante estes governos, estabeleceram-se ditaduras nas quais acontecimentos importantes vieram a solidificar a bipolaridade aprismo/oligarquia. Esta oposição de propostas e interesses, matizada pelos acontecimentos dos anos 1930, foi herdada pela conjuntura histórica iniciada em 1945, estabelecendo uma situação política que, em muitos aspectos, repetiria os limites da formalização de um regime estável e democrático.

Para mergulharmos no clima político destes períodos, investigamos duas publicações importantes na história política peruana: os jornais *El Comercio* e *La Tribuna*. Pertencentes respectivamente às duas tendências políticas mais importantes ao longo da maior parte do século XX, tais jornais tornaram-se verdadeiras trincheiras ideológicas ao longo de suas respectivas histórias, especialmente durante os intervalos de tempo que nos propusemos analisar.

Vários autores peruanos citam, sempre de forma muito breve, as disputas travadas por estas duas publicações como resultado reflexo do momento político. Concordamos com esta visão, porém trazemos este debate para o centro de nossas observações e fundamento de nossa justificativa quanto à gênese e consolidação de uma cultura política. Acrescentamos que os meios de comunicação começaram a se tornar massivos justamente a partir dos anos 1930 e, segundo nossa constatação, influíram decisivamente sobre a realidade, não constituindo meras ‘caixas de ressonância’. Refletindo a realidade, porém, igualmente, interferindo nela, a mídia escrita reproduziu e também conformou aspectos da cultura política desta sociedade em seu tempo e para além dele. A cultura política autoritária foi solidificada nos períodos analisados neste trabalho, sendo reproduzida de forma constante e contribuindo para a visão dual da sociedade e da política peruana no futuro, ainda que com personagens político partidários

¹⁶ BOURRICAUD, François. *Poder y Sociedad en el Perú*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, IEP, 1989, p. 158.

novos e apesar de outras circunstâncias históricas. O peso do passado nos acontecimentos futuros tornou-se a tônica da política nacional e a comprovação da permanência de certas práticas, como o constante recurso ao fechamento político-institucional.

El Comercio, durante sua longa existência, se destacou por ser um jornal vinculado a uma família de renome na política, economia e sociedade peruanas: a família Miró Quesada, autêntica representante da elite. Auto-intitulado o decano da imprensa nacional', veiculou com frequência os valores e pressupostos da política oligárquica. Ao longo de sua história, provou ser o veículo de comunicação que privilegiava as posições vantajosas dos interesses econômicos e políticos deste grupo, impondo a ideia de um tipo de condução da vida nacional através de seus representantes. Construiu um verdadeiro arcabouço ideológico através de suas páginas, combinando a defesa de certos princípios com a adoção pontual de agremiações partidárias, especialmente quando estas surgiam com possibilidades de impedir o acesso do aprismo ao poder.

O jornal *La Tribuna*, por sua vez, tornou-se o principal órgão de comunicação entre os militantes e simpatizantes do aprismo e a população em geral, procurando desempenhar o papel de veículo organicamente vinculado a um partido político. Sua atuação logo ultrapassou esta missão restrita, quando se tornou, graças a sua crescente aceitação, o principal contraponto informativo aos periódicos de grande circulação nacional, tais como *La Prensa*, *La Crónica* e, principalmente, *El Comercio*.

Para que a intensidade do debate político e ideológico pudesse ser apresentada de forma inequívoca, destacando-se o contraste entre ambas concepções, mas, igualmente, a agressividade mútua, que tanto refletiu quanto induziu a conflitos no corpo social, optamos pela frequente exposição de trechos dos dois periódicos, complementados por comentários. Julgamos esta fórmula essencial, para permitir a captação do 'clima político' da época, bem como para mostrar as formas de expressão do condicionamento autoritário, presentes no conteúdo de ideias e conceitos expostos nas publicações. Não se pretende empreender uma análise de discurso em seus diferentes níveis. Contém, entretanto, aspectos discursivos que são realçados nas inúmeras citações das fontes, para demonstração das evidências expressas pelos agentes políticos mais importantes na formação de uma cultura política. Esta análise textual coincide com o realce dado por Foucault quanto à consideração do discurso como um jogo estratégico e polêmico, de ação e de reação, de pergunta e de resposta, de dominação e

de esquivar e também como luta.¹⁷ Somente neste sentido restrito definido por Foucault este trabalho empreende uma metodologia de análise de discurso.

Mesmo que não enfatizemos o rigor e a tecnicidade típicas do estudo linguístico, pensamos que os textos dissecados possuem três características fundamentais para se constituírem em significativos objetos de análise, baseando-nos no que Prost aponta como elementos formadores de um *corpus*, isto é, um conjunto limitado e definido de textos sobre os quais se trabalha de maneira sistemática.¹⁸ Eles são contrastantes, para permitirem comparações; diacrônicos, para permitirem recuperar continuidades e viradas; e, finalmente, significativos em relação a situações de comunicação determinadas.¹⁹ Através deles pretendemos revelar como pensavam e agiam aqueles que mais diretamente influenciaram nas decisões políticas, escolhendo uma fonte que pudesse fornecer a essência e a forma do posicionamento coletivo. Os políticos apristas, através de *La Tribuna* e os membros da família Miró Quesada, através de *El Comercio* têm, portanto, suas percepções observadas levando-se em conta que “[...] a verdadeira aposta está em compreender as motivações que levem o homem a adotar este ou aquele comportamento político”.²⁰ O estudo se propôs a verificar, portanto, até que ponto é possível ser tipificado o conjunto de valores explicitados como característicos da política peruana nos períodos analisados ao manter-se influente por décadas, partindo da concepção segundo a qual pode-se afirmar que “a Cultura Política de uma sociedade é resultado de um padrão de orientações cognitivas, emocionais e valorativas que, além de estáveis, se tornam vivas e atuantes ao longo do tempo”.²¹ Quisemos captar justamente os elementos de ataque e defesa presentes nos dois jornais, para encontrar as características marcantes que permearam estas publicações.

¹⁷ Conforme FOUCAULT, Michel. A verdade e as Formas Jurídicas Cadernos da PUC Rio de Janeiro, 1974, p. 6, apud BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 31. Segundo esta linha de raciocínio é em Paul Ricoeur que encontramos a caracterização da ideologia que melhor se encaixa a metodologia empregada neste trabalho. Ela é dinâmica e motivadora dentro de um grupo a ponto de comprometer-lo, induzindo-o a argumentar, justificar e projetar. Neste sentido a ideologia deixa de ser um simple reflexo de uma formação social para transformar-se em prática quotidiana de demonstração das razões de determinado grupo, que expõe sua forma de ser, de agir e de se posicionar. Conforme RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias Francisco Alves*. Rio de Janeiro, 1977, p. 68-69 apud BRANDÃO, Helena H. Nagamine (2004, p. 25).

¹⁸ PROST, Antoine. As Palavras. In: REMOND, René (1996, p. 315).

¹⁹ *Ibidem*, p. 323.

²⁰ BERSTEIN, Serge. A Cultura Política In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean François. *Para uma História Cultural*. Lisboa: ND Estampa, 1997, p. 359.

²¹ BAQUERO, Marcelo; REIS PRÁ, Jussara Matriz. Histórico-Estrutural da Cultura Política no Rio Grande do Sul e Padrões de Participação Política. *Cadernos de Ciência Política*, n. 3, p. 9, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995, p. 9.

Somos assim progressivamente levados à noção de estratégias discursivas. A atenção aos personagens do discurso se completa com o estudo da maneira como um sujeito falante tenta se apoderar do papel que lhe convém e atribuir aos seus interlocutores os papéis que escolheu para eles. O diálogo político é muitas vezes conflito em torno de papéis reivindicados/impostos/recusados.²²

Caixa de ressonância e, ao mesmo tempo, potencializadora de fatos políticos, a imprensa escrita teve e tem um papel de destacada influência na história política latino-americana. O que a torna um objeto privilegiado de estudo é ser uma fonte de natureza pública. Isto é, por ação ou omissão, a imprensa pode apresentar ao historiador uma via de acesso à cultura de uma época, ainda que também possa incorrê-lo no risco de falsas percepções. Entendemos, contudo, que muito do pensamento coletivo de grupos ou segmentos político-sociais foi transposto para as publicações que examinamos. Uma cultura política pode ser captada através do estudo atento dos diferentes meios de socialização, dentre os quais a imprensa, já que, conforme prevê Berstein, tal cultura pode ser expressa por múltiplos canais.

É verossímil que ela se opere pelos numerosos canais de difusão da socialização política. [...]. Por todos esses canais (família, exército, escola, sindicato, partido, imprensa) os espíritos se encontram pouco a pouco investidos de temas, modelos, argumentos, de um clima cultural que conduz a aceitar como natural a recepção da mensagem política correspondente. Dito de outra forma, a força de uma cultura política está em difundir um conteúdo político por outras vias que aquelas do político. [...]. Em outros termos, o banho cultural no qual o indivíduo está imerso seria o núcleo duro de explicação dos comportamentos políticos. Ela é, entre outros, um dos elementos de explicação que os historiadores utilizam e parece que ela se refere aos parâmetros múltiplos organizados em um todo coerente, permitindo melhor dar conta dos comportamentos políticos eminentemente complexos.²³

Levando isto em consideração, o partido e os *mass media* tornam-se objetos fundamentais de investigação. O embate entre as propostas se impõe no campo institucional e através dos meios de comunicação. Ideologicamente a comparação faz brotar o contraste e, no mesmo momento, a cultura política predominante de determinada sociedade. Por esta razão a análise enfatiza o estudo da autodesignação e da designação dos parceiros e adversários nos textos políticos.²⁴ Partindo da explicitação gráfica dos diferentes ideais, vislumbramos a profundidade dos projetos em disputa e percebemos a natureza contrastante dos interesses dos diversos grupos sociais e políticos envolvidos. A resultante deste contraste, segundo nosso ponto de vista, fez surgir características no comportamento da sociedade, através do conjunto de reações e respostas ante os desafios entabulados entre os diversos segmentos sociais

²² PROST, Antoine. As Palavras In: REMOND, René (1996, p. 321).

²³ BERSTEIN, Serge (2003, p. 28 e 35).

²⁴ PROST, Antoine. As Palavras In: REMOND, René (1996, p. 313).

organizados politicamente. Surgiram, desta forma, as variáveis e constantes que condicionaram a vida política nacional ao longo de boa parte da história peruana do século XX.

A história política republicana do Peru foi marcada por uma sucessão de golpes de estado civis e militares. Neste aspecto, não se diferenciou muito de seus vizinhos andinos, Equador e Bolívia. Parece óbvio afirmar, portanto, que exista uma característica de radicalismo e autoritarismo em um país como o Peru, principalmente quando verificamos, meridianamente, o número excessivo de golpes de Estado e os longos períodos de anormalidade institucional. Não é, entretanto, tão simples nem tão óbvia tal constatação. Tantas vezes houve rearranjos políticos patrocinados pela oligarquia para proteger seus interesses, quanto ocorreram tentativas de restabelecimento de instituições e organismos democrático-representativos dentro de bases estáveis.

Esta característica político-institucional inspirou análises como a desenvolvida pelo sociólogo Bourricaud a respeito da política peruana correspondente ao período cronológico situado entre a segunda metade dos anos 1950 e o advento do Governo Revolucionário das Forças Armadas (1968), quando afirmava não haver necessariamente uma hegemonia oligárquica no Peru.²⁵ As pressões sociais e políticas opositoras obrigaram que as elites fizessem concessões, entre as quais o restabelecimento do estado de direito, apesar dos riscos aos seus interesses mais imediatos. Nosso ponto de vista coincide em que a lógica do poder neste período definido por Bourricaud tenha se desenvolvido consagrando o domínio oligárquico com obtenção de concessões pontuais por parte de outros segmentos sociais, sejam eles médios ou proletários. Nosso estudo parte, entretanto, de um momento no qual instituições como o Exército tornaram-se vitais para a manutenção dos interesses oligárquicos até o momento em que deixaram de ser os fiéis da balança, obrigando-nos a retroceder a períodos anteriores aos definidos por Bourricaud. Ao mesmo tempo contempla os aportes e mudanças ideológicas que tanto os segmentos oligárquicos quanto o aprismo sofreram ao longo de diferentes contextos históricos, principalmente em momentos posteriores aos períodos cronológicos priorizados.

Partindo deste raciocínio e investigando momentos historicamente significativos, apontamos algumas características da cultura política peruana; a de natureza radical, a autoritária e mesmo a violenta, recuando cronologicamente a análise para os intentos democráticos dos anos 1930 e 1940, onde acreditamos encontrar a raiz da subversão constante

²⁵BOURRICAUD, François (1989, p. 98, 139 e 142).

à durabilidade de um regime democrático, responsável pelo estabelecimento de regras de jogo anômalas. O anseio por um regime democrático perseguiu as intenções dos principais atores políticos, tanto quanto foram perseguidos pelas circunstâncias histórico-sociais que sempre os levaram a subvertê-lo e violá-lo. Este comportamento ambivalente pareceu-nos tão impregnado na sociedade peruana, sobretudo em seus representantes e instituições mais influentes, que nos levou a investigar quando o ideal demo-liberal tornou-se historicamente um marco referencial minimamente aceito e, a partir de então, tantas vezes tentado e malogrado. E aqui encontramos outra justificativa para nosso empreendimento, na medida em que os processos de transição aos regimes democráticos experimentados pelos países da América Latina merecem uma análise pela sua importância histórica, como observa Baquero, principalmente no que diz respeito aos anseios em alcançar uma vivência democrática.²⁶

ESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO

O presente trabalho está estruturado em três capítulos.

O primeiro capítulo procura apresentar uma visão panorâmica da evolução do passado político e ideológico ao longo do século XIX e primeiro terço do século XX, destacando-se os personagens e instituições que deram origem aos dois jornais. Trata-se do período de gestação e evolução dos grupos políticos e sociais, além de seus correspondentes veículos de comunicação mutuamente rivais. Ou seja, a gênese e a consolidação do que convencionamos chamar de trincheiras ideológicas, representantes midiáticos de projetos nacionais opostos e de representações sociais responsáveis por duas culturas políticas diferentes e intercondicionantes.

A seguir, busca uma análise comparada entre o conteúdo expresso por cada uma dessas duas publicações, destacando temas chave que solidificaram a oposição na luta política peruana a partir dos anos 1930. O capítulo prioriza os meses de maio de 1931 a fevereiro de 1932, quando se deu, dentro de um pressuposto mínimo de liberdade de imprensa, a publicação regular de ambos periódicos. Este momento coincide com o que Gargurevich afirma ser o início da imprensa de massa no Peru, especialmente em Lima, cidade responsável por uma precoce e excessiva centralização política e administrativa.²⁷ O capítulo finaliza com a interrupção do regime democrático a partir da entrada em vigor da Lei 7479, cognominada *Ley de Emergencia*, com a qual o Poder Executivo encontrou-se livre para instalar uma

²⁶BAQUERO, Marcello (1989, p. 9).

²⁷GARGUREVICH REGAL, Juan. *Historia de la Prensa Peruana*. Lima: Edições La Voz, 1991, p. 113-114.

ditadura. A rapidez com que este período esgotou-se levou-nos a denominá-lo de ‘um experimento democrático.’

O segundo capítulo começa com uma apreciação de fatos marcantes ocorridos entre fevereiro de 1932 e julho de 1945. Desenvolvem-se os temas mais polêmicos entre o aprismo e a elite política peruana neste período, onde verificaremos a incapacidade da sociedade em permitir condições estáveis para uma normalização do estado de direito. Apresenta-se o reflexo dos períodos de repressão e violência política nas estratégias políticas desenvolvidas pelo aprismo, bem como as ações autoritárias incentivadas pelos segmentos oligárquicos. Ao mesmo tempo, mostra-se uma visão panorâmica do crescimento da importância da imprensa política no que diz respeito a sua diversidade e amplitude.

A seguir, a herança radical dos posicionamentos assumidos pelos mais importantes personagens políticos durante estes treze anos e a forma como foram expressos publicamente na mídia escrita, a partir do governo de Bustamante y Rivero, tornaram-se facilmente perceptíveis num segundo momento deste capítulo. Observa-se a escalada de ações e contradições do governo e dos segmentos vinculados a cada um dos periódicos investigados em direção à inviabilidade da estabilidade democrática recém-reconquistada. Cobre o triênio 1945-1948, onde manobras, conluios e atentados políticos, além da efervescência da mobilização social através de reivindicações massivas, causaram temores na elite peruana, acarretando a clandestinidade dos movimentos políticos opositores à oligarquia, a ilegalidade do PAP, o novo fechamento do jornal *La Tribuna* e o golpe militar liderado por Manuel Odría. O triênio corresponde ao que denominamos de segundo experimento democrático.

Este período foi também de consolidação da hipertrofia de Lima como centro da vida política e administrativa peruana, quando a imprensa escrita já havia alcançado sólida presença massiva e quando outros centros urbanos importantes do país repercutiram, com maior intensidade e rapidez, os acontecimentos nacionais, graças à melhoria dos meios de comunicação e transporte. Foi o momento também em que surgem outros ‘personagens midiáticos’ importantes, como o jornal *La Prensa*, referência obrigatória no cotidiano político a partir de então.

Antes do final deste capítulo está incluído um subitem (2.4.7) destinado à exposição gráfica de reproduções de artigos, fotografias e de manchetes de *El Comercio*, *La Tribuna* e *La Prensa*, cujo objetivo principal foi ilustrar o combate jornalístico sobre alguns temas polêmicos daquela época, salientando o contraste informativo e simbólico representativo apresentado entre eles.

O propósito do terceiro capítulo é demonstrar como o estabelecimento destas trincheiras ideológicas afetou a política peruana ao longo do tempo. Descreve os acontecimentos históricos mais importantes dos anos 1950 e 1960, destacando-se a apresentação dos aspectos hereditários manifestados pela imprensa política e o condicionamento que impuseram no desenrolar de fatos históricos importantes, assim como sua capacidade transcendental de influências. Salienta o papel desempenhado pela imprensa no sistema político e sua capacidade de intervenção. Também inclui, em seu final, um subcapítulo dedicado ao humor no jornalismo político e seu vínculo com a violência política, aspecto que contribuiu para o estabelecimento de um comportamento beligerante e inamistoso entre os agentes políticos mais importantes. Seu objetivo é visualizar a forma de exposição de *charges* políticas produzidas pelo jornal *La Tribuna*, entre 1945 e 1948, comparando-as com as editadas por *El Comercio*, nos anos 1960, quando recém iniciou a publicar imagens a respeito do humor político. Inequivocamente, o humor político publicado pelos dois jornais constituiu outra demonstração da contundência e da agressividade com a qual ambos trataram os principais assuntos políticos.

Ao contrário do que prevíamos em nosso projeto de pesquisa, deixamos de lado o método por amostragem na leitura de nossas fontes. Estabelecemos uma investigação em todas as edições dos dois jornais entre os meses de maio de 1931 e fevereiro de 1932. Quanto ao segundo período cronológico consultamos cerca de oitenta por cento das edições, entre julho de 1945 e outubro de 1948, para o caso de *La Tribuna*. Para o caso de *El Comercio* conseguimos consultar cerca de sessenta e cinco por cento das edições do período. Acreditamos, no entanto, que a massa de dados investigada foi suficiente para atingir os objetivos previstos, priorizando a análise atenta dos editoriais, colunas e artigos vinculados à vida política peruana em *El Comercio*, bem como as diversas matérias de caráter político e mesmo sindical publicadas por *La Tribuna*.

Nosso trabalho de pesquisa foi realizado em diversas instituições peruanas como a Biblioteca Nacional, o Arquivo do Congresso Nacional Peruano, o Arquivo Municipal da cidade de Lima e a Biblioteca do Partido Aprista Peruano.

Além destas duas fontes principais, também consultamos uma série de obras sobre história, sociologia e política peruanas, destacando-se aquelas voltadas ao aprismo e ao jornalismo político.

1 FORMAÇÃO E ESTABELECIMENTO DAS TRINCHEIRAS IDEOLÓGICAS: 1931-1932

Os próximos dois subcapítulos, de nºs 1.1 e 1.2, propõem descrever a trajetória vivida pelas forças políticas que patrocinaram a existência de nossas principais fontes de pesquisa, situando-as nos contextos históricos e políticos. No caso de *El Comercio*, o resgate cronológico necessitou percorrer uma trajetória que recuou até o período de sua fundação, no século XIX. Quanto ao *La Tribuna*, incluiu a formação do movimento político aprista, compreendendo um período de, aproximadamente, doze anos, entre 1918 e o momento de fundação do Partido Aprista Peruano, em 1930.

1.1 NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DE *EL COMERCIO* 1839-1931

A imprensa peruana caracterizou-se por seu personalismo e por seu envolvimento direto nas disputas políticas durante quase todo o século XIX. Refletindo a própria dinâmica da conturbada vida política, a maioria das publicações teve vida efêmera. Ainda assim, alguns periódicos se destacaram na história da imprensa peruana naquele século como *Opinión Nacional*, *El Perú*, *El Tiempo*, *El Nacional*. O exemplo digno de nota, não só no âmbito peruano como latino-americano, tanto no aspecto da influência política quanto na longevidade da existência foi *El Comercio*. Fundado em 1839 pela associação do chileno Manuel Amunátegui com o argentino Alejandro Villota, sobreviveu aos sobressaltos constantes da política nacional, principalmente porque, no início, não pretendeu se envolver em nenhuma querela política que fosse digna de uma sanção ou fechamento.

En 1839, el nuevo diario 'El Comercio' dijo en su primer editorial: 'En el terreno de la política no podríamos mantenernos, por mucho tiempo, convencidos de nuestra insuficiencia lo cedemos voluntariamente a los que hoy desempeñan la difícil tarea de ilustrar la opinión pública.'²⁸

²⁸ *El Comercio*, nº 1, 04/05/1839 apud GARGUREVICH REGAL, Juan (1988, p. 26).

De fato, seu sucesso deveu-se, entre outras coisas, à publicação de um tipo de anúncio que o consagraria em relação aos demais diários e garantiria receita mínima para sua manutenção, isto é, a publicação dos ‘comunicados’:

Su fortuna original estuvo en los comunicados. Sección repulsiva y amenazante, palestra del insulto y del anónimo, liza a veces de agudos contricantes, los comunicados fueron la crónica escandalosa y desvergonzada que exhibía, como en un kaleidoscopio inmoral, impudores y bajezas que debieron quedarse ocultos.²⁹

A razão da persistência estaria, portanto, embasada, inicialmente, na capacidade de manter-se à margem da controversa vida política da época.³⁰ A origem estrangeira dos proprietários talvez fosse outra razão para esse desinteresse pelo envolvimento político.³¹

A presença da família Miró Quesada na sociedade do diário surgiu a partir da associação entre José Antonio Miró Quesada e o sobrinho de Amunátegui, Luís Carranza, ocorrida pouco depois do *boom* da exploração do guano e no mesmo período em que o civilismo surgiu como nova opção política em âmbito nacional.³²

O civilismo ganhou maior notoriedade com a fundação de um partido, O Partido Civil, por seu principal ideólogo, Manuel Pardo, em 1872.³³ Nasceu para por fim às frequentes intervenções de caudilhos militares na vida política nacional.³⁴ Representou a tentativa de monopolização do poder político por parte do segmento social enriquecido com a exploração do guano³⁵, do salitre, do algodão, do arroz, da extração mineira, incluindo os proprietários dos bancos e grandes comerciantes, buscando tornar-se o grupo efetivamente dirigente e procurando afastar as Forças Armadas da condução do poder político. De fato, a fundação deste partido significou a criação do referencial político-institucional e ideológico mais importante da oligarquia peruana na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Ao longo das décadas seguintes, após a fundação do partido, o civilismo

²⁹ PORRAS BARRENECHEA, Raúl. *El Periodismo en el Perú*. Lima; Instituto Raúl Porras Barrenechea, 1970, p. 27-28.

³⁰ *Ibidem*, p. 28.

³¹ *Ibidem*.

³² ZANUTELLI ROSAS, Manuel. *Guía Biográfica del Periodismo Peruano*. Lima: Editorial Educativa INIDE. 1985, p. 126; GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p. 71 e 90).

³³ “El grupo civilista es el que en la década de 1860 expresa el punto de vista de la nueva oligarquía. Es el grupo que combate el caudillismo y quiere imponer bases institucionales de desarrollo y modernización. Conforme BOURRICAUD, François (1969, p. 155).

³⁴ CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. *Historia del Perú Contemporáneo*. Lima: IEP, 1999, p. 124-125.

³⁵ O guano foi o principal produto da pauta de exportações do Peru entre os anos 1850 e 1880. Constituíam-se de depósitos de excrementos de aves depositados durante séculos no litoral do Pacífico e utilizado como fertilizante pelos países importadores europeus, juntamente com os EUA. Por volta de 1870, o salitre substituiu o guano como item de exportação mais importante, também sendo utilizado como fertilizante e como insumo da crescente indústria bélica. Nota do Autor.

aperfeiçoaria seu ideal de modernização, coordenado pela elite oligárquica e influenciando os futuros governantes peruanos.³⁶

Foi com o surgimento do civilismo que o estilo de *El Comercio* consagrou as características editoriais que exibiria de forma aperfeiçoada nos decênios futuros. O jornal começou a sair de sua imparcialidade estratégica, adentrando no caminho das disputas políticas. Deste período em diante, alguns de seus diretores-proprietários passaram a se envolver diretamente com a política-partidária. Luís Carranza, por exemplo, foi um dos fundadores do Partido Civil.³⁷

A estabilidade política tão almejada pelos civilistas só ocorreria, no entanto, no final do século XIX e após um conjunto de vicissitudes políticas. Até esta condição, o Partido Civil se envolveria na agitada vida política nacional sofrendo diversos revezes e agindo, por vezes, de forma contraditória em relação a sua matriz ideológica. O caminho àquela estabilidade foi marcado por conflitos com os segmentos militares e com os mais influentes caudilhos políticos, além das dificuldades próprias impostas a toda a nação peruana quando ocorreu a desastrosa participação do país na Guerra do Pacífico, travada contra o Chile (1879-1883).

O envolvimento de *El Comercio* com a política, no entanto, não foi isento de complicações. O principal revés sofrido pelo jornal no século XIX ocorreu em 1880, quando estabeleceu uma polêmica com o então presidente Nicolás de Piérola, chefe político e futuro mentor do Partido Democrata. O objeto da polêmica foi uma denúncia revelada pelo diário, a respeito de quesitos formais entre o contratante da venda do guano, o próprio Piérola, e o investidor estrangeiro, Armand Dreyffus, fato ocorrido durante os anos 1870. Detalhes a respeito da venda do produto ao empresário francês foram denunciados sem comprovações concretas, o que levou o presidente a punir o jornal com o fechamento por um ano, a partir de janeiro de 1880.³⁸ Logo depois, sobreveio a invasão chilena ao território peruano durante a Guerra do Pacífico, causando a permanência do seu fechamento entre os anos de 1881 a 1883. O restabelecimento da paz marcou o retorno da liberdade de imprensa, totalmente proibida durante a ocupação chilena. *El Comercio*, então, voltou a circular normalmente.

³⁶ Para breve descrição das características do civilismo recomendamos CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. (1999, p. 124-125).

³⁷ GARGUREVICH REGAL, Juan (1999, p. 71).

³⁸ GARGUREVICH REGAL, Juan. "Mito y Verdad de los Diarios de Lima. Lima: Editorial Gráfica Labor, 1972, p. 12. Ver também *Historia de la Prensa Peruana* (1991, p. 91-92). Artigo do jornal aprista *La Tribuna* (1931), reproduziu carta de Piérola, escrita em 1880, recomendando o fechamento do jornal. Conforme *La Tribuna*, nº 19, 02/06/1931, p. 11.

Por volta de 1895, contando com uma capacidade ampla de negociação que incluiu até mesmo inimigos políticos históricos, como o próprio Nicolás de Piérola, o Partido Civil liderou uma série de governos, elegendo ou colaborando com quase todos os presidentes até 1919. Branqueamento da população, positivismo filosófico, cientificismo administrativo, proteção ao sistema agro-mineiro exportador, associação com o capital imperialista. O civilismo representou este conjunto de valores e práticas defendidos pela elite e solidificados ao longo de mais de vinte anos de exercício do poder político.³⁹ A modernização a partir do comando da elite oligárquica foi o fundamento mais explícito elaborado por esta corrente política.⁴⁰ As famílias desta elite tinham vínculos estreitos e sua presença nas principais instituições nacionais demonstrou claramente seu amplo poder político dentro de um Estado oligárquico típico.⁴¹

A gradual retomada da influência civilista no final do século XIX e a montagem do aparato político responsável pela preponderância do Partido Civil, coincidiu com o reforço do prestígio de *El Comercio* e o envolvimento mais estreito de seus proprietários com a ideologia civilista, estando presentes à reorganização do Partido Civil em 1895.⁴² Os membros da família Miró Quesada estabeleceram vínculos com as mais influentes e ricas famílias do país, reproduzindo claramente a prática civilista de alianças patrimoniais que reforçassem os laços mantenedores da dinâmica econômica nacional nas mãos de poucos representantes. Estes laços também viabilizariam a permanência do jornal durante muitas décadas.⁴³

O final do século XIX e início do XX marcou, portanto, o período chamado de ‘República Aristocrática’ (1899-1919)⁴⁴, predomínio civilista cuja dinâmica de manutenção do poder econômico e político correspondeu à solidificação do Estado oligárquico. No período da “República Aristocrática”, o civilismo manteve-se no poder a partir de um sistema eleitoral de voto aberto, onde o constrangimento ao sufragante, a compra de votos e a fraude foram comuns.

Apesar das contestações, o civilismo manteve-se no poder de forma direta ou indireta até 1919. Antônio Miró Quesada, por exemplo, filho de José Antonio e diretor de *El Comercio*, seria deputado civilista pelo Callao, entre 1901 e 1912, bem como senador, entre

³⁹ Conforme CHANG RODRÍGUEZ, Eugenio. *Opciones Políticas Peruanas*. 2. ed. Trujillo: Editorial Normas Legales, 1987, p. 51-55.

⁴⁰ CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos (1999, p. 124).

⁴¹ Conforme CHANG RODRÍGUEZ, Eugenio (1987, p. 18, 23-24, 34-35).

⁴² GARGUREVICH REGAL, Juan. (1991, p. 93).

⁴³ GARGUREVICH REGAL, Juan. (1972, p. 51-52).

⁴⁴ BASADRE, Jorge. *Historia de la República del Perú*. Lima: Editora Universitária, 1983 apud CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos (1999, p. 163).

1913 e 1918⁴⁵ tornando-se influente conselheiro político nos governos de López de Romaña, Manuel Candamo e José Pardo.⁴⁶

Paralelamente a esta quase hegemonia, ocorreu outro fenômeno, de natureza econômica: a penetração do capital externo na economia peruana tornou-se mais intensa e regular. Primeiramente o capital inglês e, gradualmente, a partir do século XX, o capital norte-americano, foi investido na extração de minérios, na formação de fazendas agrícolas administradas comercialmente, na infra-estrutura de transportes e permitindo o surgimento de grandes empresas como a *International Petroleum Company*, *Cerro de Pasco Copper Corporation* e a *Peruvian Corporation*.⁴⁷ A presença deste capital não foi somente tolerada, como foi incentivada pela oligarquia peruana, sócia em alguns empreendimentos, além de beneficiária dos recursos fiscais tributados às atividades econômicas, alimentando uma máquina administrativa sob seu controle.

A complexidade social desenvolvida ao longo do intervalo de tempo de predomínio civilista expressou-se a partir da proletarização urbana e camponesa, além da cristalização de dois grupos da elite diferenciados pela maior ou menor adesão aos projetos de modernização das relações trabalhistas.⁴⁸ Foi com a presença de Augusto B. Leguía, eleito presidente para o mandato do período 1908-1912, que assistimos a formação de uma fissura no grupo civilista dominante resultante deste amplo debate.⁴⁹

Dois fatos históricos, no entanto, questionaram a relação quase hegemônica do civilismo: o mandato de Guillermo Billinghurst e a crise sucessória de José Pardo. No primeiro caso, ocorrido em 1914, o civilismo demonstrou estar em dificuldades para a manutenção de seu monopólio político, permitindo que Billinghurst fosse eleito presidente, como resultado de uma coalização de democratas, constitucionalistas e liberais, mais as facções modernizantes do próprio Partido Civil.⁵⁰ A plataforma eleitoral do presidente incluiu, novamente, o debate a respeito da modernização das relações de trabalho, representada pela concessão de jornada diminuída, direito à indenização por acidente do trabalho e estabilidade laboral.⁵¹ A pressão social vinda dos sindicatos de cunho anarquista tornou-se cada vez mais intensa, aproveitando o momento favorável às suas reivindicações. A posição do presidente,

⁴⁵ ZANUTELLI ROSAS, Manuel (1985, p. 125).

⁴⁶ GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p. 135).

⁴⁷ Conforme CHANG RODRÍGUEZ, Eugenio (1987, p. 27-31).

⁴⁸ Conforme COTLER, Julio. *Clases, Estado y Nación en el Perú*. 6. ed. Lima: IEP, 1992, p. 165.

⁴⁹ *Ibidem*, p. 169.

⁵⁰ *Ibidem*, p. 171-172.

⁵¹ Conforme CHANG RODRÍGUEZ, Eugenio (1987, p. 54).

favorável às principais reivindicações dos trabalhadores, baseava-se numa tentativa de ultrapassar os obstáculos colocados pelo Congresso à aprovação destes benefícios, buscando apoio direto nos movimentos sociais. A resposta da elite foi de repúdio às intenções presidenciais. De liberais a constitucionalistas, passando por democratas e, obviamente, civilistas, a oposição a Billinghurst culminou com a procura de um militar, o então comandante Oscar Benavides, para a deposição do presidente.⁵²

A atuação civilista naquele momento consagrou uma histórica contradição. Para solucionar um problema político civil, recorreu à presença do exército. Nascido para afastar o caudilhismo militar do controle do estado peruano, o civilismo reconduziu um militar ao poder, Benavides, cujo personalismo político tornar-se-ia influente, como comprovaria sua constante presença na cena política nacional por longo prazo, mesmo trinta anos após àquele acontecimento. Esta contradição seria sobejamente utilizada pelos opositoristas futuros do civilismo ao argumentarem que teria sido responsável pela re-introdução do militarismo na política.

No segundo caso de contestação do predomínio civilista, a própria ‘República Aristocrática’ chegaria ao seu final, quando da crise sucessória de José Pardo, em 1919. As diferenças dentro do civilismo solidificaram-se, a ponto de um de seus ex-integrantes históricos, o ex-presidente Leguía, aproveitar o conjunto de greves destinadas à implantação da jornada de oito horas e pelo barateamento de subsistências, promovendo-se como o protetor dos interesses dos trabalhadores e estudantes, para lançar-se candidato contrário ao civilista tradicional Antero Aspíllaga. Contando, naquele momento, com o apoio de líderes intelectuais dos movimentos sociais, como Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui, além do movimento estudantil, a vitória de Leguía não representaria, no entanto, a garantia da implantação de um projeto mais democrático, do ponto de vista político-institucional.⁵³ Sabedor das dificuldades parlamentares opostas a seu projeto, dissolveu o parlamento e, mais tarde, implantaria uma ditadura que seria longa o suficiente para ser chamada como o período do *oncenio*.

Foi exatamente o final da ‘República Aristocrática’ que impôs novas dificuldades aos Miró Quesada e seu periódico. A ditadura que se seguiu à derrubada do último presidente civilista, José Pardo, limitou os movimentos políticos civilistas e manteve *El Comercio* numa posição relativamente defensiva. Antônio Miró Quesada, por exemplo, teve de auto-exilar-se

⁵² Conforme CHANG RODRÍGUEZ, Eugenio (1987, p. 54).

⁵³ COTLER, Julio (1992, p. 182).

por certo tempo, em função de suas manobras para tentar um retorno do civilismo, procurando depor o ditador Augusto B. Leguía, associado a outro destaque da imprensa de então, o jornal *La Prensa*, ambos contrários à substituição do civilismo por outra opção política. Na ocasião, a casa de Antônio Miró Quesada foi incendiada pela turba pró-Leguía, enquanto *La Prensa* sofreria uma intervenção que o transformaria em um diário favorável ao novo ditador.⁵⁴

Os fundamentos modernizantes de Leguía embasaram seu projeto cognominado *Patria Nueva*. No âmbito político, Leguía organizou o Partido Republicano Reformista e, a partir de alterações constitucionais, reelegeu-se para mais dois mandatos (1924 e 1929). O rígido controle sobre a oposição, mantida por uma extensa rede de espiões; a vigilância permanente sobre a imprensa; a organização de uma guarda presidencial; a formação de um grupo seletivo de apoiadores, através da distribuição de prebendas; o isolamento da alta oficialidade das Forças Armadas em relação à política; tudo isso foi estruturando e garantindo a proeminência do primeiro mandatário, cada vez mais convertido em ditador à medida que o tempo passava. O exílio de opositores ao regime, oriundos dos movimentos sociais, como Haya de la Torre, assim como o auto-exílio de outros, como Antonio Miró Quesada foram eliminando todas as possíveis fontes de instabilidade que pudessem surgir.⁵⁵ No campo econômico, o *oncenio*, nome que representou os onze anos da permanência de Leguía no poder (1919-1930), marcou o período onde o capital norte-americano apresentou-se mais insinuante, superando a presença inglesa.⁵⁶ Foi igualmente o momento no qual a obtenção de empréstimos externos para atender os vultosos gastos estatais deu certa estabilidade ao regime.⁵⁷

Apesar da estreita vigilância exercida por Leguía sobre a imprensa em geral, *El Comercio* não teve muitas dificuldades para continuar se firmando como o mais antigo e importante jornal diário peruano, mesmo sofrendo uma concorrência cada vez maior no mercado editorial. Após alguns anos de intenso trabalho de reestruturação, o jornal reemergeria fortalecido na segunda metade dos anos 1920.⁵⁸

A ilegalidade e o fenecimento pelo qual passou o Partido Civil durante a longa ditadura do *oncenio* não significou necessariamente o fim do civilismo enquanto segmento político influente nem alterou substancialmente sua base de sustentação material e sua reprodução social.

⁵⁴ GARGUREVICH REGAL, Juan. (1991, p. 119).

⁵⁵ VILLANUEVA, Victor. "El APRA en Busca del Poder" (1975, p. 12) e COTLER, Julio (1992, p. 186-187).

⁵⁶ COTLER, Julio (1992, p. 183 e 184).

⁵⁷ CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. (19991, p. 190-192).

⁵⁸ CASTRO, José Pardo. *Amos y Siervos en El Comercio*". Lima: Periodistas Unidos, 1961, p. 17.

El ‘civilismo’, expresión política de la antigua aristocracia de origen agrario, de donde procedía Leguía, no sufrió mayormente. El dictador dejó hacer a sus antiguos conmlitones, permitiéndoles, inclusive, aumentar sus riquezas. Se contentó con marginarles del poder político.⁵⁹

Este foi o motivo principal que fez com que o jornal da família Miró Quesada sobrevivesse durante a ditadura leguista. Além disso, mesmo que fosse visto pelo ditador com desconfiança, o comportamento não beligerante do jornal e a origem plutocrática de seus proprietários não permitia que houvesse uma colisão direta entre estes e os interesses defendidos pelo presidente, principalmente ante o *status quo* econômico vigente durante sua ditadura.

Durante os anos 1920, portanto, o jornal adotou a mesma estratégia que muitas vezes utilizara durante o século XIX, para sobreviver às disputas políticas. Constituía-se de um “sistema cuyo secreto consiste en resistir los fáciles apasionamientos, los bellos arranques momentáneos para sustituirlos por un previsor silencio o una reprobación condicionada.”⁶⁰

Os editoriais de *El Comercio*, principalmente nos anos 1920 foram caracterizados por um equilíbrio que denotava extrema cautela ante qualquer polêmica política. Esta característica foi estabelecida em décadas de prática cotidiana com a conturbada e instável vida política nacional. As adversidades vivenciadas no período do *oncenio* fizeram com que o periódico primasse pelo ascetismo e a busca de certa imparcialidade em suas matérias. Contudo, concordou ou omitiu-se em relação ao exílio de opositores de Leguía e que eram oriundos dos movimentos sociais, destacando-se Haya de la Torre. O mesmo tratamento daria ao movimento sindical, assumindo o periódico posição indiferente e mesmo contrária a vários movimentos paredistas daquele período. Reflexo natural de sua origem social e política, preferia manter sua posição estratégica que aderir à efervescência da mobilização de massas.

A crise capitalista de 1929 influenciou na queda de muitos governos na América Latina. O Peru não foi exceção. A queda de Leguía em 1930 propiciou a oportunidade para que *El Comercio* solidificasse sua posição de mais importante e influente periódico nacional, sobretudo no momento em que as forças políticas que assumiram o poder, especialmente os membros das Forças Armadas tornaram-se suscetíveis à verdadeira ingerência de parte da elite política civilista.⁶¹ Ainda que tenha sido afastada do exercício direto do poder político pelo ditador, durante o *oncenio*, tal elite exerceria significativa influência no futuro político.

⁵⁹ VILLANUEVA, Víctor. *El APRA en busca del poder*. Lima: Editorial Horizonte, 1975, p. 1.

⁶⁰ PORRAS BARRENECHEA, Raul (1970, p. 30).

⁶¹ VILLANUEVA, Víctor (1975, p. 48).

Enquanto isto, a longevidade de *El Comercio* já era suficiente para lhe outorgar o cognome de decano da imprensa nacional”, título que muitas vezes foi evocado pelo próprio jornal como símbolo de perenidade e credibilidade. Utiliza-se indistintamente, neste trabalho, o vocábulo decano ou o nome *El Comercio*, nas referências a tal diário.

O período compreendido entre os meses de agosto de 1930 e março de 1931 correspondeu ao governo provisório presidido pelo comandante Luis M. Sánchez Cerro, responsável pelo pronunciamento militar de Arequipa e que pusera fim ao *oncenio*, tornando-o líder político natural para a sucessão presidencial.

O governo provisório desenvolveu-se em meio a uma verdadeira efervescência da mobilização sindical e política, destacando-se as greves de trabalhadores mineiros e sua consequente repressão sangrenta por parte do exército a mando do presidente.⁶² Este período coincidiu com o surgimento de forças político-sindiciais auspiciadas pelo Partido Comunista Peruano, o estabelecimento da Central Geral dos Trabalhados do Peru, além da fundação do Partido Aprista Peruano e a organização de agremiações sindicais a ele vinculadas. O fim da ditadura leguista proporcionou um clima de liberdade incomum, representado por uma mobilização social cuja intensidade literalmente apavorou a oligarquia peruana e a convenceu da necessidade de viabilizar um regime de força, capaz de conter tamanha avalanche reivindicatória, mesmo que, no âmbito discursivo, tecesse loas à democracia.

O presidente provisório contou, desde o início, com o apoio da cúpula das Forças Armadas e com a colaboração explícita dos grandes diários limenhos. A implantação de uma nova ditadura para a preservação da ‘ordem’ foi explicitamente apoiada por *El Comercio* neste período agitado.⁶³ O desgaste de Sánchez Cerro no comando do governo provisório, no entanto, tornou-se insustentável. Um movimento regional arequipenho, que reivindicava a implantação de uma democracia a partir de eleições com voto secreto e que contava com opositores da aliança entre Sánchez Cerro e os velhos representantes do civilismo, formou-se rapidamente, ganhando adeptos em Lima. Tal movimento regional forçou o presidente provisório à renúncia. Com Sánchez Cerro exilado na França, inaugurava-se nova junta governativa, que encaminharia a sucessão presidencial através de eleições, incluindo a escolha de uma Assembleia Nacional Constituinte.⁶⁴

O início dos anos 1930 não marcou somente o período mais intenso de mobilização política e social ocorrido no país até aquele momento de sua história nacional. Os personagens

⁶² CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos (1999, p. 202-203).

⁶³ Conforme denúncias do jornal aprista *La Tribuna*, nº 53, 06/07/1931, p. 1 e nº 57, 10/07/1931, p. 2.

⁶⁴ COTLER, Julio (1992, p. 230).

políticos mais influentes buscaram promover a inauguração de uma nova fase política, sem os constantes tropeços que até então caracterizavam a vida republicana. Promoviam explicitamente um regime democrático estável, pelo menos no âmbito do discurso. Na verdade as diferentes concepções democráticas estavam matizadas por posições ideológicas, no mínimo, ecléticas. Estas visões políticas combinaram-se com a efervescência social, refletindo-se na imprensa que, após onze anos de estreito controle e censura, tornou-se destacado veículo de canalização de anseios e projetos políticos represados. A quantidade de jornais e revistas multiplicou-se como nunca, revelando a avidez da sociedade por consumir estas publicações.⁶⁵

Foi a partir do mês de maio de 1931, quando passou a ser publicado o diário aprista *La Tribuna*, que realizamos o mapeamento rigoroso das posições assumidas pelo diário *El Comercio*.

O radicalismo e a ferocidade com a qual os Miró Quesada reagiram às ideias contidas no jornal aprista, expuseram em que medida o surgimento de uma oposição política e jornalística às ideias do decano foi responsável por uma repulsa quase irracional. Antônio e seus irmãos, Oscar e Luis Miró Quesada, revezaram-se ou se complementaram na tarefa de contestar informações publicadas por um periódico opositor cada vez mais consumido pela população, sobretudo em Lima. A frequência com a qual *El Comercio* referiu-se direta ou indiretamente às ideias contidas no jornal aprista revelaram a preocupação do decano em não deixar sem resposta qualquer informação, exposição ou contestação. Foi desta forma que *El Comercio* deixou de ser um diário aparentemente inofensivo do ponto de vista da identificação política e distante da pregação doutrinária diária, para transformar-se numa radical trincheira ideológica, engajando-se explicitamente com políticos e partidos. Pode-se dizer que a mobilização política, empreendida pela esquerda em geral, e pelo aprismo, em particular, levaram *El Comercio* a sair de sua cômoda posição de diário sem aparente compromisso político, durante os anos 1920, para uma postura de permanente duelo, especialmente com o aprismo, comportando-se como qualquer outro jornal voltado à divulgação de doutrinas de um partido ou cliente. Este comportamento revelava que as circunstâncias históricas eram especialmente diferentes daquelas anteriormente enfrentadas

⁶⁵ GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p. 1).

pelo ancião periódico. Aquele momento era de demanda incontida por liberdade de expressão, o que, como se constatou, ficou atestada pela multiplicação de diferentes publicações.⁶⁶

A circunstância histórica, entretanto, revelava uma substancial diferença em relação às situações políticas vivenciadas até então. Não estávamos mais diante da prática política vinculada à luta entre as diversas facções ‘caciquistas’ existentes até o estabelecimento da ditadura de Leguía. Não havia mais lugar para a velha estratégia de disputa que opunham os grupos vinculados aos caudilhos políticos civis ou militares, que se digladiavam em torno da posse do Poder Executivo. Não se tratava mais de um desafio político tradicional, entabulado entre os influentes chefes de partido, tais como foram Piérola, do Partido Democrata, Cáceres, do Partido Constitucionalista, Durand, do Partido Liberal ou os inúmeros representantes do já extinto Partido Civil. Mortos os líderes e extintos ou em vias de extinção alguns destes partidos, se tratava, agora, de disputar o poder dentro de mínimos padrões democráticos, porque existia agora uma efetiva representação política fora da elite. E de disputá-lo opondo a oligarquia contra uma força política cada vez mais insinuante na vida nacional, sendo responsável juntamente com outras agremiações, como o Partido Comunista Peruano, por uma gigantesca mobilização social, cujo alcance poderia provocar a destruição do próprio sistema oligárquico de dominação. Era toda a estrutura política, econômica e social que estava sendo questionada, segundo a percepção de *El Comercio*. Esta realidade foi bem detectada pelos Miró Quesada, razão pela qual tentaram impedir a influência que a mídia escrita aprista ou comunista pudesse exercer sobre o público em geral, passando a duelar, quase diariamente, com o jornal aprista *La Tribuna*. Estruturou-se, através das páginas de *El Comercio*, o que consideramos como uma das mais longevas trincheiras ideológicas peruanas e latino-americanas, verdadeira fomentadora de uma cultura política partilhada pelos segmentos vinculados à oligarquia. Foi assim que o civilismo, substrato político e ideológico presente no Estado oligárquico peruano, ganhou sobrevida, confirmando ser uma das correntes políticas e ideológicas mais influentes.

As eleições para a sucessão de Leguía foram confirmadas para outubro de 1931. E foram surgindo partidos políticos organizados para disputá-la, não somente para eleger o presidente, mas para ocupar cadeiras num Congresso Constituinte, que pretendia elaborar uma nova Carta Magna. Além do APRA surgiu a União Revolucionária, partido político organizado em torno à candidatura de Sánchez Cerro.

⁶⁶ GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p. 148). Para um rápido levantamento estatístico sobre o número de jornais e revistas publicados, “Extracto Estadístico del Peru 1936-1937”, p. 396 apud CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos (1999, p. 196).

Com o surgimento do diário *La Tribuna*, o decano passou a assumir posições inequívocas ante o processo político em andamento. Preferentemente em suas edições matutinas, divulgou seu parecer a respeito da conjuntura nacional, destacando-se os ataques ao aprismo exibidos nas colunas correspondentes aos editoriais, na coluna de Antonio Miró Quesada, '*Burla burlando*', e através da publicação dos artigos oriundos de contribuições escritas por colaboradores.

Os editoriais, a coluna '*Burla burlando*' e algumas matérias dedicadas a temas político-conjunturais eram praticamente monopolizadas pelos irmãos Miró Quesada. A coluna '*Burla burlando*' destacava-se por sua invariável forma sarcástica e humorística de tratar os assuntos de natureza política, comentando as questões mais polêmicas do cotidiano político. Escrita regularmente por Antonio Miró Quesada, a coluna era quase sempre publicada na página cinco da edição matutina do jornal, constituindo-se num instante de descontração em meio a matérias e artigos de linguagem mais formal e séria. Enquanto Antônio desferia críticas irônicas através da coluna '*Burla burlando*', sob o pseudônimo de *El Duende* ou *El Mismo*, os ataques mais sérios tiveram a colaboração emblemática de RACSO, pseudônimo de Oscar Miró Quesada, irmão de Antônio. Oscar destacou-se nos ataques publicados entre junho e outubro daquele ano, quando escreveu uma série de artigos sob o título de *Sociología Política*, nos quais misturou conceitos políticos, jurídicos e sociológicos com conteúdo opinativo, procurando conferir um caráter de cientificidade ao que, na verdade, não passava de uma posição político-ideológica defendida por *El Comercio*. Os editoriais, muitos deles escritos por outro irmão, Luís Miró Quesada, exprimiam a opinião da família-proprietária, enquanto frequentes colaborações por parte de alguns articulistas, principalmente no período pré-eleitoral, completaram o arsenal de argumentos.

El Comercio começou, então, a trabalhar intensamente para influenciar no resultado do pleito em favor de opções políticas que julgava fossem mais convenientes. Simultaneamente, procurou inviabilizar o sucesso das propostas concorrentes, especialmente a indesejada proposta aprista. Percebia a viabilidade eleitoral da candidatura de Haya de la Torre como perigosa. Até agosto de 1931, oscilou entre apoiar explicitamente o comandante Sánchez Cerro e um grupo de políticos notáveis que unissem a elite em torno de um candidato comum, a Concentração Nacional, o que logo percebeu ser inviável.⁶⁷ A partir de então as

⁶⁷ Editorial de *El Comercio*, nº 45798, 31/07/1931, p. 1.

elegias ao candidato da União Revolucionária tornaram-se mais transparentes.⁶⁸ Na tarefa de favorecimento ao candidato Sánchez Cerro predominou, paralelamente aos constantes ataques ao aprismo, um intenso radicalismo. A defesa da ordem, o anticomunismo, a xenofobia representada pelo antiinternacionalismo, a defesa da estabilidade monetária rígida, a defesa da liberdade de imprensa, também foram valores recorrentes expostos pelo decano naquela época, assim como o seriam durante boa parte do século XX.

Adeptos de soluções políticas fortes, os Miró Quesada chegaram a flertar com o fascismo nos anos 1930, como foi o caso de Carlos, filho do diretor Antônio Miró Quesada.⁶⁹ Esta influência era veladamente exposta, combinando-se ecleticamente com um discurso de defesa de iniciativas institucionais democráticas. Alguns membros da União Revolucionária, por exemplo, eram adeptos confessos do fascismo, como atestava a presença em suas fileiras de Luis Alberto Flores, notório admirador de Mussolini.⁷⁰

Na campanha de 1931, portanto, o decano aproveitou fatores circunstanciais e conjunturais para promover a candidatura de Sánchez Cerro e fazer fracassar a candidatura do candidato aprista Haya de la Torre. Seguindo esta lógica, constatamos que as acusações aos adversários apristas foram mais frequentes que os elogios explícitos às propostas da UR. Na verdade *El Comercio* nunca admitiu oficialmente a preferência por qualquer partido, ainda que explicitasse o veto ao aprismo. “No tiene ‘El Comercio’ interés político en el triunfo de determinado candidato”.⁷¹ Este tipo de comentário seria repetido como forma de explicitar uma aparente imparcialidade jornalística. “El Comercio’ no tiene interés político, de ninguna especie, en que prevalescan estas o las otras aspiraciones ciudadanas en la próxima contienda electoral.”⁷² Sobressaía, entretanto, uma lógica: afastar a hipótese da vitória eleitoral de um candidato e de um partido, que poderiam ameaçar os interesses políticos e econômicos através de mudanças que julgavam demasiado profundas e inadequadas para si e para o Peru. Para cumprir este papel os Miró Quesada passaram a atacar sistematicamente o aprismo, abrindo acirrado debate jornalístico com o jornal *La Tribuna*. Comunismo, leguismo,

⁶⁸ Um esclarecimento de François Bourricaud torna-se útil para entendermos esta oscilação. “La oligarquía [...] después del hundimiento del civilismo en 1919, incluso, no tiene un partido que la ilustre y la defiende frente a los intereses concurrentes de otros sectores de la sociedad” BOURRICAUD, François (1969, p. 116). Já Henry Favre completa este raciocínio a respeito do comportamento político partidário da oligarquia, afirmando que apesar de não possuir um partido político, opõe-se frontalmente a todo aquele que pretenda impor um programa reformista. BOURRICAUD, François (1969, p. 117-118).

⁶⁹ GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p. 157).

⁷⁰ SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Apuntes para una Biografía del APRA. Una Larga Guerra Civil – 1931/1934*. Lima: Editora Mosca Azul, 1979, p. 39 e THORNDIKE, Guillermo. *El Año de la Barbarie*. 5. ed. Lima: Editora Mosca Azul, 1980, p. 57. v. II.

⁷¹ Editorial de *El Comercio*, nº 45722, 18/06/1931, p. 1.

⁷² *Ibidem*, nº 45762, 10/07/1931, p. 1.

internacionalismo, antipatriotismo, anticlericalismo, antimilitarismo, radicalismo, sectarismo. Estas foram as mais frequentes acusações atribuídas ao aprismo por parte de *El Comercio* entre 1931-1932. Estes elementos contribuíram para a imagem negativa que o aprismo carregaria no futuro em seus embates contra seus opositores políticos, como poderemos comprovar mais adiante neste trabalho.

O debate foi intenso e praticamente diário entre maio de 1931 e fevereiro de 1932. Ele incluiu questões específicas às eleições de outubro, destacando-se a oposição peremptória à implantação de qualquer dispositivo que implicasse num aumento imediato do colégio eleitoral, visto como estrategicamente prejudicial aos resultados que convinham à oligarquia, demonstrando uma contradição entre a defesa de princípios democráticos de participação e a limitação da participação popular.

Conjunturalmente vinculados a este período, portanto, identificam-se outros valores ferrenhamente defendidos por *El Comercio*: oposição do direito de voto ao analfabeto; defesa do voto aberto em detrimento do voto secreto; oposição à extensão do direito de voto aos maiores de dezoito anos e às mulheres; oposição à representação proporcional que garantisse a presença de minorias no Congresso Nacional.

O debate jornalístico tornou-se decisivo, pelo menos se observarmos a virulência das acusações mútuas e seu impacto na opinião pública. É possível compreender, a partir de então, a importância cada vez maior atribuída à influência dos meios de comunicação nos destinos políticos nacionais. No auge da campanha de 1931 *El Comercio* atingiu a publicação de oitenta e dois mil exemplares diários, sendo cinquenta mil somente nas edições matutinas.⁷³ Levando-se em conta que Lima, cidade mais populosa e, portanto, colégio eleitoral mais importante, possuía uma população de trezentos e setenta e seis mil habitantes⁷⁴, podemos inferir que o impacto das informações jornalísticas deve ter sido grande, ainda mais que o colégio eleitoral do Departamento de Lima contava com cento e um mil votantes, mais de um quarto do colégio eleitoral do país.⁷⁵ Além disto, o preço do exemplar vendido em Lima era relativamente acessível.⁷⁶ Este impacto, todavia, transcendeu os limites limenhos, repercutindo em âmbito regional e mesmo nacional.

⁷³ Editorial de *El Comercio*, nº 45860, 03/09/1931, p. 2.

⁷⁴ Conforme CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos (1999, p. 178).

⁷⁵ O número preciso de votantes pelo Departamento de Lima era de 100.992 eleitores, conforme THORNDIKE, Guillermo (1980, p. 85). De acordo com Thorndike, o colégio eleitoral total era de 396310 votantes em 1931.

⁷⁶ O exemplar avulso custava cinco centavos de sol. A subscrição mensal custava dois sóis e cinquenta centavos. Esclarecemos que não havia ainda a implantação de um salário mínimo nacional, sendo definido um piso por categoria. Nossa pesquisa encontrou, por exemplo, um piso de oitenta sóis mensais para as telefonistas no ano de 1931. Outras categorias, no entanto, recebiam bem menos. O preço de *El Comercio* era igual ao de um

1.2 NASCIMENTO E HISTÓRICO DO APRISMO E DE *LA TRIBUNA*

A trajetória do aprismo em seus primeiros seis anos de vida (1924-1930) foi praticamente desenvolvida entre o Peru e os diversos locais onde esteve exilado seu principal líder, Víctor Raúl Haya de la Torre.

O envolvimento de Haya com os movimentos sociais, no entanto, é anterior. Há que destacá-lo como líder estudantil no final dos anos 1910.

O final dos anos 1910 testemunhou o surgimento de movimentos reivindicadores massivos. O contexto político e intelectual do final daquela década foi o da influência dos desdobramentos da Revolução Russa (1917), da Revolução Mexicana (1910) e mesmo do movimento estudantil representado pela Reforma Estudantil de Córdoba (1918), contribuindo para a formação de um importante contingente de ativistas. Começavam a surgir movimentos políticos organizados para a contestação do *status quo* político. E isto seria lentamente contemplado através das atividades de lideranças perspicazes e representativas dos anseios de mudança requeridos pelos segmentos mais politizados no meio estudantil e sindical. Haya de la Torre absorveu as influências de sua época sabendo, simultaneamente, cumprir o papel de líder ao granjear adeptos em meio aos estudantes e aos trabalhadores.⁷⁷

Fixada a imagem de líder a partir dos massivos movimentos paredistas do final dos anos 1910, Haya de la Torre cercou-se de colaboradores que partilharam o mesmo destino, destacando-se um grupo oriundo de sua natal Trujillo, capital do departamento de La Libertad. Haya, assim como outros futuros líderes do aprismo, sofreram o impacto dos fenômenos decorrentes da presença do capital externo nas imensas lavouras comerciais da região. Nos departamentos de La Libertad e Lambayeque, por exemplo, foi intensificada a implantação de uma agricultura de larga escala, principalmente a de cana-de-açúcar, voltada para a exportação e controlada diretamente por proprietários estrangeiros, culminando um processo que vinha lentamente sendo gestado nas três últimas décadas do século XIX. Esta presença do capital externo produziu efeitos formidáveis no ordenamento econômico e social nos departamentos do litoral centro-norte peruano, influenciando diretamente na formação ideológica do aprismo. O capital de origem alemã, inglesa e, principalmente, norte-americana,

exemplar de *La Tribuna* na mesma época. Considerando ser um jornal bem mais volumoso e de custo mais elevado de elaboração, circulava a um preço relativamente acessível para os padrões peruanos.

⁷⁷ PERALTA RIVERA, Germán. *La Ética del joven Haya*. Trujillo: Consejo Provincial de Trujillo, 1995, p. 15-22.

produziu verdadeiros enclaves agrícolas, onde sistemas retrógrados de relação de trabalho, como o ‘*enganche*’ eram responsáveis pelos excessos na exploração da mão-de-obra. Estas mudanças drásticas influenciaram, portanto, muitos daqueles que se destacariam como dirigentes políticos opostos ao imperialismo e à oligarquia.

O movimento aprista surgiria no exílio mexicano de Haya, em 1924.⁷⁸ Antes, tratou de desenvolver a educação popular através da organização de estabelecimentos de ensino voltados aos proletários, as Universidades Populares Gonzáles Prada, que deveriam constituir, segundo seu ideal, os futuros clientes deste movimento por ele idealizado. A tarefa de divulgação foi desempenhada juntamente com outras personalidades, como José Carlos Mariátegui, por exemplo.

Um dos grandes méritos de Haya foi fincar sólidas bases nos movimentos sindicais, sobretudo urbanos, e em cidades populosas como Trujillo e Lima, promovendo a transição da postura política ortodoxamente anarquista de muitos destes sindicatos, para uma atuação mais sistemática, vislumbrando, quiçá, a aglutinação em torno de um partido político.⁷⁹

Suas ações causaram problemas à ditadura de Leguía, que o exilaria em 1923, em decorrência da liderança que exerceu na frustrada cerimônia de Consagração do Peru ao Sagrado Coração de Jesus, movimento político e clerical articulado entre o presidente e as autoridades eclesiásticas.⁸⁰ Esta postura lhe custaria os epítetos de anticlerical e de ateu, atribuídos por seus inimigos políticos e sobejamente utilizados em diferentes contextos futuros. Seu exílio só terminaria após a queda de Leguía.

De sua natal Trujillo sairia a maior parte dos primeiros fiéis seguidores da doutrina aprista, acrescentando-se alguns oriundos de Lima. A origem geográfica da formação deste grupo de apoio foi evidenciada em estudo desenvolvido por Klarén em sua obra *La Formación de las Haciendas Azucareras y Orígenes del APRA*.⁸¹ A origem do aprismo e sua vinculação com os efeitos da presença do capital imperialista na zona açucareira litorânea aparecem nesta obra com razoável fundamento.⁸²

Os anos que se seguiram seriam os de lenta solidificação do ideário aprista, predominantemente antioligárquico e anti-imperialista, como atestam seus princípios

⁷⁸ Sobre o início do APRA e seus princípios ver RIVAROLA, Mildas; PLANAS, Pedro. *Víctor Raúl Haya de la Torre*. Madrid: Ediciones de Cultura Hispánica. Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1988, p. 22-23.

⁷⁹ QUIROZ, María Tereza. *La relación Partido-Pueblo en el recorrido histórico del APRA*. In: *Comunicación y Cultura: entre públicos y ciudadanos*. Lima: Editora Calianandra, 1994, p. 117.

⁸⁰ Ver PERALTA RIVERA, Germán (1995, p. 27-31).

⁸¹ KLAREN, Peter. *Formación de las Haciendas Azucareras y Orígenes del APRA*. 2. ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1976.

⁸² *Ibidem*, p. 399-310.

fundadores de 1924: 1 - Ação contra o imperialismo *yanqui*; 2 - Pela unidade política de América Latina; 3 - Pela nacionalização de terras e indústrias; 4 - Pela internacionalização do canal do Panamá; 5 - Pela solidariedade com todos os povos oprimidos do mundo.⁸³

Células apristas fundadas em diversos países até 1930 foram sendo lentamente extintas, restringindo o efeito ideológico representado pelo movimento continental dos anos 1920 à esfera político-institucional peruana.

Após a querela com o comunismo e o afastamento entre Mariátegui e o APRA, Haya de la Torre escreveu a primeira obra orgânico-doutrinária do aprismo: *El Antiimperialismo y el APRA*, publicada somente em 1935, no Chile, mas que circulava no Peru bem antes disso, através de cópias avulsas reproduzidas e distribuídas pela militância aprista. Enquanto isso, Mariátegui fundava o Partido Socialista Peruano que, após sua morte, ocorrida em 1930, teria seu nome mudado para Partido Comunista Peruano. Também foi deste período o surgimento da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru, de direção predominantemente comunista quase monopolizando o operariado da região da serra central, em Cerro de Pasco, além de concorrer com o aprismo na região petrolífera do extremo norte. Também de inspiração comunista seria uma significativa mobilização de indígenas na região da Serra Centro-Sul.

Durante os anos 1920 todos estes personagens e tendências políticas expressaram-se através de diversos periódicos, divulgando visões de mundo e matizando ideologicamente suas esferas de influência intelectual nas diversas organizações sociais. Mariátegui, por exemplo, começou sua carreira em *El Tiempo*, passando, mais tarde, juntamente com César Falcón, a editar o jornal *La Razón*. Sua maior contribuição, no entanto foi a elaboração da revista *Amauta*, publicação que circulou regularmente entre 1926 e 1930 sendo uma verdadeira tribuna de discussão política e intelectual.⁸⁴

Foi na voragem representada pelos movimentos sociais surgidos a partir do final do *oncenio* que o aprismo, finalmente, adentrou oficialmente na política nacional peruana. Em setembro de 1930 o Partido Aprista Peruano foi fundado, sendo que seu registro legal ocorreria em março de 1931. A fundação do partido acelerou a penetração do aprismo em âmbito nacional, apesar do alcance inicial de sua influência ter-se limitado à região do litoral

⁸³ Os cinco pontos do movimento aprista foram divulgados em dezembro de 1926 no “Labour Monthly”, órgão oficial do Partido Trabalhista inglês, em artigo assinado por Haya de la Torre. Conforme HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. *El Antiimperialismo y el APRA*. 8. ed. Lima: Editorial Monterrico, s/d, p. 1-2. Sobre as características do ideário aprista, principalmente o aspecto antiimperialista e antioligárquico, recomendamos NASCIMENTO, Jorge Luiz. *Partido Aprista Peruano e Haya de la Torre: um Tortuoso Caminho de Coerências (1924-1968)*. Porto Alegre: UFRGS, 2001. 207p.

⁸⁴ Para um rápido relato da atuação de José Carlos Mariátegui, ver LUNA VEGAS, Ricardo. *Mariátegui y Haya de la Torre y la Verdad Histórica*. 3. ed. Lima: Editorial Horizonte, 1988. 103p.

centro-norte, correspondendo aos departamentos de La Libertad, Lambayeque, Cajamarca, Piúra, Ancash, estendendo sua atuação mais ao sul, até Lima e, de forma isolada, Tacna.

A necessidade de divulgação do ideário aprista e da candidatura de Haya de la Torre à presidência da República fez surgir um órgão diário de comunicação a ser editado em Lima. Nascia o jornal *La Tribuna*, concebido pelo aprista Manuel Seoane quando do seu retorno do exílio.⁸⁵ O primeiro número circulou em dezesseis de maio de 1931. A partir de então, o caráter beligerante foi sempre mantido para exaltar as diferenças entre o aprismo e as concepções políticas adversárias.⁸⁶ Não há dúvida quanto à linha editorial seguida por *La Tribuna*: questionamento de tudo o que representava a estrutura de poder no passado e no presente da realidade peruana. Vários jornais com a mesma linha editorial foram editados simultaneamente no Peru, nenhum com a mesma influência e importância.⁸⁷

Manuel Seoane dirigiu seu jornal como arma de combate político, almejando, entre outras metas, alcançar vínculos sindicais amplos, além do envolvimento no debate político-eleitoral de 1931, apoiando a candidatura de Haya de la Torre. A linguagem que *La Tribuna* desenvolveu em suas primeiras duzentas e oitenta e nove edições, entre maio de 1931 e fevereiro de 1932, caracterizou-se pela dualidade ataque e defesa, situação que, como foi referido, retirou seu principal adversário jornalístico, *El Comercio*, da relativa passividade que gozava até então.

É importante registrar a dificuldade que o historiador tem em medir o impacto da leitura exercida pelo público em geral. A julgar, porém, pelas informações fornecidas pelo próprio diário e por Garaycochea, a aceitação do jornal pelo público alcançou índices bem consistentes, onde tiragens de vinte e quatro mil⁸⁸, e mesmo trinta e cinco mil exemplares foram possíveis naquele período.⁸⁹ Circulando ao preço de cinco centavos de sol era relativamente acessível aos segmentos proletários. Considerando novamente a população limenha da época e seu colégio eleitoral, podemos inferir quão significativa era a presença do jornal aprista na capital, ainda mais quando concorria contra tradicionais diários como *La Crónica*, *La Prensa* ou mesmo, obviamente, *El Comercio*.

⁸⁵ Para uma breve descrição do início da trajetória de *La Tribuna* ver GARAYCOCHEA, Percy Murillo *Historia del APRA*. Lima: Imprenta Editora Atlántida S/A, 1976, p. 91-100 e GARGUREVICH REGAL, Juan (1972, p. 44-46 e 150-152).

⁸⁶ *La Tribuna*, nº 1, 16/05/1931.

⁸⁷ GARAYCOCHEA, Percy Murillo (1976, p. 104).

⁸⁸ Conforme informação contida em *La Tribuna*, nº 102, 22/08/1931, p. 2.

⁸⁹ GARAYCOCHEA, Percy Murillo (1976, p. 93).

A divulgação do ideário aprista no jornal revestiu-se de linguagem doutrinária, procurando não somente solidificar os princípios de solidariedade política e sindical, como reforçando a identidade própria e a identificação dos inimigos históricos do Peru. Entre esses inimigos, *El Comercio* consagraria, segundo o jornal aprista, a atuação tipicamente representativa da forma oligárquica de fazer política. A frequência de referências ao decano em suas páginas foi quase diária neste período e a contundência dos ataques mostraram o caráter combativo. O radicalismo e a agressividade do periódico aprista foi evidente, sobretudo em meio a um ambiente político e social especial, onde a liberdade de expressão encontrou, como nunca antes, campo favorável para se desenvolver, mesmo que dispositivos repressivos nas mãos do governo provisório tenham procurado, com maior ou menor sucesso, disciplinar o comportamento das diversas publicações.

Como idealizador e primeiro diretor, Manuel Seoane, muitas vezes contando com a colaboração do intelectual Luís Alberto Sánchez, foi responsável pela linha editorial adotada. O primeiro editorial foi claro em muitos aspectos. O diário definia-se como solidário com as classes produtoras, com a juventude, com o nacionalismo e com o índio. Ao mesmo tempo definia-se como inimigo do civilismo, do feudalismo, da exploração econômica, do imperialismo, dos velhos políticos ‘*criollos*’.

Por nosotros habla una corriente de juventud y renovación. Frente al fracaso y la ambición de los viejos políticos culpables del desastre, surge nuestro frente único de clases productoras. [...] más que una empresa comercial; somos una resuelta aventura del espíritu contra la casurra realidad criolla.⁹⁰

O que particularmente chamou nossa atenção, no entanto, foi assumir seu papel como sendo de força beligerante. *Representamos una fuerza beligerante y definida.*⁹¹ Desde o primeiro número, desenvolveu uma estratégia de polêmica, justificando plenamente seu próprio nome: *La Tribuna*. Em suas páginas seriam expressos os diagnósticos sobre a realidade do passado e do presente, estabelecendo, por consequência, um contraponto aos diários de grande circulação nacional. Gradualmente o periódico deixou de ser somente um veículo de candidaturas eleitorais, para se transformar em um diário destinado a informar e formar a opinião pública.

Fiel ao seu enunciado, o diário abriu suas páginas para a publicação de notícias sindicais, através da coluna *La Voz de los Trabajadores*, divulgando reivindicações e

⁹⁰ *La Tribuna*, nº 1, 16/05/1931, p. 1.

⁹¹ *Ibidem*.

noticiando o desenrolar de movimentos grevistas. *No podríamos desoír el llamado para encargarnos de la sección obrera de La Tribuna*⁹²

O aprismo ganhava, assim, seu veículo mais importante de divulgação entre as lideranças e a militância, bem como entre o público em geral. Ao lado da revista *APRA*, que já era editada desde o ano anterior, *La Tribuna* buscava o reconhecimento público ao aprismo, ganhando o afeto popular, missão que foi capaz de desempenhar com sucesso.⁹³ Lentamente granjeando adeptos desde os anos 1920, o aprismo logo ganharia a concorrência com o comunismo e se imporia como a mais importante alternativa política à oligarquia.⁹⁴

Levando-se em conta a persistência do caráter combativo de *La Tribuna* como veículo aprista e considerando o impacto de seu desempenho no desenrolar político-institucional, constatamos sua consolidação como trincheira ideológica, contribuindo para a cultura política nacional e influindo decisivamente na solidificação de suas características.

1.3 TRINCHEIRAS DISCURSIVAS ESTABELECIDAS

Após informarmos a linha cronológica dos principais fatos históricos, o nascimento das trincheiras ideológicas e o conteúdo de algumas concepções defendidas pelos dois periódicos, apresentamos uma amostra do duelo jornalístico entre as duas publicações de forma mais dinâmica, desde o momento em que *La Tribuna* começou a ser publicado até, aproximadamente, as eleições de outubro de 1931. Aqui as referências diretas aos adversários beligerantes do meio político jornalístico se assemelham a uma batalha entre inimigos dispostos em trincheiras ideológicas.

A circunstância histórica correspondente ao início dos anos 1930 apontou para possibilidades de mudança. Vimos que, após a queda de Leguía e as vicissitudes dos primeiros seis meses do governo provisório de Sánchez Cerro, a luta pela implantação de princípios democráticos ganhou força com a posse, em março de 1931, da nova Junta Governativa Provisória, comprometida com o encaminhamento da nação em direção à normalidade político-institucional, garantindo eleições gerais e a formação de um Congresso

⁹² *La Tribuna*, nº 1, 16/05/1931, p. 9.

⁹³ QUIROZ, María Teresa. *La Relación Partido-Pueblo en el Período Histórico del APRA*. In: *Comunicación y Cultura entre públicos y ciudadanos* Lima: Calandria, 1994., p. 116.

⁹⁴ Julio Cotler afirmaria que o jornalismo político tornara o APRA uma organização total. Conforme COTLER, Julio apud QUIROZ, María Teresa. *La Relación Partido-Povo en el Período Histórico del APRA*. In: *Comunicación y Cultura entre públicos y ciudadanos*. Lima: Calandria, 1994, p. 118.

Constituinte. Alerta-se, contudo, que este compromisso foi cumprido com extrema dificuldade. A conjuntura que caracterizou o período pré-eleitoral, exigiu medidas da Junta de Governo extremamente restritas às manifestações políticas, como atesta a permanência do estado de sítio, primeiramente aplicado a Lima e a região do porto de Callao e, em seguida, estendido ao resto do país até a posse do novo governo, em dezembro.⁹⁵

Com todas as restrições, no entanto, não se impediu que muitas opiniões pudessem se manifestar. A Junta garantiu a propaganda eleitoral, como pudemos observar através das diversas manifestações nos jornais, bem como permitiu comícios públicos massivos.⁹⁶ Por contraditório que possa parecer, a liberdade política usufruída naqueles meses seria maior que a admitida pelos governos nas décadas anteriores e mesmo em muitos momentos posteriores. O período pré-eleitoral foi menos rigoroso na fiscalização das manifestações políticas que o período após o pleito, quando a mobilização capitaneada pelo aprismo acarretou o cerceamento da liberdade de reunião, representado pela proibição de comícios e fechamento de comitês partidários.⁹⁷

Este governo provisório, além disso, teve de conviver com diversos tipos de atentado a sua sobrevivência. Frustradas tentativas de golpe de estado ameaçaram-no constantemente, muitas das quais de difícil identificação quanto à origem e mesmo o propósito final. Entre maio e outubro de 1931 houve, pelo menos, três tentativas de desestabilização do governo, às quais atribuíam-se, com grande margem de incerteza, a origem comunista, aprista e mesmo leguísta.⁹⁸

Quanto às disputas ideológicas entre os diversos jornais, à revelia da vigilância das autoridades constituídas, a virulência das críticas foi praticamente diária. Muitas vezes o governo alertou para os excessos cometidos nas manifestações públicas e nas publicações, pedindo comedimento para não haver incitação mobilizadora de massas e violência pública entre as diferentes facções partidárias.⁹⁹

Estava garantida, portanto, a condição mínima para um convívio entre os diferentes divulgadores eleitorais através da imprensa, formalidade importante para o cumprimento do requisito liberal da democracia.

⁹⁵ Conforme comunicados da Junta de Governo publicados em *El Comercio*, nº 45640, 05/05/1931, p. 6, nº 45685, 29/05/1931, p. 1, nº 45706, 11/06/1931, p. 1 e nº 45802, 02/8/1931, p. 2.

⁹⁶ Idem, nº 45802, 02/08/1931, p. 2 e nº 45868, 08/09/1931, p. 1.

⁹⁷ Idem, 45964, 30/10/1931, p. 4.

⁹⁸ Para uma descrição rápida destes fatos, ver GARAYCOCHEA, Percy Murillo (1976, p. 101) e Comunicado da Junta de Governo publicado em *El Comercio*, nº 45709, p. 1.

⁹⁹ Conforme Comunicados da Junta de Governo publicados em *El Comercio*, nº 45868, 08/09/1931 e nº 45955, 25/10/1931, p. 1.

Todos os aspectos até aqui examinados neste trabalho mostram a controvérsia entre as ideologias defendidas pelos dois periódicos. Cabe, neste momento, examinarmos as referências mais explícitas manifestadas por cada diário em relação ao outro, pois elas revelam uma intolerância que os induziam a atacar e defender, transformando-os em trincheiras ideológicas. Independentemente do tema debatido, as referências mútuas diretas foram caracterizadas por uma constante comum: a contundência. Sem dúvida, o efeito das citações de cada adversário jornalístico em relação ao outro foi significativo, tendo em vista a preocupação com a repercussão pública e o teor das respostas.

Os duelos, entre *El Comercio* e *La Tribuna*, giraram em torno de muitos assuntos. Neste momento, destacaríamos a questão da liberdade de imprensa, da concorrência jornalística, da idoneidade moral periodística, além de outros assuntos polêmicos de alcance político.

Pouco mais de um mês após circular pela primeira vez, *La Tribuna* já avaliava a reação do decano em relação a sua presença no mercado editorial, referindo-o como *Diário de La Rifa*, expressão utilizada para designar *El Comercio*, cuja sede localizava-se na rua da loteria, isto é, a *Calle de La Rifa*, no centro de Lima: “La aparición de nuestro diario fué recibida por los gedeónicos señores de La Rifa con un cansado gesto de displicencia [...]. Contrariando todas sus presunciones [...] pronto contó con el favor del público.”¹⁰⁰

Neste mesmo artigo especulou-se sobre uma possível sabotagem patrocinada por *El Comercio* no açambarcamento de edições de *La Tribuna*, através dos vendedores ambulantes vinculados ao decano. Este procedimento visava devolver os exemplares não vendidos à sede do jornal apриста, antes mesmo de ser ofertado ao público, limitando sua venda e circulação.¹⁰¹

A resposta de *El Comercio* foi caracterizada, como de costume, pelo desdém característico de Antonio Miró Quesada através do artigo *Los apóstoles del Periodismo*:

Yo no conocía este periodiquillo. Debe ser una de esas hojitas de combate, con nombre de guerra, que suelen brotar como hongos, en vísperas electorales, y que luego vuelven a la nada, de donde salieron, sin dejar rastro de su efemera vida [...] A mi me parece que si le devuelven el periódico será porque el público no la compra.¹⁰²

A tensão entre os jornais intensificou-se quanto mais se aproximou o dia das eleições. Avaliando a repercussão das candidaturas à presidência, *La Tribuna* foi pródigo em críticas

¹⁰⁰ *La Tribuna*, nº 40, 23/06/1931, p. 2.

¹⁰¹ Conforme o artigo intitulado *Nos Sabotean*, publicado em *La Tribuna*, nº 40, 23/06/1931, p. 2.

¹⁰² Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 45737, 26/6/1931, p. 5.

aos órgãos de imprensa de outras filiações políticas, condenando o comportamento assumido por estas publicações em relação ao aprismo:

El Osorismo (do candidato presidencial Arturo Osore, pelo Partido Ação Republicana) usa las mismas armas que el civilismo – EL SISTEMA DEL ÓRGANO OSORISTA ES EL MISMO QUE DE ‘EL COMERCIO’. ‘LA REVISTA SEMANAL’ cumple consigna del civilismo en todos sus matices, contra el único candidato popular, contra Haya de la Torre. ‘El Hombre de la Calle’ rompió la forzada posición de independéncia que soportó [...] cuando se hizo vehículo de infamias contra Haya de la Torre [...] ‘El Comercio’ también coincide en solo publicar los nombres de Osore y Sánchez Cerro.¹⁰³

A fiscalização das coberturas jornalísticas elaboradas por todos os outros diários de Lima, mereceu condenação incisiva: “Ningún diário de la mañana de hoy - y se editan cuatro en Lima – registra la noticia de los diez mil manifestantes apristas que anoche recorrieron las calles centrales [...]. Así son de imparciales los periódicos de Lima.”¹⁰⁴

O alvo preferido das críticas era, entretanto, *El Comercio*: “Como esperábamos ‘El Comercio’ reveló ayer su imparcialidad [...] algunos diários de la mañana preferieron ignorar la formidable manifestación de recibimiento a Haya de la Torre”¹⁰⁵.

Contestando veementemente a contundência das críticas, o decano publicou um editorial, caracterizando o teor da linguagem manifestada por *La Tribuna* em seus artigos como radical:

La calumnia y el insulto han sido la réplica que da el diario aprista a nuestro editorial de ayer [...] Infatigablemente há calumniado a sus opositores, y sus falsos asertos se distinguieron siempre por la procaz vulgaridad del lenguaje. Miserables, torpes, estúpidos, mines, etc., son los calificativos con los cuales invariablemente engalanan su prosa.¹⁰⁶

A disputa pela aceitação popular revelou-se, entre outras formas, pela exibição das tiragens das edições diárias. Cada qual procurou exibir números favoráveis, ironizando o inimigo jornalístico e ideológico, procurando mostrar-se como o mais bem aceito pelo público em geral: “Ayer pasamos la cifra de VEINTECUATRO MIL ejemplares y solo es el más significativo éxito de nuestro honrado labor periodístico”.¹⁰⁷

¹⁰³ *La Tribuna*, nº 78, 31/07/1931, p. 2.

¹⁰⁴ *Idem*, nº 92, 14/08/1931, p. 1.

¹⁰⁵ *Idem*, nº 96, 17/08/1931, p. 3.

¹⁰⁶ *Idem*, nº 98, 19/08/1931, p. 3 apud Editorial de *El Comercio*, nº 45836, 20/08/1931, p. 2.

¹⁰⁷ *Idem*, nº 102, 22/08/1931, p. 2.

El Comercio também exibiu sua tiragem mais recente, confirmando a tradicional aceitação por parte do público limenho e peruano:

El 28 de ese mês (agosto) pasó el tiraje de ‘El Comercio’ de los 82000 [...] Actualmente, normalizados [...] hemos dejado atrás las cifras de 50000 ejemplares, en días ordinarios. Esta cifra corresponde a una sola de nuestras ediciones diárias: la de la mañana.¹⁰⁸

O relacionamento entre os periódicos tornou-se tão inamistoso, que acusações de monopólio na compra de bobinas de papel, para a confecção de jornais, tornou-se motivo de polémica entre os dois diários, quando *La Tribuna* reclamou que “[...] han adquirido todo el papel que hay en plaza, de la medida y peso del que usamos, para facilitarlos solamente a los órganos sanchistas [...]”¹⁰⁹

A réplica do decano mostrou a existência de outro tipo de boicote produzido por membro do aprismo afirmando que “Basta el hecho incalificable de un conocido aprista, quien hacian circular unos papeles pidiendo a las gentes que no leyeran ‘El Comercio’ y que se abstuviesen de anunciar en sus columnas [...]”¹¹⁰

A busca por adeptos incluiu os ataques e defesas sobre os diferentes segmentos sociais e instituições. Ambos tentaram apropriar-se da causa dos trabalhadores e da correta avaliação do momento sindical. O decano, por exemplo, lembrou projetos civilistas afirmando que “Es inútil que se le diga al pueblo que ‘El Comercio’ es enemigo del proletariado y órgano de las ‘clases explotadoras’, para inducirlo a no leerlo. ‘El Comercio’ y sus redactores, defendieron en el Congreso las leyes proctetoras del obrero.”¹¹¹

A alegação do decano sobre a defesa dos direitos do proletariado correspondeu ao período no qual o civilismo pretendeu a modernização das relações trabalhistas no início do século XX.¹¹² Daquele momento em diante, entretanto, *El Comercio* não somente se posicionou contra a sindicalização e contra movimentos paredistas amplos, como acabou se consagrando na história do jornalismo peruano como sabotador da organização sindical. “Una negra nube empañaba, sin embargo, aquella imagen de pureza patriótica de la familia Miró

¹⁰⁸ Editorial de *El Comercio*, nº 45860, 03/09/1931, p 2.

¹⁰⁹ Conforme o artigo *El Boicot de Papel a ‘La Tribuna*, publicado em *La Tribuna*, nº 110, 31/08/1931 p. 1.

¹¹⁰ *El Comercio*, nº 45860, 03/09/1931, p. 2.

¹¹¹ *Ibidem*.

¹¹² No começo do século XX, Luís Miró Quesada tornou-se um exemplo deste segmento, quando publicou trabalhos como *La Moderna crisis Social* (1900), *El Contrato de Trabajo* (1901), *La Cuestión obrera en el Perú* (1904), *Legislación del Trabajo* (1905). Conforme ZANUTELLI ROSAS, Manuel (1985, p. 127).

Quesada: su irreductible antisindicalismo [...]. Cualquier intento de agrupación de gráficos o periodistas era automáticamente atomizada”.¹¹³

Consciente disso, *La Tribuna* não poupou críticas ao adversário por sua atuação antisindical, exibindo chamadas de denúncia: “El Decano ataca a la masa tabajadora del Perú”¹¹⁴, “Lo que hizo ‘El Comercio’ contra la organización obrera”.¹¹⁵

O clima político foi de expectativa e de tensão, que foram transferidas para as diversas publicações, exigindo das autoridades governamentais a tomada de providências. Desde a queda de Leguía e, especialmente durante o governo provisório de Sánchez Cerro, vários jornais e revistas foram perseguidos, suspensos ou fechados temporaria ou definitivamente em todo o país, sobretudo aqueles mais críticos ao governo. Os casos mais relevantes deste período incluíram os diários *El Perú* e *La Noche*, assim como a *Revista APRA*.¹¹⁶ Entre maio e dezembro de 1931, a Junta Governativa teve de coibir os excessos, com base em uma lei de imprensa provisória.

Repetindo a necessidade de controle sobre a imprensa, a Junta voltou a fechar ou multar os jornais e revistas, incluindo, desta feita, publicações de todas as tendências. Em julho de 1931 os periódicos *La Opinión* e *El Día*, de filiação sanhecerrista, foram fechados, gerando protestos de *El Comercio* a respeito da liberdade de imprensa. “Perdida la libertad de prensa no dura mucho las otras libertades”.¹¹⁷

Em outubro fechou-se o jornal *Libertad*, após seu diretor, Francisco A. Loayza, disparar seu revólver contra militantes apristas em frente à sede do APRA, em Lima, gerando novo protesto do decano, atribuindo àquele fechamento uma atitude de represália governamental.¹¹⁸ Logicamente cada periódico protegeu ou protestou em favor das publicações ideologicamente identificadas entre si. Naquela época *El Comercio* começava a fixar a imagem de defensor da liberdade de imprensa, apesar da evidente contradição com algumas de suas próprias opiniões, quando pregava a sanção a seus concorrentes ideológicos. Este fenômeno foi bem diagnosticado pelo principal deles, *La Tribuna*, que conectou este tipo de comportamento com a atuação do decano no período de vigência do governo provisório de Sánchez Cerro, “El Comercio’, que logró la clausura de ‘Crítica Ilustrada’, bajo el gobierno

¹¹³ Conforme GARGUREVICH REGAL, Juan (1972, p. 17).

¹¹⁴ *La Tribuna*, nº 127, 17/09/1931, p. 3.

¹¹⁵ Idem, nº 107, 28/08/1931, p. 5.

¹¹⁶ Idem, nº 53, 06/07/1931, p. 1.

¹¹⁷ Editorial de *El Comercio*, nº 45754, 06/07/1931, p. 2.

¹¹⁸ Idem, nº 45917, 04/10/1931, p. 2.

de S. Cerro, y no protesto contra la clausura de Apra y las suspensiones de ‘El Perú’ y ‘La Noche’ [...]”.¹¹⁹

Durante a campanha eleitoral alguns jornalistas sofreram atentados anônimos desferidos por elementos pertencentes ao aprismo ou ao sanchecerrismo, prática repetida constantemente no futuro, fixando uma triste tradição de violência política protagonizada pelos diferentes grupos e partidos. Quando Federico More, jornalista de *El Hombre de la Calle* e de *La Revista Semanal* foi atacado, possivelmente por um militante da U.R., La Tribuna cobrou uma posição do decano a respeito: [...] cuando el sanchocivilismo prosiga sus ataques cobardes contra los periodistas publicamente señalados para ello, los atacadores contan con el elocuente silencio de ‘El Comercio’.¹²⁰

1.3.1 *El Comercio* e a questão eleitoral em 1931

Apresentados os primeiros combates jornalísticos, passamos à sistematização compartimentada dos temas que produziram os debates mais calorosos naquela conjuntura histórica.

Como vimos, o período pré-eleitoral compreendeu o intervalo de tempo entre março e outubro de 1931, quando os partidos políticos se mobilizaram em torno do pleito, com destaque para as candidaturas de Sánchez Cerro, pelo recém fundado Partido União Revolucionária, e Haya de la Torre, pelo Partido Aprista Peruano.

O debate sobre questões eleitorais, em 1931, correspondeu à etapa final de um lento processo no qual a coletividade nacional, através de seus representantes mais categorizados, disputou ideologicamente adesões a seus projetos, tidos, segundo suas argumentações, como os mais adequados às exigências históricas daquele momento.

Este período foi caracterizado por uma combinação de tensão e euforia, porque se vivia um ambiente de relativa liberdade de expressão após tantos anos de ditadura. As regras do pleito seriam amplamente debatidas, tornando-se um dos elementos de discórdia entre candidaturas e, por consequência, entre os jornais que as apoiavam discreta ou explicitamente.

Um anteprojeto de lei eleitoral foi sendo elaborado por um comitê especial, entre abril e maio daquele ano, da qual fez parte o aprista Luís Alberto Sánchez, sendo finalmente

¹¹⁹ *La Tribuna*, nº 208, 30/11/1931, p. 2.

¹²⁰ *Idem*, nº 113, 03/09/1931, p. 3.

apresentado à nação pela Junta de Governo. Durante o restante do ano as opiniões manifestadas pelos dois jornais refletiram as visões políticas antagônicas de cada um dos pólos em disputa. Merece especial atenção a apreciação dessas considerações, na medida em que demonstram cabalmente a divergência de interesses e expõe claramente a ideologia professada por cada proposta.

El Comercio manifestou um claro repúdio às principais inovações eleitorais colocadas em debate. A primeira objeção foi quanto à questão do voto ao analfabeto. Como esclarecem sobejamente algumas edições, a contrariedade estaria justificada pela incapacidade do indivíduo em ser representante eleito e, portanto, incapaz de escolher aquele que lhe iria representar. O argumento se embasava na ideia de que o voto seria exercido como um direito, através do qual o cidadão teria, simultaneamente, a faculdade de ser representado, tanto quanto de representar, capacidade que o decano não encontrava no analfabeto. A ironia de Antonio Miró Quesada a este respeito, expressaria a desdenhosa contrariedade sobre o assunto:

He dicho que voten los analfabetos [...]. Pero el analfabeto no sólo debe tener derecho a elegir sino a ser elegido. Así es el sufragio integral [...]. Como ensayo quizás no sería mal elegir un gobierno y un Congreso analfabetos [...]. Además [...] en la organización social que han establecido alfabetos capitalistas, quienes son las víctimas? Los analfabetos [...]. Basta ya de que el analfabeto sea el cordero. Precisa convertirlo en lobo [...].¹²¹

A questão da concessão do direito de voto a partir dos dezoito anos foi considerada um exagero. Como hipótese a ser aplicada, de acordo com o anteprojeto de lei eleitoral, mereceria o mesmo grau de desdém, provocando o seguinte comentário de *El Mismo*, isto é, Antonio Miró Quesada: “Que más bello ejemplo de democracia y de pureza electoral daríamos al mundo fijando en 8 años la edad inicial para el sufragio!”¹²² Argumentando a necessidade de uma discussão de caráter parlamentar sobre o assunto, *El Comercio* buscou preceitos constitucionais adotados em outros países, como a Espanha, onde o voto estava previsto somente para os maiores de vinte e cinco anos, e mesmo na União Soviética, onde recém o voto aos dezoito anos estaria sendo exercido, mesmo caso da Argentina.¹²³

¹²¹ Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 45640, 05/05/1931, p. 5-6.

¹²² *Ibidem*.

¹²³ *Idem*, nº 45670, 21/05/1931, p. 1.

Quanto ao voto feminino, até a instalação da nova Assembleia Constituinte, houve terminante oposição. Antes das eleições, *El Duende* expressaria da seguinte forma a hipótese de se conceder o voto às mulheres:

Yo soy porque la mujer sea mujer y el hombre sea hombre. Hay, sin embargo, una especie aparte: la sufragista. Usa anteojos, anda desgredada, organiza mítines, lleva vestido sastre y, además, es fea y hombruna. La sufragista es la sufragista. Si quiere el voto que se lo lleve en buena hora. [...]. Pero hay algunas mujercitas noveleras, que quieren también el voto porque los hombres lo tienen. [...] Siempre nos ha de costar más barato que darles joyas, peles y automóviles. [...] Si señor; generalizemos el voto femenino; que lo tengan todas las mujeres. Así no quedaría, exclusivamente, en manos de las espantapajaros. Y, luego, formar un ministerio de mujeres bien escogidas sería magnífico. Ver caras bonitas en Palacio [...].¹²⁴

Se o voto, como exigia o aprismo, fosse concedido somente à mulher que trabalhasse e estudasse, seria monopolizado pela *sufragista* referida pelo *duende*, votante cuja tendência política se vincularia aos partidos de esquerda, o Partido Comunista e, especialmente, o Aprista.

A opinião do *El Comercio*, em consequência, foi pela supressão total do voto feminino. Após as eleições e a instalação do novo Congresso assumiria, contrário senso, a posição de defesa do voto incondicional às mulheres, mantendo a polêmica com o aprismo, para quem, novamente, a extensão do direito deveria ser dada somente à mulher trabalhadora, abrindo uma ampla discussão em torno da capacidade da mulher de votar segundo sua vontade. Comentando o posicionamento aprista no Congresso *El Comercio* denunciaria que a concessão limitada de voto à mulher teria por motivo o impedimento do voto feminino, justamente entre os segmentos onde o aprismo não era aceito. *El Mismo*, simulando o que seria a reflexão de um aprista sobre a extensão do direito de voto às mulheres, se expressaria da seguinte forma:

[...] que sólo se dé voto a la mujer que trabaja y que, cuando al hombre se le exige únicamente saber leer y escribir, a la mujer se le pide ser bachilera, lo encontramos perfectamente justo, porque entre ‘las muñequitas de lujo’, y las ‘damas de la parada’, no gozamos de ninguna simpatía, y, de inclinarse, según nuestras presunciones, más a nosotros que a nuestros adversarios.¹²⁵

Referendando assertiva atribuída a José Matias Manzanilla, antigo ideólogo civilista, *El Comercio* reproduziu carta de leitora que expressava a inconformidade ante a restrição

¹²⁴ Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 45640, 05/05/1931, p. 5-6.

¹²⁵ Idem, nº 46101, 12/01/1932, p. 3.

aprista ao voto feminino: “Bien lo há dicho ya, nuestro buen amigo, el doctor Manzanilla: ‘no hay mujer, pobre o rica, que no trabaje’”.¹²⁶

Quanto às inovações eleitorais mais importantes introduzidas no anteprojeto, o voto secreto, na prática, pareceu ser a mais factível. Até então, o voto havia sido predominantemente aberto. Durante a ‘República Aristocrática’, a modalidade de voto público ajudou a semear a manipulação, a fraude e, sobretudo, a compra de votos por parte dos postulantes à Presidência da República e ao Congresso Nacional. O registro, contagem e o respeito à vontade do eleitor sempre estiveram sob forte suspeita. Para *El Comercio* o voto secreto, no entanto, só deveria ser implantado se, primeiramente, fosse submetido à apreciação da nova Assembleia Constituinte, sendo prévia e amplamente discutido, assim como as outras novidades eleitorais.¹²⁷ Alegava também não ser propriamente uma segurança contra a fraude.¹²⁸ Além disso, afirmava não ser propriamente uma inovação, já que teria sido implantado no final do século XIX, com resultados duvidosos, segundo Antonio Miró Quesada. Buscando informar a opinião pública e esclarecer os limites das inovações eleitorais *El Comercio* republicou, no período pré-eleitoral, um estudo em forma de artigo, assinado pelo diretor-proprietário e patriarca do clã Miró Quesada, José Antônio.¹²⁹

Política como representação da maioria não era necessariamente a visão que frequentava as páginas de *El Comercio*. Admitia a presença de instrumentos que dessem certa estrutura ao aparelho político de uma democracia de corte liberal, porém limitados ao caráter formalizador da política-institucional. O voto abriria muito rapidamente a presença dos movimentos sociais no colégio eleitoral, fator que poria em risco a vitória da fração política a qual promovia. Logicamente foi a partir deste raciocínio que os responsáveis pela publicação do decano procuraram impedir todas as inovações no sistema eleitoral.

1.3.2 *La Tribuna* e a questão eleitoral de 1931

A formalização de preceitos democráticos no Peru pós Leguía deveu-se muito à pressão exercida pela sociedade, especialmente pela oposição à oligarquia. O interesse desta

¹²⁶ Conforme carta de leitora publicada por *El Comercio*, nº 46099, 11/01/1932, p. 15.

¹²⁷ Editorial de *El Comercio*, nº 45764, 11/07/1931, p. 2.

¹²⁸ Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 45771, p. 5.

¹²⁹ Artigo de José Antonio Miró Quesada. “Estudio sobre el sufragio en el Perú, desde la época colonial hasta el día”, datado de 07/08/1893 e republicado em *El Comercio*, nº 45795, 28/07/1931, p. 2-8.

última parecia ser a perpetuação de formas indiretas de eleição ou até mesmo evitar a sua realização, principalmente se levarmos em conta o agitado período do governo provisório do comandante Sánchez Cerro, entre agosto de 1930 e março de 1931. A própria deposição deste governo provisório ocorrera para superar a crise através da organização de eleições livres, procurando formar um novo governo e uma nova constituição.¹³⁰ Foi com base nesta expectativa que se garantiu a realização do pleito de outubro de 1931.

Verificou-se naquele momento peculiar, portanto, a convivência entre a necessidade de mudanças no âmbito político e a manutenção de sistemas institucionais de representação. Decorreu daí uma dificuldade na aceitação consensual de mecanismos práticos por aqueles que apoiavam a implantação de um novo modelo eleitoral que pudesse viabilizar uma efetiva democratização, contra aqueles que recorriam à manutenção da democracia com base no mesmo índice populacional de representatividade até então permitido, enfatizando a formalização da democracia. Ressalte-se que, além dos vícios que marcaram o sufrágio aberto durante as décadas anteriores, não houve, durante muitos anos, a adoção de qualquer aperfeiçoamento no sistema representativo. A circunscrição representativa local, o município, por exemplo, praticamente nunca fora contemplada com eleições. As que houveram foram raras, predominando sempre a nomeação de ‘Juntas de Notáveis’. Somente em 1963 é que as eleições municipais seriam estabelecidas com regularidade, evidenciando a ausência de mecanismos locais democráticos de representação política até então. A consagração da escolha indireta ou mesmo a manutenção de organismos formais de mando político-administrativo durante longo tempo, atestam de que forma as instituições políticas ainda mantinham o caráter elitista de sua origem e permanência.

Sobre a lei eleitoral, *La Tribuna* exprimiu suas opiniões de acordo com o ideário aprista. Na questão do direito de voto a partir dos dezoito anos, por exemplo, sua posição foi amplamente favorável, justificando-a como a idade na qual muitos iniciavam suas atividades produtivas, pressupondo, desta forma, a capacidade de discernimento da pessoa em assumir compromissos políticos e, portanto, de exercer o direito de se manifestar através do voto:

En cuánto a la concesión del derecho de voto a los jóvenes de 18 años consideramos ampliamente de acuerdo con los redactores del anteproyecto, que [...] en esa edad [...] comienza [...] aquellas actividades económicas que caracterizan al ciudadano mayor de edad.¹³¹

¹³⁰ COTLER, Julio (1992, p. 230).

¹³¹ “Noticias de Arequipa” apud *La Tribuna*, nº 1, 16/05/1931, p. 1.

O periódico opinava pela sua extensão irrestrita, mostrando coerência entre o vínculo que o aprismo possuía com o conjunto dos estudantes e o passado de valorização da juventude, consagrada na expressão de Gonzáles Prada “*Los viejos a la tumba los jóvenes a la obra*”, assertiva frequentemente repetida pelos líderes políticos e estudantis de ascendência aprista.¹³² O envolvimento de potenciais líderes do PAP com o meio estudantil, especialmente o público universitário, vinha desde o início dos anos 1920. Com a queda de Leguía, o aprismo voltou a estabelecer forte presença neste meio, apoiando as reivindicações por modernização nas relações entre reitores, professores e alunos.

A questão do apoio ao voto do analfabeto seria justificada pelo anseio de redenção política da maioria da população peruana, ou seja, a de origem indígena. Os índices de analfabetismo em meio a essa população eram alarmantes, ademais considerando que muitos nem mesmo falavam o espanhol.¹³³ Esta defesa do índio encontraria nexo na denúncia que Gonzáles Prada fizera, ainda no final do século XIX, quanto ao esquecimento ao qual estava submetida a maioria da população.¹³⁴ Segundo o aprismo, se o índio fora, até então, capaz de escolher seus representantes nas comunidades onde viviam, também podiam ser capazes de escolher seus representantes políticos. A população peruana no ano de 1931 alcançou, aproximadamente, seis milhões, cento e cinquenta mil habitantes.¹³⁵ Somando-se índios e mestiços, a proporção girava em torno dos oitenta por cento. Consequentemente, a justiça social só poderia ser alcançada com a incorporação dessa massa aos direitos civis. Democracia estaria correlacionada com o equivalente à ampliação de direitos civis à maioria.

Una prueba bien clara de que el Estado es fruto de la libre determinación de una minoría es que priva al indio del voto ciudadano. Se erige un Estado, para que gobierne al país entero, pero la mayoría, es decir, a la masa indígena, se les veda el derecho de manifestar su voluntad a cerca de él.¹³⁶

Outra questão eleitoral de destaque foi o voto feminino. A defesa do voto feminino foi digna de uma especial atenção por parte dos articulistas, para fornecer argumentos coerentes ao *La Tribuna*. O direito ao voto feminino deveria ser exercido, segundo o diário aprista, somente pela mulher trabalhadora. “Nosotros abogamos por ambos votos: el de la mujer y el

¹³² Para rápida análise da obra de Manuel González Prada, recomendamos CHANG RODRÍGUEZ, Eugenio. (1987, p. 69- 92).

¹³³ SANCHEZ, Luís Alberto (1979, p. 11).

¹³⁴ Conforme discursos de Manuel González Prada proferidos em 1888, nos Teatros Politeama e Olímpia apud CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos (1999, p. 144).

¹³⁵ Em 1927, o Peru contava com uma população estimada em 6.147.000 habitantes, conforme CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. (1999, p. 203).

¹³⁶ *La Tribuna*, nº 7, 21/05/1931, p. 6.

hombre de 18 años. Pero no de la mujer propietaria [...] sino de la mujer que trabaja y estudia”.¹³⁷ Existia um claro vínculo entre o que o periódico considerava trabalho remunerado e a capacidade de discernimento e independência no exercício do voto. Por decorrência, propunha a proibição do voto à mulher não trabalhadora por sua incapacidade de pensar independentemente, o que caracterizaria a posição de muitas mulheres cujo voto estaria diretamente influenciado pela opinião do cônjuge, além disto, havia a suscetibilidade provocada pelo clero. Mais tarde, em janeiro de 1932, quando a Assembléia Constituinte foi instalada *La Tribuna* condenou o projeto de lei eleitoral debatido no Congresso, que previa a concessão do voto à mulher de forma irrestrita. Esta possível concessão foi considerada uma manobra civilista para se aproveitar do contingente feminino, que não exercia nenhuma atividade remunerada nem estudava, podendo ser cooptado pelos tradicionais inimigos políticos, representantes da oligarquia, incluindo o clero. “El voto femenino irrestricto es una arma conservadora. Porque sostenemos que la democracia debe edificarse sobre el derecho político que da el trabajo, somos contrarios a la mujer que no trabaja”.¹³⁸ A instrução também deveria estar prevista como um requisito à mulher votante. “El voto femenino debe ser restringido teniendo derecho a voto las mujeres de trabajo manual e intelectual que hayan terminado cuando menos el tercer año de instrucción primaria”.¹³⁹

Quanto ao voto secreto, *La Tribuna* opinava não poder aceitar outra hipótese, expondo o passado político eivado por fraudes, escrutínios suspeitos e outras irregularidades. A verdadeira participação democrática só seria alcançada se fosse garantido o voto secreto. Tendo em vista a deposição do Governo Provisório de Sánchez Cerro ter ocorrido, entre outros motivos, para garantir a realização de eleições livres e diretas, *La Tribuna* consignou que esta deposição ocorreria para viabilizar o voto secreto. “El voto secreto fué la bandera de la revolución de febrero (1931)”.¹⁴⁰ A avaliação do voto aberto expôs um diagnóstico classista, quando *La Tribuna* procurou, didaticamente, vincular a elite oligárquica como a responsável pela consagração de sistemas eleitorais condenáveis.

La defensa del voto público, pues, revela un interés de clase o grupo, es decir, ven de la verdad de todos conocida; que las elecciones por voto público sólo constituyen

¹³⁷ *La Tribuna*, nº 4, 19/05/1931, p. 3.

¹³⁸ *Idem*, nº 250, 05/01/1932, p. 3.

¹³⁹ *Idem*, nº 245, 31/12/1931, p. 2.

¹⁴⁰ *Ibidem*.

una farsa indignante al servicio de los que creían y se creen, por derecho hereditario, los amos y señores del Perú.¹⁴¹

A questão eleitoral revelou a intencionalidade política. As diferentes opiniões apontaram para os limites e extensões à participação democrática idealizadas por cada periódico. Nenhum dos dois jornais se declarava, obviamente, antidemocrático. Um apoiava a formalização de inovações, cuja verdadeira intenção seria a de alargar o máximo possível o colégio eleitoral, procurando superar a base restrita e que tradicionalmente apoiava e garantia as vantagens eleitorais obtidas pela oligarquia peruana. O outro pretendia adiar a extensão desse direito, nem sempre negando pertinência às inovações, mas opondo diversas razões protelatórias. Por última razão, a oligarquia sugeriu uma discussão sobre o sistema eleitoral somente para futuros governos, como no comentário de *El Comercio* transcrito abaixo:

No parece, en realidad, racional acometer transformaciones radicales en nuestro organismo político-electoral [...]. El voto secreto, la representación proporcional, la concesión del derecho de votar a los jóvenes de 18 años, en efecto, son reformas tan sustanciales que requieren, para ser adoptados, el sereno debate de un parlamento.¹⁴²

Novamente vemos que a concepção de democracia passava, logicamente, pela efetivação de processos eleitorais, divergindo-se, no entanto, quanto à forma. Até mesmo a proposta defendida por *El Comercio* tentava contemplar a hipótese de uma escolha eleitoral, ainda que baseada numa eleição cujo voto fosse aberto, sistemática que garantiria à oligarquia a continuidade de sua dominação ou, no mínimo, ingerência. A visão exposta por *La Tribuna*, por sua vez, acabava com as formas de representação indireta, reunindo um universo bem maior de eleitores, consciente de que o processo em direção a uma efetiva democratização só poderia ocorrer com a ampliação máxima do direito de voto e, por consequência, convencido de que o aprismo seria vencedor.¹⁴³ Ambas visões expunham, estrategicamente, seus interesses classistas de manutenção ou tomada do poder político.

Nenhuma mudança radical, no entanto, foi aprovada, razão pela qual o formalismo institucional democrático acabou sendo imposto como uma maneira de equilibrar as duas mais influentes propostas eleitorais.

Ao fim e ao cabo, o anteprojeto eleitoral, debatido e aprovado pelo governo provisório, manteve o voto aos vinte e um anos, a restrição incondicional às mulheres e aos

¹⁴¹ *La Tribuna*, nº 2, 17/05/1931, p. 1.

¹⁴² Editorial de *El Comercio*, 28/04/1931, republicado no nº 45764, 11/07/1931, p. 1.

¹⁴³ “Es cierto que, con elecciones legales, la mayoría sería aprista [...]”. Manchete publicada por *La Tribuna*, nº 2, 17/05/1931, p. 3.

analfabetos, garantindo, porém, o sufrágio secreto e a introdução do direito de representatividade das minorias político-partidárias no Legislativo. O resultado prático do debate veio, portanto, pela aprovação de um anteprojeto ainda limitador do direito de voto, restringindo o colégio eleitoral a pouco mais de seis por cento da população peruana, ou seja, cerca de trezentos e noventa mil cidadãos aptos a votar.¹⁴⁴ No debate congressual que ocorreria após a instalação do Congresso Constituinte, em janeiro de 1932, nada de prático resultaria, mantendo-se as mesmas regras eleitorais utilizadas em outubro de 1931.

Uma exceção digna de nota referiu-se à aprovação, na lei eleitoral, de um dispositivo condenado por ambas as correntes políticas de então. Tratou-se da definição da circunscrição representativa eleitoral por departamento, muito maior do que a circunscrição por províncias, acarretando um número significativamente diminuto de mandatos no Congresso. Os dois jornais condenaram tal procedimento eleitoral por razões semelhantes. *La Tribuna*, alegando a mentalidade genericamente localista do eleitor, assim como o alto custo de candidaturas, porque os candidatos eram mais conhecidos em âmbito provincial que departamental.¹⁴⁵ *El Comercio*, alertando para o perigo de não se combater o ‘caciquismo político’ com a adoção da dimensão departamental, explicando que a influência político-econômico-social do candidato deveria ser maior quanto maior fosse a circunscrição para a qual se candidataria.¹⁴⁶ O problema da contagem dos votos também não foi resolvido a contento. Previa a obrigatoriedade da viagem das urnas para as capitais dos respectivos departamentos, onde se realizariam os escrutínios.¹⁴⁷ *El Comercio* e o partido União Revolucionária, condenaram tal determinação, alertando para o alto risco de possíveis fraudes e para a morosidade na apuração.¹⁴⁸

Logo após o pleito de 1931, os periódicos reagiram normalmente, exaltando a realização das eleições. O período de contagem de votos, no entanto, acirrou as divergências entre apristas e urristas, e entre *La Tribuna* e *El Comercio*. Diversas denúncias de fraude, principalmente partindo do jornal aprista, criaram um clima de verdadeira guerra pós-eleitoral. A decorrência foi, naturalmente, o recrudescimento dos ataques, tanto na forma física, exemplificada pela série de combates de rua verificados em Lima, quanto verbais, principalmente expressos nas páginas dos jornais. A sequência de afirmações abaixo descritas, colocadas na sequência cronológica de suas publicações, nos coloca no ambiente político e

¹⁴⁴ Conforme CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos (1999, p. 203).

¹⁴⁵ *La Tribuna*, nº 108, 29/08/1931, p. 1.

¹⁴⁶ Editorial de *El Comercio*, nº 45764, 11/07/1931, p. 2.

¹⁴⁷ Comunicado do Partido União Revolucionária publicado por *El Comercio*, nº 45900, 24/09/1931, p. 15.

¹⁴⁸ Editorial de *El Comercio*, nº 45924, 08/10/1931, p. 1.

nos mostra quanto os jornais contribuíram para a disseminação de uma avaliação política matizada pela exacerbação na exposição de opiniões.

Probose la superioridad del voto secreto.¹⁴⁹ Se calla sobre el indiscutible éxito del voto secreto sobre el voto público. Que El Comercio [...] tiene un fúnebre presentimiento. [...] tiene la convicción del triunfo aprista.¹⁵⁰ Es palpable el fraude cometido por el civilismo en las elecciones.¹⁵¹ [...] estamos llanos a aceptar los resultados de una elección legal, pero, jamás los frutos del fraude civilista.¹⁵² Haya de la Torre declaró que el deber de todos los trabajadores apristas manuales y intelectuales imponía no abandonar a los hermanos que iniciaban con sacrificio heróico la defensa de los principios inalienables de todo pueblo civilizado y que el aprismo acompaña la protesta contra el fraude eleccionario en todo momento y en cualquier circunstancia.¹⁵³

A sequência de observações reveladas por *La Tribuna*, de acordo com a cronologia dos fatos ocorridos entre outubro e dezembro daquele ano, merece ser contrastada por uma sequência exposta por *El Comercio* sobre o mesmo tema, no mesmo período de tempo:

No seríamos sinceros si aplaudiéramos esta ley sin reservas.¹⁵⁴ Se ha cometido error al introducir tan fundamentales reformas en la nueva ley de elecciones [...] ¹⁵⁵ Casi todo el electorado acude a las ánforas.¹⁵⁶ El triunfo de Sánchez Cerro demostrado por el cálculo estadístico.¹⁵⁷ Si el pueblo creyera en las repugnantes cosas que se dicen del civilismo, jamás habría acudido donde sabía estaban los civilistas. Sin embargo, unos y otro, juntos, han sufragado por el mismo candidato; y unidos ambos, llegan a la victoria.¹⁵⁸ Asistimos con honda pesadumbre al triste espectáculo que hoy ofrecen los hombres que hasta una semana se sentían dueños de los destinos del Perú, favorecidos por una victoria imaginada.¹⁵⁹ Por supuesto que en ningún país del mundo hay quien tolere que, hechas las elecciones y formado el nuevo gobierno, los derrotados en la contienda democrática [...] sigan perturbando la tranquilidad al vecindario.¹⁶⁰

A intensidade dos protestos apristas cresceu na medida em que a lenta apuração apontou para uma derrota eleitoral. Segundo alguns testemunhos da época, a vitória de Haya de la Torre era dada como certa por boa parte da militância, principalmente devido ao ufanismo de veículos como o *La Tribuna*:

¹⁴⁹ *La Tribuna*, nº 153, 12/10/1931, p. 1.

¹⁵⁰ *Idem*, nº 153, 12/10/1931, p. 1.

¹⁵¹ *Idem*, nº 169, 22/10/1931, p. 2.

¹⁵² *Idem*, nº 208, 30/11/1931, p. 2.

¹⁵³ *Idem*, nº 219, 05/12/1931, p. 1.

¹⁵⁴ Editorial de *El Comercio*, nº 45685, 28/05/1931, p. 1.

¹⁵⁵ *Idem*, nº 45716, 15/06/1931, p. 2.

¹⁵⁶ Cobertura das eleições, *El Comercio*, nº 45931, 12/10/1931, p. 5-7.

¹⁵⁷ *El Comercio*, nº 45938, 16/10/1931, p. 5.

¹⁵⁸ Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 45943, 19/10/1931, p. 5.

¹⁵⁹ Artigo da revista “Variedades” reproduzido por *El Comercio*, nº 45962, 29/10/1931, p. 6.

¹⁶⁰ Editorial de *El Comercio*, nº 46062, 21/12/1931, p. 2.

La Tribuna, diario oficial del partido, había anunciado en forma irreponsable y con neta finalidad política, el triunfo de Haya, noticia que los apristas aceptaron como una verdad inconcusa; realizaron manifestaciones, de júbilo primero, de protesta después y más tarde desembocaron en acciones agresivas de diversa naturaleza.¹⁶¹

O testemunho de Víctor Villanueva correspondeu ao entusiasmo de algumas citações anteriormente expostas neste trabalho. Relativizamos, no entanto, o estado de euforia causado pelo jornal aprista, porque não foi diferente do jargão político utilizado por seu adversário jornalístico nas mesmas circunstâncias de incerteza sobre o resultado eleitoral final. O próprio jornal aprista, muito antes do final da apuração, confessou sua disposição à aceitação dos resultados, apenas três dias após o pleito, com Haya liderando a contagem e muito distante do resultado final: “Cualesquiera sean las alternativas del escrutinio seguiremos resueltamente nuestra lucha doctrinaria”.¹⁶²

Quanto ao resultado da apuração ter sido influenciado ou não por fraude tornou-se uma polêmica histórica sendo lembrada por diversas obras historiográficas. Destacamos as argumentações de Luís Alberto Sánchez e Guillermo Thorndike, advogando a existência de fraude e Jorge Basadre, negando-a.¹⁶³ Preferimos apontar esta situação como mais uma evidência da incapacidade da sociedade peruana consagrar os princípios demo-liberais desejados, comprovada pela imposição de preceitos legais limitadores do estado de direito e pela consagração da violência política como hábito corriqueiro do novo regime, já a partir de janeiro de 1932.

1.3.3 *El Comercio* ataques e defesas: o anticomunismo

O período pré e pós-eleitoral foi pródigo na exposição pública de convicções políticas e identificações de princípios ideológicos por parte dos diferentes protagonistas políticos. Ambos veículos de comunicação, vinculados às duas principais forças políticas do momento, contruíram identidades através das propostas, assim como procuraram construir a imagem do adversário, mesclando aspectos ideológicos reais com imprecisões e estereótipos.

¹⁶¹ Conforme VILLANUEVA, Victor (1975, p. 77).

¹⁶² *La Tribuna*, nº 155, 14/10/1931, p. 1.

¹⁶³ Sobre os argumentos em favor da existência de fraude recomendaríamos SÁNCHEZ, Luis Alberto. (1979) e THORNDIKE, Guillermo (1980, p. 89-95). Para uma opinião contrária recomendaríamos a opinião de BASADRE, Jorge apud ESPINOZA, Manuel . *Historia del Peru*. Lima: Editora Quipu, 1983, p. 43.

Uma das formas mais eficientes de ataque, desferidos por *El Comercio* contra o aprismo e o *La Tribuna* foi, por exemplo, insistir em adjetivá-los de comunistas. Antes e após o processo eleitoral de outubro, este tema serviu como foco de polêmica estratégica difundida pelos antiapristas. Antes do processo eleitoral, quando o decano buscou demonstrar o perigo que representava para a nação uma possível vitória de uma proposta cujos discursos e conteúdos publicados exibiam um caráter socializante. Após o processo eleitoral, porque defendeu que a governabilidade, a democracia e enfim, a nação, estavam perigosamente sujeitas às transgressões provocadas pelo aprismo, tendo em vista a agitação política e sindical dos meses de novembro e dezembro de 1931 e janeiro de 1932.¹⁶⁴

Para provar que comunismo e aprismo era a mesma coisa, *El Comercio* utilizou aspectos discursivos e representativos que constavam na própria doutrina do aprismo. Servindo-se, por vezes, de declarações de Haya de la Torre, Manoel Seoane ou Luís Alberto Sánchez, além de todo um conjunto de elementos simbólicos exibidos pelo PAP em seus comícios e desfiles, procurou, com relativo sucesso, vincular a ideologia aprista ao comunismo. Luís A. Sánchez, por exemplo, relembra as dificuldades extremas com as quais o aprismo teve de lidar, quando se deparou com este tipo de acusação, justamente às vésperas de um momento político tão decisivo como aquele das eleições de 1931.

En realidad existía una distancia considerable entre el lenguaje y los enunciados teóricos de los líderes del APRA y las invectivas y violencias del sanhecerrismo. Elevar demasiado el tono en un medio doctrinariamente bajo, puede no constituir una virtud sino un defecto y en todo caso, un error. Las palabras más comunes del léxico aprista correspondían a un vocabulário común en medios políticamente cultos de Europa y algunos países más desarrollados de América Latina; no eran los convencionales de la yerga política del Perú. Según *El Comercio* y *La Prensa* conservadora su mero empleo denunciaba la filiación comunista del usuario. La mención de Marx, aunque fuese para aseñalar sus errores referentes a América Latina y a los países menos industrializados equivalía, en el ambiente imperante, confesarse comunista y, por tanto, ser considerado enemigo de la sociedad, la religión y la familia. La alusión a las clases sociales, aunque fuera para negar la inevitabilidad de su choque, era entendida como una adhesión devota al dogma de la lucha de clases.¹⁶⁵

A campanha promovida pelo decano para estabelecer a ligação entre aprismo e comunismo, buscou uma condenação ideológica aos aspectos doutrinários atribuídos ao Partido Aprista Peruano e seu jornal. Porque na raiz doutrinária do aprismo encontravam-se

¹⁶⁴ Em meio a diversas denúncias de fraude, a lenta apuração do processo eleitoral apontaria o candidato da União Revolucionária, o comandante Sánchez Cerro, como vencedor, com 152060 votos. Haya de la Torre obteria 106007, José Maria de la Jara y Ureta 21921 e Arturo Osoreo 19653. Conforme THORNDIKE, Guillermo (1980, p. 95).

¹⁶⁵ SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p. 10).

discussões teóricas que envolviam aspectos debatidos pelo marxismo. Um exemplo digno de registro foi a polêmica sobre o tratamento do tema relativo ao imperialismo. Mesmo que o fenômeno do imperialismo fosse analisado por Haya de la Torre a partir da leitura de Hobson e Lênin¹⁶⁶, o fato do conceito ser trabalhado com referências à obra do intelectual inglês e do líder político soviético, ainda que de forma parcial e a partir de uma interpretação original, reforçou a convicção de *El Comercio* a respeito da natureza comunista do aprismo. Ou seja, o antiimperialismo, um dos princípios mais caros ao aprismo foi frequentemente exibido pelos detratores de Haya de la Torre como prova de suas ligações teórico-ideológicas com o comunismo soviético.

A dificuldade em defender-se deste tipo de acusação foi evidente, mesmo quando verificamos que as divergências com o comunismo, sobretudo o oficial, foram alardeadas pelo próprio Partido Comunista Peruano, que negava qualquer identidade com o aprismo, sendo, inclusive, inimigos concorrenciais na disputa pelo controle dos movimentos populares. O ‘rótulo’ de comunismo, entretanto, pairou como um argumento forte na campanha eleitoral de 1931. Também seria usado por *El Comercio* após o pleito, para convencer a opinião pública e as Forças Armadas de que o aprismo deveria sofrer as consequências de sua propaganda e rebeldia, tendo em vista que a prática do partido indicava poucas diferenças com a alteração radical do *status quo* político, econômico e social pregados pelo comunismo.

Abusando, portanto, da utilização de conceitos e preconceitos, *El Comercio* trabalhou habilmente para conectar adjetivos e provar o caráter comunista da proposta aprista. Por esta razão, condenou também a pretensão do PAP de se constituir num partido latino-americano e, portanto, o considerou pejorativamente como internacional.

En resumen, nuestra primera objeción consiste en demostrar que ni en el Perú, ni en ningún otro país, puede existir una agrupación aprista que ostente con propiedad el nombre genérico de partido aprista [...] el nombre de partido será pues aplicable únicamente al referirse a la agrupación dentro de su concepción internacional. [...] incurre en gravísimo error cuándo pretende capturar el Estado [...] por implicar un presidente e un congreso apristas [...] algo así como un soviet de la Rusia comunista [...].¹⁶⁷

¹⁶⁶ Tanto as duas obras de John A. Hobson, “Imperialism. A Study” e “The Evolution of Modern Capitalism”, como as de Vladimir Ilitch Ulianov, Lenin, “Imperialismo, Etapa Superior del Capitalismo” e “El Capitalismo de Estado y el Impuesto en Especies” foram várias vezes citadas na obra considerada como marco doutrinário do aprismo, “El Antiimperialismo y el APRA”, escrita por Haya de la Torre durante a segunda metade dos anos 1920.

¹⁶⁷ Artigo assinado por C.S. CANALES. *El Comercio*, nº 45868, 08/09/1931.

O discurso classista evocado pelo aprismo, principalmente em seus meios de divulgação foi amplamente condenado, sendo ele considerado mais uma prova do verdadeiro caráter comunista do partido, ao afirmar que “en forma deliberada o inconsciente, los partidos políticos, [...] para capturar el Estado no vacilan en recurrir a propagandas cosmopolitas y extranjerizantes, en fomentar la lucha de clases [...]”.¹⁶⁸ RACSO ou Oscar Miró Quesada, concluiu da seguinte forma a avaliação da posição do aprismo no leque político e ideológico peruano e mundial:

[...] mientras las derechas se apoyan en el principio del orden, las izquierdas se inspiran en el principio de la libertad. [...]. Pero surge el comunismo en Rusia, [...] el aprismo es un izquierdismo comunista que, en vez de defender la libertad, honrosa tradición liberal del verdadero izquierdismo, patrocina la tomada del poder político por los productores, la socialización de la producción.¹⁶⁹

Como o conceito de nacionalismo foi trabalhado como identificador das propostas dos diferentes partidos políticos, RACSO apressou-se a classificar o tipo de nacionalismo defendido pelo aprismo, como condicionando, de forma subjacente, a luta de classes:

Entre nosotros hay un partido político, el aprista, cuyas actividades doctrinarias tienden a debilitar el verdadero sentimiento nacionalista porque se orientan en el sentido de la creación de un nuevo nacionalismo al que denominan revolucionario, que debe, según los apristas, reemplazar al nacionalismo histórico [...] en lugar de unir de ser un vínculo de solidarismo entre los peruanos, los divide en clases antagónicas [...] el nacionalismo aprista disocia el Perú en clases rivales.¹⁷⁰

A abordagem da representação formal dos trabalhadores, isto é, a esfera sindical, suscitava alarme no decano, porque a via como uma incitação à luta de classes. Como *La Tribuna* e o aprismo se autointitulavam defensores das classes trabalhadoras e de suas reivindicações coletivas, *El Comercio* insistiu em denunciar o ‘perigo sindical’, vinculado à abordagem sobre o comunismo: “Los sindicalistas, que no son exactamente comunistas [...] aspiran sin embargo, a cambiar la actual estructura social [...] la cuál tomará a su carga los médios de producción y administrará el sistema [...]”.¹⁷¹

O nexó entre aprismo e comunismo encontrava, portanto, justificativas suficientes para a denúncia, a partir da promoção dos conflitos classistas. O sindicalismo desenvolvido pelo aprismo em diversas categorias, somado à explícita propaganda sindical veiculada nos

¹⁶⁸ RACSO, Oscar Miró Quesada. *El Comercio*, nº 45868, 08/09/1931

¹⁶⁹ Idem, nº 45885, 17/09/1931, p. 9.

¹⁷⁰ Idem, nº 45855, 31/08/1931, p. 5.

¹⁷¹ Editorial de *El Comercio*, nº 45873, 10/09/1931, p. 2.

diferentes órgãos de comunicação do PAP, mostrava o compromisso com esta luta. Ao público em geral e aos trabalhadores em particular, *El Comercio* expressou os perigos deste sindicalismo. “Los sindicalistas, en efecto, han tomado de los sindicalistas ortodoxos la doctrina de la lucha de clases, que traducen por la guerra de clases [...] Sostienen que las clases obrera y patronal son natural e implacablemente enemigas [...]”.¹⁷²

Quando não se referiu diretamente ao sindicalismo aprista, aproveitou para condenar o sindicalismo comunista, considerado não menos perigoso e constituindo fonte de inspiração para o aprismo: “Las clases proletarias deben vivir en guardia. La palabra ‘camarada’ se prostituye como recurso artificioso para atraer fuerzas extrañas. [...] Desconfiad, proletarios, de aquel que os diga ‘Camarada’ [...] No. Esto no es verdad. El ‘camarada’ del obrero es el obrero”.¹⁷³

O impacto desta polêmica mereceu considerações manifestadas por outras instituições, comprovando a influência exercida pelo noticiário político da época. As opiniões manifestadas pela Igreja Peruana, por exemplo, refletiram diretamente esta situação. Interpretação similiar sobre o sindicalismo e a luta de classes foi exposta pelo Episcopado Peruano nas páginas do decano, colaborando para coligar o aprismo ao comunismo, justamente no início do mês de dezembro de 1931, em meio à agitação político-sindical que precedeu a instalação do governo de Sánchez Cerro: “El error capital en esta cuestión, o sea, en los conflictos entre patrones y obreros, entre el capital y el trabajo es creer que las dos clases son enemigas, como si la naturaleza hubiera armado a ricos y pobres para que se combatieran en duelo obstinado”.¹⁷⁴

É importante salientar o considerável avanço do aprismo nos movimentos sociais organizados daquele período, de tal sorte que, tanto na esfera partidária quanto sindical, superou as representações comunistas.¹⁷⁵ Donde se pode concluir que o temor ao comunismo apregoado pela elite peruana baseava-se muito mais na capacidade representativa popular do aprismo que na representatividade comunista. A conveniência deste vínculo para a oligarquia constituiu-se em motivo para tratamento indiferenciado de ambas as tendências político ideológicas, a aprista e a comunista, ainda que ambas negassem quaisquer alianças e que ambas disputassem o mesmo público alvo.

¹⁷² Editorial de *El Comercio*, nº 45873, 10/09/1931, p. 2.

¹⁷³ Coluna “Burla Burlando” *El Comercio*, nº 45816, 10/08/1931, p. 5.

¹⁷⁴ “Carta Pastoral del Episcopado Peruano a los venerables cabildos, clero y fieles de la República sobre problemas de orden religioso social”, *El Comercio*, nº 46035, 06/12/1931, p. 18.

¹⁷⁵ COTLER, Julio. (1992, p. 230).

Seguindo a mesma intensidade no combate ao comunismo, *El Comercio* concluiu que a possível chegada do aprismo ao poder significaria o esfacelamento da nação. O comunismo aprista seria uma ameaça à própria sobrevivência nacional, na medida em que a luta de classes levaria à guerra civil, com consequências catastróficas. De fato *El Comercio* refletiu a polarização a qual havia chegado a política peruana, preocupando-se em expor as diferentes visões classistas e de projetos nacionais, mesmo que exagerasse e até mesmo falsificasse o caráter da doutrina aprista. O efeito procurado era mostrar o aprismo ora como uma espécie de comunismo disfarçado ora como comunismo explícito. O que importava, em última instância, era divulgar o perigo que ele representava à nação.

Nadie conoce el programa del aprismo. Lo único que del grupo aprista se ha hecho público son sus tendencias y algunas declaraciones de jefes. Quienes las examine se encontrará con que ellas son peligrosas para la nacionalidad peruana y para la paz social de nuestro país, porque pretenden hacer de la patria un feudo, entregado a la explotación de una secta, y porque engendran odios en el corazón del pueblo contra las clases industriales del país, estimulando, así, la guerra social con todos los males que ella entraña.¹⁷⁶

O jogo de conceitos e identidades entre comunismo e aprismo também foi habilmente trabalhado com a ideia de pátria. RACSO, por exemplo, nos forneceu o líame entre o que ele consideraria como sendo a visão comunista de pátria e a perspectiva aprista, justificando a associação ideológica entre ambos. Afirmaria que a doutrina comunista combateria o patriotismo, porque o consideraria um fenômeno capitalista e que “este egoísmo sectário disloca la unidad nacional y no puede entronizarse sino por la fuerza”.¹⁷⁷ O resultado almejado na luta de classes traria por consequência “el triunfo egoísta de las conveniências de un grupo social”¹⁷⁸. A conclusão oferecida, por conseguinte, alertaria para o perigo de propostas como a comunista e a aprista: “Por eso el régimen comunista, y todos los regímenes semejantes como el aprista, que es un izquierdismo revolucionario [...] sólo son posibles cuando sus afiliados han comenzado por destruir la idea tradicional de patria”.¹⁷⁹

Outras referências foram acrescentadas ao rol de qualificações do aprismo. Por confessar-se internacionalista e anti-imperialista foi condenado como sendo antinacionalista. Novamente Oscar Miró Quesada explicaria o comunismo aprista, sua coligação com o internacionalismo e, por conseguinte, seu antipatriotismo:

¹⁷⁶ Editorial de *El Comercio*, nº 45836, 20/08/1931, p. 2.

¹⁷⁷ RACSO, Oscar Miró Quesada. *El Comercio*, nº 45875, 11/09/1931, p. 5.

¹⁷⁸ *Ibidem*.

¹⁷⁹ *Ibidem*.

El comunismo ruso [...] es el triunfo egoísta de las conveniencias de un grupo social [...] Por eso el régimen comunista, y todos los regímenes semejantes como el aprista, que es un izquierdismo revolucionario [...] comprenden que la patria es un estorbo para sus designios y que mientras en el pecho de los hombres aliente el patriotismo, el comunismo no puede progresar. Por eso son internacionalistas, es decir, antinacionalistas.¹⁸⁰

Pode-se imaginar o impacto desta opinião, proferida um mês antes das eleições de 1931.

O antiimperialismo aprista, princípio fundador número um deste movimento político, fora minuciosamente analisado pelos Miró Quesada, a fim de relativizar a inovação política que poderia constituir a defesa deste preceito. Antonio Miró Quesada, por exemplo, procurava diminuir o impacto inovador do antiimperialismo, já que o princípio poderia ter sido manifestado por qualquer agremiação partidária que defendesse os interesses nacionais peruanos ou de qualquer outra nação.¹⁸¹ Para ele o APRA e seu órgão de imprensa, o *La Tribuna*, não faziam outra coisa além de querer monopolizar a questão como sendo mérito exclusivamente aprista, desprezando, inclusive, os posicionamentos assumidos por *El Comercio* a respeito do mesmo tema.¹⁸²

El Duende afirmava que o antiimperialismo correspondia a uma posição comum a qualquer partido que, minimamente, defendesse os interesses nacionais. RACSO, por sua vez, não deixou que o aprismo tivesse qualquer mérito em autoproclamar-se nacionalista. Para isso valeu-se das palavras do líder aprista e editor de *La Tribuna*, Manuel Seoane, para ilustrar o caráter do nacionalismo defendido pelo APRA, ou seja, o revolucionário:

‘Conviene aclarar que nuestro nacionalismo no es totalizador e incluyente. Es el contrario, diferenciador y exclusivo. Es decir, no es un nacionalismo para que quepan dentro los que trabajan y los que explotan, los que tienen todo y los que no tienen nada. Es un nacionalismo de las clases productoras contra las clases parasitarias.’

A este nacionalismo excluyente lo denominan nacionalismo revolucionario. Bien se comprende que no es un verdadero nacionalismo, es todo lo contrario al nacionalismo, pues en lugar de unir, de ser un vínculo de solidaridad entre los peruanos, los divide en clases antagónicas [...].¹⁸³

No domingo, 11 de outubro de 1931, data das eleições presidenciais e congressuais, o artigo *Los Partidos Políticos y el Estado*, publicado na edição matutina, confirmava o

¹⁸⁰ RACSO, Oscar Miró Quesada. *El Comercio*, nº 45875, 11/09/1931, p. 5.

¹⁸¹ Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 45690, 01/06/1931, p. 5.

¹⁸² Idem, nº 45706, 10/06/1931, p. 5.

¹⁸³ Manuel Seoane no folheto aprista “Nuestros Fines”, p. 20 apud RACSO, Oscar Miró Quesada. *El Comercio*, nº 45855, 31/08/1931, p. 5.

combate de *El Comercio* sobre o risco da vitória aprista, reiterando a condenação a Haya de la Torre e utilizando trecho de seu discurso para comprovar a característica facciosa do PAP:

Entre nosotros hay un partido, la Alianza Popular Revolucionaria Americana (APRA) que pretende capturar el Estado para transformar el país por la fuerza, en una colectividad aprista [...] ‘el aprismo será un ejército civil; será el partido del Estado’. De allí que sea necesaria la captura del Estado por el partido para hacerlo instrumento de defensa de la doctrina aprista.¹⁸⁴

A campanha antiaprista do decano foi acompanhada por outras publicações em outras cidades. O *La Nación* de Trujillo, por exemplo, disseminou comentários históricos em torno do risco representado por uma vitória de Haya de la Torre.¹⁸⁵

Mesmo depois de disputada a eleição, o combate ideológico não cessou. *El Comercio* permaneceu denunciando o caráter antinacionalista do aprismo, buscando corroboração de seu parecer a partir da publicação de opiniões expressas por outros periódicos: “El aprismo significa la precipitación juvenil, la postura exacerbada del oportunista [...] ofrece el singular contraste de ser parte integrante de un partido internacional, y de llamarse autenticamente nacionalista.”¹⁸⁶

O período pós-eleitoral foi convulsionado, como vimos, por uma série de denúncias de fraude apontadas pelos representantes apristas, pelo protesto de Haya de la Torre no dia da posse de Sánchez Cerro (oito de dezembro de 1931) e pelas greves de caráter político e sindical nas regiões tradicionalmente dominadas pelo aprismo, com destaque para os departamentos de La Libertad e Lambayeque.¹⁸⁷ O clima de inconformismo nestas regiões com a derrota eleitoral foi potencializado pelo apoio aprista à greve dos trabalhadores dos canaviais durante os dias que antecederam e sucederam à posse do novo governo, levando os Miró Quesada a interpretá-lo como um movimento revolucionário: “[...] quieren producir la revolución y el caos, titulan ‘huelga política’ a las agitaciones que fomentan entre los trabajadores del norte”.¹⁸⁸

¹⁸⁴ Discurso de Haya de la Torre comentado pelo editorial de *El Comercio*, nº 45931, 11/10/1931, p. 5-7.

¹⁸⁵ Conforme “La Nación” apud THORNDIKE, Guillermo (1980, p. 83)

¹⁸⁶ Jornal “La Opinión”, edição de 16/11/1931 apud Editorial de *El Comercio*, nº 46018, 27/11/1931, p.13.

¹⁸⁷ Do discurso de Haya de la Torre destaríamos os seguintes fragmentos: “A Palacio llega cualquiera, porque el camino de Palacio se compra con oro o se conquista con fusiles. [...] Solo cuando se llega al pueblo se gobierna: desde abajo o desde arriba! Y el aprismo ha arraigado en la consciencia del pueblo. Por eso mientras los que conquistaron al mando con el oro o con el fusil, crean mandar desde Palacio, nosotros continuaremos gobernando desde el pueblo”. Fragmentos do discurso de Haya de la Torre, proferido no Seminário de Oradores Apristas de Trujillo em 08/12/1931. RIVAROLA, Mildas; PLANAS, Pedro. (1989, p. 22-23). SÁNCHEZ, Luís Alberto. (1979, p. 16-19).

¹⁸⁸ Editorial de *El Comercio*, nº 46035, 06/12/1931, p. 1.

Discutindo as liberdades individuais em meio a esta circunstância conturbada, *El Comercio* passou a defender, explicitamente, um regime de controle social e político, recomendando que, para preservar a democracia haveria que punir exemplarmente o aprocomunismo, derrotado eleitoralmente:

En el Perú hay dos fuerzas: [...] una que aspira la captura violenta del Estado para establecer una tiranía sectaria [...], y otra, que defiende la organización social y política tradicionales en el mundo y que no quiere la lucha de clases, ni la destrucción del capital, ni la dictadura de un grupo extranjerizante. Ambas fuerzas lucharon en las últimas elecciones. El buen sentido de los ciudadanos del Perú dió el triunfo a la última sobre la primera. Terminada la lucha electoral no hay depuesto su beligerancia los vencidos [...] Ahora buscan el predominio por la violencia, la subversión y el asalto en vez de la ley del voto. [...] O con el APRA y el comunismo, o contra el comunismo y el APRA. Quien no se clasifique en uno de estos dos grupos, resueltamente, revelará falta de valor moral.¹⁸⁹

Por essas razões o decano passou a defender a repressão legal, como ocorreria com a cognominada *Ley de Emergência*. Ela seria a maior prova da influência dos meios de comunicação na dinâmica política, a ponto de ser referida por *La Tribuna* como a lei de *El Comercio*.¹⁹⁰ Esta lei, votada e aprovada pelo Congresso Constituinte em janeiro de 1932, seria o instrumento do poder executivo para punir a oposição política e para reprimir manifestações e publicações consideradas inconvenientes.¹⁹¹ Ela praticamente equivalia à decretação de um estado de sítio. O primeiro artigo, por exemplo, previu as proibições que se relacionaram com o cerceamento da liberdade individual e da prática política, destacando-se a questão da liberdade de expressão, conforme a transcrição dos quesitos abaixo:

Los actos contrarios a la estabilidad de las instituciones y al bienestar social: [...] c) La difusión de noticias que puedan quebrantar el crédito del país o a perturbar la paz o el orden públicos. e) Las acciones o expresiones gravemente ofensivas a la respetabilidad de las instituciones del Estado o de los representantes del poder público; [...] g) La excitación al desconocimiento del organismo constitucional de la república, cualquiera que sea el medio que se emplee.¹⁹²

Para atingir o cumprimento destes incisos, a Lei 7479 previa as seguintes sanções governamentais às publicações: “La ocupación o suspensión, según los casos, de los médios

¹⁸⁹ Editorial de *El Comercio*, nº 46091, 07/01/1932, p. 1.

¹⁹⁰ Conforme *La Tribuna*, nºs: (257, p.1); (261, p.1); (273, p.1) e (275, p. 8), respectivamente, nas datas seguintes: 12/01/1932, 15/01/1932, 28/01/1932 e 30/01/1932.

¹⁹¹ A Lei nº 7479, aprovada pelo Congresso Peruano em janeiro de 1932, equivalia a um estado de sítio não declarado, conforme podemos constatar em alguns de seus artigos, publicados em *El Comercio*, nº 46098, 10/01/1932, p. 2.

¹⁹² Texto da *Ley de Emergencia*, nº 7479, publicado por *El Comercio*, nº 46098, 10/01/1932, p. 2.

que hayan utilizado para la realización, los autores o inductores de los hechos comprendidos en los incisos a, b, c, d, f, y, g, del artículo 1º.¹⁹³

O artigo quarto, por sua vez, estruturava a repressão:

El ministerio de gobierno y policía queda facultado: a) Para suspender las reuniones o manifestaciones públicas de carácter político o social cuando por las circunstancias de la convocatoria sea presumible que su celebración pueda perturbar la paz pública; b) Para clausurar los centros o asociaciones que se considere, incitan a la realización de actos comprendidos en el art. 1º de esta ley.¹⁹⁴

No artigo *Derechos y deberes del ciudadano*, *El Comercio* justificou a defesa da democracia afirmando que a lei não era antidemocrática. Antidemocrático seria o apro-comunismo, incapaz de ter liberdade com responsabilidade.

Quienes se oponen a la dación de la ley de emergencia? Los apristas y los comunistas. Porque se oponen? Porque dicen que ella entraña un atentado contra la libertad individual que debe ser irrestrita. Apristas y comunistas, pues, pretenden presentarse ante el público como campeones de la libertad [...].¹⁹⁵

Todo protesto à *Ley de Emergencia* publicado em *La Tribuna* foi sistematicamente combatido pelos Miró Quesada, que sugeriam a repressão aos veículos de comunicação apro-comunistas:

El Perú debe defenderse contra el peligro de toda propaganda tendenciosa que, ya en forma de halago interesado y de ofrecimiento irrealizable y de campaña intencionada y malévolá contra el orden establecido, envenena el alma popular y estimule el motín y la lucha de clases. No importa la etiqueta que encubra este específico. El nombre es lo de menos.¹⁹⁶

A palavra subversão passou a ser corriqueira no vocabulário do decano. A defesa das liberdades civis, a partir de protestos contra a lei de emergência, foi considerada rebeldia injustificada, como na ironia desferida por Antonio M. Quesada:

Que los hombres que están en el poder den luces para prevenir la guerra social y la subversión política, constituye un acto tiránico revelador de sus instintos despóticos y digno del repudio de la ciudadanía; pero que nosotros alentemos la lucha de clases

¹⁹³ Texto da *Ley de Emergencia*, nº 7479, publicado por *El Comercio*, nº 46098, 10/01/1932, p. 2.

¹⁹⁴ Incisos C, E e G do texto da *Ley de Emergencia*, nº 7479, publicado por *El Comercio*, nº 46098, 10/01/1932, p. 2.

¹⁹⁵ *El Comercio*, nº 46095, 09/01/1932, p. 4.

¹⁹⁶ Editorial de *El Comercio*, nº 46074, 28/12/1931, p. 1.

y hagamos propaganda subversiva para capturar el poder por la violencia es un derecho que nos otorga la constitución al garantizar las libertades públicas.¹⁹⁷

A guerra aberta ao aprismo e a *La Tribuna* acarretou a interrupção abrupta da liberdade de imprensa, quando o enquadramento na lei de emergência passou a aprisionar jornalistas, multar periódicos e fechar diversas publicações.

Vimos que o internacionalismo, o antiimperialismo, o nacionalismo e o marxismo, constituíram temas suficientemente polêmicos e, mais que isto, polemizáveis através da mídia escrita. Levando em consideração as avaliações de *El Comercio*, percebeu-se o temor de todo um significativo segmento social peruano diante do gradual avanço, penetração e aceitação de uma proposta política diametralmente oposta aos interesses que costumava defender. Uma das formas de combate a esta proposta foi polemizar, expondo possíveis contradições do aprismo em relação a conceitos como pátria, nação e estado. O vínculo com o comunismo foi divulgado como prova do caráter dissociador do aprismo em relação a esses conceitos. Quando o aprismo atingiu um número cada vez maior de sindicatos, ampliando sua base de apoio político e social, entre outras razões pelo sucesso na circulação de *La Tribuna*, *El Comercio* assumiu a vanguarda do combate ao inimigo, sabedor da transcendência daquela conjuntura histórica que estava sendo vivenciada.

Este período histórico tornou-se importante para o estabelecimento da política peruana a partir de determinados moldes, solidificando certas características. Foi um momento de radicalismo com pretensões de construção de uma ordem política, justamente no contexto em que a consciência desta política correspondeu a um processo de mobilização, sobretudo de contestação do modelo tradicional oligárquico pelo aprismo.¹⁹⁸ A corrente política civilista sobrevivente, por outro lado, procurou barrar a presença insinuante dos movimentos sociais, culminando numa polarização inédita, representada pelas candidaturas às eleições de 1931. De certo modo o civilismo sobrevivente e o aprismo ascendente reproduziram a luta política entre os aspectos formais de uma democracia burguesa e o socialismo, disputa presente no cenário político internacional de então. Mesmo que a intenção civilista fosse o estabelecimento de uma democracia não mais que formal, temia a possibilidade de conquista aprista, vendo-a como um perigo a esta mesma democracia e interpretando-a como o primeiro passo em direção a um estado comunista. Daí a necessidade de influir na opinião pública, associando os princípios de caráter socialista presentes no aprismo como exemplo

¹⁹⁷ Coluna “Burla burlando”, *El Comercio*, nº 46101, 12/01/1932, p. 3.

¹⁹⁸ BOURRICAUD, François (1989, p. 158).

comprobatório de uma espécie de comunismo internacional, procurando despertar temor nos diversos segmentos sociais. Para isso, *El Comercio*, por exemplo, não titubeou em utilizar pronunciamentos e discursos apristas, mesmo que fora de contexto, para denunciar o caráter faccioso do APRA.

Nesta época um adjetivo de referência ao APRA tornou-se corriqueiro nas páginas do decano: '*la secta*', ou seja, a seita.

É possível, portanto, inferir a dificuldade do leitor comum em dissociar aprismo de comunismo. No futuro, por várias vezes, esta dificuldade seria utilizada pelos inimigos do aprismo, colaborando para radicalizar o debate político e criar circunstâncias favoráveis à manutenção de suas posições políticas e econômicas privilegiadas, à revelia do respeito à formalidade democrática. Este tema tornou-se tradicional no debate político, mesmo que as evidências futuras mostrassem que o aprismo transitava para posições cada vez mais próximas da social-democracia. Distantes, portanto, do comunismo a ele atribuído. Poderíamos dizer que esta constante presença no debate político teve seu marco inicial nos meses anteriores e posteriores às eleições de outubro de 1931. Seria, no entanto, utilizado convenientemente pela oligarquia a seu favor, graças ao trabalho de inculcação produzido por *El Comercio*.

1.3.4 *El Comercio*, ataques e defesas: antileguísmo e pró-civilismo

Observamos como *El Comercio* desenvolveu uma postura de verdadeira trincheira de combate ideológico contra os adversários, confirmando a tendência de polarização política estabelecida em 1930 e cultivada desde os anos 1920. Abusando da utilização de silogismos, não se contentou somente em associar o aprismo ao comunismo. Buscou vinculá-lo também a seu maior inimigo político dos anos 1920, ou seja, Leguía, uma vez que o passado dos sócios proprietários do jornal esteve umbilicalmente conectado com o Partido Civil, eliminado politicamente durante o *oncenio*. Procurou, então, combinar os ataques ao aprismo e ao *La Tribuna* com as defesas do civilismo. O civilismo fora aliado do poder. A reprodução material e social do civilismo, no entanto, se manteve.¹⁹⁹ O Partido Civil feneceu durante a ditadura. Como afirmamos acima, entretanto, o civilismo, enquanto ideologia estaria longe de se mostrar inativo. Os vínculos familiares que lhe deram sustentação, além do poder

¹⁹⁹ VILLANUEVA, Victor (1975, p. 13).

econômico que lhe garantiu a sobrevivência, permaneceram suficientemente poderosos para suportar facilmente o período ditatorial e enfrentar vicissitudes posteriores.

A crise capitalista de 1929 e a consequente queda de Leguía propiciaria a volta de velhos personagens à cena política. Esta volta foi percebida claramente por aqueles que viam no vácuo de poder estabelecido a partir do final da ditadura, uma perigosa oportunidade de restauração da lógica civilista de fazer política.

Na tarefa de ataques e defesas a respeito de temas como o antileguíismo e o pró-civilismo, *El Comercio* não se restringiu aos textos dos Miró Quesada, contando com diversos colaboradores como Félix Jaworski, C. S. Canales e, com maior frequência, Alejandro Saco Arenas. O maior destaque ainda coube, entretanto, aos proprietários. Invariavelmente em tom irônico, mas, nem por isso, menos agressivo, Antônio Miró Quesada encarregou-se de criticar o aprismo e o *La Tribuna*, taxando-os, indistintamente, de comunistas e leguíistas. A coluna *Burla burlando* acusava o aprismo de ser apoiado pelos antigos partidários do ditador recém deposto, ao mesmo tempo em que defendia o decano das acusações do jornal aprista, que respondia atribuindo a seus proprietários o rótulo de civilistas.

Todo el que hoy ofende, insulta y calumnía al civilismo es leguísta [...] Ha oído usted acaso despotricar contra el Partido Civil en esos tiempos, a algún demócrata, constitucional o liberal? Seguramente no. [...] Para los neo-leguíistas, todos los adversarios son civilistas [...].²⁰⁰

O perigo leguísta parecia real para os articulistas de *El Comercio*. Equivalia a uma possível contra-revolução. O clima político assim justificava. Quando em junho de 1931 uma pequena mobilização militar, liderada pelo comandante Garcia Godos, tornou-se uma frustrada e patética tentativa de golpe ao governo provisório, *El Comercio* viu no acontecimento o perigo da restauração dos patrocinadores da finada ditadura, afirmando que a mobilização havia sido apoiada financeiramente por familiares de Leguía.²⁰¹

A intenção era clara, ou seja, associar o aprismo ao regime recém deposto, com todos os prejuízos que esta associação pudesse causar. Afinal de contas, o passado político civilista constantemente criticado e apontado por *La Tribuna* podia causar desgaste ao apoio que *El Comercio* prestava a outras candidaturas que não a de Haya de la Torre, forçando-o a responder com um dano ainda maior, ao apresentar à opinião pública um possível conluio entre leguíistas e apristas. Se Leguía constituiu-se no maior inimigo do Partido Civil, mesmo

²⁰⁰ Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 45771, 15/07/1931, p. 5.

²⁰¹ Editorial de *El Comercio*, nº 45716, 15/06/1931, p. 2.

que por razões diferentes da inimizade com o aprismo, a conexão entre ambos poderia resultar numa arma política e eleitoral estratégica, ainda que esta ligação fosse baseada em incertezas e imprecisões. O objetivo era prejudicar o aprismo ante a opinião pública, ligando a imagem de Haya de la Torre a uma ditadura tão repudiada pela sociedade peruana nos meses imediatamente anteriores ao seu término:

Además, esta agrupación política [...] intenta fundar un ‘Perú aprista’, con el concurso ostensible de quienes crearon la ‘Patria Nueva’; [...] Lima há visto, con asombro, reaccionar el sábado al leguismo, cuyos elementos se sumaron, abiertamente, a la manifestación aprista de ese día; cosa por lo demás, muy natural y explicable en quienes perdieron el poder hace un año y creen encontrar hoy una oportunidad de recuperar-lo, aprovechando del actual momento de desconcierto político [...].²⁰²

Mesmo que o apoio de membros leguístas ao aprismo fosse reconhecido como consequência natural da inimizade com o candidato da União Revolucionária, responsável pela deposição de Leguía, e ainda que durante o *oncenio* Haya de la Torre tivesse sido exilado, *El Comercio* buscava provar a existência de uma conexão apro-leguísta. Lembrando o ano de 1919, quando Leguía foi apoiado por personalidades como José Carlos Mariátegui e o próprio Haya nas eleições presidenciais que derrotaram o candidato civilista Antero Aspíllaga. O decano, entretanto, omitiria que o golpe de Estado posteriormente efetuado por Leguía, acabou afastando estes apoiadores para sempre. Com esta omissão, *El Comercio* buscou coligar o acontecimento passado com a presença de leguístas nos comícios apristas no presente, estabelecendo conexões de interesses históricos entre eles, ainda que o interesse leguísta fosse somente apoiar Haya de La Torre por ser uma proposta opositora à da União Revolucionária, cujo candidato derrubara Leguía:

En el desfile para recibir al señor Haya de la Torre, el público contempló asombrado a todos los elementos del leguismo [...], lo que revela claramente que hoy, como ayer, el caudillo del aprismo y los que lo secundan, no titubean en los medios por dolosos que sean para conseguir el fin que persiguen de encumbrarse, aunque su acción sea un delito de lesa patria y de hondo daño para la nacionalidad. La historia se repite. En 1919 [...] el líder máximo del aprismo [...] arrastró a las juventudes universitarias a que proclamaran a Leguía maestro de la juventud [...].²⁰³

²⁰² Editorial de *El Comercio*, nº 45836, 20/08/1931, p. 2.

²⁰³ Artigo assinado por Alejandro Saco Arenas e publicado por *El Comercio*, nº 45845, 26/08/1931, p. 6.

Preocupado com a aceitação da proposta aprista em outros meios de comunicação, a denúncia da existência de uma imprensa leguísta seria a contraprova da união entre aprismo e os representantes do antigo ditador:

[...] la prensa leguísta comenzó aplaudir y glorificar al señor Haya de la Torre, primero en ‘Variedades’, después en ‘Mundial’ y por último todos los órganos de publicidad que antes habían recibido favores de la dictadura. Son pués, hechos ciertos que comprueban de un modo evidente que los leguístas y el APRA están unidos en íntimo consorcio [...].²⁰⁴

A defesa do civilismo ante a ferocidade dos ataques do aprismo em geral e de *La Tribuna*, em particular, facilitaram a conexão estabelecida pelos articulistas de *El Comercio*, que aproveitavam para contra atacar expondo a possível existência do apro-leguísmo.

Cuando a los acordes de la Marsellesa francesa y con las banderas extranjeras desplegadas, el señor Haya de la Torre lanzó a los cuatro vientos [...] constituir al Perú aprista, la multitud se sintió sobrecojida ante el temor de que iba a renacer la ‘Patria Nueva’ (ditadura de Leguía), al conjunto de los numerosos leguístas que asistían a la manifestación [...].²⁰⁵

O aprismo, logicamente, não tinha nada de leguísta, negando peremptoriamente o absurdo desta conexão. Se a acusação de comunismo tornou-se, porém, o argumento mais difícil de defesa para o *La Tribuna* e para o aprismo, a resposta, atribuindo aos defensores da candidatura de Sánchez Cerro a denominação de civilistas, particularmente os proprietários de *El Comercio*, tornou-se, quiçá, a arma aprista mais contundente. Podemos constatar pela reação frequentemente defensiva manifestada por Antônio Miró Quesada: “Los enemigos del civilismo dicen que los civilistas han gobernado toda la vida, desde que el Perú es independiente. Por eso le echan la culpa de cuánto malo se há realizado en la república de un siglo a esta parte.”²⁰⁶

Uma semana antes do pleito, quando um comício de Sánchez Cerro reuniu milhares de pessoas, Antônio não mais disfarçou seu regozijo ante a popularidade de seu candidato. O passado civilista, o qual nunca negara foi defendido com fina ironia e exibido de acordo com a constante insinuação aprista exposta no *La Tribuna*, ou seja, a de que Sánchez Cerro e o civilismo estavam juntos. Utilizava, portanto, a denúncia aprista, para provar a atualidade e representatividade do civilismo e da candidatura da UR. Ao mesmo tempo o diretor de *El*

²⁰⁴ Artigo assinado por Alejandro Saco Arenas e publicado por *El Comercio*, nº 45845, 26/08/1931, p. 6.

²⁰⁵ Idem, nº 45913, 02/10/1931, p. 4.

²⁰⁶ Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 45855, 31/08/1931, p. 3.

Comercio aproveitou a ocasião para matizar habilmente a disputa política, reforçando uma possível união entre apristas e leguístas:

Creían que el Partido Civil estaba muerto. No, el civilismo es la siempreviva; es el más viejo y el más robusto de nuestros partidos [...] si el civilismo fuera impopular, el comandante (Sánchez Cerro) se habría encontrado [...] en la más triste y definitiva de las soledades [...] El civilismo há sido vilmente calumniado durante once años [...] Los neo-leguístas unidos al leguísmo clásico no han dejado quietas ni lenguas ni plumas para pregonar a los cuatro vientos que ser sanchista es ser civilista [...].²⁰⁷

Tais afirmações não passavam, entretanto, de uma resposta política e jornalística às constantes denúncias do retorno do civilismo. Na prática, até mesmo Antonio Miró Quesada negou a existência do civilismo enquanto partido, mesmo que fosse mais difícil defender-se da sobrevivência da lógica civilista de fazer política.

À acusação de *La Tribuna* de que durante o governo provisório de Sánchez Cerro, entre agosto de 1930 e fevereiro de 1931, o civilismo teria colaborado com membros no gabinete, dada a presença de ex-integrantes do já extinto Partido Civil, *El Mismo*, afirmaria que o civilismo desaparecera de qualquer administração ou colaboração havia onze anos, no momento em que Leguía chegara ao poder (1919), já que o partido não mais existia.

Ustedes han dicho que el civilismo gobernó con Sánchez Cerro. Yo les contesto que esto es absolutamente falso [...] ni el civilismo há vuelto a tener ingerencia directa o indirecta en el gobierno desde que la revolución de julio de 1919 derrocó el régimen civilista de Don José Pardo [...].²⁰⁸

Para mostrar que a candidatura de Sánchez Cerro representava um conjunto de forças políticas múltiplas de âmbito nacional, com os herdeiros do civilismo sendo somente mais uma dentre elas, Antônio justificou seu apoio afirmando ser a opção política mais popular: “Los civilistas simplemente suman a las fuerzas nacionales. Por eso están con el pueblo al lado de Sánchez Cerro”.²⁰⁹

Após as eleições e durante o longo processo de apuração, a ironia de Antônio Miró Quesada se transformou em desdém a *La Tribuna* e ao aprismo, principalmente levando-se em conta a perspectiva cada vez mais concreta da derrota eleitoral de Haya de la Torre. Civilismo e popularidade, então, foram novamente interligados:

²⁰⁷ Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 45918, 05/10/1931, p. 5.

²⁰⁸ Idem, nº 45926, 09/10/1931, p. 4.

²⁰⁹ Ibidem.

Si el pueblo creyera en las repugnantes cosas que se dicen del civilismo, jamás habría acudido donde sabía estaban los civilistas. Sin embargo, unos y otro, juntos, han sufragado por el mismo candidato y unidos ambos llegan a la victoria. Civilismo y popularidad son una misma cosa.²¹⁰

No momento em que o novo governo se instalou, em oito de dezembro de 1931, *El Comercio* preveniu a propaganda de ordem subversiva veiculada por *La Tribuna*, buscando condenação pública e institucional para o teor das matérias publicadas no jornal aprista. Os protestos contra a instalação do novo governo foram identificados como métodos leguístas:

Los elementos políticos de la antigua dictadura, en notoria inteligencia con uso de los grupos vencidos el 11 de octubre [...] ninguna importancia tienen [...] y la propaganda sediciosa de la prensa, los rumores alarmistas tendenciosos y los manifiestos revolucionarios dirigidos a las fuerzas armadas [...].²¹¹

Consultando e reproduzindo artigos de outras publicações, o decano procurou demonstrar que o conluio entre apristas e leguístas era, no mínimo, verossímil e de conhecimento público.²¹² O vocábulo ‘apro-leguístismo’ tornou-se mais frequente para rebater as citações de *La Tribuna* sobre a existência do ‘sancho-civilismo.’

A inconformidade aprista ante o resultado eleitoral e as denúncias de possíveis fraudes alardeadas por *La Tribuna* e pelos discursos dos líderes apristas, foram sistematicamente atacadas por *El Comercio* como forma de combinar a retidão nos resultados eleitorais com a defesa do civilismo.

El 11 de octubre [...] se realizaron las elecciones más correctas y honradas que recuerda la república. [...] La Alianza Popular Revolucionaria Americana, a la vez que en el norte mueve sus adeptos para que declaren ‘que la causa del pueblo triunfará sobre los fraudes civilistas’ preparaba una manifestación para el domingo, en Lima, que, naturalmente habría sido de repudio de las elecciones consumadas y de resistencia a la proclamación del presidente electo. Es decir, francamente subversiva. [...] Ni los más infelices de los ciudadanos pueden creer que hay honradez y sinceridad en el cargo grotesco que se hace al civilismo de un delito que ha estado fuera de su alcance cometer.²¹³

Por sua vez, Saco Arenas atribuiu ao radicalismo aprista o mesmo tipo de estratégia que utilizava Leguía durante o *oncenio*, sendo, para ele, prova suficiente de uma possível contra-revolução:

²¹⁰ Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 45918, 19/10/1931, p. 5.

²¹¹ Editorial de *El Comercio*, nº 46033, 05/12/1931, p. 1.

²¹² Conforme artigo “Apro-leguístismo” publicado no jornal *La Opinión* de 26/11/1931 apud *El Comercio*, nº 46018, 27/11/1931, p. 13.

²¹³ Editorial de *El Comercio*, nº 45964, 30/10/1931, p. 2.

Desde que el partido internacional de la ‘Alianza Popular Revolucionaria Americana’, ocultando su origen con el nombre del ‘APRA’, se introdujo en la vida del país, puso en práctica exactamente los métodos mismos del sectarismo establecido por el señor Leguía [...].²¹⁴

Passados dezessete días da posse de Sánchez Cerro, a cobrança ao novo governo por resultados positivos, efetuada pela imprensa opositora, especialmente por *La Tribuna* motivou *El Mismo* a responder com a habitual ironia. “Dios hizo el mundo en seis días y en el séptimo descansó. Luego ya llevamos diez días perdidos [...] La culpa, la tienen, naturalmente, los civilistas [...]”.²¹⁵

No momento em que o Congresso aprovou a *Ley de Emergencia*, *El Comercio* não somente elogiou o legislativo nacional, como atribuiu ao governo um caráter positivamente civilista, admitindo tal correlação. A forma de ataque escolhida por Antônio foi desdenhar *La Tribuna*, simulando, ironicamente, a confissão sigilosa de um apриста ao avaliar aquela conjuntura política: “Si yo dijera a usted la verdad, estoy encantado con lo que pasa. Tenemos un gobierno que es una dama. Fino, suave, civilista. Porque, aqui en secreto, los civilistas son muy buenas gentes [...]”.²¹⁶

A ironia do *duende*, entretanto, não refletiu o grau de repressão que se abateu sobre a oposição política ao governo, que converteu a recente instalação do regime democrático em mais uma sangrenta ditadura. Sánchez Cerro transformou-se em mais um dos ditadores militares que tanto frequentaram e frequentariam o cotidiano político republicano.

1.3.5 Batalha de símbolos

O APRA conseguiu, desde cedo, desenvolver uma capacidade de fidelidade ideológica, graças, entre outros aspectos, à identidade comum fornecida aos militantes. Esta capacidade de estabelecer vínculos com os segmentos médios e proletários foi viabilizada por uma série de instâncias representativas e simbólicas, capazes de renovar o compromisso de seus adeptos no longo prazo. Muito desta fidelidade foi obtida a partir da identificação dos adeptos com os símbolos partidários.

²¹⁴ Artigo assinado por Alejandro Saco Arenas e publicado em *El Comercio*, nº 46040, 09/12/1931, p. 6.

²¹⁵ Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 46071, 26/12/1931, p. 4.

²¹⁶ *Idem*, nº 46093, 08/01/1932, p. 3.

A simbologia partidária utilizada pelo PAP, no entanto, seria convertida em um dos aspectos políticos mais polêmicos na conjuntura eleitoral de 1931. Compunha um conjunto de objetos que incluiu não somente a presença de símbolos representativos do partido aprista. Por vezes estes símbolos partidários foram combinados com os de outros países, revelando algo que poderia ser atribuído como portador de uma identidade de caráter internacional. Um dos símbolos mais caros ao aprismo foi a bandeira de fundo vermelho, tendo ao centro um mapa dourado da América Latina. Nos desfiles e comícios apristas esta bandeira, juntamente com os pavilhões de outros países latino-americanos, simbolizavam o ideal de união continental defendido pelo APRA desde os anos 1920.

A partir da chegada de Haya de la Torre do exílio, em agosto de 1931, e na série de comícios realizados pelo PAP, estas bandeiras foram expostas publicamente com frequência. E, desde o primeiro grande comício aprista em Lima, realizado em quinze de agosto de 1931, a vigilância de *El Comercio* denunciou a predominância da presença desta bandeira, bem como a de outros países, como exemplos de comportamento depreciativo aos símbolos nacionais: “[...] es cierto que banderas extrañas al Perú flamearon el sábado, en la manifestación política de los apristas”.²¹⁷ Este editorial era já uma resposta à afirmação contida no jornal *La Tribuna*, segundo a qual, na sede do jornal *El Comercio*, fora hasteada a bandeira norte-americana, justamente no dia da deposição de Sánchez Cerro como presidente provisório, em março daquele mesmo ano, tendo por objetivo escapar de possíveis represálias e depredações de manifestantes políticos, disfarçando a edificação como se fosse patrimônio não peruano.²¹⁸ O uso de bandeiras tornou-se, a partir de então, motivo de combate entre os dois jornais. Não se limitou, entretanto, a este objeto, pois se estabeleceu uma verdadeira guerra de símbolos. A prioridade dos dois periódicos foi atribuir ao adversário o caráter estrangeirizante de seus símbolos. Cada qual pretendeu reter o monopólio da defesa dos símbolos pátrios, com destaque especial para a ênfase de *El Comercio* na interpretação xenófoba destes elementos.

Outro elemento simbólico tornou-se motivo de condenação por parte do decano: o hino do PAP. A melodia era igual ao hino nacional francês, ou seja, a Marselhesa, sendo entoado nas cerimônias políticas oficiais do Partido, assim como nas concentrações públicas. Tanto quanto as bandeiras, este hino seria interpretado pela imprensa anti-aprista como prova do internacionalismo da nova ideologia, estimulando sentimentos xenófobos ao relacioná-los

²¹⁷ Editorial de *El Comercio*, nº 45836, 20/08/1931, p. 2.

²¹⁸ Conforme *La Tribuna*, nº 98, 19/08/1931, p. 3.

como prova de antipatriotismo e antinacionalismo. Oscar Miró Quesada resumiu, em um exemplar artigo, uma lista dos aspectos que considerava negativos na simbologia partidária aprista, destacando-se a associação entre os referenciais apristas e comunistas:

[...] Los izquierdistas revolucionários que suelen agruparse en partidos con células en distintos países, que usan banderas extranjeras y reemplazan el himno nacional por un himno próprio, así como los comunistas [...] cantan la internacional [...] este internacionalismo sectário, se reconoce en que sus partidarios proclaman y organizan la lucha de clases y la destrucción de la orden social, y de la patria [...] beben sus inspiraciones doctrinarias en las fuentes de la tercera internacional [...] negación de la idea de patria, antimilitarismo, ateísmo e irreligiosidad, negación de la propiedad privada, apropiación del capital por el Estado, antiimperialismo, destrucción del orden social actual, revolución social internacional para implantar la dictadura de las clases trabajadoras o clases productoras como algunos las llaman [...].²¹⁹

O contraste com a cobertura jornalística dos comícios realizados pela União Revolucionária demonstrou a intencionalidade do decano em exaltar a proposta que, segundo sua opinião, mais respeitava e valorizava os símbolos nacionais. Exemplo disso foi a reportagem *La Gran Manifestación de Ayer*, sobre a cobertura de um comício da UR realizado em Lima, 21 de agosto de 1931. Tal matéria continha subtítulos diagramados em letras ‘garrafais’, com as seguintes chamadas: “*No se vió otra bandera que la del Perú, ni se escuchó más canción que la nacional*”.²²⁰ Alguns dias após, *El Mismo* ampliou o efeito, ressaltando o uso dos símbolos pátrios pelos partidários da UR, aproveitando para ironizar o PAP: “El niño PAP [...] há visto [...] un inmenso número de hombres [...] con millares y millares de banderas peruanas [...] bajo el pabellón del Perú y a los acordes del himno nacional, millares y millares de ciudadanos han marchado”.²²¹

A parcialidade nas coberturas dos comícios não se restringiu somente à qualidade da análise. A quantidade de informações inseridas na exposição jornalística também foi um destaque nas reportagens políticas de *El Comercio*. Comparando as publicações de notícias a respeito de dois comícios massivos ocorridos em Lima, o do PAP, em dezesseis de agosto, e o da UR, em vinte e três, nota-se o imenso contraste. Enquanto o comício de Haya de la Torre mereceu trinta linhas, que compunham uma coluna, diagramada em meio a fatos policiais²²²,

²¹⁹ RACSO, Oscar Miró Quesada. *El Comercio*, nº 45849, 28/06/1931, p. 2.

²²⁰ Cobertura de comício da União Revolucionária de 22/08/1931, publicada em *El Comercio*, nº 45840, 23/08/1931, p. 4-6.

²²¹ Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 45843, 25/08/1931, p. 5.

²²² Conforme denúncia de *La Tribuna*, nº 96, 17/08/1931, p. 3, avaliando *El Comercio*, nº 45825, 16/08/1931.

o comício de Sánchez Cerro demandou quatro páginas completas, com ampla reprodução de fotos.²²³

A batalha simbólica acabou incluindo não somente objetos, mas, igualmente, instituições. As Forças Armadas Peruanas transformaram-se em alvo de influência política por parte de ambas as propostas partidárias. A presença ativa do exército na vida política nacional foi uma constante desde o advento da República Peruana. Mais recentemente, a queda da ditadura de Leguía se dera, entre outras coisas, pela vingança militar ante o afastamento contínuo a que o exército ficara submetido durante o *oncenio*. Agora, em plena campanha eleitoral, com um dos candidatos oriundos de suas fileiras, as Forças Armadas seriam alvo de radical debate sobre o seu papel na realidade política nacional. No âmbito da definição deste papel, as concepções utilizadas pelo aprismo, que primavam pela não intervenção do exército na política, foram convenientemente aproveitadas por *El Comercio* para expor o PAP como um partido que repudiava as instituições militares. Tais acusações visavam, estrategicamente, a adesão dos militares a favor do candidato da UR, destacando-se a alta oficialidade. Quando Haya de la Torre, por exemplo, incluiu em seu discurso a afirmação de que “el aprismo será un ejército civil, será el partido del Estado”²²⁴, o decano aproveitou para acusar o aprismo de querer suprimir o exército. A partir da manifestação deste discurso, ocorrido em agosto, *El Comercio* instigou persistentemente a cizânia entre o PAP e as Forças Armadas: “[...] habla de formar un ejército civil, frente al ejército nacional”.²²⁵

Por mais que o aprismo e o *La Tribuna* expressassem respeito aos institutos armados, procurando redefinir a posição destes diante das questões políticas,²²⁶ sobressaía a intenção de *El Comercio* na conquista dos principais hierarcas castrenses, através da promoção desta adversidade. *El Comercio* obteve sucesso nesta estratégia, uma vez que a alta oficialidade e mesmo a baixa, donde provinha o próprio Sánchez Cerro, aderiu ao candidato da UR.²²⁷

Em dezembro de 1931, durante o período de agitação político-sindical na costa centro-norte, a vigilância ‘policialesca’ do novo governo recém-empossado cumpriu seu papel de mantenedor da ordem pública, reprimindo duramente as manifestações, com destaque para as de inspiração aprista. O exército também teve papel fundamental nesta atividade. Logicamente, *El Comercio* justificou plenamente a repressão:

²²³ Conforme *El Comercio*, nº 45840, 23/08/1931, p. 4-7.

²²⁴ HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl apud RACSO, Oscar Miro Quesada. *El Comercio*, nº 45889, 17/09/1931, p. 9.

²²⁵ Editorial de *El Comercio*, nº 45836, 20/08/1931, p. 2

²²⁶ Conforme o artigo *Las Fuerzas Armadas y la Política*. *La Tribuna*, nº 55, 08/07/1931, p. 3.

²²⁷ VILLANUEVA, Victor (1975, p. 49).

No forcemos a este gobierno a tomar la ofensiva para defenderse contra agresiones subversivas que ningún gobierno puede tolerar. Quienes se alzan en tumulto, subversivamente, desconociendo las autoridades [...] deben ser severamente reprimidos [...].²²⁸

Em janeiro de 1932, quando a agitação política e sindical acarretou a elaboração da *Ley de Emergência*, o exército tornou-se, novamente, o braço armado de um governo que não tinha somente um de seus membros como presidente, mas que, a cada dia, assumia a nítida faceta de uma ditadura militar. O resultado da escalada repressiva, no entanto foi que, de civilista, o governo só ficou com os ideólogos. O comando efetivo foi militarizado.

O apelo a valores pátrios não impediu que outro elemento de discussão passasse a frequentar o ambiente político. Completando o conjunto depreciativo de símbolos e adjetivos utilizados como instrumentos de ataque à presença do aprismo no cenário político e impedi-lo de conquistar a opinião pública, *El Comercio* acrescentou insistentemente, a denúncia de que o aprismo e seus militantes eram anticlericais. A questão religiosa assumiu viés político. Problema delicado desde o ponto de vista da crença da população tradicionalmente católica, apostólica e romana, foi ampliado pela imprensa anti-aprista como exemplo de ateísmo de caráter comunista e antipatriótico, vínculo, mais uma vez, aparentemente verossímil:

[...] El izquierdismo rojo no solo es enemigo de la patria sino de la religión [...] combaten la religión por los mismos motivos que los inducen a combatir la patria [...] este sectarismo antirreligioso, este fanatismo al revés, se encuentra siempre en todas las facciones del izquierdismo revolucionario [...] no se atreve a atacar de frente la cuestión religiosa en su programa, pero todos saben la tendencia antirreligiosa que lo caracteriza²²⁹

Atribuindo a certos partidos a forma irrelevante de tratamento de temas como pátria e religião, RACSO procurou igualar comunismo e aprismo quanto ao perigo que representavam.

“La patria y la religión, son realidades sociológicas innegables, necesidades humanas contra las que no se puede atentar sin producir graves daños colectivos, de modo que los partidos que las niegan, combaten o desestiman, son peligrosos para la paz [...]”²³⁰

Discurso do próprio Haya de la Torre foi reproduzido para reafirmar o que seria considerado como sectarismo religioso, ainda que este discurso de Haya fosse proferido para dar exemplo do grau de ignorância da massa camponesa e, por extensão, do atraso

²²⁸ Editorial de *El Comercio*, nº 46074, 28/12/1931, p. 1.

²²⁹ RACSO, Oscar Miró Quesada. *El Comercio*, nº 45877, 12/09/1931, p. 5.

²³⁰ Idem, nº 45885, 17/09/1931, p. 9.

educacional representado pela quase totalidade da população peruana, graças, entre outras coisas, à presença do clero no ensino: “Tenemos casi cuatro millones de analfabetos, estamos gobernados, espiritualmente, por un alto clero extranjero y venal”.²³¹

A influência da religião na educação significava, para o aprismo, alienação, submissão e ignorância. *El Comercio*, então, fartou-se em identificar tal tipo de discurso como atestado de ateísmo comunista e anticlerical. A posição eminentemente laica do aprismo, conforme manifestava de forma contundente o jornal *La Tribuna*²³² era aproveitada pela oposição jornalística como prova de desprezo à religião, especialmente a católica, professada pela ampla maioria dos peruanos.

É possível inferir a repercussão negativa que sofreu o aprismo, pois não foram poucos os párocos que utilizaram seus púlpitos para condená-lo, principalmente durante a campanha eleitoral, conforme pudemos observar em diversos relatos publicados pelo próprio *La Tribuna*.²³³ A defesa efetuada pelo periódico aprista contra este tipo de condenação forçou-o a publicar, inclusive, opiniões de eclesiásticos que, de alguma forma, concordavam com as afirmações apristas, como a manchete a seguir: “No soy contrario a la separación de la Iglesia y el Estado.’ Sensacionales Declaraciones del Vigario Apostólico de Arequipa”.²³⁴ O silogismo entre aprismo e anticlericalismo teve, pois, importante efeito na conjuntura política do momento, como o teria no futuro.

O embate ideológico sobre este tema assumiu uma proporção tal, que levou a Igreja a se manifestar, dois dias antes da posse do governo de Sánchez Cerro, justamente no momento em que as greves e manifestações de protesto do litoral centro-norte foram sendo deflagradas. A reprodução de trechos da Carta Pastoral do Episcopado Peruano parece-nos relevante se levarmos em consideração a relação de convergência de pontos de vista entre a reação político institucional e a espiritual, governo e Igreja, como reprodutores do processo de persistente inculcação de ideias, valores e julgamentos distribuídos pelo meio de comunicação mais influente da época: o jornal *El Comercio*. Comportando-se como genuíno aparelho ideológico, a Igreja Peruana via no programa laico do PAP um motivo suficiente para impugnar o aprismo e o teor das matérias divulgadas por *La Tribuna*. A ênfase e a virulência das declarações abaixo reproduzidas, porém, não foram somente o produto de uma consciência institucional sobre os inimigos da Igreja. Reflete, igualmente, a absorção do radicalismo e

²³¹ HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl apud *El Comercio*, nº 45877, 12/09/1931, p. 5.

²³² Conforme *La Tribuna*, nº 46, 29/06/1931, p. 7 e nº 90, 12/08/1931, p. 1.

²³³ *Ibidem*.

²³⁴ *Idem*, nº 148, 07/10/1931, p. 3.

autoritarismo superdimensionados políticamente pela oligarquia através de seu meio de comunicação mais representativo, ou seja, o *El Comercio*.

En ciento diez años de vida independiente que cuenta el Perú, la Iglesia y el Estado han marchado, amados hijos, estrechamente unidos [...] Flota, sin embargo, en el ambiente político de nuestros días, la idea de la separación [...] la falsa doctrina, laicizadora, que pretende romper la unión entre la Iglesia y el estado, privan a la sociedad de los numerosos bienes que de ella resultan. [...] la escuela laica, desconocida en las pasadas civilizaciones, es atea, inmoral y antisocial. [...] la mala prensa, por el diario, el semanario, la revista, el folheto y el libro, menospreciando la verdad, propaga falsas doctrinas en el campo de la filosofía, ampara el indiferentismo religioso, combate con arma enmohecida ya a la Iglesia y, no pocas veces, enarbola la bandera del anticristianismo. [...] Roba el prestigio de la autoridad, cualquiera que sea su nombre, favoreciendo las rebeldías de los pueblos. LA CUESTIÓN OBRERA. El error capital en esta cuestión, o sea, en los conflictos entre patrones y obreros, entre el capital y el trabajo es creer que las dos clases son enemigas. NUESTROS INDÍGENAS. [...] amor a la piedad y respeto al sacerdote; dándolos ejemplos de verdadero patriotismo y de acatamiento a las leyes de la Iglesia y de la República, y no permitiendo que mal aconsejados alcen bandera de rebeldía contra el credo católico.²³⁵

Chama a atenção que a questão da crença religiosa logo tenha cedido espaço para as justificativas sobre a importância da Igreja na educação, bem como a questão dos conflitos sociais e políticos, como a questão operária e, especialmente, a camponesa indígena, imensa maioria da população nacional. Revela quanto receio tinha a Igreja em perder sua posição especial e seu prestígio na sociedade, tanto no aspecto material quanto humano. É possível constatar que objetivou atacar o aprismo e o comunismo, declarando-os inimigos da nação por questionarem a influência e a posição da instituição religiosa.

A batalha de símbolos, portanto, produziu idealizações e, acima de tudo, estigmas e rótulos indutivos do sentido da falsa percepção. Nesta batalha *El Comercio* talvez tenha obtido maior sucesso que o aprismo. Tornou-se difícil para *La Tribuna* negar o anticlericalismo aprista ou afirmar seu respeito às Forças Armadas. Igualmente difícil foi defender, através das bandeiras e do hino, o ideal de união latino-americana e o anti-imperialismo. Por fim, tudo aquilo que representaram os símbolos, tradições e instituições, desde a bandeira e o hino, até as Forças Armadas e a Igreja, foram eficientemente associados ao internacionalismo e ao antipatriotismo. Tal eficiência foi resultado da reprodução constante de silogismos inculcados por *El Comercio*. Todos estes elementos simbólicos, em forma de

²³⁵ “Carta Pastoral del Episcopado Peruano a los venerables cabildos, clero y fieles de la República, sobre problemas de orden religioso social.” Publicada por *El Comercio*, nº 46035, 06/12/1931, p. 17-18.

objetos e conceitos, puderam ser lidos e entendidos como sinônimos de internacionalismo, antinacionalismo, antipatriotismo, anticlericalismo e desprezo por instituições tradicionais.

Os efeitos políticos desta lógica, divulgada pelo decano, não se restringiram somente àquela circunstância histórica, isto é, o início dos anos 1930. Durante décadas estas associações de ideias e de vínculos simbólicos produziram desdobramentos importantes no panorama político e ideológico, retornando ao debate e incorporando-se às estratégias discursivas em disputa, graças à repetição argumentativa produzida pela mídia escrita oligárquica.

1.3.6 *La Tribuna*, ataques e defesas: o anticivilismo

A percepção a respeito de uma possível volta do civilismo não passou despercebida pelas correntes políticas contestadoras do predomínio oligárquico.

O comunismo e o aprismo demonstraram esta preocupação, explicitando sua inconformidade com o possível retorno da dinâmica oligárquica de exercício do poder. Conseqüentemente, civilismo tornou-se sinônimo de arcaísmo político, adjetivo pejorativo e emblemático de uma elite que deveria ser renegada por seu desserviço prestado no passado histórico peruano. “Independizados de España a favor de los señores feudales criollos, hemos ido rodando a través de la historia en manos de generales primitivos y de taimados logreros civilistas”.²³⁶

O civilismo extinguiu-se formal e definitivamente, quando dois de seus representantes históricos, Manuel Vicente Villarán e José M. Manzanilla declararam, laconicamente, ao jornal *La Nación*, de Buenos Aires, que o civilismo havia morrido. “El Partido Civil há muerto”.²³⁷ De fato, o isolamento político dos últimos anos debilitara o Partido Civil deixando de ser a máquina política ágil e viabilizadora dos projetos de uma parcela significativa da oligarquia peruana.

La Tribuna, entretanto, esclareceu ao leitor a sua interpretação ante tais declarações: “Pero si los civilistas mueren, no há fallecido el civilismo, que cada dia está más vivo”.²³⁸

²³⁶ Editorial de *La Tribuna*, nº 1, 16/05/1931, p. 1.

²³⁷ Conforme descreve GARAYCOCHEA, Percy Murillo (1976, p. 90).

²³⁸ *La Tribuna*, nº 3, 18/05/1931, p. 4.

Acompanhando de perto o desenrolar dos fatos, a cúpula aprista logo percebeu a possível ligação entre Sánchez Cerro, o partido União Revolucionária, recém-fundado, e os antigos membros do civilismo, aliança logo denunciada nas páginas de *La Tribuna*.

No imaginário aprista, a presença de velhos representantes políticos em torno da cúpula do governo provisório que se seguiu à ditadura leguista, comprovava a existência do civilismo sem Partido Civil. Quando as eleições foram marcadas e as candidaturas lançadas, *La Tribuna* expôs o perigo da presença de tradicionais caciques políticos em algumas delas. Para o jornal aprista, não somente a candidatura da União Revolucionária estaria viciada pela presença de velhos representantes do civilismo, mas igualmente a de Arturo Osoreo e José María de la Jara y Ureta.²³⁹

[...] las grupaciones de derechistas, civilistas o nacionalistas [...] son grupaciones acefalas, sin organización, sin vida, que luchan desesperadamente por la conquista del poder que usufructuaron durante tanto tiempo.²⁴⁰
El Osorismo usa las mismas armas que el civilismo.²⁴¹

A campanha eleitoral de 1931 tornou-se desde cedo, como vimos, uma disputa entre dois candidatos: Sánchez Cerro e Haya de la Torre. Arturo Osoreo, da Ação Republicana e José de la Jara, da União Democrática, não possuíam qualquer cacife popular ou força partidária. O candidato da UR, por outro lado, exibia em seu currículo o mérito de ter liderado o golpe de Estado que derrubara Leguía, capital político nada desprezível, ainda que os seis meses à frente da presidência da república no governo provisório o tenham levado a certo desgaste. Por sua vez, Haya de la Torre contava com a fama adquirida na liderança de movimentos sociais, assim como com a disciplina dos militantes do PAP.

Quando o aprismo percebeu que Sánchez Cerro seria candidato, começou a vigiar a atuação de *El Comercio* em torno a esta candidatura. “[...] el comandante Sánchez Cerro, ‘El Comercio’ y el civilismo son tres calidades distintas y un solo peligro verdadero”.²⁴² Passou, então, a exhibir o passado do decano, para provar a sobrevivência e a rearticulação política do civilismo, fenômeno reconhecido em diversos estudos históricos e sociológicos posteriores.²⁴³ Não houve dúvidas para o aprismo: o outro, o inimigo, era o civilismo ressurgido. E a prova

²³⁹ Para brevíssima descrição das alianças eleitoral-partidárias das candidaturas de Arturo Osoreo e José María de la Jara y Ureta, ver THORNDIKE, Guillermo (1980, p. 79-80).

²⁴⁰ *La Tribuna*, nº 26, 09/06/1931, p. 11.

²⁴¹ *Idem*, nº 78, 31/07/1931, p. 2.

²⁴² *Idem*, nº 99, 20/08/1931, p. 2.

²⁴³ VILLANUEVA, Victor (1975, p. 48). COTLER, Julio (1978, p. 244). SÁNCHEZ, Luís Alberto (1979, p. 19).

mais evidente seria a conexão entre os candidatos da UR e seu passado civilista através da repetição constante da justaposição entre o nome do candidato urrista e a ideologia oligárquica, ou seja, o sanchocivilismo. A intenção era óbvia: expor o verdadeiro caráter ideológico da candidatura da UR, vinculando-a a um passado a ser desprezado e que não deveria voltar, ao mesmo tempo respondendo às acusações, principalmente de *El Comercio*, que chamava o aprismo de apro-leguísmo.

O apoio de *El Comercio* à UR tornava-o um verdadeiro ‘porta-voz’ em caso de um futuro governo liderado por Sánchez Cerro. Nada mais lógico para o *La Tribuna*, portanto, que denunciar a volta do civilismo como prática política, e de apontar *El Comercio* como seu divulgador. “Desde la caída de Leguía, el civilismo y muy especialmente Antonio Miró Quesada han sido consejeros, oficiales y espontáneos de los comandantes que gobiernan el Perú”.²⁴⁴

Convém neste momento condensarmos o que significou o civilismo na interpretação de *La Tribuna*. Eis a fórmula pela qual o jornal aprista expôs sua concepção de civilismo e como a articulou com o papel desempenhado na imprensa por *El Comercio*: Atraso, corrupção, tradição oligárquica, associação com o capital externo, desprezo e indiferença ao indígena, clericalismo, conservadorismo, golpismo, exploração da massa trabalhadora, feudalismo, centralismo administrativo. Todos estes elementos compunham a prática exercida pelo civilismo, segundo a visão aprista.

A sobrevivência da forma oligárquica de fazer política, onde os acertos de cúpula efetuados pela elite civilista bastavam para determinar as ações no cotidiano nacional, parecia ter fôlego suficiente para que voltasse a predominar. E, com este estilo, estariam de volta, igualmente, outras práticas, dentre as quais se destacaria o perigo de um desrespeito às regras do jogo político-institucional e democrático que se procurava implantar.

A vitória da UR nas eleições representou, a partir desta interpretação aprista, um retrocesso político. Daí *La Tribuna* exibir a seguinte manchete no dia da posse de Sánchez Cerro: “Hoy asumirá el mando el civilismo”.²⁴⁵

Acompanhando o cotidiano do governo recém empossado, *La Tribuna* passou a trabalhar como fiscal opositor das ações governamentais vinculando-as ao civilismo e a *El Comercio*.

²⁴⁴ *La Tribuna*, nº 45, 28/06/1931, p. 2.

²⁴⁵ *Idem*, nº 222, 08/12/1931, p. 1.

Ayer hemos publicado la constatación cierta de que el nuevo personal en el Ministerio de Relaciones Exteriores, abundan los miembros de empleados, colaboradores o allegados al diario de 'La Rifa' [...] El civilismo es realmente una asociación de compadres que están prestes a asaltar la cosa pública.²⁴⁶

O efeito do ataque foi acusado imediatamente pelo jornal adversário, que reagiu publicando a defesa da inexistência prática do civilismo, porque não existia mais o partido, justificando os méritos da candidatura de Sánchez Cerro como a única ligação existente entre a divulgação da mesma e o periódico.²⁴⁷

Esse talvez seja o principal aspecto em torno do qual *La Tribuna* obteve melhor êxito em atacar *El Comercio*. Civilismo significaria voltar ao passado. Civilismo seria consagrar uma tradição política cujos males à história republicana estariam emblematizados na exploração das riquezas nacionais em proveito próprio, o alijamento da massa trabalhadora dos benefícios do modelo de acumulação, o afastamento político e econômico do indígena, o conluio antinacionalista com o capital externo e o vínculo com marcas traumáticas no passado histórico recente, como a derrota para o Chile na Guerra do Pacífico.

Não foi suficiente para evitar a derrota eleitoral, mas construiu uma teia de significados em torno do adversário político, suficiente para esclarecer significativa parte da opinião pública naquele período. A percepção do retorno do civilismo se constituiria em importante argumento crítico do aprismo, sendo reutilizado no futuro para esclarecer os vínculos oligárquicos com os privilégios econômicos e políticos, bem como suas ligações com a grande imprensa nacional.

1.3.7 *La Tribuna*, ataques e defesas: o anti-imperialismo

Para entendermos a questão anti-imperialista presente no periódico aprista, se impõe uma breve retrospectiva.

Haya de la Torre formou o APRA, diagnosticando os efeitos causados pelo capital imperialista em todas as nações latino-americanas. O Peru e a América Latina tinham sofrido, segundo esta ótica, o mesmo destino. Eram vítimas comuns do atraso econômico. Esta é uma das razões para a definição do caráter continental do aprismo, que teria no combate ao

²⁴⁶ Artigo intitulado *Há vuelto la 'Argolla Civilista*. *La Tribuna*, n° 239, 28/12/1931, p. 1.

²⁴⁷ Conforme editoriais de *El Comercio*, n°s 45722 e 45762, respectivamente, de 18/06/1931 e 10/07/1931, ambos da p. 1.

imperialismo seu lema número um, associado à nacionalização de terras e indústrias, seu lema número dois.

É evidente, como já foi assinalado, o aporte teórico representado pela obra de Lênin e pela contribuição de Hobson no pensamento de Haya de la Torre. De igual importância destacaríamos a influência da revolução mexicana nas soluções propostas para a América Latina em sua principal obra, *El Antiimperialismo y el APRA*. Como exemplo, citaríamos as referências às soluções dos problemas agrários baseados na ‘Constituição Mexicana de Querétaro’.²⁴⁸

Quando o Partido Aprista Peruano foi fundado oficialmente, em 1930, havia passado seis anos desde os primeiros passos em direção a um aperfeiçoamento teórico de seus preceitos. A contenda teórica com o comunismo internacional e latino-americano já havia se verificado na conferência anti-imperialista de Bruxelas, em 1927, e no encontro anti-imperialista latino-americano do Uruguai, em 1929.²⁴⁹ O reflexo desta querela separaria para sempre a colaboração até então existente entre José Carlos Mariátegui e o aprismo, afastando o partido e os sindicatos de orientação comunista dos de orientação aprista. A partir de então, aprismo e comunismo não mais se conciliariam.

Logicamente, o aprismo reivindicou para si a correta avaliação sobre o fenômeno imperialista. Haya de la Torre e outros ideólogos haviam promovido, por volta de 1930, uma adequação na avaliação sobre este fenômeno, incluindo uma investigação sobre a presença do capital externo e sua real contribuição ao progresso econômico-social peruano. *La Tribuna* esclareceu, no auge da campanha eleitoral de 1931, o resultado da posição aprista em relação às últimas revisões teóricas a respeito do imperialismo.²⁵⁰ A ideia principal que se impôs foi uma aceitação condicionada dos investimentos externos, impugnando somente aqueles casos onde houvesse franca lesão aos interesses nacionais. “El capital extranjero debe venir controlado y bajo prescripciones precisas que señale el Estado.”²⁵¹ A evolução na análise do anti-imperialismo passava por uma ampla visão do capitalismo, cuja conclusão não era, necessariamente, xenófoba ao modelo:

El Antiimperialismo aprista es genérico. Es decir, es un movimiento nacionalista y social contra los excesos del capitalismo yanqui, inglés, alemán o criollo. Imperialismo significa, en términos económicos, capital financiero, es decir capital

²⁴⁸ HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. (s/d, p. 45, 91- 96, 117 e 147-157).

²⁴⁹ Para descrição de detalhes destes eventos recomendamos HAYA DE LA TORRE. *Treinta Años de Aprismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956, p.18-33.

²⁵⁰ Conforme *La Tribuna*, nº 38, 21/06/1931, p. 2.

²⁵¹ *La Tribuna*, nº 112, 02/09/1931, p. 3.

monopolista y absorbente. [...] Nosotros no odiamos el pueblo yanqui, ni al inglés, ni al alemán [...].²⁵²

O capitalismo não seria execrado e nem a vinda do capital internacional deveria ser suprimida.

Nosotros no podemos ir contra el capitalismo, porque el capitalismo es un sistema mundial que no tiene sus raíces en el Perú. [...] El aprismo no puede oponerse a que vengan capitales extranjeros [...] lo que el Aprismo quiere [...] estaría dispuesto a aceptar las condiciones que en otros países le imponen, se sujete a la legislación nacional, recompense debidamente el trabajo de los peruanos [...].²⁵³

Os efeitos do imperialismo na realidade peruana seriam sobejamente expostos nas páginas de *La Tribuna*. A oligarquia peruana seria responsabilizada como causadora da submissão do Peru ao capital internacional, razão pela qual a superação da dependência imperialista passaria por uma alteração radical, ou seja, a remoção da elite peruana da condução política e econômica da nação. Por essa razão sobressaíram, no jornal, declarações como a seguinte: “Nuestro desastre económico es obra exclusiva de la incapacidad de los CIVILISTAS”.²⁵⁴ Esta responsabilidade posta sobre os ombros da oligarquia incluía o diagnóstico pessimista sobre o período colonial, bem como sobre o passado e o presente republicano. “Independizados de España a favor de los señores feudales criollos, hemos ido rodando a través de la historia, en manos de generales primitivos y de taimados logreros civilistas”.²⁵⁵ A lógica desenvolvida pela intelectualidade aprista revelava que a cultura política oligárquica seria expressa pelo civilismo, onde o desenvolvimento nacional, capitaneado desde cima por uma elite, combinava-se com a associação estratégica com o capital externo. Civilismo, portanto, significaria, entre outras coisas, a promoção do imperialismo em sua versão peruana.

Todas as ideias a respeito do princípio anti-imperialista puderam ser divulgadas graças à aceitação crescente de *La Tribuna*, facilitando ao leitor, pela linguagem simples, compreender as conexões existentes entre o imperialismo, as medidas necessárias para combatê-lo e a identificação dos responsáveis nacionais por este fenômeno.

²⁵² *La Tribuna*, nº 38, 21/09/1931, p. 2.

²⁵³ Idem, nº 121, 11/09/1931, p. 1

²⁵⁴ Idem, nº 123, 13/09/1931, p. 4.

²⁵⁵ Idem, nº 1, 16/05/1931, p. 1.

Para que os problemas nacionais pudessem ser resolvidos, a variável correspondente ao imperialismo deveria ser constantemente alertada como elemento dificultador. “No podemos hablar de riquezas nacionales, mientras esten en el poder de manos extranjeras”.²⁵⁶

O anti-imperialismo aprista logo foi atacado por *El Comercio*, conceituando-o como um mero lugar comum na política peruana²⁵⁷, levando o *La Tribuna* a insistir na sua existência, assim como denunciando a raiz civilista deste comentário do decano:

Dice el decano de ayer: ‘El anti-imperialismo es un lugar común de nuestra política’. Dice la verdad. De puro lugar común tenemos entregados nuestras minas a la Copper Corporation, nuestro petróleo a la Standard Oil, nuestros ferrocarriles a la Peruvian Corporation, nuestro guano estuvo entregado a Dreyffus, a los Gibbs, a la Peruvian, etc.’²⁵⁸

Houve, paralelamente, uma constante fiscalização por parte de *La Tribuna* sobre a atuação das empresas estrangeiras em território nacional. Destacaram-se os problemas relacionados com a mão-de-obra e os efeitos maléficis da dependência econômica nacional. “La casa W. R. Grace & Co. ha creado una situación difícil a los empleados peruanos. Han sido notificados de rebaja en el 10% de sus salarios. Los abusos del imperialismo”.²⁵⁹ Quando a *Standard Oil*, através de sua subsidiária peruana, *International Petroleum Company*, baixou os preços da gasolina, *La Tribuna* apontou como causa o excesso de produção. Ao mesmo tempo ironizou o editorial que *El Comercio* publicou a respeito, tanto na forma como na intenção:

Nuestro inefável enemigo, el órgano del civilismo clásico, publicó ayer dos editoriales sobre el petróleo. Uno de crítica y otro de aplauso. Es decir se produjo conforme a una perfecta táctica civilista. La crítica, desde luego, ha sido leve y con miras a un posible porvenir. El aplauso, ha sido incondicional. Se trata de la resolución de la International Petroleum Company Limited respecto a la rebaja de la gasolina. ‘El Comercio’, que es buen avisador de esa gasolina, supone que es un acto de buena intención, destinado a ayudar el país en un momento de crisis.²⁶⁰

Os problemas financeiros e monetários vividos em plena efervescência política e eleitoral, levaram a que o governo provisório contratasse uma missão especial, chefiada pelo economista norte-americano Edwin Kemmerer. *La Tribuna* aproveitou, então, para condenar tal procedimento, classificando como uma atitude imperialista e, portanto, antinacional.

²⁵⁶ *La Tribuna*, nº 3, 18/05/1931, p. 3.

²⁵⁷ Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 45690, 01/06/1931, p. 5.

²⁵⁸ *El Comercio*, nº 45690, 1/06/1931 apud *La Tribuna*, nº 19, 02/06/1931, p. 2.

²⁵⁹ *La Tribuna*, nº 182, 01/11/1931, p. 7.

²⁶⁰ *El Comercio*, nº 45704, 09/06/1931 apud *La Tribuna*, nº 27, 10/06/1931, p. 3.

Consequentemente, classificou o governo como de caráter civilista, aproveitando para denunciar a ingerência direta de *El Comercio*:

Desde la caída de Leguía, el civilismo y muy especialmente el señor Antonio Miró Quesada, han sido consejeros oficiales y espontáneos de los señores comandantes del gobierno del Perú. Los civilistas que han gobernado al Perú sesenta años, continúan ahora su labor. 'El Comercio' de Lima ha tenido que declarar que es necesario pedir expertos financieros a los Estados Unidos, para averiguar la situación del Perú. Y eso era lo que todos combatíamos a Leguía.²⁶¹

A virulência dos ataques à elite nacional e à sua 'conivência' com o capital externo não cessaram após a disputa eleitoral.

Para salvar los intereses yanquis y no los nacionales se ha reunido en Lima una Conferencia de Banqueros [...] Su verdadero objetivo es [...] Conseguir que estos países puedan pagar a los EE.UU. el importe de las deudas. Y la situación es más si se considera que nuestras autoridades nacionales facilitan cuánto puedan esta misión exaccionadora.²⁶²

A denúncia da associação de interesses entre a elite nacional e o capital internacional continuou incessante, mesmo após a instalação do Congresso Constituinte que, segundo *La Tribuna*, continuava refletindo uma tradicional atuação política parlamentar de alguns grupos. O periódico identificou a indiferença do Congresso ante os problemas na relação entre o capital e o trabalho dentro das empresas multinacionais:

Las empresas extranjeras [...] se han dedicado a lanzar a la calle a sus empleados y obreros [...]. Pero eso no importa a los señores civilistas. En la sesión de ayer, se negó la dispensa de trámite de comisión y preferencia en el debate al pedido que el compañero Sabroso, en nombre de la Célula Parlamentar Aprista, formuló [...] para evitar esos desmanes de las empresas imperialistas.²⁶³

A vigilância sobre os impactos do imperialismo na realidade peruana incluiu até mesmo, conclusões sobre a dependência cultural. Artigos titulados como o da manchete que vem a seguir, mostravam o grau de reflexão que a intelectualidade aprista atingiu ao verificar quanto o Peru e a América Latina sofriam com a insinuante presença da indústria cultural norte-americana, conteúdo apresentado tanto nas aulas ministradas nas UPGP quanto nos

²⁶¹ *La Tribuna*, nº 45, 28/06/1931, p. 2.

²⁶² Declaração de Manuel Seoane a *La Tribuna*, nº 217, 03/12/1931, p. 3.

²⁶³ *La Tribuna*, nº 264, 19/01/1932, p. 1.

meios de comunicação massivos do aprismo, como a *Revista APRA* e, é claro, o *La Tribuna*: “El imperialismo yanqui y el monopolio de las exhibiciones de películas”.²⁶⁴

Na visão aprista a superação do imperialismo passava pela superação da dependência da economia nacional em relação ao capital externo, difundindo um ideal nacionalista de proteção às riquezas primário-exportadoras e à indústria nacional. Reconhecia a necessidade evolutiva de etapas de desenvolvimento, razão pela qual avaliava a condição econômica peruana como pré-capitalista, conforme teorizava Haya de la Torre na tese sobre as diferentes velocidades do capitalismo em Europa e América.²⁶⁵ A presença de um Estado forte, portanto, seria recomendada, buscando o apoio dos segmentos majoritários da população e afastando os grupos responsáveis pela submissão do Peru ao imperialismo, condição básica para a resolução dos principais problemas nacionais, como, por exemplo, a questão fundiária: “El Problema de la tierra no podrá ser resuelto por el civilismo. Si el civilismo pretendiera resolver el problema tendría primero que desaparecer como clase social [...]”.²⁶⁶ A utilização deste tipo de discurso, que previa a alteração da ordem econômico-social por exclusão ou eliminação da elite, realimentaria as justificativas anti-apristas sobre as ligações com o comunismo, contribuindo ainda mais para a radicalização política e o possível fechamento do regime.

O anti-imperialismo foi, desta forma, facilmente utilizado pela elite como reafirmação da raiz comunista do aprismo, conforme podemos perceber nas contestações de *La Tribuna* a *El Comercio*:

La nacionalización, teoría comunista según los sirvientes de Sánchez Cerro. ‘El Comercio’ continúa su campaña disolvente de calumnias y de envidia [...] La nacionalización ideal comunista? La nacionalización está conocida en Bélgica, Holanda [...].²⁶⁷

1.4 LA TRIBUNA VERSUS EL COMERCIO: TRINCHEIRAS DISCURSIVAS NO ADVENTO DE UMA NOVA DITADURA

Da segunda metade de outubro de 1931 a fevereiro de 1932 a ‘batalha discursiva’ através do jornalismo político ganhou impulso. Tendo em vista a animosidade cultivada pelas

²⁶⁴ *La Tribuna*, nº 254, 09/01/1931, p. 7.

²⁶⁵ HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl (s/d, p. 20 e 33).

²⁶⁶ *La Tribuna*, nº 245, 31/12/1931, p. 8.

²⁶⁷ Idem, nº 289, 17/02/1932, p. 1.

trincheiras ideológicas tornou-se decisiva para o desfecho político que, como adiantamos, resultou numa lei repressora, implantadora de uma ditadura. Podemos perceber a progressão em direção ao final do experimento democrático pelo clima político exposto nas páginas dos dois jornais, bem como a contribuição direta que tiveram nos fatos que se seguiram.

O período pós-eleitoral foi violento. Os protestos apristas foram combatidos e denunciados como sinônimos de subversão, razão pela qual *La Tribuna* fez previsões pessimistas sobre o futuro político: “El Comercio”, [...] inventa conspiraciones y asesinatos para justificar las posteriores prisiones, destierro y persecución implacable a los apristas”.²⁶⁸

Diante dos protestos, *El Comercio* esgrimiou o argumento da lei como princípio coibidor daquilo que enxergava como subversão: “[...] la Junta de Gobierno no puede permanecer como expectadora indiferente, vendo que hace propaganda revolucionaria contra las elecciones y el régimen que de ellas há surgido”.²⁶⁹ Para o decano a revolta aprista estaria sendo causada pelo estopim representado pela propaganda jornalística subversiva, que alimentaria as manifestações de violência: “Los órganos periodísticos la fomentan, sus corifeos la propician y se há llegado a apoderar de sus parciales una especie de fiebre”.²⁷⁰

Conforme já foi assinalado, o Episcopado Peruano manifestou sua opinião sobre os últimos acontecimentos políticos e sociais às vésperas da posse de Sánchez Cerro, emitindo juízos de valor sobre a imprensa. Chamamos a atenção, no entanto, para outras considerações desta manifestação oficial, pois expressa o processo de inculcação ideológica e institucional de uma cultura política autoritária:

La prensa, cuando echa de lado los altísimos fines de su institución, conviértese, de pregonera de la verdad, en propaganda de erróneas doctrinas y dañosas informaciones. De sentinela de la moralidad en fomentadora de la imoralidad pública [...] De moderadora de las pasiones populares, en su más eficiente instigadora. [...] la mala prensa, por el diario, el semanario, la revista, el folleto y el libro, menospreciando la verdad, propaga falsas doctrinas en el campo de la filosofía, ampara el indiferentismo religioso, combate con arma [...] a la Iglesia y, no pocas veces, enarbola la bandera del anticristianismo [...].²⁷¹

O Episcopado Peruano não deixou de exibir em sua avaliação, qual imprensa seria considerada como recomendável: “Mas; si hay una prensa mala, que combatimos, hay una prensa buena, que aplaudimos y recomendamos.”²⁷²

²⁶⁸ *La Tribuna*, nº 176, 26/10/1931, p. 1.

²⁶⁹ Editorial de *El Comercio*, nº 45990, 13/11/1931, p. 1.

²⁷⁰ Editorial de *Patria*, 02/11/1931 apud *El Comercio*, 45971, 03/11/1931, p. 5.

²⁷¹ Carta do Episcopado Peruano publicada por *El Comercio*, nº 46035, 06/12/1931, p. 17.

²⁷² *Ibidem*.

A pressão do decano pela aprovação da *Ley de Emergência* não contradizia o ideal de defesa da liberdade de expressão, segundo sua avaliação. A justificativa era que, afinal, para manter a democracia, o Executivo tinha o direito de lançar mãos de instrumentos jurídicos coibidores da subversão, principalmente aquela que fosse manifestada através das publicações que circulavam nas grandes cidades:

Está pendiente de la aprobación del Congreso la ley de emergencia solicitada por el ministro de gobierno [...] Sigue la propaganda subversiva intensificándose la impunidad [...] los comunistas lanzan hojas impresas en una imprenta clandestina en que ataca insolentemente al presidente de la república, al gobierno y a los que ellos llaman ‘clases burguesas explotadoras’[...] A la vez hay una propaganda intensa de exacerbación del espíritu público, en periódicos, conferencias, panfletos, etc., etc. Tenemos pues, en marcha audaz, a los que pretenden capturar el poder para convertirlo en instrumento de sus intereses.²⁷³

Diante de tamanha pressão exercida pelo Poder Executivo, pela maioria dos partidos representados no Congresso e pela campanha do decano, *La Tribuna* não pôde deixar de acusar a participação dos Miró Quesada na elaboração e aprovação da *Ley de Emergência*: “La ley de ‘El Comercio’ rinde sus resultados. Dos periódicos multados y varios locales apristas en clausura han de llenar de satisfacción a los del ‘diario de La Rifa’”.²⁷⁴ Outra das manchetes de janeiro de 1932 mostrou quão estavam exatos os diagnósticos políticos apristas: “O el Gobierno esta inseguro o pretende disimular una oprobiosa dictadura”.²⁷⁵

Em 15 de janeiro daquele ano, a revista *APRA* foi multada em duzentos sóis e seu diretor, o poeta Serafín Delmar, se dispôs a compensar o valor com dias de reclusão, o que era facultado pela lei. Mesmo destino teve Salvador Faura, diretor de *La Revista Semanal*, ainda que ele e o periódico não fossem apristas. Publicações não apristas, portanto, também receberam multas, como o diário *La Noche* e o diário *Buen Humor*.²⁷⁶ A intolerância atingia níveis alarmantes. Um prestigiado diário como o *La Crónica*, por exemplo, teve de pagar uma multa máxima prevista na Lei, cinco mil sóis, só pelo fato de ter feito uma cobertura jornalística ampla sobre a morte do ex-presidente Augusto Leguía, considerada *persona non grata* por Sánchez Cerro e *El Comercio*.²⁷⁷

A rapidez com a qual esta lei foi acionada foi surpreendente. Menos de uma semana após sua aprovação, o governo multou a revista *APRA*. Como as multas eram vultosas, a lei

²⁷³ Editorial de *El Comercio* intitulado *La situación actual y la Ley de Emergencia*, nº 46091, 07/01/1932.

²⁷⁴ *La Tribuna*, nº 258, 13/01/1932, p. 1.

²⁷⁵ *Idem*, nº 249, 04/01/1932, p. 4.

²⁷⁶ Conforme GARAYCOCHEA, Percy Murillo (1976, p. 153).

²⁷⁷ *Ibidem*, p. 155.

previa a prisão do diretor da publicação à razão de dez sóis por dia de detenção.²⁷⁸ Esta hipótese prevista na lei foi responsável pela permanência na prisão de vários diretores de diferentes periódicos, passando vários dias na penitenciária para pagar a multa estabelecida. Foi o caso, por exemplo, do poeta e militante aprista Serafín Delmar:

Se há descargado la Ley de ‘El Comercio’ contra la revista APRA. [...] No sabemos a ciencia cierta cual de los artículos de ‘APRA’ há podido justificar la multa, porque la Ley de Emergencia es tan amplia que todo cabe dentro de su articulado. [...] Serafín Delmar pagará con su libertad la multa impuesta al vocero del Partido.²⁷⁹

Segundo *La Tribuna*, o perigo comunista difundido por *El Comercio* correspondeu a uma manobra, cujo objetivo principal foi justificar um maior estrangulamento da oposição formal ao governo Sánchez Cerro, isto é, o aprismo. De fato, o principal dirigente do Partido Comunista Peruano naquela época, o jornalista Eudocio Ravines, confessaria, nos anos 1960 ter efetuado um acordo secreto com *El Comercio* para combater o aprismo mutuamente, visando sua destruição, ao mesmo tempo em que cumpria ordens similares orientadas a partir de Moscou.²⁸⁰ Mesmo desconhecendo este acordo, o aprismo mostrava o papel desempenhado por ambos interesses, o oligárquico e o comunista, em vários departamentos peruanos, como em Loreto, La Libertad, Tacna e Lima. Considerava o comunismo, entretanto, um perigo secundário: “El Comercio’ órgano genuinamente representativo del civilismo peruano y de cuanto más reaccionario y conservador existe en el Perú [...] exagera el fantasma comunista [...]”.²⁸¹

El Comercio não reconheceu sua influência na implantação de meios repressivos legais, justificando a adoção da lei de emergência como um instrumento jurídico natural para a prevenção de situações políticas anárquicas. De qualquer forma, Antonio Miró Quesada respondeu ao *La Tribuna*, justificando-se ante o público leitor e demonstrando preocupação com a repercussão das acusações desferidas pelo jornal aprista, prova inequívoca do efeito que o periódico oposicionista podia causar se não houvesse uma devida contestação. “Ahí los tiene usted queriéndome colgar la ley de emergencia. Dicen que yo soy el autor [...] tan falso es atribuirme a mi ingerencia en las cosas que ocurren, como imputarle a ‘El Comercio’ la paternidad de hijos que no son suyos.”²⁸²

²⁷⁸ Conforme GARAYCOCHEA, Percy Murillo (1976, p. 153). Ver ainda *La Tribuna*, nº 258, 13/01/1932., p. 1.

²⁷⁹ *La Tribuna*, nº 261, 16/01/1932, p. 3.

²⁸⁰ Conforme informação fornecida por GARAYCOCHEA, Percy Murillo (1976, p. 89).

²⁸¹ *La Tribuna*, nº 273, 28/01/1931, p. 1.

²⁸² Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 46129, 27/01/1931, p. 5.

Às vésperas de seu fechamento, *La Tribuna* realizou um balanço trágico do fim da democracia:

Qué destino han tido los periódicos y revistas? Todos han sido multados, a excepción de 'La Tribuna' y 'El Comercio'. Bién sabemos el por qué de nuestra excepción. [...] porque para nosotros vendrá una clausura definitiva. A este cuadro debemos añadir la cantidad de presos políticos que hay en los carceles de la república.²⁸³

Em 15 de fevereiro de 1932, *La Tribuna* deixou de circular livremente. O governo havia se transformado em uma ditadura, que logo seria sangrenta, provocando reações fortes da oposição. Somente naquele ano, haveria a sublevação de marinheiros do porto de Callao, um atentado à vida do presidente Sánchez Cerro e a 'Revolução de Trujillo', fracassada tentativa aprista de tomada do poder através de um movimento revolucionário. A primeira grande democratização havia terminado tão logo começara.

1.4.1 Interpretações sobre democracia

Em última instância, o combate político entre os produtores midiáticos aqui referidos girou em torno de concepções diferenciadas sobre um conceito subjacente à disputa, ou seja, a implantação de um regime democrático. Nem a influência socialista no aprismo nem a identificação de parte da oligarquia com os regimes de força, como o fascismo, impediram que a polêmica girasse em torno da questão democrática. Neste momento, trabalharemos, portanto, as diferentes interpretações que estes 'produtores de sentido' tiveram sobre o assunto uma vez que o contexto histórico peruano impunha esta discussão.

Mapeando as publicações de *El Comercio* e de *La Tribuna*, pudemos verificar como cada periódico traduziu o que concebiam sobre democracia ou regime democrático. Por vezes se enfatizavam aspectos formais, mais que a efetivação de um modelo profundamente representativo das forças vivas nacionais. A abordagem formalista predominou, principalmente quando analisamos a concepção democrática defendida por *El Comercio*. Adeptos de um controle político elitista, como preconizava o positivismo civilista, as soluções desde cima matizaram a forma como setores influentes da elite peruana se manifestaram a

²⁸³ *La Tribuna*, n° 288, 12/02/1932, p. 1.

respeito de política. Por consequência, não é surpreendente que algumas expressões como ‘regime constitucional’, ‘normalidade constitucional’ ou, ainda, ‘ordem constitucional’ tenham frequentado cotidianamente as páginas do decano.

Por outro lado, a formação socialista de alguns membros do aprismo, destacadamente o próprio Haya de la Torre, também produziu efeitos na forma como abordavam a questão da democracia. O léxico aprista foi caracterizado por palavras de ordem no sentido da implantação de um Peru socialista.

Apesar destas influências exercidas sobre as duas tendências políticas mais importantes, ambas aceitaram as regras institucionais. Estas regras se impuseram como decorrência de um processo que se encaminhava no sentido da re-formalização de um regime republicano presidencialista pós-ditadura. Era entendimento geral, porém, que se definissem mecanismos limitadores ao Poder Executivo, para que não se repetissem os fenômenos personalistas que levassem a ditaduras como a que recém havia terminado. Buscava-se na eleição de um Congresso Constituinte a elaboração de uma carta que definisse um regime jurídico-político mais equilibrado.

Apresentar o contraste sobre concepções de democracia, através da comparação entre as duas tendências, corresponde a colocar em evidência não somente os dois projetos, mas, principalmente, a forma como defenderam estes projetos e que significado assumiram quando defendidos. A forma radical de exposição das duas convicções correspondeu, na prática, a um combate verbal através dos meios de comunicação, justificando nossa caracterização como constituindo trincheiras ideológicas. O ano de 1931 foi de solidificação destas trincheiras.

1.4.2 Democracia como sinônimo de ordem

O exame das edições de *El Comercio* nos permite afirmar que democracia era um conceito ligado à manutenção do ordenamento formal. Demonstrava, portanto, uma característica intrínseca à oligarquia, segundo a qual não existia uma identificação necessária com um partido ou mesmo com alguma fórmula determinada de governo, desde que a manutenção da ordem viabilizasse a permanência de suas posições na economia e na sociedade.²⁸⁴ Governo legalmente constituído, isto é, juridicamente estabelecido pelas

²⁸⁴ BOURRICAUD, François et al. (1969, p. 118).

lideranças políticas em determinado tempo, constituiria um regime democrático: “[...] es añelo general [...] un gobierno constitucionalmente organizado que de garantías y paz a la república”.²⁸⁵ A restauração do regime ganhou contornos de pacto social e político: “[...] nuestro primer problema es hoy el de unir, patrióticamente, los esfuerzos y las voluntades ciudadanas para restaurar la constitucionalidad de la república”.²⁸⁶ O desejo desta formalização foi tamanho que, durante cerca de um mês, entre julho e agosto de 1931, o jornal tentou ser o promotor de uma união de representantes políticos de toda a nação para a formação de um bloco que apontasse um candidato de consenso, garantindo um tradicional representante da elite política peruana como futuro mandatário, cumprindo o ordenamento institucional, porém sem sobressaltos.²⁸⁷ A frustrada Concentração Nacional, pretensa união de notáveis da política e que excluía, obviamente, o aprismo e o comunismo, não se efetivou, razão pela qual o jornal teve de concentrar-se na candidatura de Sánchez Cerro e no combate ideológico com *La Tribuna*.

A discussão a respeito do sufrágio, como vimos, confirmou os aspectos de natureza formal. *El Comercio* não negava a realização de eleições, repetindo, entretanto, o formulismo eleitoral consagrado pela oligarquia nas décadas anteriores. Coerente com esta concepção, a participação efetiva da maioria da população no processo de democratização seria limitada, entre outras ações, pela campanha persistente deste jornal em restringir ao mínimo o número de sufragantes. De qualquer forma, fosse a regra que fosse, uma vez realizado o pleito e instalado o Congresso Constituinte, estaria concretizada, segundo o decano, a efetivação de um governo tido como democrático. Um exemplo da concepção de participação democrática nos mostra que a simples presença de segmentos sociais diferenciados nos comícios da UR, e não sua efetiva capacidade de participar através do direito do voto, bastava como constatação de que a candidatura de Sánchez Cerro contemplava a nação de forma democrática: “La fusión del pueblo y de las clases altas en la más bella armonía de la democracia”.²⁸⁸ A contradição era que a imensa maioria deste povo sequer votava.

A opinião do jornal tornou-se mais justificada, por conseguinte, quando o resultado eleitoral consagrou a proposta que mais apoiava. A vitória de Sánchez Cerro significou um alívio ante o risco da chegada do aprismo ao poder. Significou também a possibilidade de manutenção de um governo afeito às influências tradicionais exercidas pela oligarquia

²⁸⁵ Editorial de *El Comercio*, nº 45685, 28/05/1931, p. 1.

²⁸⁶ Idem, nº 45793, 28/07/1931, p. 2.

²⁸⁷ Idem, nº 45798, 31/07/1931, p. 1.

²⁸⁸ Coluna “Burla burlando”. *El Comercio*, nº 45843, 25/08/1931, p. 5.

peruana e suas instituições chave. Para os Miró Quesada, portanto, não houve nenhuma dúvida quanto à consagração da democracia, após a realização das eleições: “El comício de octubre revelo que la democracia no había muerto en el Perú”.²⁸⁹

A instalação das juntas preparatórias ao Congresso Constituinte e a proclamação oficial de Sánchez Cerro como presidente, ocorridas em novembro de 1931, concluíram, na opinião do decano, o retorno à democracia: “[...] son, en efecto, actos definitivos [...] y normalizan la vida institucional del país”.²⁹⁰

Durante o longo processo de apuração e após o anúncio da vitória da UR, multiplicaram-se, como foi observado, os protestos da oposição a respeito da lisura do processo eleitoral, levando *El Comercio* a defender a ideia de que o sufrágio demonstrara a expressão mesma da democracia. Classificou os protestos como inconformismo antidemocrático, uma vez que atentavam contra a soberania nacional.

Los que se rebelan [...] cometen un delito de lesa patria, porque atentan contra la base misma de la democracia y de los poderes públicos contra la soberanía nacional. La base fundamental de todo estado democrático, es en efecto, el principio de la soberanía nacional [...] Atentar contra la soberanía nacional es atentar contra la esencia de la democracia.²⁹¹

Não podemos duvidar, no entanto, dos princípios de defesa da democracia externados por *El Comercio*, pelo menos até o momento em que as Juntas Congressuais tomaram posse e quando houve a aclamação presidencial de Sánchez Cerro. O aspecto institucional da democracia, afinal, havia sido cumprido. A advertência à oposição, portanto, baseava-se na ideia de que, para ocorrer a restituição do regime democrático, deveria haver a obediência aos poderes constituídos:

[...] sólo nos queda confiar en que el Perú habrá de manifestar su preparación para un gobierno democrático, en que la libertad y las garantías ciudadanas sean por el respeto de los gobernados a las instituciones públicas, a la vez por el que las leyes y derechos de los asociados encuentren en los gobernantes.²⁹²

As manifestações políticas contrárias à posse do novo governo levaram o decano a defender medidas de força que, no entanto, seriam justificadas como salvadoras da própria democracia. A ausência dos deputados apristas à posse de Sánchez Cerro e o inflamado

²⁸⁹ Editorial de *El Comercio*, nº 46021, 29/11/1931, p. 1.

²⁹⁰ *Ibidem*.

²⁹¹ *Idem*, nº 45969, 02/11/1931, p. 1.

²⁹² *Idem*, nº 46021, 29/11/1931, p. 2.

discurso de Haya de la Torre que, desde Trujillo, difundiu a ideia de que era o presidente moral do Peru, aceleraram o acirramento político entre os grupos, instigando *El Comercio* a alertar para o perigo de atentar-se contra a democracia: “Sería muy penoso para el Perú que nos reveláramos incapaces de constituir una verdadera democracia”.²⁹³ Começou a se insinuar uma possível restrição de liberdades para a defesa do regime democrático, justificativa que passou a frequentar as páginas do decano: “[...] hay [...] la patriótica necesidad de defender el regimen constitucional, sin el que no pueden existir ni derechos democráticos ni garantías ciudadanas”.²⁹⁴ Desta conclusão à defesa de mecanismos legais destinados a disciplinar a oposição e a imprensa, foi só um passo. Desta forma, apesar da contradição evidente entre democracia e restrições aos direitos cidadãos, *El Comercio* apresentou argumentos favoráveis à cognominada *Ley de Emergência*: “No existen derechos individuales absolutos, porque las exigências de la vida común, los restringen y limitan en aras del bien público”.²⁹⁵

Convém lembrarmos que a ideia de ordem destinava-se, especialmente, a toda a imprensa escrita, sobretudo a que veiculasse matérias de conteúdo crítico ao governo recém empossado. A questão da ordem, portanto, se impunha acima de qualquer outro princípio, sendo fiel ao passado positivista do civilismo. Oscar Miró Quesada, por exemplo, dentre seus diversos artigos sobre sociologia, revelou a forma como a elite enxergava as tendências políticas em jogo, demonstrando precisão na descrição do princípio fundamental que caracterizava cada uma delas:

Si se desea clasificar a las derechas y las izquierdas, en forma breve y precisa, teniendo en cuenta su tendencia política esencial, se podría decir que mientras las derechas se apoyan en el principio del orden, las izquierdas se inspiran en el principio de libertad. [...] Orden y libertad, son los fundamentos de toda verdadera democracia.²⁹⁶

Do binômio destacado, ordem e liberdade, o decano, tendo em vista o desenrolar dos acontecimentos, primou pelo incentivo à imposição do primeiro termo, à revelia dos possíveis prejuízos ao segundo. Não impediu, no entanto, a reafirmação destes princípios democráticos, que foram evocados até mesmo em meio à conjuntura conturbada do início de 1932, quando diversos periódicos foram contrários à *Ley de Emergência*, sofrendo com sua aplicação. A forma como *El Comercio* via a democracia, portanto, permaneceu inabalável. No artigo

²⁹³ Editorial de *El Comercio*, nº nº 46074, 28/12/1931, p. 1.

²⁹⁴ Idem, nº 46038, 08/12/1931, p. 1.

²⁹⁵ Idem, nº 46088, 05/01/1932, p. 1.

²⁹⁶ Artigo *Sociología Política – Izquierdas y Derechas*. *El Comercio*, nº 45885, 17/09/1931, p. 9.

Deberes y derechos del ciudadano, escrito em meio aos debates sobre a referida lei, justificou-se sua adoção com o intuito de manter ambos princípios, ordem e liberdade, negando a hipertrofia de um sobre o outro. Voltava-se a justapô-los, então, como se estivessem equilibrados: “Orden y libertad son los fundamentos de toda verdadera democracia”.²⁹⁷

A tentativa de inculcação para a aceitação coletiva de medidas restritivas ganhou contornos de missão política para os ideólogos de *El Comercio*. O caráter didático desta missão visou expor a disciplina necessária à manutenção da democracia. Outro artigo, novamente com o título de *Derechos y deberes del ciudadano*, foi publicado em meio às sessões de debates sobre a *Ley de Emergencia*:

[...] en todas las partes del mundo existen leyes destinadas a garantizar esse orden público y esa paz social que es la base de la ciudadanía y del normal desarrollo de los pueblos. Esta necesidad del imperio de la ley para el mantenimiento de la armonía social es indispensable en todas las organizaciones políticas y, de manera especial, en la democracia.²⁹⁸

Atingido o objetivo de aprovação congressional para a referida lei, o decano passou a velar pela sua entrada em vigor e pela fiscalização de sua aplicação, vigiando o comportamento da oposição no Congresso Constituinte. A exultação com a aprovação da lei não poderia, portanto, ser mais emblemática. Pedia-se, então, sua correta aplicação: “El poder ejecutivo há recibido un voto de confianza del congreso constituyente. De la circunspección y elevado espíritu con que se aplique la ley de emergencia, hará de depender que se haga digno de tan honroso voto”.²⁹⁹

A oposição parlamentar passou a ser perseguida, notando-se certa incitação ao enquadramento na lei, uma vez que ela previa a cassação de mandatos. Para justificar as críticas à oposição, o decano passou a condenar, com insistente frequência, o comportamento abusivo do direito das minorias dentro do Congresso:

La falta de lógica de los sectários de la APRA es clamorosa, por cuanto perdieron la batalla cívica en las elecciones, creen que han ganado la lucha en el campo legislativo. [...] En nuestro medio, y seguramente en los demás de nuestra América, en oposición radical contraria al papel que a sí mismas se atribuyen las mayorías, las minorías entienden que su único deber es el de entorpecer con todos los recursos

²⁹⁷ Artigo *Derechos y deberes del ciudadano*. *El Comercio*, nº 46091, 07/01/1932, p. 3.

²⁹⁸ Artigo *Derechos y deberes del ciudadano*. *El Comercio*, nº 46093, 08/01/1932, p. 2.

²⁹⁹ Editorial de *El Comercio*, nº 46098, 10/01/1932, p. 1.

permitidos y no permitidos que la democracia y el parlamentarismo preven a su disposición, las iniciativas que parten del campo contrario.³⁰⁰

Os meses de janeiro e fevereiro de 1932 caracterizaram-se pela indiscriminada aplicação da referida lei, enquadrando opositoristas apristas, prendendo jornalistas e fechando jornais. Dos vinte e sete deputados apristas, um desertou, quatro permaneceram atuando e vinte e dois foram desterrados, perdendo o mandato.³⁰¹ O ensaio democrático só existiu, a rigor, no curto período entre a campanha eleitoral e a posse do governo.

1.4.3 Democracia como sinônimo de participação

A fórmula republicana, com parlamento e partidos definidos a partir de representantes do leque político-ideológico nacional era aprovada e aceita pelo aprismo, tanto para a prática da democracia, quanto para a reprodução de um sistema, senão autenticamente liberal-burguês, pelo menos utilizando vários de seus mecanismos jurídicos e políticos. Para contemplar a participação, o aprismo defendeu a ampliação dos direitos políticos, procurando dar acesso ao voto para a maior parte da população. A efetivação da democracia estaria na razão direta da ampliação desta participação. O Partido aceitara, portanto, as regras da política institucional e se lançara à busca do poder obedecendo aos regramentos pré-determinados para a redemocratização.³⁰²

Entrando na disputa pelo poder com base nessas premissas, *La Tribuna* procurou expressar, didaticamente, a visão aprista sobre democracia, onde participação incluía desde direitos políticos a econômicos:

Para el aprismo la democracia tiene un sentido económico. El error de la democracia burguesa há consistido, principalmente, en ser concepción cuantitativa de la sociedad. [...] Un auténtico parlamento tendría que representar a los obreros elegidos por sus contratos, a los empleados por sus entidades respectivos, a los pequeños comerciantes y propietarios por sus grupos, a los capitalistas designados por las empresas y así sucesivamente.³⁰³

³⁰⁰ Editorial de *El Comercio*, nº 46103, 13/01/1932. p. 2.

³⁰¹ Conforme SÁNCHEZ, Luis Alberto. *Apuntes para una Biografía del APRA. Una Larga Guerra Civil (1931-1934)*. Lima: Mosca Azul, 1979, p. 57-58. V. II.

³⁰² Conforme VILLANUEVA, Victor (1975, p. 38-39).

³⁰³ *La Tribuna*, nº 81, 03/08/1931, p. 1.

Durante a campanha eleitoral de 1931 o jornal aprista situou a presença do PAP como um exemplo de organização política igual ao papel que outros partidos exerciam na democracia burguesa, com destaque para o exemplo inglês:

Juzga al APRA y a su jefe Haya de la Torre el 'Times' de Londres. El Apra es, como lo interpreta su fundador Haya de la Torre algo muy distinto. Es nada menos que el intento de crear en el Perú un partido del trabajo, bajo el modelo del partido *Laborista Inglés*.³⁰⁴

Haya de la Torre passara longo tempo de seu exílio dos anos 1920 vivendo na Inglaterra, sendo influenciado pela política local e, portanto, adaptando o aprismo ao espectro político-ideológico de uma democracia liberal. Tal influência explicaria a tendência de afastamento de uma concepção socialista, tanto quanto à crítica aos partidos vinculados com a Terceira Internacional Socialista.³⁰⁵ O próprio diálogo mantido entre Haya de la Torre e os representantes de empresas internacionais, durante a campanha eleitoral, mostrou um arrefecimento e relativização de conceitos fundamentais como o anti-imperialismo, objetivando diminuir o impacto dos discursos, que apresentavam a influência do capital externo como algo pernicioso e inconciliável com uma possível chegada do aprismo ao poder.

El señor Haya de la Torre me impresionó con su carácter simpático y aparentemente sincero [...] Rechazó la idea de que él era destructor y ultraradical y pareció tener un sincero respecto por nuestro país que há visitado varias veces [...] Y indicó claramente que si su partido triunfaba él desearía tanto como fuera posible, un entendimiento y ayuda de nuestro gobierno, y una real cooperación entre nuestros países... En momentos en que la situación en las minas de Northern Peru y Mining Smelthing Comp. fué muy activa, el señor Haya de la Torre dijo que como evidencia de sus sentimientos hacia los intereses americanos, aquella mañana, a través de sus conexiones, aconsejó a su gente de Trujillo evitar toda violencia y mediante su influencia establecer un acuerdo pacífico para que aceptase lo inevitable [...] Yo no estoy seguro todavía de decir que él es un hombre predestinado o no. Respecto a lo que yo conozco sobre este punto, sin embargo, podría pensar que si llega a Presidente del Perú, nosotros no deberíamos tener nada que temer por el contrario, se podría esperar una excelente administración fuertemente liberal.³⁰⁶

Tais atitudes constituiriam uma prova a mais da disposição do aprismo em relativizar seu discurso estatista e nacionalista, bem como da aptidão para a aceitação dos princípios políticos e institucionais vigentes na democracia burguesa.

³⁰⁴ Jornal *Times* apud *La Tribuna*, nº 190, 09/11/1931, p. 2.

³⁰⁵ Sobre o repúdio aos partidos obedientes à Terceira Internacional ver HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. (1995, p. 20-21 e 27-30).

³⁰⁶ DAVIES JÚNIOR, Thomas apud VILLANUEVA, Victor. (1975, p. 43-44). A citação de Davies provém das comunicações do embaixador dos Estados Unidos em Lima com o Departamento de Estado dos EUA, em Washington, ainda no período pré-eleitoral de 1931.

Nenhum princípio explicitaria melhor a questão da democracia como sinônimo de participação do que a inclusão político-econômica do indígena, por exemplo. A luta pela implantação do direito de voto ao analfabeto estava umbilicalmente ligado ao acesso do índio ao direito político de votar, uma vez que, como vimos, a imensa maioria indígena era considerada analfabeta. Os anos 1920 e 1930 foram anos de valorização de parte da intelectualidade a respeito da origem indígena da maioria da população, levando partidos de esquerda a buscar a adesão das comunidades aos seus propósitos políticos. O investimento do comunismo nas regiões andinas centrais, por exemplo, foi relativamente bem sucedido, na medida que criou um pólo duradouro de referência para os movimentos políticos e sociais.³⁰⁷ Apesar disto, o PAP também procurou insistentemente a inclusão do indígena, manifestando constantemente esta intenção nas páginas de *La Tribuna*.

Não podemos desprezar, portanto, a influência exercida pelo PAP na defesa da ampliação da participação através das páginas do jornal *La Tribuna*. Para o diário aprista, o sufrágio secreto tornou-se sinônimo de garantia da lisura no processo eleitoral, da provável vitória do PAP e da concretização da democracia.

Seguindo a lógica acima exposta, a derrota imprevista passou a questionar as eleições, deixando de representar a conclusão efetiva de um processo democrático. Seguiram-se, então, os apelos de *La Tribuna* para a revisão do escrutínio e para o exame dos pedidos de impugnação, dirigidos ao Jurado Nacional de Eleições, nos locais onde o aprismo houvesse sido prejudicado, mostrando a indignação e a desconformidade com um procedimento que, julgava, fora fraudulento: “Sin desconocer la eleccion, no podemos, tampoco, expedirle visto bueno antes que concluya todo el proceso electoral”.³⁰⁸ “Estamos llanos a aceptar los resultados de una elección legal, pero jamás los frutos del fraude civilista”.³⁰⁹

Quando a Junta de Governo proibiu manifestações públicas e fechou sedes eleitorais, *La Tribuna* evocou a democracia como sinônimo de exercício político permanente, não limitado ao processo eleitoral: “El ejercicio político no concluye con el acto del sufragio”.³¹⁰

Os protestos nos departamentos apristas foram vistos como manifestações de justiça. O apoio de *La Tribuna* às greves tornou-se explícita: “Las reclamaciones políticas, ya sea en los comícios, ya sea en los protestos passivos, como las huelgas del norte tienen una

³⁰⁷ Conforme QUADROS, Ferdinand. *La Vertente Cusqueña del Comunismo Peruano*. Lima: Editorial Horizonte, 1990.

³⁰⁸ *La Tribuna*, nº 172, 23/10/1931, p. 1.

³⁰⁹ Idem, nº 208, 30/11/1931, p. 2.

³¹⁰ Idem, nº 180, 30/10/1931, p. 1.

significación elevada, nobilísima, de tendencia justiciera”.³¹¹ O incentivo à militância aprista e às greves massivas sem que houvesse violência, supunha uma disciplina estóica de milhares de adesistas, tarefa quase impossível naquele contexto. O resultado, como vimos, amedrontou as autoridades constituídas, acarretando a repressão, manifestada insistentemente por *El Comercio*: “El Comercio’ de ayer declara que el orden público está sobre la Constitución y las leyes [...] prácticamente sanciona un atentado contra el derecho de reunión que nuestra Carta Fundamental estatuye”.³¹²

Como oposição assumida ao novo governo, o PAP manifestou-se através de seu jornal, demonstrando a polarização ideológica e partidária que compôs a Assembleia Constituinte, empossada no final de novembro de 1931. “Ayer se vieron definidas dos tendencias: de un lado, coincidiendo en una simple cuestión adjetiva, estuvieron Apristas, Descentralistas Independientes y Socialistas. Del outro lado, el sanchismo civilista”.³¹³

Consciente do fechamento do regime, que a cada dia se tornara mais evidente, o jornal aprista preveniu seu público a respeito da realidade repressiva e da aparência legítima dada pelo governo. “Teníamos razón cuándo afirmamos que el gobierno seguiría una política de aparente legalismo para después lanzarse con todo su odio y su hambre de venganza contra el partido de las clases productoras”.³¹⁴

Sentindo os efeitos de ser minoria opositorista, o aprismo expressou as anormalidades institucionais produzidas pelos deputados favoráveis ao governo desde o início dos trabalhos legislativos. Protestou pela manifestação do direito de representatividade, enquanto minoria legislativa importante no Congresso Constituinte. E denunciou o decano como um incentivador do desrespeito aos mandatos da minoria parlamentar opositora:

El Comercio’ prácticamente se procuncia por una dictadura de la mayoría en el Parlamento. [...] ‘El Comercio’ manifiesta textualmente: ‘existe una minoría que se jacta de su beligerancia y que no encubre su propósito de crear obstáculos’ [...] llega a decir que ‘el Estatuto Electoral fué desproporcionadamente generoso al conceder a los vencidos en las urnas un fuerte número de representantes.’³¹⁵

O fato de defender os princípios democráticos dentro dos cânones da democracia burguesa, condicionou de tal forma a atuação aprista, que, considerando a derrota eleitoral, concentrou-se no exercício político daquilo que lhe restava, isto é, a atuação parlamentar.

³¹¹ *La Tribuna*, nº 220, 06/12/1931, p. 1.

³¹² Editorial de *El Comercio*, nº 46062, 21/12/1931, p. 2 apud *La Tribuna*, nº 236, 22/12/1931, p. 1.

³¹³ *La Tribuna*, nº 213, 29/11/1931, p. 3.

³¹⁴ *Idem*, nº 243, 29/12/1931, p. 1.

³¹⁵ *El Comercio*, nº 46047, 14/12/1931, p. 1 apud *La Tribuna*, nº 288, 14/12/1931, p. 2.

Enquanto a incontida mobilização popular aprista atemorizava a oligarquia, o PAP evocava a defesa das prerrogativas do Legislativo, para equilibrar a preponderância do Executivo. Desta forma, procurou manter-se influente na política nacional. O próprio *La Tribuna*, entretanto, expôs os reveses sofridos pelo aprismo no parlamento, prevendo, inclusive, a sanção que sofreria, perdendo as esperanças de convívio com a maioria parlamentar: “La mayoría anunció la persecución a los adversarios políticos y dió a entender la clausura de ‘La Tribuna’”.³¹⁶

Em fevereiro de 1932, um dos princípios defendidos por *La Tribuna* e mesmo por Oscar Miró Quesada como fundamento da democracia, tornara-se cada vez mais escasso: “Gradualmente va desapareciendo la libertad”.³¹⁷

O jornal *La Tribuna* foi proibido em quinze de fevereiro e preso seu redator responsável, Manuel Solano Rodríguez. Começaria sua primeira etapa de publicações clandestinas imediatamente no dia seguinte, com Hugo Otero como redator, tendo a incumbência de colocar nas ruas a edição de nº 290.³¹⁸ Para os apristas, portanto, continuaria a circular através de edições datilografadas e mimeografadas, garantindo a comunicação entre o PAP, seus militantes e o público em geral.

1.4.4 Democracia e referência internacional

Apesar do contraste entre a concepção de democracia aprista e a concepção de democracia oligárquica ambas possuíam uma origem referencial comum no contexto político internacional. O que nos chamou a atenção nas publicações foi a forma como ambas correntes políticas utilizaram a democracia inglesa como exemplo de formulismo e referência institucional como balizadoras para a política peruana de então. Mais raro, porém não menos importante, o exemplo norte-americano também foi citado como paradigma para as atitudes e julgamento de fatos políticos nacionais.

A exaltação do *El Comercio* ante as vitórias eleitorais conservadoras na Inglaterra e a identificação buscada por *La Tribuna* para aspectos do liberalismo e do trabalhismo ingleses que fossem coincidentes com o programa partidário aprista, provam-nos o quanto as duas

³¹⁶ *La Tribuna*, nº 254, 09/01/1932, p. 1.

³¹⁷ *Idem*, nº 288, 12/02/1932, p. 1.

³¹⁸ Conforme GARAYCOCHEA, Percy Murillo (1976, p.154).

correntes buscaram a política inglesa como modelo, conforme as frequentes citações nos dois diários:

“El programa político de los liberales ingleses contempla el libre cambio comercial y el aprovechamiento de tierras improductivas. Por otra parte los laboristas, según se entiende, apoyan al mismo plan expuesto por los liberales.”³¹⁹ Esta observação de *La Tribuna* foi somente uma dentre tantas outras de mesmo conteúdo. A identificação com o trabalhismo inglês pareceu ser uma comparação desejável para os líderes apristas, como podemos constatar através deste tipo de manifestação. Controle cambial e reforma agrária estavam no programa do PAP, chocando-se com os interesses agro-mineiro exportadores.

A busca de paradigmas políticos internacionais para ataques e defesas da política nacional, também foram recursos utilizados por *La Tribuna*, tanto para justificar quanto denunciar alguma questão ideológica ou algum fato político. Um exemplo disto foi a reação diante da frequente acusação de que o aprismo era um tipo de comunismo, efetuada por *El Comercio*, merecendo, por parte de *La Tribuna*, diversas citações de exemplos da política internacional. Negava esta identidade destacando a coerência ideológica e político-partidária como elemento balizador para o Partido Aprista, dentro dos cânones da democracia representativa ocidental:

Afirmar que el aprismo significa desposeimiento, saqueo, robo, violencia, etc. es ignorar la base científica de todo partido evolutivo. Inglaterra, Alemania, Francia, Bélgica, Áustria, en Europa, Argentina, Estados Unidos, Uruguay, Chile, en América, practicaron leyes que significan gran parte de la tesis aprista y que, sin embargo, no han encontrado ninguno decano de esas nacionalidades capaz de decirlos, ignorantemente, ‘comunistas emboscados’.³²⁰

Reorganizar el país sobre bases económicas, dar representación en el gobierno a las clases productoras, que es lo que pretende fundamentalmente nuestro partido, no es comunismo; porque entonces serían comunistas Inglaterra y Alemania [...].³²¹

El Comercio, em resposta, demonstraria quanto as disputas políticas travadas na Inglaterra também serviam como representação das lutas políticas travadas no contexto peruano. Cada fato da política inglesa era, desta forma, visto como uma competição indireta entre os contendores políticos do Peru. “El laborismo inglés fué derrotado [...] es la más abrumadora mayoría tenida por el conservatismo”.³²² “Fué formidable el triunfo de los

³¹⁹ *La Tribuna*, nº 20, 03/06/1931, p. 5.

³²⁰ *Idem*, nº 121, 11/09/1931, p. 2.

³²¹ *Idem*, nº 237, 23/12/1931, p. 7.

³²² Manchete de *El Comercio*, nº 45961, 28/10/1931, p. 1.

políticos conservadores ingleses”.³²³ *El Comercio* procurava estabelecer semelhanças entre os fatos ocorridos na política inglesa com os fatos ocorridos na conjuntura política peruana: “Terminada la elección el gabinete inglés se dedica al trabajo. No se trata de la victoria de un partido, sinó de un gabinete”.³²⁴ Esta afirmação, por exemplo, teve como intenção reforçar a crítica ao PAP sobre sua possível pretensão em ser um partido do Estado e do governo. Foi desta forma, portanto, que o exercício político-partidário inglês serviu como contribuição para as polêmicas políticas momentaneamente debatidas no Peru.

Revelando uma tendência que seria mais constante nos anos 1940, *El Comercio* também apelou para o paradigma norte-americano. Quando os resultados eleitorais de 1931 sofreram pesadas críticas da oposição peruana, o decano buscou respaldo em avaliações internacionais sobre a lisura do pleito. O trecho abaixo, reproduzido pelo decano a partir de um artigo do *New York Times*, comentava as recentes eleições ocorridas no Peru e no Chile:

Razgo interesante en las últimas elecciones presidenciales del Perú y de Chile es el número de votos conseguidos por los candidatos vencidos, lo cual indicaria que, rompiendo con antigua tradición la lucha fué al parecer honrada y se buscó la solución de los problemas políticos en la aquiescencia popular en lugar de buscarla en la violencia.³²⁵

Em outra edição *El Comercio* publicou outro comentário publicado no *New York Times* sobre a solução dos tradicionais problemas eleitorais peruanos daquele pleito de 1931, intitulado *Las elecciones del 11 de octubre*. O atestado de idoneidade eleitoral partia, portanto, de uma fonte oriunda de um país tido como exemplo de democracia.³²⁶

Talvez a forma mais explícita de referência internacional entre os jornais beligerantes tenha sido expressa por *La Tribuna*, em novembro de 1931, quando reproduziu um artigo publicado pelo *Times* de Londres. Através desta reprodução, procurou apresentar a forma pela qual o aprismo e seu líder deveriam ser vistos pela opinião pública peruana:

Juzga AL ‘APRA’ Y A SU JEFE HAYA DE LA TORRE EL ‘TIMES DE LONDRES. El párrafo a que hemos hecho mención es el siguiente: ‘EL PARTIDO APRISTA: Se hace manifiesta campaña en contra del Apra. ‘Delanda est Apra’ es el grito de todos los partidos rivales. ‘El Apra’, dice, ‘es Moscú disfrazado. Es anti-social, anti-capitalista, anti-extranjero es anti-todo lo que no es Apra.’[...] El Apra es, como lo interpreta su fundador Haya de la Torre, algo muy distinto. Es nada

³²³ Manchete de *El Comercio*, nº 45962, 29/10/1931, p. 11.

³²⁴ Idem, nº 45963, 29/10/1931, p. 5.

³²⁵ New York Times apud artigo de *El Comercio* intitulado *Las elecciones del Perú juzgadas en Estados Unidos*, nº 45971, 03/11/1931, p. 5.

³²⁶ New York Times apud editorial de *El Comercio* intitulado *Las elecciones del 11 de octubre*, nº 45973, 04/11/1931, p. 1.

menos que el intento de crear en el Perú un partido del trabajo, bajo el modelo del partido Laborista Inglés. El señor Haya de la Torre lejos de ser anti-extranjero; tiene la apariencia inglesa [...].³²⁷

Estes parâmetros escolhidos pelos contendores não ficariam limitados ao período cronológico correspondente aos meses finais de 1931 e iniciais de 1932. Podemos adiantar que as coberturas referentes aos acontecimentos políticos internacionais, expostos nos dois diários, especialmente a respeito da política inglesa, permaneceram como referenciais ao longo de muito tempo, servindo de representação das disputas políticas nacionais. Tanto uma tendência quanto outra utilizaram estas representações democráticas, a inglesa e a norte-americana, como exemplos didáticos. Ainda que o aprismo tivesse sérias restrições à democracia burguesa, e mesmo que lideranças da oligarquia tivessem admiração pelo fascismo naqueles anos 1930, era o demo-liberalismo inglês e, por vezes, norte-americano, os modelos que inspiravam as duas principais correntes políticas peruanas, facilitando o entendimento para a população em geral a respeito de seus próprios projetos. O fenômeno seria repetido, principalmente no período entre os anos de 1945 e 1948, acrescentando-se uma maior ênfase na democracia norte-americana como referencial paradigmático. Considerando o peso da presença dos Estados Unidos na economia peruana, fenômeno ainda mais impactante a partir da Segunda Guerra Mundial, notamos que a referência britânica foi lentamente sendo trocada pela norte-americana tornando-se ainda mais sólida com os futuros desdobramentos da conjuntura da Guerra Fria na América Latina.

No caso específico do aprismo, entretanto, verificar-se-ia uma grande diferença em relação aos referenciais oligárquicos. Tendo em vista seu ideal fundacional voltado à união da América Latina, o *La Tribuna* estabeleceu contatos com outros partidos políticos no continente, multiplicando os exemplos de referência política, condição raramente usada por seu adversário jornalístico.

1.5 RESCALDO DE UMA FRUSTRAÇÃO

Os anos 1930 foram particularmente difíceis para o processo democrático na América Latina. Basta que exemplifiquemos com os casos do Brasil, Argentina e Chile, para

³²⁷ Times apud *La Tribuna*, nº 190, 09/11/1931, p. 2.

entendermos quanto da conjuntura de crise capitalista ocorrida em 1929 e quanto da crise política e econômica do Estado oligárquico influíram na instalação de ditaduras. Neste caso, o Peru só confirmaria a tendência verificada em seus vizinhos continentais. A política latino-americana fora caracterizada pela exclusão e pela formalização de sistemas políticos onde a participação popular estivera estreitamente vigiada, quando não totalmente cerceada.

Tais circunstâncias históricas, no entanto, não devem limitar nosso horizonte de observação. Em cada caso foi possível estabelecer as variáveis endógenas que vieram a constituir as características da cultura política de cada nação. O Peru convivia com uma contradição de afastamento popular, ao mesmo tempo em que havia uma crescente mobilização social que, cedo ou tarde, exigiria sua parte no processo político. O ponto inicial da cultura autoritária, radical e mesmo violenta em seus aspectos institucionais partiu do início destes anos 1930, que presenciaram a solidificação da dualidade econômico-social através de novas e velhas representações políticas, partidárias ou não. A oligarquia consagrara sua tradicional forma de tratamento das questões políticas. A oposição, por sua vez, foi condicionada pelo mesmo ambiente que a levaria ao radicalismo de sua atuação.

O desastre da democratização peruana deste período está baseado na intolerância de posicionamentos, onde a predominância do combate no lugar do debate frustrou qualquer tentativa de implantação da democracia.

A cristalização do autoritarismo e da violência deu-se na razão direta da incompreensão absoluta, que é o repúdio integral das razões do outro ou adversário, segundo a definição de Feinmann em sua obra sobre violência política. Neste momento histórico a incompreensão absoluta começou a ser consagrada a partir da conceituação que cada um tinha sobre seu adversário, constituindo-se em inimigo.³²⁸ E uma vez que tenha localizado o outro, o diferente, como inimigo, a atitude ante ele passou a ser violenta. A violência se incorporou à cultura política nacional republicana do século XX justo neste momento, tornando-se uma fórmula corriqueira de resolução de conflitos. Não que ela já não estivesse presente em outros momentos históricos. O que a diferenciou dos períodos anteriores é que partiu de forças políticas organizadas, com suporte de partidos e estruturas eleitorais e organizacionais avançadas, complexas e que eram, de certa forma, representantes fiéis da totalidade da sociedade.

³²⁸ Conforme FEINMANN, Juan Pablo. *La Sangre Derramada – ensayo sobre la violencia política*. 3. ed. Buenos Aires: Grupo Editorial Planeta, 2006, p. 212.

Nem mesmo os desejos de legalidade constitucional, preconizados diversas vezes por *El Comercio* puderam vingar por muito tempo. Sincera ou ‘cinicamente’, havia a manifestação pública da necessidade de um formalismo democrático que, como vimos, tinha por paradigma o sistema britânico ou norte-americano. E havia ainda a questão da interferência das Forças Armadas. A missão da condução político-institucional havia sido relegada ao exército em outra oportunidade, constituindo sempre um risco ou uma solução a ser considerada. Desde que a oposição organizada não chegasse ao poder, portanto, pouco importaria à oligarquia se dirigisse diretamente o aparelho de Estado ou o delegasse às Forças Armadas. Tem-se a impressão de que chegaria somente até este limite a intenção democrática oligárquica, condicionada que estava a um autoritarismo presente na ideologia civilista, herdada das décadas anteriores.

O aprismo, por sua vez, nascera sob forte influência marxista, peso teórico que teve de carregar em pleno momento de democratização, além de competir o mesmo público alvo dos apelos por parte do comunismo oficial internacional. Tendendo à social-democracia desde a sua fundação como partido, em setembro de 1930, trilhou um tortuoso caminho de afirmação de valores demo-burgueses, onde não eram incomuns as referências à implantação do socialismo no Peru, contradição que lhe causou sérios problemas de identidade, mesmo *a posteriori*.³²⁹ A férrea liderança partidária adaptava-se às características presentes na sociedade como um todo: “las ‘nuevas formas’ de hacer política que ‘inaugura el Apra reactivan así características de la cultura nacional donde el caudillismo, el autoritarismo, el servilismo, el clientelismo, la renuncia y la sumisión se mezclan coherentemente.”³³⁰

La Tribuna cumpriu seu papel de agregador público à doutrina aprista e à candidatura de Haya de la Torre. Enquanto desempenhou este papel, não se tornou menos radical que qualquer jornal representante da oligarquia, como *El Comercio*. Neste sentido, ainda que encontremos na política peruana uma permanente luta para escapar dos monopólios de diferentes matizes, impostos por uma elite ciosíssima de seus interesses, não podemos negar a paternidade de ações e palavras de ordem de caráter autoritário por parte daqueles que lutaram para chegar ao poder.

Las formas de institucionalización que se producen dentro del fenómeno aprista [...] están mostrando objetivamente las formas como nosotros – comunidad nacional – producimos y reproducimos el proceso institucional como fenómeno sócio-cultural:

³²⁹ Conforme tendência observada em NASCIMENTO, Jorge Luiz (2001).

³³⁰ VEGA-CENTENO, Imelda. *Aprismo Popular: Cultura, Religión y Política*. Lima: Pontificia Universidad Católica de Lima, 1991, p. 42.

las formas como producimos y reproducimos el fenómeno del liderazgo, con sus características clientelistas, de servilismo y caudillismo [...].³³¹

Estas novas formas de fazer política tiveram de se adaptar a uma realidade dominada pelo positivismo civilista, ainda sobrevivente, contribuindo para criar, a partir do entrelaço, traços autoritários, radicais e mesmo violentos na cultura política nacional.

Os veículos políticos de comunicação, levando-se em conta o que foi descrito até aqui, cumpriram suas tarefas de instrumentos na busca da adesão e identificação dos membros de uma comunidade, divulgando propostas e produzindo sentidos comuns compartilhados.³³² Convivendo durante décadas, a partir dos anos 1930, representaram e traduziram a tradição e a modernidade políticas em conflito histórico, afetando a cultura política, cujo jogo caracterizou-se pela limitação democrática na sociedade, dentro de uma realidade histórica em busca da adequação a um modelo político-institucional ocidental.³³³

A importância dos dois veículos de comunicação não estava, porém, esgotada, continuando no desempenho de seus respectivos trabalhos de informação, propaganda e, enfim, de inculcação e adesão a ideais políticos. *El Comercio* continuaria a gozar de sua proeminência no jornalismo peruano como referência nacional. *La Tribuna* ficaria confinado à clandestinidade durante bom tempo, não deixando de ter, entretanto, importância similar, pois sobreviveria aos treze anos seguintes de ditaduras contínuas.

Os anos 1930 ainda seriam marcados por uma maior intensificação da violência política, representada por perseguições aos partidários do aprismo, o assassinato do presidente Sánchez Cerro e, até mesmo, o assassinato de Antonio Miró Quesada, vítima da escalada de radicalismo político, para o qual, como pudemos observar até aqui, ele tão diretamente contribuiria.

³³¹ VEGA CENTENO, Imelda. *Aprismo Popular: Cultura, Religión y Política*. Lima: Pontificia Universidad Católica de Lima (1991, p. 46).

³³² BOURDIEU, Pierre. *Los Modos de Dominación*. In: *Actes de la Recherche em Sciences Sociales*. Paris, 1975. p. 2-3 apud VEGA CENTENO, Imelda (1991, p. 54).

³³³ Conforme teorizam sobre a adequação do modelo democrático institucional ocidental em países de terceiro mundo ALMOND, G. e VERBA, Sidney. *The Civic Culture: Political attitudes and Democracy in Five Nations*. Boston: Little Brown, 1963, p. 7-8 apud BADIE, Bertrand. *Culture et Politique*. 3. ed. Paris: Economica, 1993, p. 44.

2 REDEMOCRATIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS TRINCHEIRAS IDEOLÓGICAS: 1945-1948, UM SEGUNDO EXPERIMENTO DEMOCRÁTICO

Apesar da análise da redemocratização deste capítulo pertencer ao período cronológico de 1945 a 1948, o interregno entre o primeiro experimento democrático (1931/1932) e este segundo torna-se fundamental. Este longo intervalo de tempo constituiu-se no momento em que o autoritarismo interno dos partidos políticos e o autoritarismo praticado pelas instâncias institucionais de poder em sua relação com o aprismo e a sociedade começaram a se solidificar. Talvez o mais emblemático destes sintomas autoritários tenha sido a mudança estratégica do aprismo em relação a seus objetivos de conquista de poder. Verificar-se-á que a revolução popular foi definitivamente afastada como opção, sendo substituída pelo golpismo, nos mesmos moldes historicamente praticados pela oligarquia. Ao mesmo tempo poderá ser constatada a imposição da influência de *El Comercio* nas decisões políticas e a luta pela sobrevivência do *La Tribuna*.

2.1 EL COMERCIO E LA TRIBUNA NO PERÍODO DA GRANDE CLANDESTINIDAD APRISTA: 1932-1945

A repressão do governo afetou toda a estrutura partidária aprista em fevereiro de 1932, atingindo desde mandatos parlamentares até a proibição do funcionamento de todos os aparatos organizacionais. Prisões, desterros, exílios. Boa parte da cúpula partidária foi deportada ou foi presa durante o primeiro semestre de 1932. Ao todo, vinte e três parlamentares foram expulsos e deportados. Luiz Alberto Sánchez, César E. Pardo e Manoel Seoane, por exemplo, se radicaram em Santiago do Chile, após passarem por Panamá e Colômbia. Até mesmo o coronel Gustavo Jiménez, simpatizante pró-aprista, reconhecido por suas atividades conspiratórias teve de abandonar o país.³³⁴ Haya de la Torre, no entanto, não teve a mesma sorte, sendo capturado em maio e confinado na ilha prisional de *El Frontón*.

Colaborando diretamente com o papel repressivo desempenhado naquele momento pelo governo de Sánchez Cerro, *El Comercio* publicou duas cartas de Haya de la Torre,

³³⁴ Conforme KLARÉN, Peter. *Nación y Sociedad en la Historia del Perú*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2004, p. 338.

dirigidas ao estudante César Mendoza e datadas de vinte e três e vinte e nove de setembro de 1929, quando o líder aprista encontrava-se exilado em Berlim.³³⁵ Nestas cartas, Haya fazia ilações sobre a necessidade de derrubar o regime da época, ou seja, o regime de Leguía, além de fazer citações empregando termos do vocabulário marxista. Tomando o cuidado de não esclarecer a época em que foram escritas, o decano induziu que as cartas referiam-se a uma possível derrubada do governo em curso naquele momento e não o de há três anos. O efeito causado pela publicação, em consequência foi o reforço da imagem do aprismo como rebelde, comunista e revolucionário. Inútil tornou-se, portanto, as justificativas de Haya de La Torre, quando informou que o conteúdo referia-se ao tempo do regime leguista e que as citações que fazia a Marx eram da época gestacional do APRA, sendo, inclusive, motivo de desavenças com José Carlos Mariátegui e os comunistas.³³⁶

A reação aprista à tamanha violência repressiva não se fez esperar, promovendo atentados articulados por membros do Partido ou a partir de iniciativas individuais. Em março de 1932, um adolescente de dezenove anos, José Maria Melgar, aparentemente por iniciativa própria, disparou contra o presidente Sánchez Cerro, que sobreviveria ao atentado. Melgar e outros dois implicados, os apristas Juan Seoane e Serafín Del Mar foram condenados à morte, sendo a pena comutada, posteriormente, para prisão perpétua.

Em 7 de maio de 1932 ocorreu uma revolta dos marinheiros do porto de Callao, de inspiração aprista, resultando na condenação à morte por fuzilamento de oito marinheiros.³³⁷

O atentado mais vultoso ao regime ocorreria, entretanto, em julho, quando revoltosos apristas, apoiados por camponeses locais, tomaram o quartel O'Donovan, na cidade de Trujillo. Ante o avanço das forças de repressão governamentais, sem que se saiba ainda hoje de onde partiu a ordem ou quem tenha, efetivamente, decidido agir, massacraram a guarnição de militares que havia sido presa no cárcere daquele mesmo quartel.³³⁸ A repressão governamental mobilizou forças militares suficientes para uma verdadeira guerra civil e levaria à morte centenas de apristas, fuzilados nas ruínas de Chan-Chan, cujo número incerto ainda é motivo de divergências entre diversos autores.³³⁹

³³⁵ Conforme *El Comercio* n°s 46115 e 46117, respectivamente, de 26 e 28/02/1932 apud SÁNCHEZ, Luís Alberto (1978).

³³⁶ LUNA VEGAS, Ricardo. *Contribución a la Verdadera Historia del APRA- 1923-1988*. Lima: Editorial Horizonte, 1990, p. 57.

³³⁷ Para melhor análise das implicações da rebelião ver VILLANUEVA, Victor. (1975, p. 90-92).

³³⁸ Para mais detalhes da “Revolução de Trujillo”, como ficaria conhecida, ver THORNDIKE, Guillermo (1980), VILLANUEVA, Victor (1975, p. 95-113).

³³⁹ O número de mortos varia conforme a fonte pesquisada. A imprecisão deste número, como de resto dos mortos durante a grande clandestinidade é contrastante. Sanchez refere-se a cinco mil vítimas durante a

Uma prolongada herança desta rebelião marcaria a história política peruana durante boa parte do século XX. O exército, enquanto instituição, permaneceria em constante desconfiança a respeito da atuação do APRA, sobretudo nos escalões mais altos da hierarquia militar. Este ódio seria alimentado e compartilhado pela oligarquia, sempre relembrando ao exército e à sociedade a respeito do radicalismo aprista, missão que seria regularmente desempenhada por *El Comercio*.³⁴⁰

A colaboração de alguns oficiais e suas simpatias com o aprismo, entretanto, não cessou. Em onze de março de 1933, o comandante Gustavo Jimenez, que já havia participado do governo interino em 1931, pretendeu liderar um golpe militar, a partir do norte do país, buscando, com seu pronunciamento, ganhar adeptos nas Forças Armadas e, principalmente, o respaldo civil a ser proporcionado pelo PAP. Marchando a Trujillo desde Cajamarca, no extremo norte do país, percebeu a falta de organização e adesão. Não contou mais que com seu regimento e parte da guarda civil local, além de colaborações individuais apristas. Vendendo-se isolado, resolveu tirar a própria vida, encerrando melancolicamente mais um episódio golpista. Foram executados, nesta ocasião, um major, um subtenente, dois capitães e o advogado Luis Benjamin Gálvez.³⁴¹ Os editoriais de *El Comercio*, dos dias 13 e 14 de março de 1933, expuseram o que teria sido o produto de um conluio entre forças políticas, com destaque para o aprismo. Além das tradicionais críticas desferidas, uma condenação adicional passaria a frequentar o extenso corolário de reprovações, isto é, o massacre dos militares executados pelo aprismo na ‘Revolução de Trujillo’:

El comandante Jiménez actúa en representación del APRA y otros elementos izquierdistas [...] por los del Partido Descentralista y por representantes de otros grupos de oposición³⁴²[...] la revolución ha fracasado tan fácilmente, ante el primer empuje de nuestros soldados y el rechazo de la ciudadanía, porque ha sido hecha por hombres que no encarnan el sentimiento nacional, sino que pertenecen a una secta maldita que ha renegado de la patria; por quienes disparan balas homicidas dentro de un templo, porque carecen de sentimientos religiosos; por quienes asesinan a los militares prisioneros en la cárcel pública de Trujillo, porque son crueles e inhumanos como sus hermanos de Moscú; por quienes proclaman la guerra civil frente al enemigo, porque para ellos la Patria no está, como para nosotros, limitada por

grande clandestinidade. SÁNCHEZ, Luis Alberto (1979, p. 7). Já Paul Drake afirma terem sido umas mil e quinhentas vítimas no mesmo período BONILLA, Heraclio e DRAKE, Paul. *El APRA de la Ideología a la Práxis*. Lima: Consejo Nacional de Ciencia y Tecnología, 1989, p. 78

³⁴⁰ Conforme LUNA VEGAS, Ricardo (1990, p.58).

³⁴¹ Para descrição e repercussão jornalística desta sublevação recomendamos SÁNCHEZ, Luis Alberto (1979, p. 127-132).

³⁴² SÁNCHEZ, Luis Alberto (1979, p.130) apud *El Comercio*. Lima, 13 de março de 1933, p. 1.

nuestras fronteras nacionales, sino que se extiende desde Río Grande hasta Patagonia, según lo han declarado los corifeos de este partido internacional.³⁴³

A espiral de violência não se deteve imediatamente. Pouco mais de um mês depois, um novo atentado foi executado, aparentemente por iniciativa individual, resultando na morte do presidente Sánchez Cerro. O autor, um operário com passagem pelo aprismo, Abelardo Mendoza Leiva, também perdeu a vida no local do atentado.

A solução emergencial tomada pela elite política foi colocar no poder o general Oscar Benavides, sendo confirmado pela Assembleia Constitucional previamente ‘depurada’ dos representantes apristas pela aplicação da lei de emergência.³⁴⁴ Benavides prestara serviços a esta elite graças a sua atuação na derrubada do governo de caráter popular de Guillermo Billinghurst, em 1914, recomendando-o como homem de confiança da oligarquia para a manutenção da ordem e da repressão ao aprismo e ao comunismo.³⁴⁵

Benavides acenou, inicialmente, com um plano denominado *Paz y Concordia*, cuja intenção parecia ser a redemocratização, mas que, na prática, constituiu-se em uma promessa sempre adiada e nunca cumprida. De qualquer forma algumas poucas medidas liberalizantes foram tomadas, como a libertação de Haya de la Torre, em 1933, e a reabertura da Universidade de São Marcos, porém sem representação estudantil, em 1935.³⁴⁶ O governo, entretanto, mostrou sempre sua hesitação ora oferecendo a possibilidade de realização de novas eleições ora perseguindo violentamente a oposição. Benavides oscilou entre reprimir e liberar as atividades políticas, conforme as pressões que recebia. E esta estratégia foi mantida até sua saída do poder, seis anos depois. No âmbito da imprensa opositora, o resultado desta oscilação fez com que *La Tribuna* saísse da clandestinidade em trinta de outubro de 1933, para mergulhar novamente nela em novembro de 1934.³⁴⁷

El Comercio, por seu turno, influiu diretamente na escalada repressiva do governo Benavides, especialmente devido à atuação de Antonio Miró Quesada. Ele havia retornado ao Peru após cumprir missão representativa diplomática na Europa por três anos. Tendo se restabelecido em Lima e retomado seu trabalho jornalístico, manteve contundente crítica política, através das páginas de *El Comercio*, influenciando o governo peruano a aumentar a

³⁴³ SÁNCHEZ, Luis Alberto (1979, p.132) apud *El Comercio*., Lima, 14 de março de 1933, p. 1.

³⁴⁴ COTLER, Julio (1992, p. 247).

³⁴⁵ Para descrição e repercussão do atentado, bem como dos primeiros meses do governo de Oscar Benavides, SÁNCHEZ, Luis Alberto (1979, p. 134-135 e 157-201).

³⁴⁶ Conforme ESPINOZA, Manuel. (1983, p. 42) e LUNA VEGAS, Ricardo (1990, p. 66).

³⁴⁷ GARGUREVICH REGAL, Juan Gargurevich. (1972, p. 45) e (1991, p. 151). GARAYCOCHEA, Percy Murillo (1976, p. 99).

perseguição sobre a oposição. Propagava a formação de uma grande concentração de partidos contrários ao aprismo e ao comunismo, incentivando o governo à adoção de atitudes repressivas mais radicais.³⁴⁸ O poder de pressão que o periódico exerceu, somado à importância política de seu principal diretor-proprietário, constrangeu o governo, cuja necessidade de aceitação e estabilidade o tornou, de certa forma, refém daquele diário.

En efecto, la Unión Revolucionaria y El Comercio pasaron a la oposición, acusando al gobierno de lenidad y complicidad con el APRA, creándose una situación que podía llevar a la desintegración de la clase dominante y del ejército, provocando la temida descomposición del cuerpo político. Ante esta situación, Benavides optó por postergar indefinidamente la realización de sus promesas respecto al restablecimiento de las libertades públicas y la convocatoria a nuevas elecciones. Como consecuencia, el APRA y su Jefe volvieron a promover golpes militares, lo que llevó al gobierno a reprimir todo tipo de oposición.³⁴⁹

O governo de *Paz y Concórdia* transformara-se, pois, em violenta ditadura. O comunismo já estava quase sem forças, destruído desde 1931³⁵⁰, enquanto o aprismo defendia-se desesperadamente da saga persecutória governamental, sobrevivendo na clandestinidade às duras penas. Benavides prometera eleições em 1934, adiando-as em três oportunidades. Isto levou o aprismo a programar e executar conspirações e rebeliões, com ou sem a participação de elementos das Forças Armadas.

Em meio a esta conjuntura, as relações entre política e mídia jornalística atingiriam sua mais emblemática intersecção a partir do assassinato do próprio Antonio Miró Quesada e sua esposa, em 15 de março de 1935, no centro de Lima. À revelia dos elementos que contribuíram para o fato, desde a possibilidade de um planejamento articulado entre líderes apristas, até a ação individual do executor, Carlos Steer Lafont, na época um jovem de apenas vinte anos, cabe-nos salientar a verdadeira incitação à repressão e violência desenvolvida pelo jornal *El Comercio* e seu representante mais poderoso, Antonio Miró-Quesada, como razão fundamental para o cometimento do crime.³⁵¹ Além disso, Antonio Miró Quesada era a encarnação da representação de tudo o que o aprismo combatia: membro do sistema político

³⁴⁸ GARAYCOCHEA, Percy Murillo (1976, p. 316).

³⁴⁹ Conforme COTLER, Julio (1992, p. 248-249).

³⁵⁰ “El Partido Comunista con posterioridad a la muerte de Mariátegui (1930) se ciñó a las instrucciones del Comintern, adoptando su estrategia de la ‘tercera etapa’, consistente en enfrentar a los partidos reformistas que disputaban su hegemonía sobre el proletariado, calificandolos de ‘social-fascistas’. El cumplimiento rígido del Partido Comunista Peruano a ésta como a las subsiguientes instrucciones de la Internacional Comunista, condicionó su total aislamiento de la movilización de masas y que el APRA se constituyera en el partido hegemónico de las clases populares y medias.” COTLER, Julio (1992, p. 233).

³⁵¹ “La persecución editorial al Apra se convirtió en verdadera cacería periodística que tuvo trágica culminación en el asesinato de José Antonio Miró-Quesada”. GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p. 157).

representativo tradicional, defensor dos interesses oligárquicos e, acima de tudo, inimigo ferrenho dos movimentos políticos contestadores, no âmbito social e sindical, surgidos no Peru nos últimos lustros. Sua morte, entretanto, estaria menos diretamente vinculada às duas primeiras representações e muito mais em consequência da terceira, exercida com tenacidade através das páginas de seu jornal, instrumento de pesada influência política na opinião pública em geral.

Desde a ‘Revolução de Trujillo’, em 1932, a via golpista e militarista permaneceu frequentando os planos elaborados pelos líderes do PAP para obtenção do poder. Até o momento em que Benavides deixou o poder, em 1939, o aprismo seria responsável por diversas tentativas golpistas como a ‘Conspiração de Huaraz’ (1932), ‘Conspiração dos Sargentos’ (1934), o ‘*Complot del Agustino*’ (1934), a ‘Insurreição no Centro’ (1934). Destacaríamos também o pedido de ajuda do aprismo ao governo boliviano para a derrubada do governo peruano (1936), a oferta de golpe feita pelo aprismo ao general Eloy Ureta (1938), a frustrada ação que causou o assassinato do comandante Remígio Morales Bermudez (Trujillo, 1939) e a conspiração desastrosa que resultou na morte do general Antonio Rodríguez (1939).³⁵² Os sobressaltos gerados por esta postura belicosa colocaram o governo e seus apoiadores em constante estado de alerta e de profilática repressão, mesmo em momentos nos quais as ameaças ao regime não passassem de especulações, algumas das quais alardeadas pelos jornais antiapristas.

Em 1936 terminaria o mandato do falecido presidente Sánchez Cerro. Benavides, sempre hesitante, resolveu, finalmente, organizar eleições para sua sucessão, em outubro daquele ano.

Todas as manobras efetuadas pelo aprismo para poder participar dessas eleições tornaram-se inúteis quando o Jurado Nacional de Eleições, equivalente à Justiça Eleitoral, impugnou a candidatura de Haya de la Torre e a participação direta do PAP no pleito, alegando o artigo cinquenta e três da Constituição, que proibia a existência de partidos internacionais, como estavam enquadrados o Partido Comunista e o Partido Aprista Peruano. Recém havia sido descoberta a conspiração entre o aprismo e o governo boliviano para uma ação em território peruano, o que colaborou para a manutenção da proibição das atividades do PAP. A última manobra possível efetuada pelo aprismo foi direcionar os votos de seus eleitores para um candidato independente, como seria o ex-prefeito de Lima, Luiz Antonio

³⁵² Para uma descrição mais pormenorizada destes intentos ver VILLANUEVA, Victor (1975) e (1977). Ver também TORRES, Luis Chanduví *El Apra por Dentro: Lo Que Hice, Lo Que Ví, Lo Que Sé (1931-1957)*. Lima, 1988.

Eguiguren³⁵³, contra o candidato da União Revolucionária, o fascista Luis Alberto Flores, assim como contra Jorge Prado, oligarca, conservador moderado, representante da Frente Nacional, união de partidos criada por Benavides.³⁵⁴ Mesmo que houvesse uma razoável quantidade de partidos reunidos em frentes opositoras, o APRA possuía o maior eleitorado.³⁵⁵ Quando a contagem dos votos já favorecia amplamente o candidato Eguiguren, o governo suspendeu a contagem, alegando que os votos apistas destinados a ele não podiam valer, devido aos votantes serem de um partido internacional. O fraco pretexto transformou-se em justificativa para anulação das eleições, mudança de gabinete ministerial e convocação extraordinária do Legislativo para aprovação da prorrogação do mandato de Benavides por mais três anos. A seguir, o presidente fechou o Congresso Nacional.³⁵⁶

Desprovido de seus principais pontos de reunião devido à dura vigilância do governo, o Partido teve de organizar sua estrutura clandestina e procurar manter a população informada sobre o que ocorria, manifestando seu ponto de vista em contraponto com as informações prestadas pelos grandes periódicos. A publicação e distribuição clandestina de *La Tribuna* à população constituiu-se em verdadeiro esforço de guerra para os militantes do Partido. Para tanto, chegou-se a improvisar uma prensa de madeira com a qual se podia imprimir grande quantidade de exemplares com boa qualidade. Moisés Rodrigues, um dos responsáveis pela publicação clandestina, descreveu, anos mais tarde, em que condições imprimiam o *La Tribuna*:

La soplonería andaba siempre tras nuestro y teníamos que cambiar siempre de local; lo hicimos alrededor de diez veces. En otras oportunidades ya no cabía posibilidades de fuga y nos quitaban la imprenta; perdimos ocho máquinas. Pero tan pronto como caía una ya estábamos fabricando otra. Lo hacíamos con suma facilidad, a tal punto que llegábamos a hacerlas desarmables; así, cuando era necesario, desarmábamos la máquina en pocos minutos, la cual cabía cómodamente en un costal.³⁵⁷

Distribuía-se o jornal através de veículos improvisados para tal tarefa e até mesmo de mão em mão. O resultado foi positivo, uma vez que o jornal podia ser encontrado nos ônibus, trens, cinemas e até mesmo nas mesas dos cafés de Lima. Ganhou o carinhoso apelido de *'pan*

³⁵³ Luis Antonio Eguiguren dirigia o Partido Social Democrata que contava com apoio da União Cívica Radical e do Partido Descentralista. Conforme COTLER, Julio (1992, p.251).

³⁵⁴ A Frente Nacional era constituída pelos restos do antigo Partido Democrata, de Nicolás de Piérola, do Partido Reformista Democrático, de Leguía e do Partido Liberal, de José Balta. Conforme COTLER, Julio (1992, p. 250).

³⁵⁵ Como comenta Julio Cotler a miríade de partidos não passava de “clube de notáveis” exceto o APRA. Conforme COTLER, Julio (1992, p. 251).

³⁵⁶ KLARÉN, Peter (2004, p. 342-344).

³⁵⁷ GARAYCOCHEA, Percy Murillo (1976, p. 464).

caliente', sempre a divulgar à população o ponto de vista do aprismo sobre a realidade nacional.³⁵⁸

A atividade era perigosa e os envolvidos corriam risco de vida ao executá-la. Pedro Chávez, por exemplo, hábil operador da máquina clandestina de impressão foi preso três vezes entre 1937 e 1941, sendo torturado brutalmente em todas elas. Morreria, finalmente, durante a tentativa de sua quarta captura. Outro hábil operário, Luis Rufasto, morreria em consequência da tortura, em maio de 1943.³⁵⁹

Apesar das dificuldades, portanto, as publicações apristas insistiram em se multiplicar e se espalhar pelo território peruano. O número de periódicos aumentou consideravelmente desde a fundação do Partido. Alguns diários, como o limenho *Antorcha*, permaneceram circulando clandestinamente. Ocasionalmente, circularam legamente, até mesmo em períodos nos quais o *La Tribuna* fora mantido na ilegalidade.³⁶⁰ Em Trujillo, o aprista Antenor Orrego divulgou durante meses suas ideias através das páginas do diário *El Norte*, tendo sido seu diretor. Também lá foram publicados cerca de duzentos números do periódico *Chan-Chan*, entre 1936 e 1940, sob a direção do aprista Manuel Arévalo.³⁶¹ Em Chiclayo, publicou-se o periódico *Hechos*. No Sul, o aprismo sempre encontrou dificuldade de penetração, dividindo as atenções com a presença comunista. Mesmo assim, durante os anos 1930, publicaram-se diversos periódicos na região de Cuzco, Puno, Juli e Juliaca, tais como *La Tribuna del Sur*, *El Collao* e *Pututu*. Este último editando os ideais apristas nos idiomas quíchua e aymará.³⁶² Em Arequipa, o jornalista Armando Quiroz Perea trabalhou intensamente na publicação da propaganda aprista entre 1931 e 1945, apesar de todas as tentativas repressivas de empastelamento de suas publicações.³⁶³

A manutenção de Benavides no poder deu-se em um momento econômico estável. Os principais produtos da pauta de exportações da economia peruana voltaram a atingir bons preços no mercado internacional, ao mesmo tempo em que se manteve a moratória da dívida externa e algumas medidas econômicas monetaristas ortodoxas. Entre 1933 e 1936, o ouro, a prata, o petróleo e, principalmente, o algodão e o açúcar, subiram no mercado internacional, permitindo que Benavides elevasse os impostos, os gastos governamentais e, por consequência, os benefícios aos trabalhadores, tais como o salário mínimo, pensões e

³⁵⁸ Conforme GARAYCOCHEA, Percy Murillo (1976, p. 464).

³⁵⁹ *Ibidem*, p.464-467.

³⁶⁰ *Ibidem*, p.326.

³⁶¹ *Ibidem*, p.469.

³⁶² *Ibidem*, p.104.

³⁶³ *Ibidem*, p.468.

seguridade social.³⁶⁴ Somente entre 1935 e 1939 o ingresso nacional com as exportações subiria sessenta por cento, permitindo, em 1938, mais do que a duplicação do gasto público efetuado em 1932, e dando a Benavides suficiente estabilidade para convocar um plebiscito para decidir sobre a futura eleição presidencial e influenciar em sua própria sucessão.³⁶⁵

A eleição presidencial de 1939 apresentou um espectro político matizado pela presença de uma elite conservadora moderada na questão do controle político repressivo e uma elite política conservadora radical, além de um grupo minoritário de moderados centristas. O aprismo permaneceu como a principal força política alternativa a todas as anteriores. O APRA, entretanto, foi mantido na ilegalidade, restando apoiar alguma das facções legalmente concorrentes ao pleito. Benavides manteve-se como líder do projeto conservador moderado, influenciando para que Manuel Prado y Ugarteche fosse conduzido à presidência. Dono de empresas de seguros, indústrias têxteis e empreendimentos pecuários, o ex-presidente do Banco Popular, Manuel Prado teve como adversários principais José Quesada Larrea e Luis Alberto Flores, da UR, pertencentes ao grupo conservador radical. Desde 1936 estes grupos conservadores divergiam entre si. O primeiro propondo maior gasto público, investimento industrial e liberdade política. O segundo defendendo políticas tradicionais agro-mineiro-exportadoras, livre-cambistas e governo autoritário. Não por acaso, *El Comercio* permaneceu fiel ao segundo grupo, juntamente com o jornal *La Prensa*, do latifundiário do algodão Pedro Beltrán Espantoso, periódico que se tornaria influente na política nacional nos anos posteriores.³⁶⁶

O aprismo procurou agir com moderação, demonstrando seu comprovado anti-nazi-fascismo. Devido à ilegalidade, a situação era frustrante, na medida em que se transformara na organização com o maior número de eleitores, porém sem partido oficial e com a desconfiança do exército e da oligarquia. Tratativas preliminares foram feitas com a UR, por mais contraditório que isso parecesse, pois era o partido do ex-presidente Sánchez Cerro.³⁶⁷ Num momento posterior, apoiou Manuel Prado, mais por negar-se a ajudar um candidato cujo possível vice-presidente seria ninguém menos que o fascista Luis A. Flores, que por qualquer outro tipo de convicção, exceto a vaga promessa da legalização do Partido.³⁶⁸ Em ambas as negociações a importância do jornal *El Comercio* se fez sentir, comprovando a capacidade

³⁶⁴ Conforme KLARÉN, Peter (2004, p. 342).

³⁶⁵ Ibidem, p. 344.

³⁶⁶ Ibidem, p. 344-345. Ver também MALPICA, Carlos. *Los Dueños del Poder*. 12. ed. Lima: Ediciones Peisa, 1981, p.41.

³⁶⁷ VILLANUEVA, Víctor. *El APRA y el Ejército (1940-1950)*. Lima: Editorial Horizonte, 1977, p. 14-18.

³⁶⁸ Ibidem, p. 18-20.

que este diário tinha de influenciar diretamente na política nacional. No caso de um possível acordo do APRA com a UR, o porta-voz fascista, L.A. Flores, confessaria a impossibilidade de perder o apoio do decano, vantagem que seu partido não pretendia se desfazer. Acabou se constituindo em uma das principais razões para a não efetivação de uma aliança com o aprismo.³⁶⁹ No caso da outra negociação, de acordo com carta de Haya de la Torre dirigida a L.A.Sánchez, César E. Pardo e Manuel Seoane, Manuel Prado acenara com a hipótese de legalização do partido após a sua posse e até mesmo a destruição de *El Comercio*.³⁷⁰

A importância transcendental de *La Tribuna* também se fez sentir naquele período. Consciente da importância do papel desempenhado por um jornal como veículo estratégico para as pretensões de qualquer movimento político-social, Prado incentivou o surgimento do *La Tribuna apócrifa*, graças a seus contatos com o aprista Nazário Chavez Aliaga, o ex-aprista Armando Bazán, o tenente Alfonso Vásques Lapeyre e o civil Jorge Rivera Schreiber.³⁷¹ Durante as negociações pré-eleitorais de 1939, por exemplo, uma edição do *La Tribuna apócrifa*, de vinte e quatro de agosto daquele ano, desorientou profundamente a massa aprista ao divulgar, em terminologia similar àquela utilizada pelo diário oficial do partido, a alteração da linha de atuação partidária, primando pela não beligerância de qualquer espécie e apoiando Prado.³⁷²

O vacilo aprista tornou-se evidente. A candidatura de Prado, porém, pareceu a menos contraditória em relação aos ideais apristas. O dilema, no entanto continuou, porque significou apoiar um candidato ungido por Benavides. Contradição maior só se o apoio fosse dado à UR. Mesmo que uma contraordem de última hora, duas semanas antes do pleito, houvesse retirado o apoio à candidatura de Prado, o eleitorado aprista votaria nele maciçamente, levando-o à vitória.³⁷³

³⁶⁹ Em reunião travada entre Luís A. Flores e o aprista Manuel Checa Solari, o segundo relatou algumas projeções apontadas pelo representante da UR: “Este (Flores) le negó haber expresado su conformidad con un candidato común porque ‘el gobierno (de Benavides) explotaría su alianza con el APRA, y su partido, poco disciplinado aún, y en estado de organización, se podría quebrantar seriamente’. Agregó que perdería todo el elemento conservador que lo acompaña, especialmente El Comercio”. Conforme VILLANEUVA, Víctor (1977, p. 16).

³⁷⁰ “En carta del 26 de julio de 1939, de Haya [...], les decía que Manuel Prado había pedido al hermano de Haya que el apoyo aprista a su candidatura debía ser ‘incondicional’, porque ‘si Benavides se entera me quita el hombro’. El mismo Prado, según la citada carta, le dijo a Isaac Espinoza que ‘después del 8 de diciembre (día de transmisión del mando) nos ofrecía hasta la destrucción de El Comercio y el oro y el moro [...]’ Pero antes no, para no perder el apoyo oficial.” Conforme VILLANUEVA, Víctor (1977, p. 8-9).

³⁷¹ SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p. 129).

³⁷² Conforme VILLANUEVA, Víctor (1977, p. 18-19) e *La Tribuna apócrifa* de 24/08/1939, transcrita e publicada no anexo III de VILLANUEVA, Víctor (1977, p. 136-142). Conforme também LUNA VEGAS, Ricardo (1990, p. 72).

³⁷³ SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p. 115).

No período presidencial de Prado, em meio à conjuntura da Segunda Guerra Mundial houve mudanças substanciais nos preceitos ideológicos do APRA. A aproximação promovida pelos países contrários ao eixo nazi-facista com a América Latina, refletiu-se automaticamente na tomada de posição interna do Partido. Os dois Congressos Nacionais do APRA, em 1942 e 1944, confirmaram uma tendência de arrefecimento da crítica aos malefícios causados pelo capitalismo, assim como de abrandamento na denúncia ao imperialismo, sobretudo o norte-americano. Efetivamente, a cúpula partidária, mais enfaticamente o próprio Haya de La Torre, impusera a adição de um novo ponto programático pétreo, o *'Interamericanismo Democrático Sin Imperio'*, preceito que previa uma relação de colaboração entre a potência norte-americana e o restante da América Latina para a defesa da democracia.³⁷⁴ Influenciado pela política do *'Buen Vecino'*, defendida pelo presidente Franklin Roosevelt na conferência de Buenos Aires, em 1941, Haya pretendeu gozar da colaboração norte-americana para a promoção da redemocratização peruana e continental.³⁷⁵

No âmbito da comunicação e propaganda partidária, a responsabilidade pela edição e circulação do jornal *La Tribuna* esteve nas mãos do futuro senador pelo APRA, Ramiro Prialé, a partir de 1940, passando a tarefa para Jorge Idiáquez, que a assumiu até 1945. Nesta ocasião, a impressão foi efetuada nas cercanias do porto do Callao, atingindo vinte mil exemplares, com periodicidade quinzenal e circulando em todo o país durante quatro anos ininterruptos.³⁷⁶ Naquele contexto, o jornal não mostrou explicitamente uma adaptação ideológica àquelas transformações, mantendo uma linha editorial mais voltada à manutenção dos vínculos partidários do que necessariamente transformando as novas ideias em *slogans* populares. O reflexo daquelas mudanças ideológicas, portanto, mostrou-se de maneira diversa no *La Tribuna*. A retórica adotada pelo periódico derivou para comentários radicais de caráter ético e moral, desde que se iniciara o período de publicações clandestinas, a partir de novembro de 1934, deixando em segundo plano ou mesmo desconsiderando totalmente análises mais profundas a respeito de princípios programáticos, avaliações políticas e econômicas:

Las ediciones clandestinas de La Tribuna durante los años de persecución critican violentamente las dictaduras del general Oscar R. Benavides y del banquero Manuel Prado, pero los ataques son exclusivamente personales y morales [...] Las críticas que aparecen en las primeras ediciones de La Tribuna son notables por la ausencia

³⁷⁴ Conforme HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl (1995, p. 197-230) apud HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. *La Defensa Continental*.

³⁷⁵ Ibidem (p. 171-195) apud HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl. *La Defensa Continental*.

³⁷⁶ Conforme GARAYCOCHEA, Percy Murillo (1976, p. 467).

de análisis sobre el control económico extranjero, el desarrollo de la industria nacional, etc. [...] La exclusividad de temas personales y morales y la exclusión de análisis críticos de la economía y los mecanismos del poder oligárquico obligaran a un grupo de líderes exiliados en Santiago a protestar ante Haya de la Torre, quien dirigía la organización partidaria en Lima. En carta de 29 de mayo de 1939, César Enrique Pardo, Manuel Seoane y Luis Alberto Sánchez se quejaron de la 'falta de una propaganda política científicamente crítica' [...]. A fines de 1930 y principios de 1940 la literatura del partido se ocupó cada vez menos de los cambios estructurales que precisaba la economía. La crítica al imperialismo fue moderada [...].³⁷⁷

As mudanças promovidas pelas lideranças partidárias pouco ou nenhum efeito surtiram na massa aprista que, em seu cotidiano, mantinha os princípios de combate incondicional à oligarquia, aos segmentos conservadores do exército, ao imperialismo norte-americano, ao nazi-fascismo e ao comunismo. À revelia de todos os preceitos anteriores, a preocupação maior dos ideólogos seria o reforço ao anticomunismo, principalmente por disputarem a mesma base social de recrutamento sindical e partidário. O que permaneceu sendo publicado para a maior parte da coletividade aprista foi, portanto, o clima de beligerância contra o comportamento dos ditadores do momento, muito mais explicitada através de palavras de ordem que pela organização efetiva de uma ação coletiva contra os governos. Também ganhou espaço o discurso contra o comunismo, considerado um inimigo tão perigoso quanto à oligarquia. Os sindicatos da órbita aprista, todavia, continuaram a recrutar uma razoável quantidade de adeptos, vinculados a partir das consignas clássicas defendidas pelo Partido. Certo radicalismo sindical, portanto, entraria em contradição com um revisionismo compartilhado pelos diversos membros do Comitê Executivo Nacional do APRA.

O verticalismo aprista mobilizava a militância, baseado na liderança carismática, paternalista e personalista. Tais características de comando não eram isentas de contradições devido ao apelo de conciliação de interesses multiclassistas. Combinados o estilo de liderança e massa sedenta de participação direta, surgiram frequentes conflitos entre grupos heterogêneos, de difícil controle por parte da estrutura partidária.³⁷⁸

Esta diferença entre voluntarismo da base versus arrefecimento da cúpula seria responsável por diversos momentos de dubiedade e claudicação em momentos decisivos da política nacional. Como em 1931, *La Tribuna* influenciaria o comportamento coletivo de

³⁷⁷ NORTH, Liisa. *Social Recruitment and Projets for Development in the Peruvian Aprista Party*. Tese de Doutorado citado por VILLANUEVA, Victor (1975, p.43).

³⁷⁸ Conforme BONILLA, Heraclio. In: BONILLA, Heráclio; DRAKE, Paul W. *El APRA, de la Ideología a la Praxis*. Lima: Consejo Nacional de Ciencia y Tecnologia, 1989, p. 11-12.

maneira decisiva, sendo, novamente, o instrumento construtor de uma expectativa em torno dos anseios partilhados pela imensa massa de trabalhadores urbanos, rurais e meso-classistas, fiéis ao ideário fundacional do APRA. Em direção contrária, boa parte dos representantes históricos do Partido, especialmente Haya de la Torre, continuaram uma trajetória de arrefecimento do ideário e ações do aprismo. Mantiveram, contudo, a postura de ameaça aos seus opositores via mobilização popular, nos momentos de radicalismo dos governos ditatoriais ou promoveram o abrandamento destes mesmos movimentos, nos momentos em que houve a concessão pontual de benefícios à massa aprista, quando a repressão arrefecia.

No início de 1940, portanto, o APRA fixou sua característica diretiva de verticalismo organizacional e obediência intrapartidária incondicional em suas diversas instâncias. A cúpula mantinha o controle interno do partido sem qualquer viés participativo democrático. De Haya de la Torre emanavam as ordens, os princípios, a doutrina. Como de resto os outros partidos, incluindo a União Revolucionária, solidificou-se a hegemonia de um pequeno grupo de ideólogos e dirigentes, consagrando o autoritarismo partidário. Neste sentido, o autoritarismo intrapartidário consagrou o que o politólogo alemão Robert Michels definiu como ‘Lei de Ferro da Oligarquia’, princípio que mostra a hegemonia de um pequeno e ativo grupo de líderes sobre o restante da estrutura partidária, arrefecendo ou mesmo eliminando qualquer participação mais democrática por parte das instâncias não diretivas do partido.³⁷⁹

No âmbito político, o governo de Prado concedeu maior liberdade de organização e expressão, diminuindo significativamente a vigilância e a repressão à oposição. Prado manteve, no entanto, a estratégia pendular adotada por Benavides, tomando deliberações contraditórias. A transformação da prisão de Juan Seoane e Serafín Delmar em desterro, por exemplo, contrastou com a manutenção da ilegalidade do APRA e a prisão de Ramiro Prialé sem processo.³⁸⁰ Soube, além disso, tirar proveito do conflito fronteiriço com o Equador, em 1941, para angariar maior visibilidade e popularidade como líder político, buscando a simpatia das Forças Armadas.

A manutenção de uma política de preços estáveis para os produtos primários exportáveis, tendo em vista um acordo prévio com os Estados Unidos foi paralela à dificuldade em realizar importações, devido ao conflito mundial. Tudo isto conferiu certa estabilidade econômica ao governo de Prado, com destaque para o aumento de trinta e cinco por cento no emprego da mão-de-obra no setor industrial, que foi favorecido por aquela

³⁷⁹ BAQUERO, Marcello et al. (Org.) (1989, p. 30-56).

³⁸⁰ SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p. 144).

conjuntura. Mesmo prejudicado pela estabilidade dos preços no mercado externo, o governo incrementou os gastos com o funcionalismo, mais do que duplicando as contratações entre 1939 e 1945.³⁸¹ O aumento do volume das exportações e da atividade industrial foi responsável por um crescimento no número de sindicatos, que passou de trinta e três, reconhecidos no segundo governo de Benavides (1936-1939), para cento e dezoito, reconhecidos entre 1940 e 1944.³⁸²

No âmbito sindical a reestruturação das organizações comunistas tornou a disputa acirrada. A CTAL, Confederação dos Trabalhadores da América Latina, dirigida pelo pró-comunista mexicano Vicente Lombardo Toledano, apoiou a aproximação de dirigentes comunistas, para que envolvessem e cooptassem dirigentes apristas. O divisionismo era bem visto pela dirigência comunista, que esperava engrossar as fileiras sindicais e partidárias com dissidentes apristas.³⁸³ O governo chegou a admitir a presença de membros de ambas as tendências em seu corpo funcional, tais como o comunista e ex-aprista Esteban Pavletich, os comunistas Juan P. Luna e Jorge F. Stoll, além do ex-aprista Armando Bazán, dando-lhes cargos que iam da política sindical governamental à assessoria e secretaria da Presidência da República.³⁸⁴ Também legalizou o Partido Comunista Peruano.³⁸⁵ O próprio Prado aproveitou os contatos feitos com apristas no período anterior ao pleito de 1939 para semear a divisão no APRA. As consequências deste assédio se fizeram sentir, como vimos a respeito do caso do *La Tribuna apócrifa*. Apesar do limitado sucesso alcançado por este jornal, o aprismo teve de lutar contra extremas dificuldades, para que as divisões não se multiplicassem dentro dos sindicatos e, especialmente, dentro do Partido. Várias expulsões foram promovidas por Haya de la Torre neste período. A presença renovada de organizações comunistas desatou uma luta pela influência política e sindical, situando apristas e comunistas em campos radicalmente opostos, situação que permaneceria viva até os anos 1980. Ainda assim, o surgimento da Confederação dos Trabalhadores do Peru, CTP, em maio de 1944, foi bem recebida por ambos grupos sindicais, que disputariam sua liderança encarniçadamente nas décadas posteriores.³⁸⁶ A primeira presidência da CTP seria de Juan P. Luna, comunista, com o aprista Luis Negreiros Vega como secretário.³⁸⁷

³⁸¹ COTLER, Julio (1992, p. 256).

³⁸² *Ibíd*em, p.253.

³⁸³ SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p.129).

³⁸⁴ *Ibíd*em, p.130.

³⁸⁵ LUNA VEGAS (1990, p.78).

³⁸⁶ KLARÉN, Peter (2004, p. 349).

³⁸⁷ LUNA VEGAS (1990, p.79).

A Segunda Grande Guerra apontava lentamente para o encaminhamento da vitória dos Aliados contra o Eixo, quando os efeitos da polarização internacional entre nazi-fascismo e democracia passaram a influenciar decisões futuras na política nacional peruana. Havia certa concordância em que o restabelecimento da democracia tornara-se uma imposição. Era o início do que se convencionaria chamar na historiografia peruana, ‘la descongelación del mamut’, ou seja, o final de um período de vinte e cinco anos quase consecutivos de ditaduras, exceção feita à curta experiência democrática interrompida em 1932.³⁸⁸

O início das tratativas para a sucessão eleitoral de Manuel Prado, por volta do segundo semestre de 1943, reavivaram o clima político. A manutenção da ilegalidade do APRA e a proibição de seus eleitores em votar em candidatos próprios, continuaram deixando o aprismo no dilema que já se tornara histórico: buscar o golpe de Estado ou a construção de alianças políticas que viabilizassem sua chegada ao poder. Ambas as opções continuavam muito difíceis de executar.³⁸⁹ Permaneceram, entretanto, sendo utilizadas. Desde a sucessão de Benavides Haya de la Torre permaneceu elaborando planos paralelos. E as publicações apristas mostraram a necessidade de pactuar com instituições fundamentais para a política nacional, como as Forças Armadas, por exemplo, instituição que era vista como a encurtadora do caminho até o poder:

Los editoriales de La Tribuna se alternaban con los de otras publicaciones apristas abogando por la construcción de una nueva escuela militar, mayores efectivos para el ejército, por una aviación más poderosa y una marina modernizada. Con cartas, probablemente fraguadas, firmadas por el ‘Coronel X’ o ‘Un viejo coronel’, se agradecía a La Tribuna su campaña a favor del ejército. Se pretendía dar así la sensación de que el partido aprista contaba con gran simpatía en las filas militares y, al mismo tiempo, que su campaña periodística era efectivamente beneficiosa para la institución militar y de agrado de los oficiales. Un periódico aprista, editado en Trujillo, publicaba en febrero de 1941 una nota de ‘bienvenida y mensaje de fraternidad patriótica a los jefes, oficiales, clases y soldados del regimiento nº 3 de infantería’, que había llegado a esa ciudad. ‘Era el mismo regimiento que combatió la sublevación del comandante Jiménez años antes.’³⁹⁰

Não era somente o aprismo que agia tentando a aproximação com os militares. Na tentativa de angariar os favores das Forças Armadas, Prado buscou a valorização de soldos e promoções, bem como o aumento dos gastos governamentais com armamentos. A disputa pelo favor das armas, portanto, seria facilmente vencida pelo presidente, que se acostumou a aparecer com seu uniforme de militar reservista, sobretudo quando da campanha militar

³⁸⁸ Conforme MACERA, Pablo *Visión Histórica del Perú*. apud ESPINOZA, Manuel (1983, p. 53)

³⁸⁹ SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p.147).

³⁹⁰ VILLANUEVA, Víctor (1977, p. 22).

vitoriosa contra o Equador (1941). O prestígio de Prado só não era suficiente para uma reeleição imediata, porém grande o bastante para livrar-se de seu mentor, o general Benavides, que voltara ao Peru tencionando, novamente, presidir o país ou condicionar a sucessão.

Dividida desde 1935, a elite política continuou polarizada entre o grupo nacionalista e o livre-cambista, ambos sem candidato civil próprio que fosse forte o bastante para suceder Prado. Os militares, por seu turno, principalmente a alta oficialidade, dividiam-se entre dois possíveis candidatos: O general Eloy Ureta, herói da campanha militar vitoriosa no conflito contra o Equador, e o experimentado Oscar Benavides. Um terceiro grupo, formado por jovens oficiais, simpatizava com uma solução civil para a sucessão.³⁹¹ Dada a dificuldade que os círculos conservadores tradicionais tinham em manipular o general Benavides e graças ao apoio militar a um apolítico como Ureta, este último ganhou os favores de boa parte da oligarquia tradicional. Entre outros motivos, por não ser identificado com a expressão ‘civilista’, “término que ya comenzaba a usarse en forma despectiva”.³⁹² Acabou angariando o apoio dos Miró Quesada e de um setor da União Revolucionária. Outro importante apoio foi o do grupo empresarial livre-cambista, representado pelo diário limenho *La Prensa*.³⁹³

A novidade no pleito foi o surgimento de um grupo reformista pluriclassista baseado em Arequipa, formado, principalmente, pelos setores industriais e médios surgidos durante os anos da Segunda Guerra Mundial e que crescera em número e importância durante o mandato de Prado. Sua plataforma democrática pretendia acabar com o círculo vicioso dos pactos entre a oligarquia e as forças militares, primando pela defesa de um civil que garantisse a democracia plena, incluindo a legalização do APRA. Este grupo adotou o nome de Frente Democrática Nacional.³⁹⁴ A Convenção Nacional do Partido Aprista, realizada entre os dias vinte e oito e trinta de julho de 1944, aprovou a decisão de apoio à FDN. O próprio Oscar Benavides, percebendo a mudança em favor de um restabelecimento da democracia retirou sua candidatura, manifestando-se a favor da FDN e da legalização do APRA.³⁹⁵

³⁹¹ “La descarada política de ascensos e intensa disputa por el respaldo de los soldados entre los dos aspirantes a presidente, provocaron el disgusto de oficiales de menor jerarquía de inclinación reformista, encabezadas pelo mayor Víctor Villanueva, quién organizó clandestinamente el Comité Revolucionario de Oficiales del Ejército (CROE)” KLARÉN, Peter (2004, p. 350).

³⁹² Conforme VILLANUEVA, Víctor (1977, p. 38-39).

³⁹³ SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p.149).

³⁹⁴ A FDN seria o resultado da combinação de membros pertencentes a diversas agremiações e tendências políticas, combinação esta que incluiu elementos do Partido Descentralista, do Partido Democrático, do Partido Democrático Reformista, do Benavidismo, do Aprismo, do Comunismo e mesmo de setores da União Revolucionária. Conforme SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, 152 e 173).

³⁹⁵ Conforme KLARÉN, Peter (2004, p. 351).

A situação para o líder do aprismo, no entanto, não mudara. Havia um veto da elite conservadora militar e civil a sua candidatura no pleito, situação com a qual se resignara ao pactuar com Benavides a possível legalização do Partido, obtendo permissão para participar com candidatos próprios para a Câmara de Deputados e Senado. Os dois acordaram não se candidatar como sinal de confiança mútua no porvir político.³⁹⁶

A desconfiança das lideranças apristas com a FDN, entretanto, especialmente Haya de la Torre foram constantes, apesar dos ventos favoráveis à redemocratização. A FDN podia ser somente mais uma frustração nos planos apristas. Afinal, Prado, por exemplo, não cumprira sua promessa de legalizar o partido até então. Tal qual Benavides, que não cumprira a realização de eleições entre 1934 e 1938. Prado, por seu turno, desconfiava do aprismo devido à retirada oficial de apoio às vésperas de sua eleição, enquanto Benavides era instado pela ala mais conservadora da oligarquia nacional a reprimir a oposição, como de fato o fizera. Até o final do governo de Prado, o APRA, mais especificamente Haya de la Torre, jogou com as duas hipóteses de chegada ao poder, a eleitoral e a golpista. O surgimento do movimento político que redundou na FDN, portanto, não seria suficiente para que a cúpula do aprismo descartasse definitivamente a via golpista e militar, desconfiando sempre da possibilidade de cumprimento da promessa de legalização partidária oferecida por lideranças civis. A difícil aceitação dos possíveis candidatos à presidência oriundos da FDN, por parte de Haya de la Torre, demonstrou cabalmente este clima de tensão. Tanto Rafael Belaunde como o posteriormente ungido, José Luís Bustamante y Rivero, não gozavam da preferência do aprista. A FDN, por seu turno, apesar da promessa de legalização, temia a liderança político-sindical que o aprismo exercia, tendo receio da manipulação que o APRA poderia executar ao controlar tão grande número de adeptos. Não podia, porém, prescindir dos possíveis votos do aprismo para atingir seus objetivos.

A definição da data para as eleições gerais, marcadas para dez de junho de 1945, sem que o Partido houvesse sido ainda legalizado, precipitou mais uma tentativa aprista de golpe com apoio das Forças Armadas. Às vésperas da confirmação oficial do candidato presidencial pela FDN, ocorreu o levante da Base Aérea de Ancón, Norte de Lima. A guarnição local se sublevou contra o governo, aprisionando o Ministro da Aeronáutica, Fernando Melgar, pretendendo organizar uma junta provisória que garantisse eleições livres e a legalização do APRA. Tratou-se de um movimento isolado com mínimas chances de qualquer êxito, dada a

³⁹⁶ Cfe. LUNA VEGAS, Ricardo (1990, p. 81) e KLARÉN, Peter (2004, p. 351).

dimensão da mobilização militar envolvida. Não contou com a ajuda massiva e organizada de outros apoios e foi facilmente debelado.³⁹⁷

Fracassado o levante de Ancón e confirmada a candidatura de Bustamante y Rivero pela FDN, a campanha eleitoral começou a ganhar as ruas. A mobilização efetivou-se quando o presidente Prado, finalmente, anunciou a legalização do APRA, em quinze de maio de 1945, isto é, apenas vinte e cinco dias antes do pleito. Com o nome de PP, Partido do Povo, para driblar a proibição constitucional que impedia a participação de partidos de caráter internacional, como deixava entrever a sigla tradicional APRA, seria a agremiação com o maior volume de apoiadores nos comícios e responsável pela vitória eleitoral da FDN em dez de junho. O apoio aprista não contava ainda com o advento do *La Tribuna*. No entanto, o papel desempenhado pelo periódico *El Callao*, além de outras publicações como *Boletín de Jornada* foram fundamentais para a propaganda e divulgação da plataforma da Frente.³⁹⁸

O comício mais significativo da campanha ocorreu em vinte de maio, quando, na Praça San Martín, no centro de Lima, quase em frente ao reduto da oligarquia, o Clube Nacional, Haya de la Torre proferiu um discurso, cujo conteúdo traduziu o arrefecimento nas críticas ao *status quo* político, social e econômico do Peru, pronunciando que não pretendia “quitarle la riqueza a quiene la tiene sino crearla para quien no la tiene”.³⁹⁹ O discurso culminava uma trajetória revisionista recente e provocava reações diversas. Desde a desconfiança permanente da oligarquia até a gradual saída de antigos militantes do Partido, descontentes com os rumos que a agremiação ia tomando.

Bustamante obteve 305.590 votos, contra 150.720 de Eloy Ureta.⁴⁰⁰ Dos quarenta e seis senadores, o PP elegeu dezoito. Dos cento e um deputados, o PP elegeu quarenta e seis. O novo Congresso Nacional contava, portanto, com uma representação parlamentar aprista como sendo a maior entre todos os partidos no Legislativo.⁴⁰¹ Mesmo com as revisões programáticas e ideológicas promovidas pela cúpula partidária nos últimos anos, a massa aprista permaneceu fiel o suficiente para respaldar o protagonismo de seu partido após treze

³⁹⁷ Em SÁNCHEZ encontramos somente a versão aprista, que transcreve o comunicado do Ministério da Aeronáutica com o nome dos principais implicados no movimento, publicado na edição do diário limenho “La Crónica”, de 23 de março de 1945. Cfe. SÁNCHEZ, Luís Alberto “(1981, p.153-155). VILLANUEVA, entretanto, fornece detalhes da sublevação que apontam para uma possível retirada de apoio da cúpula partidária aprista na última hora. O autor confessa, porém, não ter provas irrefutáveis do papel exercido por Haya de la Torre no desfecho deste episódio, exceto por declarações verbais de apristas envolvidos no levante. Cfe. VILLANUEVA, Victor (1977, p.42-48).

³⁹⁸ Cfe. SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p.160).

³⁹⁹ Cfe. LUNA VEGAS, Ricardo (1990, p.81).

⁴⁰⁰ Cfe. SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p.161).

⁴⁰¹ Cfe. KLARÉN, Peter (2004, p. 352).

anos de perseguições, período cronológico denominado na história do Partido como sendo o da *Grande Clandestinidad*.

Inaugurava-se um novo período. *La descongelación del mamut* finalmente terminara. As forças vivas da nação, partidos e instituições, mesmo com todas as desconfianças mútuas e divisões de interesses pareciam ter a intenção de consagrar o respeito à democracia representativa e todos os corolários a ela relacionados. A oportunidade para a consagração de um projeto democrático era, naquele momento, partilhado pelos representantes de todas as tendências políticas do espectro ideológico, mesmo que se considerassem apenas os aspectos formais. A esperança democrática renovava-se com mais uma chance, após a pequena experiência vivida entre 1931 e 1932.

2.2 FORMAÇÃO DO GOVERNO DA FRENTE DEMOCRÁTICA NACIONAL–1945

Se a conjuntura política nacional e internacional não propiciara a manutenção de um regime democrático durante os anos 1930, pode-se afirmar que o momento cronológico correspondente ao final da Segunda Guerra Mundial seria amplamente favorável. Se o nazifascismo tinha contribuído para a limitação de regimes democráticos dentro e fora da Europa, a vitória dos Aliados tratou de eliminar este obstáculo. Argentina, Brasil, Guatemala e Venezuela passaram de ditaduras à democracia, ao mesmo tempo em que países como Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Uruguai consolidaram seus regimes democráticos.⁴⁰²

A redemocratização no Peru tornava-se inevitável após tantos anos de ditaduras. As forças políticas se reorganizaram em torno de partidos, apostando na permanência do regime democrático, pelo menos até a instalação do novo governo. E esta redemocratização seria impossível sem o maior partido político daquele momento, o APRA, legalizado com o nome de Partido do Povo. O próprio presidente Bustamante y Rivero alertava para a natural presença do aprismo na FDN, em função de sua grandeza e representatividade, assim como pela perspectiva de pacificação que poderia garantir. Acreditava que o partido demonstraria cordialidade e amadurecimento tendo em vista sua sofrida e longa clandestinidade.⁴⁰³

⁴⁰² Cfe. DABÉNE, Olivier. *América Latina en el Siglo XX*. Madrid, Editorial Síntesis, 1999, p. 93.

⁴⁰³ BUSTAMANTE Y RIVERO, José Luís. *Tres Años de Lucha por la Democracia en el Perú*. Buenos Aires: Artes Gráficas Bartolomé Chiesino, 1949, p. 19-21.

Com base em uma maioria parlamentar relativamente confortável, o aprismo procurou impor seu programa político tanto quanto lhe foi possível. Era a oligarquia quem tinha de aceitar ou defender-se da imposição de reformas apristas, enquanto durasse o controle do Partido do Povo sobre o Legislativo.

O problema não passou despercebido e estava colocado desde antes da eleição presidencial de Bustamante y Rivero, quando o receio oligárquico manifestou-se através de recomendações ao eleitorado, conforme observa-se em artigo de *El Comercio*, projetando as possibilidades de composição do Congresso Nacional:

Esto Dijo 'El Comercio' en junio de 1945: 'Hemos creído necesario [...] aclarar la situación política a los ciudadanos que van mañana a cumplir con su deber electoral; y para haberlos ver que quienes vote por el doctor Bustamante, en realidad está votando por el Apra [...] o sea por una ideología y por una tendencia antidemocrática, peligrosa para la nacionalidad. Porque cómo habría de sostener en el gobierno – en caso de llegar a él – un mandatario que ha habido interés en demostrar, públicamente, que no tiene otra fuerza que la de la peligrosa agrupación política que lo apoya?'⁴⁰⁴

Apesar das recomendações em contrário, portanto, o aprismo triunfou. E a legislatura ordinária de 1945/1946 oportunizou ao Partido a aprovação de leis e concessão de benefícios a sua base eleitoral. A aprovação de reajustes salariais a determinadas categorias, como professores e militares, além da aprovação de anistia para delitos político-sociais, livrando muitos de seus militantes das detenções e penalidades, assim como a penetração na burocracia estatal foram exemplos da preponderância que o Partido exerceu no novo governo. Como salientaremos oportunamente, a tentativa de estabelecimento de uma nova lei de imprensa e de uma nova lei de controle de circulação de periódicos mostrou quanto o aprismo desejava exercer seu poder através do Legislativo.

A montagem do primeiro ministério do presidente Bustamante y Rivero, entretanto, não refletiu diretamente a contribuição majoritária que o aprismo conferira à vitória eleitoral. A repugnância mútua entre Bustamante e Haya de la Torre mostrou-se através de certo desconcerto de parte do presidente ante a ascendência que o líder aprista possuía sobre seus parlamentares. O primeiro atrito havia se produzido pouco antes da instalação do governo, ocorrida no final de julho de 1945, com a possibilidade de Haya de la Torre ser guindado à posição de '*premier*', com atribuições de chefe responsável pelo governo, tal qual ocorria no presidencialismo francês daquela época. Originada a partir de mera especulação difundida

⁴⁰⁴ Editorial de *El Comercio* de 09/06/1945 apud *La Tribuna*, n° 698, 28/08/1947, p. 4.

pelo aprismo, tal hipótese foi rechaçada de forma veemente pelo presidente Bustamante: “de ser levada a la práctica, no sólo habrían violado nuestro régimen constitucional, sino que hubieron convertido al Presidente de la República en simple dignatario nominal”.⁴⁰⁵ Não por acaso, portanto, o primeiro ministério da FDN não contou com nenhum membro do aprismo, mesmo que o presidente houvesse oferecido duas pastas ministeriais. Excluindo o ministério das Relações Exteriores, Governo, Educação e pastas destinadas às Forças Armadas, ainda restava ao aprismo seis ministérios a escolher.⁴⁰⁶

Descontente com o resultado inicial da montagem do governo e sem disfarçar certo desconforto com a situação, a cúpula partidária recusou os convites, justificando que concentraria seu trabalho nas lides parlamentares. Esta preferência pelo exercício parlamentar despertou desconfianças no presidente Bustamante quanto ao papel a ser desempenhado pelo aprismo através de sua maioria congressual: “Segundo esto el aprismo venia a ser, no propiamente el aliado del gobierno, sino el fiscal de sus actos”.⁴⁰⁷

Uma demonstração de união e força do Partido do Povo confirmaria as expectativas do presidente Bustamante e colocaria em alerta os adversários do aprismo. O fato que marcou indelevelmente o início das atividades legislativas ocorreria alguns dias antes da instalação do Congresso Nacional. Em cerimônia pública presenciada por milhares de adeptos, os senadores e deputados apristas prestaram, ante Haya de la Torre, um juramento de fidelidade ao Partido, entregando renúncias em branco de seus mandatos em sinal de disciplina e obediência irrestrita.⁴⁰⁸ Pode-se calcular o impacto que tal cerimônia teve no ânimo daqueles que viam no aprismo um adversário ou inimigo possuidor de uma força política gigantesca, comprovada pela capacidade de se fazer representar majoritariamente no Congresso Nacional. O fato seria amplamente lembrado nos meses vindouros como sinal de sectarismo partidário e como prova de desdém do aprismo em relação às outras forças políticas.

A legalização conquistada parecia ter dado ao aprismo uma válvula de escape para suas pretensões reformistas. De tal maneira que o Congresso Nacional passou a ser o campo estratégico onde procuraria dominar através de sua maioria de cadeiras, buscando aprovar um programa minimamente condizente com os princípios históricos. Ainda assim, e mesmo que despertassem desconfianças na oligarquia, o aprismo não impôs qualquer mudança que

⁴⁰⁵ Cfe. BUSTAMANTE Y RIVERO, José Luís. (1949, p. 29).

⁴⁰⁶ Segundo Luís Alberto Sánchez, Haya de la Torre só foi procurado por Bustamante y Rivero para receber a oferta dos dois ministérios na véspera de instalação do novo governo, o que contribuiu para o distanciamento entre ambos. Cfe. SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p. 354).

⁴⁰⁷ Cfe. BUSTAMANTE Y RIVERO, José Luís (1949, p. 29).

⁴⁰⁸ Ibidem, p. 30.

pudesse efetivamente confirmar as suspeitas de radicalismo atribuídas a ele pela elite política oligárquica. É interessante observar ao longo dos meses seguintes do governo de Bustamante, que o partido confirmou seu abrandamento beligerante, direcionando sua atuação para um perfil social-democrata e para o arrefecimento sensível das consignas anti-imperialistas e anticapitalistas que o caracterizaram em seus primeiros quinze anos de existência (1924-1939). O controle sobre as instâncias inferiores, tais como sindicatos, associações de bairro, escolas e universidades, ainda conservava o mesmo grau de mobilização verificado nos anos anteriores, o que sempre manteve em estado de alerta os segmentos oligárquicos. A cúpula partidária, entretanto, seguiu sua trajetória de mudança em direção a um regime reformista brando, ao mesmo tempo em que procurou disputar e ocupar espaços nas organizações dominadas pelo comunismo, muito mais do que necessariamente impor derrotas aos representantes oligárquicos.

A velocidade reformista imposta pelo aprismo, ainda assim, causou atritos com o governo. Um problema de governabilidade começou a projetar-se em razão desta presença majoritária do aprismo e, por consequência, das possíveis reações dos outros membros da FDN e dos representantes políticos oligárquicos. Os outros representantes da FDN eram minoria em relação ao aprismo, tendo, por vezes, de submeter-se ao avanço daquelas reformas. De forma paralela surgiu um problema imediato para a oligarquia peruana, desde o ponto de vista do exercício do poder político. Por ação ou delegação, a oligarquia exerceu historicamente este poder, representado nas últimas décadas por ditaduras civis ou militares. O Executivo estava ocupado, no entanto, por um representante que não era o seu, vinculado a setores medianos urbanos e que compunham, com o aprismo, uma frente excludente dos tradicionais políticos civis e militares mais diretamente influenciados por soluções de força e vinculados ao recente passado de regimes antidemocráticos. A oligarquia tinha de dividir a representação congressional com uma pequena gama de partidos menores e com a maioria aprista. Estava clara a posição minoritária da elite peruana no Legislativo e também no Executivo. Pela primeira vez ela não governava direta ou indiretamente. O compromisso desta elite com a redemocratização, entretanto, permaneceu o mesmo, ainda que sua representação parlamentar fosse minoritária.

A percepção deste problema traduziu-se na defesa da ordem e de um clima de concórdia para a convivência política, uma vez que a acirrada disputa eleitoral de junho de 1945 havia deixado sequelas. Reconhecidamente derrotado, mesmo que desconhecesse

vínculos partidários, *El Comercio* manifestou claramente suas preocupações, apoiando o Presidente da República, mas alertando quanto ao radicalismo político latente:

Con la autoridad moral que le dan su propio prestigio, la fuerza de su elección popular y el leal reconocimiento de la legitimidad de ésta, hecho por su contendor en los comicios del 10 de junio, el doctor Bustamante y Rivero mucho puede y está obligado a hacer en beneficio del país. Para ello requiere del clima de tranquilidad pública, que con justicia reclama. Pero para que este clima se produzca, como todos deseamos, es menester que haya tolerancia y amplio sentido de comprensión en todos los sectores. Creemos, pues, que no hay que exagerar el sentido de la crítica; pero juzgamos, también, que no tiene porque extrañar a nadie que ‘los adversarios electorales del Frente Democrático circulen normalmente por las calles’, desde que se trata de ciento y cincuenta mil ciudadanos del Perú que hacen uso de su legítimo derecho, después de haber votado de acuerdo con su convicción y acatado el resultado de las elecciones.⁴⁰⁹

O editorial acima reproduzia a opinião do decano a respeito de declaração proferida pelo presidente da república no dia anterior. A frase glosada pelo editorial, “no tiene porque extrañar a nadie que los adversários electorales del Frente Democrático circulen normalmente por las calles”, reproduz integralmente a afirmação do próprio presidente neste discurso. Apenas três meses haviam se passado e os sintomas de um radicalismo pulsante estavam evidentes, a ponto do presidente manifestar preocupação em pacificar os ânimos.

A desconfiança oligárquica através de seus jornais não deixou de ser imediatamente percebida, uma vez que o exercício da maioria parlamentar pelo aprismo era visto como possível debilidade do Executivo ou como exorbitância do Legislativo. O aprismo logo alertou para este diagnóstico interpretado pelos jornais oligárquicos:

La prensa reaccionaria , inutilmente, trata de confundir los términos cultos de esta relación mutua de cooperación y crítica [...] no tiene mentalidad capaz de comprender en qué consiste una democracia [...] por eso llama intromisión legislativa a lo que es cumplimiento del deber parlamentario. Por eso denomina tolerancia o debilidad gubernativa a lo que constituye circunspecto respeto por la cooperación de otros poderes. Un fascista no puede entender la democracia.⁴¹⁰

Qual ou quais motivos, portanto, determinaram que a polarização política verificada no início dos anos 1930 fosse retomada a ponto de inviabilizar lentamente o governo da FDN? Uma das razões estaria, como vimos, no fato de o PAP possuir o maior número de assentos no Congresso Nacional e a maior capacidade de mobilização popular, comprovada pelo número

⁴⁰⁹ Cfe. *El Comercio*, nº 55357, 01/11/1945, p. 2.

⁴¹⁰ Cfe. *La Tribuna*, nº 2, 30/09/1945, p. 5.

de sindicatos sob sua égide, número que foi crescendo durante o governo da FDN.⁴¹¹ A própria representatividade congressual aprista aumentou, a partir das eleições complementares congressuais que seriam celebradas em 1946. O aprismo desempenhava, entretanto, um papel comprovadamente menos radical e tinha muito a perder com a possibilidade do fechamento do regime democrático recentemente instalado, caso houvesse risco para tal. O APRA era maioria parlamentar, mas não tinha a presidência da república, além de sofrer a oposição de uma significativa minoria de parlamentares de outros matizes políticos e ideológicos. Os primeiros meses de governo, no entanto, demonstraram um crescendo de intolerância entre situação e oposição que apontaram para o mesmo desfecho rotineiro, ou seja, a possibilidade de um novo golpe de Estado.

Muitos elementos contribuíram, portanto, para o desgaste do governo da FDN, entre eles: a imposição de um conjunto de projetos de lei programáticos de interesse aprista e, sobretudo, a forma através da qual o aprismo procurou fazer valer sua maioria no Congresso; a velocidade com a qual o aprismo se assenhoreou dos cargos na burocracia estatal em favor de seus acólitos; as medidas e projetos de iniciativa do próprio presidente Bustamante y Rivero, que entraram em choque com alguns interesses oligárquicos pontuais, levando estes segmentos a culparem o aprismo pela adoção destas ações, mesmo que não tivessem necessariamente origem no aprismo; o aumento na representatividade aprista, graças à vitória nas eleições complementares de 1946; a tendência aprista de ampliação de seu domínio em diferentes instâncias representativas, como as Juntas Municipais Provisórias, instaladas com base em eleições em grêmios, sindicatos e associações dominadas pelo aprismo, opondo interesses regionais e municipais tradicionais contra o APRA; a concorrência entre aprismo e comunismo, com tendência de maior êxito do primeiro em conquistar as representações estudantis e sindicais; a questão cambial, opondo a política econômica governamental dos primeiros anos do governo de Bustamante contra o poderoso setor agro-mineiro exportador, ainda que tal política fosse lentamente sendo modificada em favor destes últimos nos últimos meses de mandato.

Todas estas razões contribuíram para a retomada do radicalismo político bipolar. Apesar das circunstâncias históricas serem diferentes, os mesmos aspectos políticos verificados quando da tentativa anterior de redemocratização (1931/1932) se apresentaram como uma herança impregnada no comportamento político. Por mais que a oligarquia

⁴¹¹ O número de sindicatos oficializados no governo de Bustamante y Rivero entre 1945 e 1947 chegou a 264, mais que o dobro do total legalizado no regime de Prado (1939/1945), muitos dos quais foram controlados pelo aprismo. Conforme CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos (1999, p. 265-266).

admitisse a inevitabilidade da instalação de um regime democrático, permanecia em posição de espera e desconfiança. O aprismo, por seu turno, procurava avançar rapidamente na estruturação das mudanças que julgava necessárias ao avanço de seu programa. Neste contexto, julgamos que a atuação da imprensa escrita jogou um papel decisivo no desfecho desta história. Reflexo, porém, igualmente, produtora de sentidos, consensos e divergências, coube à imprensa política expressar o acirramento dos ânimos e a retomada de um comportamento que em tudo remeteu à permanência de uma cultura política voltada ao radicalismo, autoritarismo e, até mesmo, à violência.

As preocupações advindas da imprensa oligárquica não tardaram a surgir. A expectativa foi tensa, principalmente por parte dos dois principais setores oligárquicos, o livre-cambista e o nacionalista. Os meios de comunicação, principalmente os jornais, tornaram-se, uma vez mais, os maiores e mais eficazes instrumentos de defesa dos interesses destas importantes minorias. Os porta-vozes oligárquicos, *La Prensa* e *El Comercio*, passaram a criticar o governo durante os primeiros meses, ainda que de forma moderada. A leitura destas publicações denota a sutil busca de denegrir o governo ante a opinião pública. Começou com a reiteração de artigos a respeito da crise de abastecimento de gêneros de primeira necessidade e transportes, como de resto ocorria em todos os países latino-americanos no pós-guerra. A repercussão desproporcional de fatos e mesmo a prática do alarmismo inverídico contribuíram lentamente para o descrédito do regime. *El Comercio* desempenhou este papel, durante décadas, principalmente nos momentos em que seus interesses foram contrariados. Ganhava, agora, a companhia de um outro periódico cada vez mais prestigiado e igualmente ferino em seus ataques: *La Prensa*.

Um aspecto interessante no meio político-jornalístico diz respeito à tardia reaparição do *La Tribuna*. Apesar do triunfo da FDN e, principalmente, do sucesso eleitoral do aprismo, este periódico deixou oficialmente a *Grande Clandestinidad* somente em setembro de 1945, com o governo em plena atividade. O entusiasmo e a fé no futuro grandioso do Peru e do PAP transformou-se na tônica jornalística daqueles dias. O otimismo divulgado por *La Tribuna* evidenciou sua crença na convivência democrática como um exercício duradouro. Tinha de lutar, entretanto, contra a avalanche noticiosa desferida pela imprensa adversária tornando-se, novamente, o contraponto ao conservadorismo oligárquico. Ao mesmo tempo, tinha de defender a governabilidade de um Executivo que não era o seu ora defendendo iniciativas do governo ora atacando os adversários jornalísticos.

A remontagem das trincheiras ideológicas foi, portanto, estabelecida nos mesmos moldes do que ocorrera na década anterior. Toda a evolução política e ideológica das principais forças políticas peruanas daquele momento tendiam a polarizar-se no aprismo e no antiaprismo, ainda que houvesse representantes não apristas com intenções declaradamente favoráveis à democracia e comprometidos com a manutenção do regime jurídico-constitucional. A bipolaridade apresentou-se, então, em diversas instâncias. A maior delas, a consolidação de uma cultura política beligerante através das páginas dos jornais, refletindo a realidade e, ao mesmo tempo, interferindo diretamente nela.

2.3 O REESTABELECIMENTO DAS TRINCHEIRAS IDEOLÓGICAS: *EL COMERCIO* VERSUS *LA TRIBUNA*

Apesar do aprismo não ter contado com a legalização do *La Tribuna* para a campanha que elegeu o governo da FDN em 1945, a contribuição deste jornal deu-se nos mesmos moldes da eficiência clandestina que o manteve popular durante tanto tempo. Além disso, o aprismo contou com o apoio de diversas publicações em âmbito departamental, provincial e municipal, multiplicando a capacidade de divulgação da propaganda partidária. *El Norte*, *Contra-Ataque*, *La Tribuna del Sur* e *El Callao*, ajudaram na consolidação da campanha de redemocratização e, uns mais outros menos, abraçaram a causa da FDN.

Do outro lado, *El Comercio* e *La Prensa* iniciaram o período do novo governo apresentando-se mais como observadores e fiscalizadores do processo político em curso do que como opositores a ele, tendência que seria gradualmente substituída por uma tenaz oposição.

O eixo das clivagens entre *La Tribuna* e os jornais oligárquicos estaria matizado por aspectos pontuais da atuação do aprismo ou por medidas de iniciativa direta do Executivo que foram vistas de modo divergente por ambas tendências político-jornalísticas. Ressalte-se que o Executivo não possuía, naquele momento, nenhum meio jornalístico vinculado diretamente a ele, com exceção do Diário Oficial *El Peruano*. Que estaria exposto à avaliação pública, segundo a opinião dos maiores veículos de circulação popular da época, justamente aqueles jornais mencionados. Foi o próprio presidente Bustamante que avaliou corretamente, anos mais tarde, a importância estratégica dos meios de comunicação como decisivos no desempenho governamental e nos acontecimentos políticos transcendentais da vida político-

institucional peruana: “Más de una vez pensé en la necesidad de contrarrestar esta diaria acometida con una hoja oficial, objetiva y polémica [...]”⁴¹²

A cobertura jornalística aqui analisada preencheu o período cronológico que partiu da saída do *La Tribuna* da clandestinidade, em setembro de 1945, até outubro de 1948. Na análise deste triênio decodificou-se não somente a luta contra o decano da imprensa, o *El Comercio*, mas também incluíram-se contribuições e citações do jornal *La Prensa*, sempre que ilustrativo da luta que se travava através dos periódicos.

Igualmente influente foi a presença de publicações de outros matizes ideológicos, que contribuíram diretamente para a criação de um ambiente de animosidade multifacetado. Salientamos aquelas que coincidiram, muitas vezes, com as opiniões proferidas pelos jornais oligárquicos de maior circulação, tanto nas críticas ao aprismo quanto ao governo da FDN em geral. Neste sentido o destaque ficaria por conta do bisemanário *Vanguardia*, dirigido por Eudocio Ravines. Trabalhando intensamente como adversário do aprismo, Ravines se destacaria igualmente como um polêmico opositor ao regime de Bustamante.

2.4 ATAQUES E DEFESAS POLÍTICO-JORNALÍSTICAS

Comprovando suas capacidades de influência entre os segmentos sociais aos quais pertenciam e entre o público em geral, *El Comercio* e *La Prensa* cristalizaram seus papéis de construtores da informação durante o período do governo da FDN. O impacto causado pelas polêmicas, ativadas através das coberturas de ambos jornais, permitem atribuir-lhes não somente uma função de transmissão de informações, porém verdadeiros construtores de conteúdos.⁴¹³

Referindo-se àqueles dois grandes diários oligárquicos, Bourricaud alertava para a finalidade de suas existências em seu estudo de 1967, “Los dos grandes diarios peruanos no pertenecen a ninguna de las categorías de la prensa contemporánea.[...]el fin que persiguen estas empresas no consiste exclusivamente en vender papel para ganar dinero”.⁴¹⁴ O periódico *El Comercio*, por exemplo, continuaria a exercitar sua influência na sociedade peruana nos

⁴¹² BUSTAMANTE Y RIVERO, José Luís (1949, p. 62).

⁴¹³ “Parte-se do princípio de que a informação depende de quem lhe dá forma, quem a pinta e quem a molda.” Conforme SCHRÖDER, Celso apud GUARESCHI, Pedrinho A. et al. *Os Construtores da Informação*. Petrópolis/RS: Vozes, 2000, p. 10.

⁴¹⁴ BOURRICAUD, François (1989, p. 31).

anos 1960 nos mesmos moldes e linguagem utilizadas nos anos 1940 ou nos anos 1930, independente de seu lucro ou prejuízo enquanto empresa jornalística. Em todos estes períodos nossa análise apontou as mesmas características que Bourricaud: “No se distinguen en él las noticias de los comentarios, por el contrario, el juicio de hecho y el juicio de valor están inextricablemente confundidos”.⁴¹⁵ A justificativa de nosso estudo, portanto, corrobora uma das constatações diagnosticadas por Bourricaud: “Estos diarios, que no están filiados a ningún partido – en este sentido, pero solo en este, son independientes -, que están ligados a ciertos intereses [...] pero que defienden en materia económica tesis generales [...] son elementos esenciales en el juego político”.⁴¹⁶

A análise feita a respeito destes dois jornais de grande circulação pode ser estendida ao *La Tribuna*. Seu desempenho nos períodos investigados neste estudo demonstra a mesma capacidade mobilizadora de sentidos, através do uso de uma linguagem que recorreu às mesmas técnicas de apelo ao entusiasmo e à fidelidade. A grande diferença entre este periódico e *El Comercio*, no entanto, é nunca ter pretendido ser um jornal independente, mesmo que, por vezes, tenha tentado dominar parte do mercado jornalístico como fonte alternativa de informação com isenção.

É a partir do mapeamento da atuação de *El Comercio* e *La Tribuna* nos anos correspondentes ao governo da FDN, que poderemos perceber claramente as intenções que permearam as matérias jornalísticas e sua capacidade de influência e intervenção no ambiente político. Seguindo a ordem cronológica dos acontecimentos, portanto, teremos uma visão panorâmica de como o simbólico representativo foi decisivo para a cristalização de uma cultura política tendente à desobediência às regras do jogo político pré-combinado e pré-estabelecido entre as principais forças e instituições.

2.4.1 A imprensa como espaço estratégico percebido pelos agentes políticos: a questão da liberdade de imprensa

O caráter de observância e cautela demonstrado por *El Comercio* a partir da restauração democrática foi contrastado pelo verdadeiro entusiasmo que brotou das páginas de um *La Tribuna* que ressurgiu após muitos anos de ilegalidade: “OTRA VEZ EN LA BREGA

⁴¹⁵ BOURRICAUD, François (1989, p. 31).

⁴¹⁶ Ibidem.

[...] Retomando sus armas de catorce años, jamás enmolecidas, LA TRIBUNA penetra a la arena del combate segura de su verdad y resuelta a defenderla”.⁴¹⁷

As palavras de ordem e consignas lançadas nas páginas apristas renovaram o diagnóstico constatado nos anos 1930, alertando seu público para a permanência de interesses oligárquicos fortemente arraigados na estrutura econômica, no corpo social e na prática política. Que estes interesses deveriam dar lugar a uma reforma proposta pelo aprismo, cuja meta seria a promoção da justiça social. Que a democracia conquistada deveria se impor como um sistema permanente, dando bases seguras para novas conquistas: “[...] el Perú disfruta ahora de un clima de auténtica libertad [...] Por eso cabe confiar que esta misma cultura política es una garantía de que las conquistas que faltan sean obtenidas [...] a pesar de las instigaciones interesadas en azuzar la desconfianza”.⁴¹⁸

A insistência do APRA em colocar em votação um amplo programa reformista, chocou-se com a posição dos representantes de outras agremiações políticas. O *La Tribuna*, então, converteu-se no instigador do debate em torno dos projetos apresentados pela Célula Parlamentar Aprista, como se autodenominava o conjunto de parlamentares pertencentes ao APRA.

Chamou-nos a atenção o fato de que, dentro da série de polêmicas travadas entre apristas e as outras forças, e que caracterizariam os três anos de duração do governo da FDN, a de maior impacto inicial tenha sido justamente em torno da questão jornalística. O projeto aprista para uma nova lei de imprensa deu início a uma série de ataques e defesas que ultrapassaram o foro congressual e ganharam as páginas dos periódicos. Cada trincheira ideológica passou a esgrimir suas respectivas capacidades de acusar, difamar, distorcer, convencer e influenciar a opinião pública. Todos os agentes políticos envolvidos perceberam que se tratava de uma batalha estratégica de transcendental importância.

A respeito da questão envolvendo a lei sobre a atividade jornalística, *El Comercio* já construía certa fama de defensor incondicional da liberdade de imprensa nos anos 1940 durante a ditadura civil de Manuel Prado. Mesmo que no passado aprovasse a permanência da punição severa contra a circulação de algumas publicações, como constatamos no início dos anos 1930, não via qualquer contradição entre esta posição cerceadora e a de defensor daquela liberdade, marcando os limites que ela deveria observar. O comentário de Luís Miró Quesada sobre este tema tornou-se lapidar: “El periodismo, en efecto, es la más noble de las

⁴¹⁷ *La Tribuna*, nº 1, 29/09/1945, p. 5.

⁴¹⁸ *Idem*, nº 2, 30/09/1945, p. 5.

profesiones; pero puede ser, también, el más vil de los oficios. Esto indica la necesidad de defender la sagrada libertad de prensa, y conocer, a la vez, el peligroso libertinaje de las hojas irresponsables.”⁴¹⁹

A lei de imprensa em vigor era a 9034, promulgada ainda no governo de Oscar Benavides, cujo conteúdo era tão draconiano que mesmo diários como *El Comercio* criticaram-na sistematicamente. Para se ter uma ideia da rigidez da lei, uma publicação deveria pedir a autorização periódica à prefeitura para circular na circunscrição onde seria distribuída, correndo o risco de ser suspensa caso não o fizesse.⁴²⁰ Daí a peroração constante do decano em favor de maior liberdade de expressão e defesa da liberdade de imprensa:

Todo acto de fuerza contra um diário causa, [...] honda perturbación en la conciencia colectiva; que instintivamente comprende que de la libertad de prensa dependen otras libertades, la defensa de la dignidad del hombre y la de todos los derechos que la Constitución otorga al ciudadano.⁴²¹

A batalha suscitada pelos debates em torno da nova lei de imprensa, reviveu e redefiniu as trincheiras ideológicas. Os argumentos publicados por cada uma daquelas trincheiras seriam como projéteis disparados contra o adversário numa guerra real, tal a virulência e crescente animosidade demonstrada na linguagem utilizada e tal o radicalismo dos posicionamentos.

Apresentado ao Senado pelo congressista aprista Manuel Seoane, em outubro de 1945, o projeto de lei incluía a obrigatoriedade da publicação semestral da nominata dos acionistas da empresa jornalística responsável pela publicação do periódico. Previa punições específicas para os casos de comprovação de publicação de matérias inverídicas, bem como sanções contra comprovada difamação de pessoas e instituições, incluindo multas e suspensões de publicações.

O teor da nova lei refletia a experiência vivida pelo aprismo e dava-lhe conhecimento suficiente para prever que a sobrevivência de um regime, como o recém instalado, assim como a manutenção da liberdade que lhe dera a legalização, só seria possível a partir da fiscalização direta da atuação dos meios de comunicação, em especial a mídia impressa. O APRA buscava conter o poder informativo representado pelos diários tradicionais, pretendendo limitar a capacidade de influência que possuíam através de possíveis punições ou

⁴¹⁹ *El Comercio*, 07/10/1943 apud GARGUREVICH REGAL, Juan (1988, p. 33).

⁴²⁰ *Idem*, 29/04/1944 apud GARGUREVICH REGAL, Juan (1988, p. 34).

⁴²⁰ *Ibidem*.

⁴²¹ *Ibidem*.

censura prévia, além de tornar mais explícita a ligação entre o poder político e econômico da oligarquia com seus respectivos meios de comunicação. Os veículos vinculados à divulgação comunista, que também se mostraram influentes naquele período de democratização, mereceram igual preocupação por parte do aprismo. A partir da nova lei, o aprismo tentava expor qual patrocínio econômico-financeiro efetivamente viabilizava estas últimas publicações, buscando provar a existência de um pacto jornalístico entre setores da oligarquia e o comunismo para se oporem ao governo e ao APRA. Estabelecer o nexos entre poder econômico, poder político e o conteúdo das publicações tornava-se elemento chave na intenção do projeto aprista.

Con la barbarie de las leyes represivas que mantuvo a los apristas en el destierro y en los campos de concentración, vivieron muy felices la reacción oligárquica y su prensa jamás perturbada. Y bajo esta misma barbarie también; vivieron más felices aún, los agentes de Moscú y su prensa mercenaria [...]; Ellos tuvieron siempre libertad de palabra, de pasquín y de provocación sindical para atacar al Pueblo Aprista, amordazado y preso!⁴²²

O projeto de lei de imprensa foi apreciado pelos senadores e ganhou substitutivo a partir de contribuições de senadores não apristas, porém pertencentes a FDN. Dando-se crédito à transcrição dos principais debates travados no Senado, efetuada por Luís Alberto Sánchez, tem-se a nítida impressão de que a polêmica fora tratada dentro dos limites da cordialidade parlamentar, sem exorbitar as dependências do plenário. Somente as manifestações das galerias, compostas em sua maioria por militantes apristas, mostraram exaltação, quando proferida por algum parlamentar opositor alguma intervenção contrária ao projeto, causando certo desconforto à livre expressão de ideias, problema recorrente desde a instalação do Congresso.⁴²³ Isto não impediu, porém, que o debate tenha se desenvolvido. Mesmo que pairassem dúvidas de alguns parlamentares quanto à possibilidade de uma censura prévia embutida no projeto, a leitura e a releitura do mesmo não confirmaram a evidência deste dispositivo. Passado à votação foi aprovado por ampla maioria, com apenas três votos em contrário de um total de quarenta e oito senadores. O destaque do projeto foi o texto final dos artigos primeiro e segundo, cujas interpretações tornar-se-iam polêmicas:

Artículo 1º- Todos tienen el derecho de editar cualquier órgano de publicidad, siempre que no ataque a las libertades individuales del hombre. Cabe acción de

⁴²² *La Tribuna*, nº 37, 04/11/1945, p. 4.

⁴²³ Tanto o projeto de lei inicial quanto o substitutivo e os debates estão em SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p. 177-197).

denuncia popular contra los periódicos que infrinjan este principio. La Corte Suprema, es la única autoridad que puede decidir si procede o no la clausura de un periódico en este caso.

Artículo 2º - Todo impreso llevará pié de imprenta y el nombre del editor responsable. Se comunicará a la autoridad política respectiva el título y características de la publicación, los nombres del editor y del director, el domicilio de ambos, la dirección del local de la imprenta donde se edita y su capital propio de trabajo.⁴²⁴

Neste momento, a grande imprensa, mais precisamente *El Comercio* e *La Prensa*, iniciaram uma verdadeira campanha de crítica, ainda que seus representantes houvessem previamente analisado o projeto, antes mesmo da discussão final no Senado, e tivessem, inclusive, concordado tacitamente com ele.

Para proceder con orden y limpieza, la comisión de Prensa del Senado en la que figuraban Manuel Seoane, Fernando Tola, Antenor Orrego, Alberto Ulloa, y otros, se reunió con los directores de los diarios de Lima, entre ellos Luís Miró Quesada de la Guerra, de *El Comercio*, para discutir el Proyecto, sobre el cual se firmó un acta por todos los asistentes que expresaron su acuerdo con las modificaciones introducidas. El Proyecto fue la base del debate senatorial.⁴²⁵

O passo seguinte seria a avaliação do projeto por parte da Câmara de Deputados e sua posterior sanção ou veto por parte do presidente. Dando-se conta da possibilidade de ser aprovado na câmara baixa, os dois grandes jornais oligárquicos passaram a detrá-lo quase diariamente, qualificando-o como ofensivo à liberdade de imprensa e apodando-o como '*ley de la mordaza*', indicando uma possível censura prévia nele contida.

[...] la prensa necesita ser respetada y gozar de absolutas garantías. Cuando esto sucede, la Historia enseña que es el mejor baluarte de la democracia y que contribuye a formar naciones admirables por su poder y por su grandeza moral. Y es que la libertad es la condición primaria para la vida del periodismo [...].

Y este artículo (o 1º) está en abierta oposición con el artículo 63 de la Constitución (de 1933), que dice lo siguiente: 'El Estado garantiza la libertad de prensa. Todos tienen derecho de emitir libremente sus ideas y sus opiniones por medio de la imprenta o de cualquier otro medio de difusión bajo la responsabilidad que establece la ley. La responsabilidad concierne al autor y al editor de la publicación punible, quienes responderán solidariamente de la indemnización que corresponde a la persona damnificada.' No se limita, pues, en esa disposición en modo alguno la libertad de prensa, y se restringe sólo, como es natural, la responsabilidad por cualquier publicación punible al autor y editor del periódico. No procede, pues, constitucionalmente, la limitación al derecho de editar cualquier órgano de publicidad 'siempre que no ataque las libertades individuales'; expresión vaga e indefinida de que cuándo más debería entrañar en el caso de producirse, responsabilidad para su autor, pero que en el proyecto de que se trata puede dar

⁴²⁴ Cfe. *La Prensa*, 14/11/1945, p. 6-8 apud SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p. 182-183).

⁴²⁵ Cfe. SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p. 3).

motivo a la clausura de un periódico: pena draconiana incompatible con la libertad de prensa en el Perú.

Esta misma tendencia de intervención en la autonomía de las empresas periodísticas se nota en las disposiciones del proyecto que las obliga a emitir acciones nominativas, proporcionar datos referentes a la composición de su capital, nombre o nombres de sus propietarios, participación de cada uno de ellos, relación de acreedores hipotecarios, etc.; detalles que nada tienen que ver con las publicaciones que se hacen en un periódico [...].

Bien distante se halla el proyecto aprobado en el Senado, del espíritu con que debe ser apreciada la libertad de prensa.⁴²⁶

A analisar o texto aprovado, o máximo que se percebeu foi o sentido vago no que se referia ao ataque às liberdades individuais e a questão da denúncia popular. De qualquer forma, previa julgamento dos casos pela Corte Suprema, de acordo com o código penal ainda em vigor.

Quanto ao segundo artigo, entretanto, sua clareza em nada pode ser justificada como não tendo relação com os conteúdos publicados e a responsabilidade de quem os edita. A publicação dos dados da empresa jornalística responsável por determinado periódico, constituiria um dado objetivo que possibilitaria o controle sobre o poder econômico que a viabilizava, podendo coibir o abuso, se ocorresse reiteração por parte da publicação em continuar divulgando conteúdos puníveis. Ainda que saibamos qual intenção aprista esteve embutida em tal medida, esta obrigatoriedade dos dados dos proprietários era regra em muitas publicações editadas em outros países, desde a Inglaterra e Estados Unidos até Chile, Uruguai e Argentina.

A inconstitucionalidade apontada por *El Comercio* e *La Prensa* a respeito do projeto aprovado estaria, portanto, apoiada na imprecisão do artigo primeiro, procurando eludir uma possível punição. A alegação de que houvesse censura prévia no texto deste artigo, referia-se à sutileza de interpretação quanto ao que significaria um ‘*ataque a los derechos individuales del hombre*’. Com tal imprecisão, não queriam correr o risco de poderem sofrer uma suspensão ou fechamento, caso a punição fosse aplicada. Já o teor precisamente ampliador de responsabilidades do artigo segundo, alarmava os empresários, até então anônimos quanto aos vínculos com o material editado. Percebe-se que, por mais que estivessem com razão, a intenção destes proprietários era, em última instância, impedir qualquer possibilidade de uma punição e, principalmente, a divulgação do nexo entre as publicações e seus donos.

Da ‘trincheira’ de *La Tribuna*, as alegações destes proprietários foram interpretadas como manobras diversionistas, justificando a necessidade da nova lei de imprensa:

⁴²⁶ Cfe. Editorial de *El Comercio*, nº 55381, 14/11/1945, p. 2.

El derecho a la libertad de prensa comporta el deber de exhibir el respaldo económico que financía cada órgano de opinión [...] Con esta 'declaración de bienes', el público sabe quiénes le hablan y en nombre de que interés opinan. La prensa honrada no tiene miedo de exhibir su contabilidad.⁴²⁷

La campaña de 'La Prensa' se basa en el temor a la necesaria investigación legal de los orígenes económicos que financian a las publicaciones diarias y periódicos destinados a combatir la Democracia. No es, por cierto, una gallarda defensa de Libertad de Imprenta que nadie ataca y que justamente los autores de la ley se empeñan en garantizar [...] Y lo prueba así la actitud de 'El Comercio' – que quiso siempre esa libertad exclusivamente para sí y no para los demás [...] Quién podrá aceptar que la primera y más alta de las libertades democráticas va a tener hoy como campeones a los extremistas defensores del totalitarismo en el Perú?⁴²⁸

A campanha em defesa da liberdade de imprensa, estimulada por *El Comercio* e *La Prensa*, logo ganhou a colaboração de algumas publicações menores. *Perú Nuevo*, *Nuevo Mundo*, *Fragua*, *El Sol*, *Auto-Aéreo*, *Evolución* e *El Socialista* aderiram ao que veio a chamar-se *Comité en Defensa de la Libertad de Prensa*, que contava com representantes de cada uma destas publicações, além da presença nada casual de Eudocio Ravines, diretor de *Vanguardia*.⁴²⁹

Em resposta, *La Tribuna*, *Revista APRA*, *Contra-Ataque*, *Renovación*, *Claridad*, *Páginas Libres*, *Cordillera*, *Cuadernos* (de Lima), *Libertad* (de Arequipa), *Nor-Perú* (de Trujillo), *Carteles* (de Chiclayo); *Tribuna del Pueblo* (de Cuzco), *Comuna* (de Huarochirí), lançaram um apelo em apoio à nova lei, dirigido aos jornais simpáticos à causa aprista, tais como: *La Nación*, *La Prensa*, *Noticias Gráficas*, *El Mundo*, *Crítica*, *Vanguardia*, *La Razón* e *Clarín* (Argentina); *El Mercurio*, *La Hora* e *La Nación* (Chile); *El Día*, *El País*, *El Plata*, *Mundo Libre* (Uruguai); *El Espectador*, *El Tiempo* (Colômbia); *El Diálogo*, *La Razón*, *La Calle* e *Pregón* (Bolívia) e *Acción Democrática*, *Ahora* e *El País* (Venezuela).⁴³⁰

A repercussão promovida por esses diários logo ganhou a adesão ou oposição de grupos diferenciados, como as organizações estudantis, por exemplo. Manifestações de rua começaram a ganhar dimensão conflituosa, opondo apristas, defensores do projeto, e seus opositores.

Passeatas pró e contra a nova lei mobilizaram os ânimos e estabeleceram conflitos entre as diferentes facções. *El Comercio* e *La Prensa* sentiram a pressão mobilizadora aprista conforme verifica-se na alarmante manifestação do decano:

⁴²⁷ *La Tribuna*, nº 46, 13/11/1945, p. 5.

⁴²⁸ *Idem*, nº 48, 15/11/1945, p. 5.

⁴²⁹ Conforme *El Comercio*, nº 55383, 15/11/1945, p.2.

⁴³⁰ *La Tribuna*, nº 53, 20/11/1945, p. 1.

Hoy porque ‘El Comercio’ y ‘La Prensa’ han protestado del proyecto de la ley aprista contra la libertad de prensa aprobado por el Parlamento, el partido a cuya iniciativa y aprobación se debe esa ley, organiza para el jueves una manifestación contra ‘la prensa reaccionaria’, según califican a los periódicos que han cumplido con el deber de defender la sagrada libertad de prensa en el Perú [...].⁴³¹

A mobilização aprista foi demonstrada em desfile ocorrido no centro da cidade, no dia trinta de novembro de 1945, promovida pela Federação de Estudantes do Peru, de maioria aprista, podendo ter reunido cerca de cem mil pessoas, segundo artigos de *Jornada*, *La Crónica* e *El Callao*, reproduzidos por *La Tribuna*.⁴³²

Após a aprovação na Câmara de Deputados, uma passeata em oposição à lei foi, então, organizada por um grupo de estudantes reunidos na Frente Universitária de Reforma, adversária da FEP, e que ganhou o apoio incondicional de *El Comercio* e *La Prensa*. Partidos políticos também aderiram ao movimento, tais como a União Revolucionária, além de outros menores, como o Partido Constitucional Renovador, Partido Socialista do Peru, Partido Democrata, Partido Comunista Peruano, Bloco Antifascista e o Partido União Democrática de Trabalhadores do Peru. Nesta passeata, ocorrida em sete de dezembro de 1945, morreriam um ativista aprista e um policial, tal o tumulto desencadeado pelo encontro dos grupos inimigos. Segundo o *La Prensa*, a passeata teria reunido quarenta mil pessoas.⁴³³

Aprismo e antiaprismo se perfilaram, portanto, em posicionamentos radicais iniciados e incentivados pelas páginas de seus órgãos de imprensa. O fato é que a polêmica ultrapassou de tal forma as páginas dos periódicos que ganhou as ruas e influenciou decisivamente na atitude do governo, que deveria obrigatoriamente manifestar-se pelo veto ou aprovação. A posição assumida pelo presidente Bustamante y Rivero era de que existiam dispositivos no projeto de lei que implicavam uma censura prévia, decidindo suprimir o artigo primeiro e tornando o artigo segundo facultativo e de periodicidade anual; “La modificación se hizo, en vista de mi determinación, el último día para plantear el veto; si bien no logró evitarse ya la conmoción que en el ambiente público y periodístico había provocado la perspectiva de un estatuto de ‘prensa dirigido’”.⁴³⁴

Os tumultos em torno do novo estatuto de imprensa provocaram uma crise governamental, mais precisamente legislativa, de dimensões maiores do que se poderia prever. Convocado pela Câmara de Deputados e respondendo às interpelações sobre os

⁴³¹ *El Comercio*, 28/11/1945 apud GARGUREVICH REGAL, Juan (1988, p. 34).

⁴³² *La Tribuna*, nº 64, 30/11/1945, p. 1, e nº 65, 01/12/1945, p. 1.

⁴³³ *La Prensa*, 08/12/1945, p. 6 apud SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p 201-207).

⁴³⁴ BUSTAMANTE Y RIVERO, José Luís (1949, p. 46).

distúrbios de rua ocorridos, cuja responsabilidade era atribuída pelos grandes diários ao aprismo, o Ministro de Governo, membro da FDN, Rafael Belaunde, pronunciou candente discurso no qual renunciava ao Gabinete que presidia. Mesmo não sendo aprista, Belaunde entendia que o Partido do Povo não deveria ser combatido através do acirramento de ânimos nas ruas, ocorrências que implicavam, tanto no caso de manifestações apristas como antiapristas, sabotagens mútuas, que em nada contribuíam para resolução dos problemas nacionais. Percebia que o parlamento estava desprezado por alguns setores minoritários da sociedade em razão do aprismo ser a maioria. A decisiva contribuição dos periódicos no acirramento dos ânimos fez parte do conjunto de constatações percebidas e denunciadas pelo Ministro: “[...] Hemos vivido cinco meses de sobresaltos imaginarios creados nada más que con el deseo de lastimar al Gobierno. Esos imaginarios atracos, esos imaginarios secuestros que han sido motivo de tantas inquietudes y de artículos editoriales [...]”.⁴³⁵ E em outro trecho do discurso, voltou a denunciar a contribuição do jornalismo, sobretudo o oligárquico, na deflagração daquela crise:

Por eso, señores, voy a hacer una invocación al País para que se dé cuenta de que está volviendo las espaldas a los que defienden los intereses y la vida de los peruanos, para que cierre oídos a la campaña de difamación hecha en provecho propio por los que buscan su interés.⁴³⁶

Os efeitos desta querela se desdobrariam pelos meses seguintes. A lei continuaria a ser argumentada como um símbolo de vitória por ambos jornais, *El Comercio* e *La Tribuna*. Na prática ficou evidente a impossibilidade do aprismo colocar qualquer óbice legal que limitasse a capacidade que os grandes diários oligárquicos possuíam, de influenciar na formação da opinião pública mesmo que tais óbices fossem evidentemente sutis e adotados em diversos países como norma. Ficou claro, também, o poder que os dois grandes diários oligárquicos tinham de pressionar por seus interesses de maneira objetiva e vitoriosa, arrancando do governo o veto e a alteração do texto da lei de acordo com suas conveniências, mesmo que não retribuísse a esse mesmo governo qualquer alento, qualquer elogio ou incentivo naqueles meses transcorridos desde a posse, ocorrida cinco meses antes.

El Comercio, em tom triunfal, reforçou seu título de defensor da liberdade de imprensa e da democracia:

⁴³⁵ Transcrição do discurso do Ministro de Governo Rafael Belaunde extraído de *La Crónica*, 13/12/1945, p. 4-14 apud cfe. SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p. 208-209).

⁴³⁶ *Ibidem*, p. 209.

El Comercio, en todos los tiempos há dado pruebas de su amor a la libertad y a la democracia. Y emplazamos a los detractores de nuestro diário a que reproduzcan algún artículo, aparecido en las columnas oficiales del periódico, que contradiga esta afirmación. Estamos con la democracia, contra la demagogia; contra el internacionalismo; y con la evolución política, económica y social que constituye el progreso, contra la revolución social que destruye y anarquiza a la nacionalidad.⁴³⁷

O dia 7 de dezembro de 1945 foi consagrado pelo decano como o dia da liberdade de imprensa, data da passeata que precipitou a decisão de veto do presidente Bustamante. Esta relembração constante ganhou o apoio da Associação Nacional dos Jornalistas e setores nas Universidades de São Marcos e PUC de Lima, na manifestação de comemoração pela data: “7 de Diciembre, Dia de la Libertad de Prensa”⁴³⁸, “El Movimiento Independiente Universitario y el 7 de Diciembre”.⁴³⁹ A peroração do decano repetir-se-ia no ano seguinte, didaticamente afirmando a importância da manutenção da liberdade de imprensa: “no es posible atropellar las libertades públicas y privadas, ni destruir las instituciones tutelares y el sistema democrático de la República mientras exista una libertad de prensa irrestrita”.⁴⁴⁰

Ao *La Tribuna* restou protestar, dando exemplos de adoção de legislação de imprensa mais avançadas e adotadas por países estrangeiros, estampando manchetes esclarecedoras do que se passava, por exemplo, na imprensa britânica, sempre escolhida como referencial: “Investigan Las Finanzas y la Moral de los Diários Ingleses”⁴⁴¹; “La Prensa Inglesa Apoya la Idea de Investigar el Mecanismo Económico de los Periódicos Británicos”.⁴⁴² Declarações do presidente chileno foram citadas como ejemplo e reproduzidas pelo jornal aprista: “Me Parece Indispensable que los Diarios Declaren Sobre el Origen de sus Capitales; No debe Haber en el Periodismo Capitales que no Sean Nacionales”.⁴⁴³ No IV Congresso Panamericano de Imprensa de Bogotá, em novembro de 1946, o delegado representante de *La Tribuna* desmentiria o delegado representante de *La Prensa*, afirmando haver liberdade de imprensa no Peru até em excesso, mesmo que o representante do jornal oligárquico ainda quisesse apontar possíveis obstáculos a ela.⁴⁴⁴ O *La Tribuna* interpretaria o incidente em uma linguagem que beiraria a escatologia: “Vivimos una etapa de democracia. Hay libertades hasta

⁴³⁷ *El Comercio*, 14/12/1945 apud GARGUREVICH REGAL, Juan (1988, p.34).

⁴³⁸ *Idem*, nº 56079, 07/12/1946, p. 3.

⁴³⁹ *Idem*, , nº 56079, 07/12/1946, p. 7.

⁴⁴⁰ *Idem*, nº 56737, 07/12/1947, p. 2.

⁴⁴¹ *La Tribuna*, nº 400, 01/11/1946, p. 3.

⁴⁴² *Idem*, nº 402, 03/11/1946, p. 3.

⁴⁴³ Declarações do presidente chileno Gabriel Gonzáles Videla à United Press reproduzidas por *La Tribuna*, nº 614, 05/06/1947, p. 1.

⁴⁴⁴ *La Tribuna*, nº 425, 26/11/1946, p. 1.

para el abuso. La prensa venal abre diariamente sus cloacas para infectar el ambiente”.⁴⁴⁵ Qual um soldado ferido pelas batalhas da clandestinidade, o jornal aprista contestaria *El Comercio* sobre quem efetivamente deveria ser reconhecido como defensor da liberdade de imprensa:

Nadie con menores títulos que ‘El Comercio’ para salir en defensa de esa libertad, en cuyo servicio ‘La Tribuna’ puede lucir la gloriosa trayectoria de sus diez años de publicación clandestina, de sus prentas arrasadas y de sus hombres muertos en defensa del principio sagrado de la libertad de prensa.⁴⁴⁶

O veto presidencial derrotou a estratégia aprista. E o aprismo se convenceu mais ainda de sua necessidade de controlar melhor o Legislativo para fazer aprovar projetos de seu interesse.

Durante o ano de 1946, portanto, os desdobramentos desta derrota na questão da nova lei de imprensa levaram o Partido do Povo a querer aumentar o Poder Legislativo em relação ao Executivo, através de dispositivos legais a serem aprovados no Congresso Nacional.

A tese do controle do Poder Legislativo pelo aprismo, desenvolvida por *El Comercio* e *La Prensa*, se justificaria a cada nova iniciativa aprista nos meses seguintes. Em 1946, por exemplo, os apristas tentaram fazer passar um projeto de reforma constitucional que acabava com o direito de veto do Poder Executivo, sempre que uma proposição tivesse a aprovação da maioria do Congresso Nacional. Desta forma, a partir de sua maioria parlamentar simples, o aprismo poderia anular o único obstáculo a sua preponderância nos destinos governamentais. Literalmente abria a possibilidade de governar através do parlamento.

No momento em que o APRA fez tramitar este projeto de reforma constitucional, em setembro de 1946, *El Comercio* começou uma campanha de esclarecimento nacional sobre o problema jurídico institucional que a possível aprovação poderia causar, mobilizando a opinião pública, a oposição parlamentar e o Poder Executivo contra a proposta. O decano esclarecia que “el derecho de veto [...] há probado varias veces su eficacia como al detener en diciembre último la llamada ley de la mordaza, que el aprismo había conseguido aprobar en las Cámaras”.⁴⁴⁷

A repercussão da campanha envolveu outros veículos, como atestou *El Deber*, de Arequipa, que não titubeou em publicar uma manchete em seu editorial como se fosse a

⁴⁴⁵ *La Tribuna*, nº 426, 27/11/1946, p. 1.

⁴⁴⁶ *Idem*, nº 964, 22/05/1948, p. 4.

⁴⁴⁷ *El Comercio*, nº 55928, 15/09/1946, p. 2.

expressão da opinião nacional, “Una Reforma Constitucional Repudiada por la Opinión Pública”.⁴⁴⁸ Em Trujillo, o *La Nación* cumpriu o mesmo dever de alerta nacional, “Se há hecho consciencia en la opinión pública la necesidad del veto presidencial”.⁴⁴⁹ O decano, entre outros expedientes, recorreu ao historiador Jorge Basadre, parlamentar da oposição naquela época, publicando um extenso artigo condenatório à medida.⁴⁵⁰ O objetivo do decano, entre outros, era provar a credibilidade que possuía em criticar o projeto aprista.

Baseando-se em pareceres do Poder Judiciário e do Colégio de Advogados de Lima, além de ser sustentado pela campanha jornalística que se avolumava e ganhava repercussão, o presidente Bustamante contra-atacou, enviando um outro projeto de reforma constitucional, aumentando o prazo de observações legais para emissão de vetos e prevendo a necessidade de dois terços de aprovação em cada câmara, em separado, para aprovação de leis. Ao mesmo tempo, tornou caduca a VI Disposição Transitória da Constituição, que acarretou a imposição imediata da aplicação desta fórmula, inclusive para a tramitação do projeto de reforma recém proposto pelo aprismo. A partir deste artifício, a própria lei teve de ser votada obedecendo à fórmula de dois terços em separado e não de dois terços simples, conseguindo impedir uma possível vitória do APRA. A solução fez cair por terra a pretensão aprista de controle do Legislativo. Comemorando aquele momento, o decano regozijou-se, expressando sua capacidade de influenciar a opinião pública nacional: “Así lo expresaron a su vez, con reveladora unanimidad, los más importantes órganos de prensa del país [...] há tenido una fuerza decisiva en este caso el hermoso movimiento de opinión que se produjo, desde el primer instante en todas las regiones del país.”⁴⁵¹

O aprismo não deixara de querer controlar o governo a partir do Legislativo. A derrota na questão da imprensa, todavia, determinou uma ofensiva legal que redundou num crescente desgaste entre a maioria parlamentar e o presidente. A polêmica foi incentivada, como se comprova neste estudo, pelos jornais das correntes políticas mais influentes e, ao mesmo tempo beligerantes. Da luta estabelecida no âmbito da imprensa à luta estabelecida no âmbito parlamentar, constatamos os mútuos condicionamentos.

⁴⁴⁸ Editorial de *El Deber* publicado por *El Comercio*, nº 55939, 24/09/1946, p. 5.

⁴⁴⁹ Editorial de *La Nación* publicado por *El Comercio*, nº 55958, 02/10/1946, p. 3.

⁴⁵⁰ Conforme publicação do artigo de Jorge Basadre *Em Torno al Veto Presidencial*, publicado por *El Comercio*, nº 55945, 25/09/1946, p 3-4.

⁴⁵¹ *El Comercio*, nº 56052, 22/11/1946, p. 2.

2.4.2 A imprensa como espaço estratégico percebido pelos agentes políticos: a questão da circulação e distribuição dos diários

A questão da circulação e distribuição dos periódicos impressos no Peru, também se tornou uma batalha estratégica no âmbito político e ideológico. Esta questão envolveu, entretanto, um problema social relevante. Aproveitando a tramitação no Congresso da nova lei de imprensa, o aprismo inseriu a discussão de uma lei de proteção ao vendedor de jornais, tarefa exercida em grande parte por crianças menores de idade e mesmo por mulheres. No Peru, como na maior parte do mundo, ocorria o mesmo fenômeno originado na imprensa norte-americana, quando a maior parte das vendas dos jornais era exercida nas ruas, graças à diminuição do preço unitário dos periódicos populares, fenômeno conhecido como *'penny press'*. Os jornais eram entregues, em sua maior parte, para que meninos, os *'newboys'*, difundissem e vendessem ao público.⁴⁵²

Novamente foi o congressista Manuel Seoane que propôs a *'Ley de Protección a los Expendedores de Diários, Revistas, y Números de Lotería en la República'*, que seria conhecida como *'Ley de Seguridad Social del Canillita'*. *Canillita* era uma expressão platina adotada no Peru desde o início do século XX para descrever os meninos que vendiam jornais nas ruas das grandes cidades, especialmente nas mais populosas, como Lima, Trujillo, Arequipa e Cuzco. Não por acaso a expressão se consagrou no momento em que a venda por assinaturas foi superada pela venda direta ao público.⁴⁵³ Segundo a lei proposta, dois por cento do faturamento obtido pelos jornais através da publicação de avisos deveria ser destinado a um fundo mútuo de proteção e assistência social.⁴⁵⁴ Incluía também a obrigatoriedade de haver um sindicato de vendedores para regulamentar a distribuição das publicações. Segundo os números fornecidos por *La Tribuna*, o aporte de recursos que deveria ser repassado por *El Comercio* poderia atingir o montante de dez mil sóis mensais ou cerca de mil e quinhentos dólares ao câmbio oficial da época. A *La Prensa* caberia o montante de quatro mil sóis ou aproximadamente seiscentos dólares.⁴⁵⁵

A lei começou a ser debatida no Congresso e logo os grandes diários, já experimentados pela polêmica em torno da nova lei de imprensa, identificaram possibilidades

⁴⁵² GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p. 164).

⁴⁵³ Idem, p. 64.

⁴⁵⁴ Idem, p. 165.

⁴⁵⁵ Cfe. *La Tribuna*, nº 58, 25/11/1945, p. 5.

de controle na distribuição e venda que lhes pudessem prejudicar. A contrariedade dos jornais oligárquicos a respeito da lei foi interpretada pelo aprismo como incapacidade de promoção de justiça social e contínua manutenção da exploração de mão-de-obra infantil e feminina. Enquanto a lei tramitava lentamente no Congresso, *La Tribuna* procurou exercer seu poder de pressão sobre a opinião pública. Em fotos publicadas na edição número cento e oitenta e oito, de dois de abril de 1946, expôs a diferença com que eram tratados os meninos vendedores de *El Comercio* e *La Prensa* em comparação com os de *La Tribuna*, mostrando a capacidade do jornal aprista em promover a assistência ao “*canillita*”. Complementando o contraste das fotos, o jornal inseriu o seguinte comentário: “Urge la Aprobación de la Ley del Canillita. Se Trata de Defender con ella a la Infancia Peruana”.⁴⁵⁶

El Comercio, por seu turno, interpretou a questão de forma bem diferente:

Silenciar la prensa libre há sido proposta tenazmente perseguida por el APRA. Fue con ese fin que presentó en el Congreso el Proyecto de Ley de Imprenta [...] y fue, asimismo, con este objeto que, bajo el hipócrita pretexto de mejorar la condición de los vendedores de periódicos, pretendió el sojugamiento de las Empresas Editoras por medio de un sindicato creado ‘ad hoc’, con tal finalidad.⁴⁵⁷

A liberdade de imprensa foi, novamente, revivida pela pauta editorial do decano, como se estivesse sendo ameaçada pela organização sindical em torno da distribuição e venda dos jornais. A capacidade de mobilização sindical do aprismo era temida. A previsão de que um sindicato do setor pudesse ser estrategicamente utilizado para dar preferências na distribuição e venda dos periódicos constituiu-se no cerne da contrariedade do jornalismo oligárquico. Apesar dos protestos, o projeto foi aprovado no Senado no final de 1945, tramitando na Câmara até setembro de 1946, quando foi novamente aprovado. A inconformidade do decano com o resultado das votações foi demonstrado através de denúncia editorial sobre a intenção embutida no projeto aprista. De fato, a transcrição abaixo de alguns trechos do projeto aprovado, dá margem a interpretações dúbias:

Un nuevo atropello a la libertad de prensa se há consumado ayer en la Cámara de Diputados [...] Con la ley a que se há dado el falso nombre de ‘Asistencia Social’ se maquina tener intervención en la circulación de los diarios [...] se obliga a los expendedores de diarios a constituir un sindicato único y obligatorio [...] con propósitos políticos [...] que tales expendedores gozarán las ventajas del Seguro Social [...] cuando todos saben muy bien que entre las Empresas Periodísticas y los llamados ‘canillitas’ no hay ningún contrato de trabajo, y que son personas que acuden espontáneamente [...] las Juntas Locales de asistencia dictarán ‘las medidas

⁴⁵⁶ *La Tribuna*, nº 188, 02/04/1946, p. 8-9.

⁴⁵⁷ *El Comercio*, nº 55653, 14/04/1946, p. 2.

conducientes a la centralización u tecnificación de los métodos de venta de las publicaciones periódicas y loterías.’ Así con deliberada ambigüedad, se pretende tener una capciosa y nociva intervención en la circulación de los diarios [...] Qué significa, sobre todo, ‘tecnificar’ la venta?⁴⁵⁸

Demonstrando seu poder de influência no meio jornalístico nacional e internacional, a repercussão da opinião do decano ganhou as páginas de diversos jornais do país e mesmo do exterior, como o *La Prensa* de Buenos Aires.⁴⁵⁹ Durante todo o mês de setembro daquele ano (1946), *El Comercio* reproduziu declarações de diversas publicações: “Ataque a La Libertad de Prensa”⁴⁶⁰ (*Noticias*, de Arequipa); “La Unión Condena la Nueva Ley Contra la Libertad de Prensa”⁴⁶¹ (*La Unión*, de Pacasmayo); “La Industria de Trujillo condena la Reciente Ley Contra la Libertad de Prensa”⁴⁶² (*La Industria*, de Trujillo); “Nuevo Atentado Contra La Libertad de Prensa”⁴⁶³ (*La Nación*, de Trujillo). A *Sociedad Unión de Vendedores de Periódicos*, organismo fundado em 1922, reconhecido desde então como o representante dos principais revendedores, protestou formalmente ante o governo, pedindo a não observância da lei, cujo conteúdo poderia acabar com sua finalidade se houvesse constituição de um outro organismo controlado pelo sindicalismo aprista.⁴⁶⁴

Como resultado de tamanha repercussão, o presidente Bustamante apresentou projeto substitutivo que se transformou na promulgação da lei 10674 ou *Ley de Seguridad Social del Canillita*: “La disposición nunca fué cumplida cabalmente por los propietarios de las publicaciones.”⁴⁶⁵, mesmo que houvesse uma cobrança regular do *La Tribuna* para que a lei fosse cumprida: “Promulgada em Octubre de 1946 la Ley del Canillita no Está en Vigor”.⁴⁶⁶

Novamente a pressão exercida pelos grandes diários teve êxito na tentativa de refrear o controle que o aprismo tencionou exercer. Ainda que a análise dos textos das medidas propostas, tanto no caso do novo estatuto de imprensa quanto na lei de assistência ao vendedor de jornais, demonstrassem que os mecanismos destes controles fossem baseados em interpretações sutis, não foi assim que o poder oligárquico interpretou os projetos, estabelecendo o nexos entre o objetivo político aprista e a questão da liberdade de imprensa. O texto da nova lei de imprensa esteve mais sujeito a sutilezas. O caso específico da lei do

⁴⁵⁸ *El Comercio*, nº 55907, 04/09/1946, p. 2.

⁴⁵⁹ *Idem*, nº 55933, 18/09/1946, p. 3.

⁴⁶⁰ *Ibidem*.

⁴⁶¹ *Idem*, nº 55935, 19/09/1946, p. 15.

⁴⁶² *Idem*, nº 55947, 26/09/1946, p. 4.

⁴⁶³ *Idem*, nº 55953, 22/09/1946, p. 3.

⁴⁶⁴ *Idem*, nº 55960, 03/10/1946, p. 3.

⁴⁶⁵ Cfe. GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p. 165).

⁴⁶⁶ *La Tribuna*, nº 795, 03/12/1947, p. 7.

canillita envolveu a questão sindical, onde a contrariedade aos interesses jornalísticos dos grandes periódicos mostrou-se mais concreta.

O terror de *El Comercio* ante qualquer possibilidade de sindicalização, seja de seus jornalistas seja de seus vendedores era o maior obstáculo à concordância de seus proprietários com as medidas de proteção social e trabalhistas. Daí o protesto inflamado de *La Tribuna*, denunciando o comportamento patrimonial do decano e sua indiferença à questão social, que era contemplada pela lei do *canillita*, além da crítica ao caráter de defensor da liberdade de imprensa assumido por *El Comercio* tido como falso:

La Libertad de Mentir [...] el Decano se encrespa ante la ley del canillita. [...] los órganos reaccionarios se opusieron con denodado empeño a la ley. Les tocaba en la Caja, que es como decir que les hería en el alma. Con esta deliciosa amnesia que acaso sea atributo de su vida centenaria 'El Comercio' afirma su independencia de todos los gobiernos. Este diario (o "La Tribuna") fué clausurado el 15 de febrero de 1932 por una tiranía apadriñada en La Rifa, y esa clausura tuvo el aplauso editorial del Decano [...].⁴⁶⁷

El Comercio' cree [...] que con amar, como ama, la libertad de prensa, ya tiene expedita la inmunidad para hacer y deshacer con los periodistas y canillitas, lo que le da la gana [...] basta ser dueño de un diario para que la legislación social a favor de los trabajadores no les toque ni les llegue. Los canillitas, por serio, deben vivir como quiere que vivan 'El Comercio'. Conquistas sociales para todos [...] menos para los canillitas, gráficos y periodistas. Por qué? Por amor -Ay! - a la libertad.⁴⁶⁸

2.4.3 Instabilidades combinadas: escassez, carestia, inflação, moeda e mercado negro

A constituição do novo gabinete ministerial do governo da FDN, em janeiro de 1946, abriu uma perspectiva de maior sintonia entre o Executivo e o Legislativo, possibilitando superar algumas tensões verificadas no ano anterior. Contribuiu também para o aumento da responsabilidade do aprismo, que, finalmente, ocupou postos ministeriais estratégicos no governo ao mesmo tempo em que propiciou a execução de medidas coerentes com o programa do partido.

As dificuldades oriundas de uma conjuntura de queda no preço dos produtos de exportação, aumento no custo das importações e aumento dos gastos públicos nos meses seguintes, entretanto, dificultariam gradualmente o desempenho econômico nacional e a execução do programa idealizado pelo aprismo.

⁴⁶⁷ *La Tribuna*, nº 428, 29/11/1946, p. 5.

⁴⁶⁸ *Ibidem*.

Estas dificuldades testariam a estabilidade do regime e sua capacidade de equacioná-los, forçando um difícil equilíbrio entre os interesses ligados à política econômica e social do aprismo, que aumentava os investimentos públicos, com os interesses da ortodoxia econômica preconizados pela oligarquia agro-mineira exportadora, que pretendia limitá-los. Entre outros problemas, as dificuldades no abastecimento de alimentos, alta de preços internos, inflação e problemas cambiais, combinaram-se gradualmente no triênio 1945-1948.

Fenômeno comum a quase todos os países do mundo após a Segunda Grande Guerra, a crise de produção e abastecimento de alimentos foi fortemente sentida no Peru. A escassez provocou especulação no comércio de víveres, surgimento de mercado negro, aumento vertiginoso nos preços e, por consequência, pressão inflacionária. O governo da FDN não ficou indiferente aos efeitos causados por estes problemas. Teria de lidar, no entanto, com uma cobertura jornalística, cuja veiculação diária destes mesmos problemas, chegaria a despertar suspeitas de fazer parte de uma campanha de desestabilização do regime.

Diferenciar, neste estudo, o que poderia ser uma mera tarefa informativa de uma tentativa de utilização política da crise não constituiu uma tarefa simples. Coube então observar a forma como os agentes envolvidos perceberam os problemas, com que frequência trataram os assuntos e que opiniões publicaram a respeito.

Seguindo esta linha de raciocínio, podemos afirmar que, no que diz respeito a *El Comercio*, a crise teve uma cobertura regular e suficientemente numerosa para provocar a denúncia por parte de seu adversário, o *La Tribuna*. As suspeitas passaram a ser certezas.

A questão do abastecimento, controle de preços e produção de alimentos tornou-se uma evidência de politização, principalmente a partir do início da gestão do ministro aprista Luís Rose Ugarte na pasta da Agricultura. Coincidiu com a publicação mais regular de *El Comercio*, sobretudo em relação à questão do desabastecimento, assunto que mereceu frequência quase que diária. O decano cobriu o alcance da crise ao divulgar textos produzidos por seus correspondentes em todo o Peru, além de informações prestadas por outros jornais em todo o país. “Por los datos transmitidos por nuestros corresponsales en Trujillo y Cajamarca se puede apreciar que el actual sistema de abastecimento de víveres en el territorio nacional acusa notorias deficiencias”.⁴⁶⁹ Em Lima a crise ganhou contornos mais trágicos, sobretudo pela concentração populacional, merecendo uma série de reportagens com inúmeras fotografias, para provar as dificuldades da população, que esperava em filas para aquisição de

⁴⁶⁹ *El Comercio*, n° 55557, 19/02/1946, p. 2.

alimentos.⁴⁷⁰ Manchetes alarmantes frequentaram, então, as páginas do decano: “*Alarma de las Amas de Casa: No Hay Carne ni Pescado y faltan muchos artículos de Primera Necesidad*”.⁴⁷¹

O jornal aprista, que já denunciava em 1945 a incapacidade do decano de realizar qualquer comentário auspicioso a respeito do governo da FDN, passou a contestar estas reportagens e mesmo a validade e autenticidade das fotografias, alegando tratar-se de uma campanha contra o regime recentemente instalado.

[...] en las ediciones matutinas del decano, vemos numerosas fotografías con titulares alarmantes, en las que se ven colas de personas que van adquirir provisiones diárias, fotografías tomadas en distintas épocas, quizás en el período de 1939 al 28 de Julio de 1945. Nos informa de la terrible crisis. Y no nos dice que eso es el resultado de la imprevisión y la impudicia de gobiernos que merecieran el aplauso ó el silencio del decano, pero de los que siempre sacó ventajas para sus intereses oligárquicos.⁴⁷²

A tensão em torno destes problemas se traduziu em distúrbios de rua e ataques entre manifestantes críticos ao problema das subsistências e o aprismo, defensor entusiasta da gestão governamental. Com atos e palavras as agressões atingiram seu mais emblemático episódio quando da realização de uma passeata de mulheres em favor da baixa dos preços nos gêneros de primeira necessidade. A Frente de Nacional de Mulheres, reunida no centro de Lima foi atacada por manifestantes apristas. O desenrolar dos distúrbios redundaram no assalto ao diário *La Prensa* e na destruição do maquinário da empresa *La Coteria*, onde eram impressos regularmente diversos jornais, dentre os quais os anti-apristas *Cascabel*, *El Heraldo* e *Hoguera*. As fotos publicadas em *El Comercio*, mostraram o maquinário destruído e as paredes do recinto do estabelecimento atingido, onde se viam escritas as siglas APRA e JAP (Juventude Aprista Peruana).⁴⁷³

A condenação do episódio por parte de *El Comercio* e *La Prensa* foi acompanhada pela Associação Nacional dos Jornalistas, reforçando novamente a polêmica em torno da liberdade de imprensa, invocada como repúdio ao comprovado radicalismo aprista. A questão do abastecimento e preços, portanto, acabou envolvendo a imprensa nacional.

La Tribuna contra-atacou, revelando que a passeata fora causada pela frequente cobertura dos grandes diários oligárquicos sobre o assunto, sendo produto de uma campanha

⁴⁷⁰ Conforme série de nove fotografias mostrando as filas em Lima publicadas em *El Comercio*, nº 55629, 01/04/1946, p. 3.

⁴⁷¹ *El Comercio*, nº 55620, 27/03/1946, p. 3.

⁴⁷² *La Tribuna*, nº 200, 15/04/1946, p. 7.

⁴⁷³ *El Comercio*, nº 55653, 14/04/1946, p 2-3.

antiaprista e, por consequência, antigovernamental. Multiplicaram-se, então, manchetes apelativas, como, por exemplo, “La Prensa Reaccionaria y el Problema de las Subsistencias”.⁴⁷⁴ A acusação do jornal aprista sobre a responsabilidade que a oligarquia tinha na busca pela desestabilização do regime continuou sendo expressa em chamadas contundentes, como forma de responder a regular cobertura de seus inimigos jornalísticos: “En Copenhague se reunieron los delegados de 47 naciones para estructurar un plan de lucha contra el hambre en el mundo. En Lima, 47 oligarcas se citan todos los días – o todas las noches – para reajustar el plan de sabotaje económico al régimen”.⁴⁷⁵

A conjuntura internacional tornou-se a principal justificativa aprista para aquela situação: “[...] y así la ratifica el testimonio de todos los visitantes de otros países que observan nuestra realidad, que en el Perú se realizan los máximos esfuerzos para encarar el problema y los abastecimientos, que es de los menos tensos entre todos los países del mundo.”⁴⁷⁶

A crítica cáustica à oligarquia ganhava, então, contornos de lição política fornecida pela conjuntura internacional:

En Inglaterra, nación vencedora de esta guerra gigantesca, no hay casi que comer [...] Pero nadie se queja. Nadie protesta. Nadie hace política con el problema de la alimentación. [...] Los laboristas prometieron hacer todo lo posible para acabar con el racionamiento cuando se lanzaron a la lucha electoral contra los conservadores. El pueblo británico votó por los laboristas [...] Pero los laboristas hallaron tremendas dificultades [...] Pero el pueblo británico comprendió. Los conservadores, hidalgamente, no acusaron a los laboristas de no cumplir su difícil promesa. Antes bien fueron los propios derechistas los que dijeron al pueblo inglés: ‘No hagamos política con los problemas de las subsistencias que son mundiales’. Y vino otra prueba: Los laboristas fueron a las elecciones municipales [...] el electorado inglés votó abrumadoramente por los izquierdistas.⁴⁷⁷

Chama a atenção que a conjuntura mundial, pertinente a esta questão, não era alheia nem mesmo para *El Comercio*, que muitas vezes publicou artigos do correspondente da *Associated Press*, DeWitt Mackenzie, sobre os problemas vinculados às subsistências: “La actual escasez de alimentos es un problema de carácter universal”.⁴⁷⁸ Também sobre a alta de preços decorrente da existência de mercado negro de alimentos, “Un Factor Importante que se olvida al mencionar la escasez de alimentos”.⁴⁷⁹

⁴⁷⁴ *La Tribuna*, nº 200, 15/04/1946, p. 7.

⁴⁷⁵ *Idem*, nº 432, 03/12/1946, p. 5.

⁴⁷⁶ *Idem*, nº 423, 24/11/1946, p. 5.

⁴⁷⁷ *La Tribuna*, nº 315, 07/08/1946, p. 5.

⁴⁷⁸ Artigo de Witt Mackenzie publicado por *El Comercio*, nº 55611, 22/03/1946, p. 2.

⁴⁷⁹ *Idem*, nº 55635, 04/04/1946, p. 2.

Não há dúvidas, portanto, quanto à politização da crise ao analisarmos os relatos acima expostos. Coincidentemente ou não, matérias sobre estes assuntos começaram a desaparecer das páginas do decano, principalmente a partir da reforma ministerial que substituiu os ministros apristas, ocorrida em janeiro de 1947. Os problemas, na verdade, não haviam sido resolvidos. Todavia a frequência da publicação de mensagens alarmantes e de imagens, produzidas por *El Comercio*, diminuiu sintomaticamente.

A mudança no ministério ocorrida em janeiro de 1947 provocou mudanças na administração da crise. Enquanto *El Comercio* silenciou sobre esta temática, *La Tribuna* manifestou o quanto aquela troca da gestão ministerial trouxera prejuízos ao não obedecer a um rígido controle de abastecimento e preços estatal: “completa anarquia en el comercio de artículos alimentícios”⁴⁸⁰; “En Nueve Meses de ‘Comercio Libre’ el Custo de la Vida Subió Más Que en Once Años”⁴⁸¹.

Em 1948 os papéis se inverteram. Enquanto o *La Tribuna* mostrava quanto o desabastecimento estava afetando a população limenha, em consequência, segundo sua ótica, do descontrole do governo (“No sólo hay mercado negro de carne, de arroz, de papas...sino de semillas de papas”)⁴⁸², o decano voltava a se manifestar sobre o assunto, condenando o jornal aprista por publicar a respeito da crise de abastecimento em Lima:

Publica un conjunto de fotografías sobre el funcionamiento del mercado negro en la venta de carnes olvidando que el abastecimiento de carnes en Lima cobre hoy satisfactoriamente todas las demandas [...] el diário aprista procura desacreditar la política del régimen.⁴⁸³

Houve, pois, tanto uma crise, quanto uma ampliação dos seus efeitos, através da animosidade provocada pela forma como foi divulgada. Nada foi mais eloquente do que a grande quantidade de fotos e artigos, publicados por *El Comercio*, expondo, nos primeiros dezesseis meses do governo da FDN, uma preocupação nunca antes tão evidente em relação aos problemas sociais. Esta cobertura evidenciava objetivos políticos ao atribuir tais problemas à administração aprista.

Igualmente eloquente foi a tentativa aprista de ocultar ou minimizar o efeito nacional da crise enquanto esteve no Executivo, atribuindo-a somente a uma conjuntura internacional e, principalmente, a uma campanha jornalística levada a efeito pelos jornais oligárquicos,

⁴⁸⁰ *La Tribuna*, nº 666, 27/07/1947, p. 3.

⁴⁸¹ *Idem*, nº 750, 19/10/1947, p. 7.

⁴⁸² *Idem*, nº 944, 01/05/1948, p. 3.

⁴⁸³ *El Comercio*, nº 56969, 14/04/1948, p 4.

provocando radicalismos como os atentados aos estabelecimentos jornalísticos, em abril de 1946. Isto até 1948, quando passou a condenar o governo Bustamante com contundência cada vez maior, através de textos e fotos sobre a crise.

A utilização política sobre este tipo de problema não se deteve na questão do abastecimento e preços. Outro problema politizado pelas coberturas jornalísticas relacionou-se com a questão cambial.

A disponibilidade limitada de recursos em moeda estrangeira nas mãos dos exportadores, ocorrida graças a uma política de controle cambial, contribuiu decisivamente para o aumento na tensão entre os interesses oligárquicos, o aprismo e o Executivo, alimentando também o debate em torno de questões como inflação, custo de vida e abastecimento. Enquanto o câmbio oficial fixado pelo governo de Manuel Prado em 1942 cotava o dólar a seis sóis e cinquenta centavos, o mercado paralelo de moedas praticava-o a uma cotação de oito sóis.⁴⁸⁴ Ocorreu, então, uma pressão do empresariado exportador pela obtenção das divisas oriundas das suas vendas no mercado internacional em moeda estrangeira, a fim de evitar o problema daquela defasagem. O acesso solicitado às divisas também possibilitava a liberdade de importação de produtos, ou mesmo o depósito destes recursos no exterior. Também possibilitava que a defasagem cambial pudesse ser minimizada ou resolvida através da venda da moeda no mercado paralelo nacional. O problema dizia respeito, principalmente, aos produtores dos itens mais importantes da pauta de exportações peruanas, ou seja, os latifundiários do algodão e do açúcar. O mesmo problema afetava o setor mineiro, sobretudo os extratores de ouro, cuja atividade estava diretamente ligada à questão cambial. Eles formavam uma importante minoria empresarial que também pressionava pela liberdade de comercialização, procurando sair do controle de cotações fixas estabelecidas pelo governo.

Os dois segmentos exportadores podiam, com esta prática, realimentar a inflação e, por consequência, a especulação e o desabastecimento, ao utilizar o mercado paralelo nacional para troca de moedas. Se mantivessem a obediência ao câmbio fixo, no entanto, poderiam sofrer prejuízos diante de circunstâncias adversas nos preços internacionais de seus produtos, bem como pelo aumento dos impostos por parte do governo, o que efetivamente ocorreu entre 1945 e 1948.⁴⁸⁵ Por estas razões, a defesa do câmbio livre e a defesa da

⁴⁸⁴ *La Tribuna*, nº 946, 04/05/1948, p. 3.

⁴⁸⁵ Cfe. PORTOCARRERO, Gonzalo. *De Bustamante a Odría: el fracaso del Frente Democrático Nacional (1945-1950)*. apud KLARÉN, Peter. (2004, p. 362) Segundo Portocarrero, entre 1945 e 1948, os impostos

desvalorização cambial para equiparação do preço da moeda a partir de uma cotação flutuante, permaneceram como principais reivindicações dos setores exportadores. Destacaram-se os editoriais de *La Prensa* e comunicados da Sociedade Nacional Agrária, onde Pedro Beltrán, presente em ambas instituições, preconizou o que Bourricaud conceituaria como *liberalismo criollo*, isto é, preceitos de caráter liberal que incluíam liberdade cambial, corte de gastos públicos, diminuição de impostos e incentivos às exportações.⁴⁸⁶ Todos estes princípios estavam em contraposição aos pressupostos defendidos pelo APRA.

A participação de *El Comercio* neste assunto, incluiu uma certa contradição, pois não apoiava a hipertrofia do poder econômico agro-mineiro exportador naquela época, incentivando, de preferência, o crescimento da indústria nacional. De qualquer forma, tampouco contrariou os interesses dos setores primários da economia, uma vez que sua origem histórica e social estava umbilicalmente ligada a eles, coerente com o corolário civilista clássico de sua ideologia. A contradição desta posição do decano refletia, no entanto, uma contradição de posição da oligarquia no contexto histórico. Os controles sobre as riquezas nacionais e suas vantagens diminuía para a oligarquia, na medida em que avançava a industrialização para o abastecimento interno de massas cada vez mais influentes, e na medida em que caíam os preços das matérias-primas exportáveis no mercado internacional. Ambos fatores, somado ao maior controle por parte do Estado, levaram a oligarquia a uma perda gradual de seus privilégios.⁴⁸⁷ *El Comercio* não deixou, entretanto, de opinar sobre o problema da moeda e das divisas, condenando o governo quando este colocou em prática, em 1946, um controle de câmbios mais rígido, representado pela obrigatoriedade de imobilização dos recursos em moeda estrangeira no Banco Central.

Las disposiciones anteriores han producido un sentimiento de sorpresa y de malestar, sobretudo las relativas a la inmovilización de los depósitos [...] significa una verdadera expropiación de los capitales líquidos que dichos depósitos representan [...] que sus dueños habían considerado conveniente mantener bajo la forma de divisas extranjeras, y que conservan en el país al amparo de las disposiciones vigentes [...].⁴⁸⁸

incidentes sobre a exportação do açúcar subiram de 7,5% a 31,7%, enquanto sobre o algodão subiram de 8,4% a 21,5%.

⁴⁸⁶ BOURRICAUD, François et al. (1989, p 218-225). Conforme também os editoriais de *La Prensa* do nº 21866, 12/07/1948, p. 3 e nº 21906, 21/08/1948, p 3.

⁴⁸⁷ Cfe. BOURRICAUD, François (1969, p. 34).

⁴⁸⁸ *El Comercio*, nº 55813, 13/07/1946, p. 2.

Neste sentido, a posição de *El Comercio* favorecia os grandes produtores agrícolas e mineiros tanto quanto o *La Prensa*. Não defendia o governo, portanto, dos ataques desferidos por estes segmentos empresariais. Ao contrário, desferiu verdadeira campanha alarmante sobre inflação e especulação monetária, principalmente durante todo o tempo em que o aprismo participou do ministério de Bustamante, através do Ministro da Fazenda, Vasquez Dias, e do Ministro de Fomento, César Elias. E omitiu estabelecer a contribuição que a questão cambial tinha naqueles problemas, toda vez que o mercado livre foi praticado.

O protesto do *La Tribuna* não poderia ser mais agressivo ao denunciar este comportamento da imprensa oligárquica: “La diaria defensa que ‘La Prensa’ y ‘El Comercio’ hacen de los especuladores, barones azucareros y delincuentes de alto rango es el peor de los ejemplos [...]”.⁴⁸⁹

A saída dos ministros apristas representou uma relativa mudança no trato governamental com a questão das divisas. O Ministro da Fazenda, Luís Echeopar, permitiu aos produtores de ouro, a partir do primeiro trimestre de 1947, a obtenção de divisas, através da liquidação imediata de seus certificados, situação que lhes possibilitou especular no mercado. As consequências se fizeram notáveis, pois enquanto a onça-ouro era cotada a duzentos e vinte e sete sóis durante o ano de 1946, chegou a ser comercializada a oitocentos sóis em 1947, graças ao que *La Tribuna* denunciava como sendo um “*Privilegio Antinacional de los Ojeros*”.⁴⁹⁰

A claudicação governamental quanto à questão cambial justificou as críticas desferidas pelo aprismo através de *La Tribuna*, onde se demonstraram as oscilações que a moeda nacional sofreu, segundo as conveniências ditadas pela oligarquia, em contraste com a política de controle sobre divisas, preconizada por seu ministro aprista no passado recente:

No Hay Que Jugar Con el Dólar – ‘La Prensa’, órgano de los barones del algodón y del azúcar, interesados en provocar la caída del sol, publicó anteayer, gozosamente, la noticia de haberse ‘fijado en diez soles’ el valor oficial del dólar en el mercado libre. [...]. Pedro Beltrán [...] no oculta su alegría frente a cualquier síntoma de una enfermedad o caída del sol, que está tan interesada en provocar [...] Vásquez Días lo había dejado a ocho en relación al dólar, y el doctor Echeopar lo derrumbó a casi veinte soles por dólar, en menos de un año.⁴⁹¹

Talvez o artigo que melhor refletiu a oposição entre o aprismo e a oligarquia sobre este assunto tenha sido o diagnóstico efetuado pelo primeiro sobre as condições subjacentes à

⁴⁸⁹ *La Tribuna*, nº 948, 06/05/1948, p. 3.

⁴⁹⁰ *Idem*, nº 954, 12/05/1948, p. 3.

⁴⁹¹ *La Tribuna*, nº 813, 21/12/1947, p. 4.

questão cambial, onde se destacaria o comportamento da imprensa oligárquica e as consequências econômico-sociais da imposição de seus interesses. A crítica aos pressupostos do *liberalismo criollo* foi apresentada pelo jornal aprista como responsável pela imposição dos interesses do latifúndio em relação aos outros setores da economia e em relação à mão-de-obra:

Azúcar Caro e Cholo Barato – Frente a la agresiva campana de los oligarcas, para desviar las verdaderas causas de la inflación hacia lo que llaman la ‘inflación del Presupuesto’ conviene un razonado análisis que ilustra la opinión pública [...] El dólar, por las medidas que impuso el ex-Ministro de la Hacienda Vásquez Días, se estabilizó en 8 soles en el ‘mercado libre’. [...] La libertad de importación con divisas propias, equivalente a patente de curso para la Bolsa Negra [...] determinaron el cambio de 20 soles por dólar, [...] contribuyó al enriquecimiento de unos cuantos [...] y al empobrecimiento de las clases necesitadas [...] mientras la prensa oligárquica atribuía [...] a lo que llama inflación del Presupuesto General de la República, ‘LA TRIBUNA’ consideró [...] la irrestricta libertad de las importaciones y el consecuente funcionamiento del Mercado Negro de dólares [...] No obstante el error de esa prensa, no debemos verlo a través de una sincera aportación de causas. Lo que ella quería [...] es que se recorte el presupuesto [...] para que no se ejecute obras públicas, con lo cuál sobrarían brazos en el mercado [...] para que se disminuya los impuestos, con lo cuál los productores, con salarios de sus obreros bajos, multiplicarían sus utilidades [...] han llegado ya a sostener la necesidad de elevar el precio del azúcar en el mercado interno [...].⁴⁹²

A hipertrofia da especulação atingiria níveis alarmantes no primeiro semestre de 1948. Mesmo *El Comercio* passou a defender um maior controle sobre o câmbio, a manutenção do valor da moeda nacional e o consequente combate ao mercado negro, que tantos transtornos causava.

A pressão das empresas exportadoras pela obtenção de divisas era tamanha nesta época, que a determinação governamental de depositar no Banco Central o valor das vendas de suas matérias-primas no mercado externo em moeda estrangeira foi descumprida durante os meses de abril e maio de 1948, levando empresas como a Gildemeister, por exemplo, a uma nítida demonstração de afronta ao Executivo. Não por acaso, a Gildemeister era possuidora de ações do jornal *La Prensa*, de Pedro Beltrán, sendo co-proprietária deste periódico.⁴⁹³ *La Prensa* efetivamente defendeu a implantação de medidas de caráter liberal mesmo nos períodos de maior crise cambial e de abastecimento de 1948. Pedro Beltrán, formado na *London School of Economics*, era o responsável direto pelos editoriais, onde a

⁴⁹² *La Tribuna*, n° 745, 14/10/1947, p. 4.

⁴⁹³ KLARÉN, Peter (2004. p. 363).

intransigente defesa dos interesses dos agro-exportadores se combinava com a mais monetarista das receitas para a solução destas crises.⁴⁹⁴

A evidência da fraqueza governamental tornou-se clara em setembro de 1948, quando o Ministério da Fazenda liberou o acesso direto a mais de um terço do valor das divisas, merecendo uma peroração crítica do *La Tribuna* sobre os efeitos negativos da medida, “el ‘libre uso’ del 35% de la moneda extranjera que reciben alimentará el mercado negro, con detrimento de las verdaderas necesidades de la industria nacional [...] hay que limitar la siembra de productos de exportación. Primero comer, después exportar”.⁴⁹⁵

Não há dúvida quanto ao impacto produzido pelas publicações sobre a questão cambial, uma vez que a sociedade não ficou imune aos efeitos políticos dos debates. Enquanto o aprismo fez parte do Executivo, quando exerceu uma administração direta, procurou, com relativo sucesso, conter a onda reivindicadora de sua base sindical, ao mesmo tempo em que impunha o mecanismo de controle de preços e câmbio. Neste período, as reivindicações dos exportadores se manifestavam com matérias pagas nos grandes jornais, como *El Comercio*⁴⁹⁶ ou através de artigos de autoria pessoal dos proprietários, como os editoriais de *La Prensa*. Quando o aprismo deixou de ocupar as pastas ministeriais vinculadas às atividades econômicas, a oligarquia permaneceu pressionando por liberdades comerciais e cambiais, obtendo do governo, entre 1947 e 1948, algumas medidas favoráveis aos seus interesses. Neste mesmo período, sindicatos dominados pela tendência política aprista utilizaram as premissas definidas pelo *La Tribuna* sobre os problemas de inflação, preços e câmbio, para fundamentar protestos e paralizações, principalmente em 1948, quando o governo reajustou insuficientemente os salários ante a inflação e quando lançou mão de mecanismos preconizados pelo *liberalismo criollo* na administração pública, buscando diminuir os gastos através de cortes salariais, suspensão de obras e demissões. A base sindical aprista e o *La Tribuna* perceberam que a adoção destas medidas constituía uma capitulação explícita do governo ante a oligarquia, além de uma perseguição aos trabalhadores e aos apristas em geral.

Com um Legislativo inoperante desde julho de 1947 por razões que exporemos mais adiante e sem seus ministros desde janeiro do mesmo ano, a influência do aprismo na condução da política econômica do governo tornou-se quase nula. Ainda assim, durante o biênio 1947/1948, lutou por manter o equilíbrio entre uma massa sindicalizada e um Executivo cada vez mais suscetível às reivindicações oligárquicas. Não conseguiu evitar, no

⁴⁹⁴ *La Prensa*, nº 21906, 21/09/1948, p. 3.

⁴⁹⁵ *Idem*, nº 1096, 29/09/1948, p. 4.

⁴⁹⁶ *La Sociedad Agrária se Dirije al Presidente de la República, El Comercio*, nº 57083, 16/06/1948, p. 3.

entanto, as manifestações de inconformidade com as mudanças promovidas por Bustamante. Desta forma, passou de defensor entusiasta do novo regime a crítico amargo da política econômico-administrativa no final do primeiro semestre de 1948. Destacaram-se, então, as críticas para com a adoção de medidas governamentais coerentes com preceitos do *liberalismo criollo*, expostas como capitulação do presidente ao receituário oligárquico:

Con el rimbombante título de ‘Se combatirá la inflación mediante el reajuste de la planta de empleados, publica el diario de Baquíjano (‘La Prensa’) la Resolución Suprema emanada del Ministerio de Hacienda [...] Desde el punto de vista económico muy poco o nada logra el Poder Ejecutivo arrojando empleados a la incertidumbre de la calle [...] tesis que sostiene La Prensa’.⁴⁹⁷

2.4.4 Inversão de papéis: o nacionalismo de *El Comercio* e o relativismo anti-imperialista de *La Tribuna*: o Contrato de Sechura

Um dos mais importantes, contraditórios e desgastantes debates durante o governo de Bustamante y Rivero foi o que girou em torno do projeto de concessão de exploração petrolífera na zona do Deserto de Sechura, região noroeste do país. Importante, devido ao alto nível de radicalismo demonstrado pelos principais agentes políticos em sua tarefa de contraposição ao adversário através dos jornais respectivos. Contraditório, pelo papel aparentemente invertido desempenhado pelo aprismo e pela oligarquia em relação a suas históricas posições. Desgastante, porque o governo teve de equilibrar a oposição intransigente ao contrato, efetuada pela oligarquia, com o apoio a favor, radical e incondicionalmente prestado pelo aprismo, sofrendo todo o efeito da desestabilização política decorrente desta disputa.

Envolvendo partes territoriais de seis províncias, a área a ser prospectada seria destinada à empresa que se qualificasse como a mais adequada, através de uma licitação internacional. Dada a inexistência de empresas com capitais nacionais suficientes, o contrato praticamente se limitara a uma empresa estrangeira, porque obrigava a entrega ao governo de uma soma prévia de três e meio milhão de dólares. E entre as empresas estrangeiras com possibilidades de contratação, a IPC, *International Petroleum Company Limited*, subsidiária da *Standar Oil of New Jersey*, Estados Unidos, parecia ser a única capaz de cumprir os requisitos de maneira rápida e vantajosa. Seguindo estes requisitos, o governo promoveu um

⁴⁹⁷ *La Tribuna*, n° 946, 04/05/1948, p. 3.

contrato *ad referendum*, celebrado com a IPC em janeiro de 1946. Ativa no território peruano desde 1915, a IPC possuía instalações no extremo norte do país, extraindo boa parte do petróleo produzido pelo Peru até aquele momento. Daí a vantagem técnica em relação a outras empresas e a confirmação de sua preferência na contratação.

A partir da celebração do contrato e, especialmente, quando começou a ser debatido na Câmara de Deputados, em junho de 1946, estabeleceu-se uma verdadeira batalha de ideias opondo, tenazmente, *El Comercio* e *La Prensa*, de um lado, e *La Tribuna* e o governo Bustamante, de outro.

O projeto do Executivo passou pela análise e correção efetuada pelo então ministro aprista da carteira de Fomento, César Elías, antes de ser remetido à Câmara de Deputados, onde foi aprovado em oito de junho de 1946.

A aprovação, no entanto, não foi isenta de críticas.

O principal argumento inicial para a desaprovação do contrato girou em torno da questão do prazo de concessão e o tamanho da área envolvida, suficiente para que o decano evocasse princípios nacionalistas.

Pero, lo más grave de los contratos celebrados por el Ministerio de Fomento con la Internacional Petroleum Company es que en él se cede a perpetuidad a esa empresa terrenos petrolíferos del suelo peruano. [...] Los peruanos de mañana aún no pueden hablar pero [...] le entregamos un Perú menos próspero, poderoso y rico de lo que pudo ser⁴⁹⁸

O efeito causado por editoriais como este repercutiu em outras regiões do país, principalmente através da rede de periódicos tradicionalmente vinculados às ideias divulgadas pelo decano, como o *La Nación*, de Trujillo: “Se elogia en Trujillo el editorial de ‘El Comercio’ sobre concesiones petroleras”.⁴⁹⁹

Apesar da iniciativa do projeto ser de autoria do Executivo, graças ao trabalho do ex-Ministro de Fomento Enrique Góngora Pareja, o aprismo assumiu inteiramente a posição do governo, mostrando o quanto seu anti-imperialismo incondicional dos primeiros anos do Partido havia dado lugar a posicionamentos mais flexíveis quanto à presença do capital externo na exploração dos recursos nacionais. Oficialmente a cúpula do Partido não se percebia como contraditória em relação a seu programa, porque via, no contrato, a possibilidade de benefícios, a curto e longo prazos, para o desenvolvimento industrial e

⁴⁹⁸ *El Comercio*, nº 55758, 12/06/1946, p. 2.

⁴⁹⁹ *Idem*, nº 55762, 14/06/1946, p. 17.

obtenção de recursos imediatos pelo Estado, além de receitas fiscais duradouras. Defendia a presença condicionada do capital externo para o desenvolvimento da extração mineira do cobre, carvão, ouro, prata e petróleo, dada a impossibilidade do aporte de capitais para existência de empresas nacionais nas reservas minerais declaradas pelo Estado peruano.⁵⁰⁰ Coerente com a recente mudança ideológica promovida no Partido, a posição assumida refletiu a visão de Haya de la Torre sobre o aproveitamento da ‘política de bom vizinho’, defendida no início dos anos 1940 pelo então presidente norte-americano, Franklin D. Roosevelt. Utilizando argumentos favoráveis a uma aproximação com os Estados Unidos, Haya preconizara o sexto princípio pétreo do Partido Aprista, “Interamericanismo Democrático sem Império”, como uma fórmula para a relação construtiva entre os Estados Unidos e os países da América Latina no aspecto econômico, ao mesmo tempo em que reforçava o compromisso do aprismo em combater a proliferação do comunismo em solo latino-americano a partir de um “Plan Aprista para la Afiración de la Democracia en América”.⁵⁰¹ Revisionismo econômico combinou-se com a defesa da democracia.

Parecia, entretanto, que os papéis haviam sido invertidos. O aprismo confirmava uma trajetória de revisão de seus princípios, transigindo quanto à questão imperialista ao assumir a defesa do contato petrolífero. E *El Comercio* e *La Prensa*, tão transigentes no passado sobre as ligações entre interesses econômicos empresariais peruanos e o capital externo, prática comum do velho civilismo, exibindo um não usual nacionalismo, sobretudo se considerarmos a trajetória histórico-ideológica de muitos membros dos dois jornais, com destaque para o elitismo civilista demonstrado no passado por membros de *El Comercio*.

A questão envolveu, portanto, uma proposta do Executivo e, na maioria das vezes em que não se defendeu diretamente, coube ao *La Tribuna* exercer este papel, justificando quesitos do contrato.

Una nueva campaña de clara intención demagógica há comenzado a agitarse en los voceros mayores y menores de la reacción. Uno de los diarios de la reacción ha puesto especial énfasis en el carácter de ‘perpetuidad’ atribuído al contracto petrolero [...] NO ES A PERPETUIDAD, es por TIEMPO INDEFINIDO.⁵⁰²

O próprio governo teve de manifestar-se repetidamente através de comunicados oficiais, mandados publicar em todos os grandes jornais de circulação nacional, contestando a

⁵⁰⁰ *La Tribuna*, nº 12, 10/10/1945, p. 14.

⁵⁰¹ Conforme HAYA DE LA TORRE, Víctor Raúl (1995, p. 191-230).

⁵⁰² *La Tribuna*, nº 259, 12/06/1946, p. 5.

interpretação divergente de diversas cláusulas do contrato, que muitos destes jornais insistiam em criticar ou distorcer.

A fin de que no se desoriente a la opinión pública, con afirmaciones alarmistas que no corresponden a la verdad, respecto del contrato celebrado con la Internacional Petroleum Company Limited [...] No se la da, pues, ni se le permite obtener concesiones perpetuas. [...] Cuando se habla de la duración de las concesiones petroleras es corriente contraponer la temporalidad a la perpetuidad de las mismas. Este enunciado es falso; pues en realidad todas las concesiones petrolíferas son temporales. [...] nuestra legislación petrolera, y con ella, la muy reciente de otros países, como de la Argentina de 1935, de Bolivia de 1936 y la del Brasil de 1938, ha optado por las concesiones a plazo indefinido, mientras el concesionario cumpla sus obligaciones y exista petróleo.⁵⁰³

A polémica ganhou volume e visibilidade. O projeto passou ao Senado opondo apuristas, favoráveis ao contrato, e a minoria oposicionista que, impulsionada pelos artigos de *El Comercio* e *La Prensa*, intensificaram as críticas. A batalha jornalística atingiu, então, toda sua potencialidade de politização sobre o tema. De seu lado, o aprismo esgrimiou sua defesa, procurando provar que a oposição ao contrato não passava de mera perseguição contra si:

Aprobado por la Cámara de Diputados, llegó al Senado el proyecto [...] ‘La gran prensa’ había señalado ya las directivas del ataque. Muda ante los atropellos y peculados de otra era, esgrimió, en ésta, sus más filudas y punzantes armas [...] Los contractos no tienen la ‘marca de fábrica’ del Partido del Pueblo. No son ‘Made in Apra’. Los proyectó, cuándo desempeñaba la cartera de fomento el ingeniero Enrique Góngora; los rubricó al margen el Presidente de la República y, si algo hizo el c. César Elías, titular actual del Ramo de Fomento, fue perfeccionarlo.⁵⁰⁴

Encerrada a legislatura 1945/1946, o projeto só seria novamente debatido no Senado no final do ano de 1946, ganhando repercussão extrema por parte do decano, que novamente expunha o problema do caráter da concessão como contradição maior do contrato:

[...] a todos conviene se haga completa las razones que han mediado para la concertación de ese convenio. Por eso se há hecho escuchar la voz del periodismo del país. [...] Se ha alegado de forma reiterada que tales concesiones no están a perpetuidad, sino por ‘plazo indefinido’, y que no hay nada en esencia más precario que las explotaciones petrolíferas. [...] Las concesiones serán percederas, desde el punto de vista de que el petróleo puede o no existir o agotarse; serán de plazo en verdad indefinido, en lo que se refiere a la compañía explotadora [...] Pero para el Estado, según el contrato, evidentemente son perpetuas; porque no tiene disposición legal que lo faculte a cancelarlas o alterarlas, mientras el producto siga surgiendo de los pozos, y mientras la Internacional Petroleum cumpla con pagar los canones respectivos y con llenar las disposiciones del contrato.

⁵⁰³ Comunicado Oficial do Governo publicado em *El Comercio*, nº 55758, 12/06/1946, p. 4.

⁵⁰⁴ *La Tribuna*, nº 264, 17/06/1946, p. 9.

Fué basandose en esto que la comisión en minoría de la Cámara de Diputados propuso la modificación del contrato – modificación que sostuvimos y apoyamos en su oportunidad en el sentido que se estableciera un plazo fijo para las concesiones en debate. Así lo hicieron, en su caso, las leyes de Venezuela, Francia, Ecuador, Paraguay, entre otras.⁵⁰⁵

Novamente interrompido, o debate foi retomado somente em outubro de 1947. O governo, desta feita, tomou a dianteira, através de um extenso comunicado oficial, contestando, uma a uma, num total de dezesseis, as objeções ao contrato interpostas por *El Comercio* e *La Prensa*, buscando esclarecer que os erros de interpretação destes periódicos eram provocados por intencionalidades políticas inequívocas. O presidente Bustamante demonstrou estar plenamente ciente da politização oportunista do tema por parte dos dois grandes diários, como o comprova parte do comunicado a seguir:

El Gobierno considera un imperioso deber señalar ante la Nación la forma tendenciosa y demagógica como se viene combatiendo por algunos diarios y agrupaciones políticas el Contrato de Sechura. [...] debe censurarse [...] a quienes [...] pretenden hacer de él plataforma o bandera política para una labor de socavamiento del Gobierno constituido que reviste un aspecto francamente subversivo y destructor como sucede cuando se llama a la ciudadanía para una movilización contra el Poder Público y cuándo se dice que el Contrato es una monstruosa traición o que quienes los respaldan son los anti-patria y que están contra el Perú. Lo que constituye delito contra la Patria es el engañar la ciudadanía acerca del texto del Contrato [...] se está haciendo escándalo político sin fundamento e quienes combaten en forma descomedida al Gobierno con motivo del Contrato de Sechura, en realidad no persiguen su reforma o cancelación sino algo muy distinto, o sea la destrucción del régimen constitucional existente. [...] El contrato es la obra del Gobierno; fué discutido y redactado siendo Ministro de Fomento el Ingeniero Enrique Góngora, que notoriamente carece de filiación partidaria. Si algún partido, agrupación o individuo se ha pronunciado favorablemente, en el Congreso o fuera de él, es simplemente porque le ha parecido bueno y, por lo mismo, lo ha apoyado.⁵⁰⁶

Apesar do alerta governamental, *El Comercio* voltou à carga respondendo duramente ao comunicado oficial, mostrando claramente que a questão político-partidária revestia a polémica em torno da questão do petróleo. De tal forma que justificava a constatação governamental, segundo a qual o contrato era visto por seus detratores como uma divisão entre a pátria e a antipátria. Por comungarem pontualmente neste tema, o governo e o aprismo estariam, segundo o decano, atuando como antipatrióticos. O discurso crítico tradicional no âmbito da política partidária, portanto, mais uma vez se impôs, repetindo-se os argumentos

⁵⁰⁵ *El Comercio*, nº 56117, 27/12/1946, p. 2.

⁵⁰⁶ Comunicado Oficial de Governo publicado em *El Comercio*, nº 56649, 20/10/1947, p. 2 e 4.

sobejamente utilizados dezesseis anos antes, ainda que desfilasse cuidadosamente seu aparente desinteresse político na questão.

Y si (o governo) contempla con ponderado espíritu este asunto, verá que la opinión pública está, clara e rotundamente, en contra del Contrato de Sechura. En efecto, prescindiendo del aprismo [...] todos los partidos políticos del Perú son opuestos a ella. No es sólo el civilismo, cuyos hombres calumnía el sectarismo demagógico [...] no es sólo, tampoco, el comunismo importado de Rusia por el jefe del aprismo y del que conserva hasta ahora, la ideología, los métodos y la estrella roja de cinco puntas, son también [...] el ‘Partido Social Republicano’ y por parte dos de indiscutible fuerza popular, como la ‘Unión Revolucionaria [...]’. En lo que a ‘El Comercio’ se refiere, no tiene su oposición al Contrato de Sechura a desacreditarlo, con el propósito de dañar al Gobierno o mortificar la Empresa que lo ha suscrito No tenemos ni motivo ni interés para hacerlo.⁵⁰⁷

A questão política e partidária era tão evidente em relação às ponderações críticas do decano, que teve o cuidado de diagramar, na mesma página de outro comunicado governamental publicado, uma propaganda convocatória do Partido União Revolucionária para uma conferência crítica sobre o Contrato de Sechura, a ser proferida por membro daquele partido.⁵⁰⁸

Enquanto o governo seguiu se defendendo, contestando a desvantagem econômica do contrato para o país, desmentindo um possível favorecimento à IPC e comparando o tamanho da área destinada à exploração com outros contratos internacionais, *El Comercio* e o grupo político de parlamentares opositores e representantes de outras instituições, chefiado por Pedro Beltrán, politizaram ainda mais a questão, criticando o comunicado do governo por usar um argumento aprista:

[...] el Gobierno llega a sostener, auspiciando el espíritu que anima la propaganda demagógica del partido aprista, que la oposición a las condiciones del Contrato con la International Petroleum, tiende a ‘procurar que el Peru se aparte del sistema interamericano, utilizando veladamente expresiones injuriosas contra países amigos, haciendo así mismo el juego de los agentes de las potencias extranjeras que en este momento sólo persiguen la destrucción de lo existente para edificar sobre sus ruínas, un régimen totalitario de esclavitud y de opresión del mundo’[...] no hay un sólo elemento que pueda servir de asidero a la campaña demagógica del aprismo. Quienes exigieron en el Congreso Nacional el establecimiento de relaciones diplomáticas con la Rusia Soviética fueron los parlamentares apristas.⁵⁰⁹

A contundência da resposta de *La Tribuna* aos óbices contratuais apontados pelos dois grandes jornais limenhos reviveu o conteúdo dos textos publicados dezesseis anos antes,

⁵⁰⁷ *El Comercio*, nº 56655, 23/10/1947, p. 2.

⁵⁰⁸ *Idem*, nº 56657, 24/10/1947, p. 4.

⁵⁰⁹ Comunicado da “Alianza Nacional” publicado por *El Comercio*, nº 56664, 28/10/1947, p. 4.

novamente matizando a luta política da mesma forma maniqueísta que seus opositores. Além de acusar seus inimigos de civilistas, condenou o comportamento do passado da elite oligárquica que eles representavam, responsabilizando-os pela derrota na Guerra do Pacífico de 1879 e por contratos considerados inconvenientes para o país:

Desde hace meses, por intermedio de sus diarios 'El Comercio' y 'La Prensa' [...] la plutocracia civilista ha venido realizando una malévolá propaganda anti-democrática y anti-norteamericana, so pretexto del proyectado contrato de Sechura [...] Sin embargo, esa oligarquía que hizo el contrato 'Raphael-Candamo Heroen' causante de la ruína del Perú; esa oligarquía que nos llevó maniatados a la derrota del 79 [...] quiere ahora presentarse como defensora de los intereses de la Patria.⁵¹⁰

A crítica veemente de alguns jornais agravou dramaticamente o clima já tenso entre a imprensa e o governo. Os diretores de *Mundo Gráfico* e *Combate*, por exemplo, foram detidos por desacato, devido às ofensas publicadas contra o Presidente da República. Segundo *La Tribuna*, este radicalismo se explicava através da influência dos jornais oligárquicos sobre aqueles periódicos menores.⁵¹¹

O recesso parlamentar a que foi sujeito o governo a partir do segundo semestre de 1947 impediu que aquele debate, que se tornava cada vez mais radical, permanecesse mais tempo na pauta dos principais veículos de comunicação. Adiou-se indefinidamente a abordagem sobre o contrato, que jamais veio a ser confirmado.⁵¹²

A amarga experiência colhida pelo poder Executivo na discussão do Contrato de Sechura expusera ainda mais a fragilidade do governo, diante da capacidade de ataque da oligarquia através de sua máquina midiática. Esta máquina podia impedir ou interromper iniciativas governamentais, formando a opinião pública, tal qual constatou o próprio presidente Bustamante:

El contrato fué presentado como un conato monstruoso de lesa nacionalismo. [...] Cabe recordar, a este respecto, que debido en gran parte a la labor serena y documentada de ilustración de la conciencia pública que había llevado a cabo el gobierno, hubo no pocos senadores y diputados independientes y algunos periodistas y políticos de derecha, de aquellos que llevados de las primeras impresiones habían combatido el contrato, que acabaron por reconocer que el proyecto en sí no adolecía de los vicios que se le achacaban y que era susceptible de aprobarse, introduciendo en él algunas adiciones y reformas que mejoraran las expectativas del

⁵¹⁰ *La Tribuna*, nº 752, 29/10/1947, p. 7.

⁵¹¹ *Idem*, nº 760, 29/10/1947, pg. 5 e nº 761, 30/10/1947, p. 4.

⁵¹² Curiosamente nenhuma jazida petrolífera importante foi encontrada no território delimitado pelo contrato, pelo menos até o início dos anos 1980, segundo informação de SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, 9.217).

Estado. La verdad se iba abriendo paso; pero la campaña de los opositores políticos no cejaba.⁵¹³

A série de comunicados oficiais do governo, portanto, teve capacidade limitada de conscientização, em contraste com a avassaladora capacidade de influência de opinião produzida por *El Comercio* e *La Prensa*. Um atestado desta influência demonstrar-se-ia pelas consequências que a politização da questão do petróleo deixaria na linha editorial de *El Comercio*. O episódio elevou o decano à condição de defensor dos interesses nacionais, fama que carregaria consigo durante muitos anos e que seria lembrada toda vez que a presença do capital internacional na economia peruana fosse colocada em cheque, principalmente quando envolvesse a extração petrolífera. De uma questão pontual, levada a efeito por evidente princípio de oposição político partidária, forjou-se uma tradição, a partir da qual o decano exercitaria sua aura de nacionalista.

La Prensa, que tanto ou mais que o decano desferiu ataques furibundos ao presidente e ao aprismo, veria o governo que sucedeu ao de Bustamante, apenas um ano após, confirmar as explorações petrolíferas existentes, bem como as posteriores em moldes contratuais até menos convenientes ao Estado peruano, sem criticá-los.⁵¹⁴ A esta altura, entretanto, Pedro Beltrán já fazia parte ativa do novo governo, razão suficiente para o silêncio em torno do problema, comportamento que seria igual ao de *El Comercio*.

Ao *La Tribuna* e ao aprismo restou conviver com o desconforto das contradições entre o ideário radicalmente anti-imperialista e nacionalista das duas primeiras décadas do APRA, com as recentes revisões programáticas e concessões à presença do capital externo na economia nacional. Contradições que os próprios grandes jornais procuraram explorar, buscando infligir prejuízos políticos importantes ao aprismo, à revelia da desestabilização do regime ou mesmo contribuindo conscientemente para a desestabilização. Nesta tarefa, que incluiu a repercussão no meio sindical, o comunismo aliou-se às críticas ao contrato, procurando auferir vantagens nas representações dos trabalhadores, apresentando o aprismo como conivente com o imperialismo norte-americano.

⁵¹³ BUSTAMANTE Y RIVERO, José Luís (1949, p.103-104).

⁵¹⁴ Ibidem, p. 107.

2.4.5 Mais uma vítima fatal na imprensa: o Crime Graña

Francisco Graña Garland foi um destacado membro da Sociedade Nacional de Indústrias que, mesmo não sendo da área do jornalismo, também foi diretor do jornal *La Prensa*. Seu pai era casado com Elena Garcia Roel, irmã de Elvira, esposa de Luís Miró Quesada de la Guerra, diretor proprietário de *El Comercio*. As ligações familiares entre os representantes dos dois grandes periódicos eram, portanto, evidentes.⁵¹⁵

Dia sete de janeiro de 1947, Francisco Graña foi assassinado na Avenida Peru, em Lima, ao sair de uma das empresas da qual era representante. *El Comercio* e *La Prensa* publicaram, poucas horas após o crime, edições que circulariam no dia seguinte assinalando o aprismo como responsável pelo assassinato. Conferia uma finalidade política ao assassinato, apesar de não haver ainda qualquer investigação realizada que levasse a esta conclusão.⁵¹⁶ A lógica que justificava estas razões estava baseada na violência que o aprismo costumava apresentar contra seus opositores, ainda mais em se tratando de um representante de um diário inimigo.

Negando qualquer envolvimento com o crime, o aprismo apressou-se em colaborar para a solução do caso. *La Tribuna* chegou a oferecer até vinte mil sóis de recompensa, pouco mais de três mil dólares, ao câmbio oficial da época, para qualquer informação que pudesse esclarecer o assassinato.⁵¹⁷ Para defender-se da campanha jornalística que começava a surgir contra o aprismo, o Secretário Geral do Partido do Povo, Ramiro Prialé, apresentou ação judicial contra o subdiretor de *La Prensa*, Ricardo Alcalde Mongaret; contra o gerente do mesmo jornal, Oscar G. Astete e contra os diretores proprietários de *El Comercio* Aurélio Miró Quesada e Luís Miró Quesada.

O caso repercutiu de forma intensa no governo Bustamante, provocando uma crise ministerial que resultou na renúncia de todo o gabinete já no dia seguinte, oito de janeiro. De certa forma, o governo aceitara a tese do assassinato político, quando o presidente simplesmente comunicou a Haya de la Torre a decisão de dissolver o corpo ministerial que contava com a presença de três ministros apristas. Não havia, entretanto, uma investigação policial que pudesse comprovar o envolvimento de qualquer pessoa ou grupo de pessoas indicando a natureza do crime. Os ministros apristas, instados a deixar o ministério, assinaram

⁵¹⁵ SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p. 219).

⁵¹⁶ Ibidem.

⁵¹⁷ *La Tribuna*, n° 470, 10/01/1947, p. 1.

sua renúncia, acrescentando que nenhum aprista aceitaria fazer parte de qualquer cargo ministerial enquanto não fosse esclarecida a verdade sobre o crime.⁵¹⁸

Utilizando declarações de jornais de outros países, como *El País* e *El Herald*, da Venezuela e *El Diálogo*, da Bolívia, *La Tribuna* invocou a inocência do envolvimento do aprismo, provada pela renúncia de seus ministros.⁵¹⁹

O passado e o presente do aprismo, entretanto, facilitaram a aceitação da tese de assassinato político, principalmente a partir da relembração que o decano passou a fazer das características violentas manifestadas pelos militantes do Partido em episódios do passado. Para dar credibilidade a esta versão, publicou editoriais de jornais de outros países a respeito do comportamento político pregresso do aprismo, como o fez seu homônimo, de La Paz. Este jornal enumerou uma série de atentados cometidos no passado pelo aprismo como sendo a comprovação natural do envolvimento deste com o recente crime. Relembavam-se as mortes de 1932, em Trujillo; o assassinato de Sánchez Cerro, em 1933; o assassinato de Antonio Miró Quesada e sua esposa, em 1935; a morte de Salomón Arancibia, em 1939; a morte de Antonio Morales Bermúdez, 1939; o assalto ao *La Prensa*, em 1946. O passado histórico de ações pesava contra o aprismo de forma decisiva: “No hay duda que durante más de tres lustros la secta aprista del Perú, engañó, ignominiosamente”.⁵²⁰

O impacto produzido pelas notícias fez o governo apresentar um novo ministério em doze de janeiro, com uma composição mista entre ministros civis e oficiais militares, refletindo a influência exercida pela oligarquia ao buscar envolver no governo membros das Forças Armadas, instituição historicamente contrária ao APRA. Apesar disto, a pressão sobre o presidente para que houvesse punições exemplares ao aprismo tornou-se gradualmente mais intensa, como comprovou um editorial do decano, que novamente recorreu ao histórico violento do partido aprista e sua simbologia para justificar a repressão:

No es solo la voz del padre (pai da vítima) que pide sanción para el asesinato [...] también el ciudadano, que quiere que se ponga definitivo término a los criminales métodos del apra. [...] Qué puede esperarse de un partido que tiene himno y bandera propios, que utiliza fuerzas de choque; cuyos representantes a Congreso presentaron a su ‘jefe’ sus renuncias en blanco y se constituyeron en ‘células’ para votar bajo consigna.⁵²¹

⁵¹⁸ SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p. 221).

⁵¹⁹ *La Tribuna*, nº 477, 18/01/1947, p. 3 e nº 594, 16/05/1947, p. 4.

⁵²⁰ Editorial de *El Comercio* de La Paz, Bolívia, reproduzido por *El Comercio* de Lima, nº 56497, 26/07/1947, p. 5.

⁵²¹ *El Comercio*, nº 56478, 16/07/1947, p. 2.

A pior consequência política, no entanto, estaria por vir, quando da instalação do Congresso Nacional para a legislatura de 1947/1948. Utilizando-se de um artigo constitucional, que previa o não funcionamento de todo o parlamento, quando uma das casas não tivesse *quorum* suficiente para a sua instalação, vinte e um senadores resolveram iniciar um boicote que levaria à inoperância do Poder Legislativo nos meses que se seguiriam.⁵²²

Explicitando os interesses oligárquicos e aproveitando o clima político adverso ao aprismo por conta do crime Graña, formou-se a *Alianza Nacional*, que, semanas antes da instalação do Congresso, percorreu o Peru em caravana para divulgar sua organização e ganhar adeptos. Tal aliança compunha-se do conjunto de políticos e empresários da oposição ao governo, onde se destacou a presença de Luís Alberto Flores, da UR e o exportador Pedro Beltrán, não por acaso escolhido como líder da referida aliança. Suas reivindicações basearam-se na ideia de que havia uma ditadura legislativa aprista, para a qual somente o recesso parlamentar permanente, até a realização de novas eleições, poderia evitar o fim do regime. Obviamente que *La Prensa* constituiu-se no ‘braço jornalístico’ à disposição da Aliança Nacional para divulgar suas ideias e posições. *El Comercio*, no entanto, apoiou-a enfaticamente, como ficou comprovado quando realizou coberturas exaustivas da instalação dos Comitês da Aliança em outras regiões do Peru, como no caso abaixo, quando foi instalado o Comitê de Piura, no Norte do país:

[...] la Alianza Nacional [...] permitirá al Perú organizarse, políticamente, como un pueblo libre; [...] significa que las derechas y las izquierdas honradas, y el centro y los independientes [...] aúnan su voluntad en un noble afán de superación patriótica.⁵²³

Como deixava antever este editorial, a AN pretendia reunir todos os representantes políticos que não fossem apristas em torno de uma mesma causa, finalidade que cumpriu com certo sucesso, como atestou a presença de representantes políticos de diferentes matizes ideológicos, num leque que incluiu desde os personagens mais conservadores da União Revolucionária até membros do Partido Socialista e Comunista. Eudocio Ravines novamente se destacou, prestando serviços inestimáveis para o sucesso da ‘caravana aliancista’, além de colocar *Vanguardia* a serviço da oposição ao governo Bustamante. Seria, inclusive, designado a desempenhar o cargo de secretário de propaganda da Aliança Nacional.

⁵²² *La Constitución del Peru* (1933). Lima, 1958. Editorial Mejía Baca, p. 21. O artigo 112 previa que nenhuma Câmara poderia funcionar durante o recesso da outra.

⁵²³ *El Comercio*, nº 56487, 21/07/1947, p. 2.

No auge da proliferação da propaganda oposicionista, mais uma morte foi acrescentada ao rosário de atentados apristas. Em Chiclayo, em junho de 1947, Hector Cornejo Fernández foi morto ao realizar propaganda local para a AN, “El aprismo, partido totalitario, preparó el crimen porque quería impedir la instalación del comité de la Alianza Nacional”.⁵²⁴ Por mais que alegasse seu não envolvimento no *Crime Graña*, cada dia tornava-se mais difícil crer na isenção do aprismo em relação a este caso.

O assassinato de Francisco Graña gerou, portanto, catastróficas consequências ao aprismo, ao regime e, por fim, à democracia. Todo o projeto apoiado pelo aprismo, mesmo que não fosse de sua iniciativa, teve, na Aliança Nacional, uma contestação poderosa, que não mediu esforços para conquistar a opinião pública através de seus jornais. Explica-se, portanto, a razão política de tamanha oposição oligárquica ao Contrato de Sechura, anteriormente referido. Apesar da confessada autoria do Executivo, foi exaustivamente atribuído como projeto aprista pelos membros da Aliança Nacional. Paralelamente a AN vislumbrou proteger os interesses mais específicos dos exportadores na questão cambial, exercendo seu poder de influenciar a política do Ministério da Fazenda, para facilitar o acesso aos dólares oriundos da exportação e para pressionar pela desvalorização do sol, o que também explicaria a irreduzível oposição ao governo de Bustamante, principalmente enquanto o aprismo ocupou as pastas ministeriais que regiam a economia nacional.

A resistência à AN também se fez presente. A polarização havia se tornado inevitável. *El Callao*, por exemplo, destacou o posicionamento da Aliança sobre a questão do recesso legislativo em termos bastante contundentes: “[...] esta mañana há declarado enfáticamente uno de los órganos reaccionarios, que no se trata yá de ganar la Mesa Directiva del Senado, sino de impedir, ‘a todo trance’ el funcionamiento del Congreso”.⁵²⁵

O aprismo foi, apesar do esforço crítico jornalístico de seu veículo, gradualmente isolado. Apesar de colaborações pontuais que prestou ao Executivo, como na questão do Contrato de Sechura, viu-se cada vez mais afastado do protagonismo governamental. Ainda mais que sua base sindical exercia sua capacidade de reivindicar, organizar e pressionar politicamente, desencadeando movimentos grevistas que, agora, não mais eram passíveis de serem contidos pela cúpula diretiva, por não poder e, nesta conjuntura, por não querer. A União Sindical dos Trabalhadores de Lima, por exemplo, ao entrar em greve no início de setembro de 1947, acarretou a suspensão das garantias constitucionais por parte do governo,

⁵²⁴ *La Prensa*, nº 21905, 20/08/1948, p. 3.

⁵²⁵ Editorial de *El Callao* publicado por *La Tribuna*, nº 668, 02/08/1947, p. 4.

ao classificá-la como um movimento político. O presidente mostrou estar cada vez mais em rota de colisão com o aprismo, tendo em vista os últimos meses de desgaste. A medida presidencial revoltou o *La Tribuna*, que, agora, tal qual os jornais oligárquicos vinham gradualmente fazendo, desde o início do governo, expôs as fraquezas do Executivo. Ironizando um comunicado oficial sobre o caráter político atribuído por Bustamante à greve da USTL e chamando a atenção do governo para que considerasse igualmente como greve política o recesso forçado pelos senadores ‘ausentistas’, *La Tribuna* mostrou seu gradual afastamento de Bustamante:

Se ha dicho en la disertación presidencial que la huelga era política. [...] ha quedado una impreción de alarmismo [...] En realidad hay una huelga política para cuya solución es urgente que el Poder Ejecutivo, que es el poder vigilante de la coordinación del Estado, ejerza su máxima intervención.⁵²⁶

Sobre o assassinato de Francisco Graña, sua execução deve ter feito parte das tradicionais ordens e contra-ordens características dentro do Partido Aprista, onde membros da cúpula ou o próprio Haya de la Torre estimulavam uma iniciativa da base para retirar seu apoio na última hora. Provavelmente organizado por uma instância inferior na organização do Partido, o crime em si não possuía muita lógica dentro do contexto no qual foi cometido. Afinal, o aprismo exercia a maioria no Parlamento e possuía três ministérios para executar seu programa partidário, mesmo que com dificuldades. Não parece que, justamente naquele momento de auge aprista, se pudesse tentar auferir qualquer vantagem ao produzir-se o assassinato. A lógica diria que, se efetivamente foi um crime aprista, o que até hoje nunca foi plenamente esclarecido, constituiu-se num irreparável prejuízo para o próprio Partido. Assim como não contribuiu em nada o assassinato de Héctor Cornejo Rodriguez pelo aprista Delgado Olivera, em Chiclayo. A lógica só pode ser encontrada no radicalismo das posições e na violência das atitudes, onde o descontrole demonstrado pelo desejo de eliminação dos adversários fazia parte do jogo político. Neste sentido, as agressões patrocinadas por instituições políticas ligadas à oligarquia foram tão graves e frequentes quanto as cometidas pelo aprismo. Só divergiam em número de vítimas devido ao controle que a elite política sempre exerceu sobre os aparelhos repressivos. A violência, como temos acompanhado, se incorporara ao cotidiano político.

De qualquer forma, as investigações policiais continuaram intensas durante todo o governo de Bustamante y Rivero. Delgado Oliveira foi condenado e, somente no governo

⁵²⁶ *La Tribuna*, n° 704, 03/09/1947, p. 4.

seguinte, o aprista Alfredo Tello Salavarría, abrindo mão voluntariamente de sua imunidade parlamentar para facilitar a investigação, já que era deputado, juntamente com Hector Pretell seriam penalizados como responsáveis pelo assassinato de Francisco Graña, mesmo que as provas contra eles fossem bastante circunstanciais e insuficientes para uma condenação. Tudo levava a crer, no entanto, que o crime pudesse ter sido cometido por algum outro militante do Partido, não necessariamente Tello ou Pretell.

O *Crimen Graña*, como seria conhecido na posteridade, revestiu-se daquilo que procuramos chamar a atenção, isto é, a contribuição decisiva que os meios de comunicação de massa tiveram no desenrolar dos acontecimentos e na cristalização de um comportamento dos segmentos políticos mais importantes ao longo de décadas de história. A importância do assassinato de Francisco Graña só poderia ser justificada, por se tratar de um membro do diretório de um dos jornais mais antiapristas e de oposição mais ferrenha ao governo de Bustamante e da FDN. A presença de Graña no meio jornalístico era, todavia, menos que secundária. Este nexos foi usado por *La Prensa* e *El Comercio* como a única razão pela qual o assassinato teria sido cometido, além da relembração repetitiva dos históricos atentados atribuídos ao aprismo. A versão do assassinato de caráter político, portanto, dificilmente deixou de ser verdade, dada a comprovada violência do aprismo e a incapacidade da máquina partidária controlar todas as instâncias sob sua tutela.

É necessário destacar que o entusiasmo desenfreado com o qual muitos elementos do partido aprista defenderam sua agremiação, produziram constantes atritos, caracterizados pela violência política. As demonstrações de fidelidade e obediência cega ao código de ética partidária tornaram-se corriqueiros em vários momentos da história do Partido. Os ‘búfalos’ apristas, por exemplo, constituíam uma espécie de brigada de choque partidária, que vigiava os opositoristas e cumpria a execução de penalidades aos infringentes das regras estabelecidas pelo Partido. Sua presença precedia e vigiava as passeatas favoráveis e contrárias ao aprismo, resultando em frequentes distúrbios de rua. A presença dos ‘búfalos’ também foi notada com regularidade nas galerias do Congresso Nacional, prontos para manifestar, ruidosa e violentamente, a condenação de qualquer manifestação contrária aos interesses do aprismo. Também frequentavam sindicatos e julgamentos, procurando pressionar pela imposição da vontade partidária. O mesmo comportamento foi verificado na Juventude Aprista Peruana, JAP, que, por vezes, cumpria papel similar nas organizações estudantis universitárias e secundárias, tendo contribuído para a intranquilidade do ambiente estudantil durante o triênio do governo de Bustamante.

Muitas publicações sobre o Crime Graña foram editadas nos anos seguintes com diferentes versões sobre o evento. Somente em 1988, quarenta e um anos após, Luís Chanduví Torres, que esteve presente em todos os importantes atentados e golpes patrocinados pelo aprismo naquela época, revelou que o crime fora cometido pelo aprista Eddie Chaney Sparrow. Mesmo tendo confessado à polícia sua culpa no assassinato, quando foi preso, em outubro de 1948, não recebeu qualquer atenção de parte de seus captores.⁵²⁷ Afinal de contas havia a quem culpar. Saber quem era o verdadeiro autor não interessava, desde que se provasse que a autoria fora responsabilidade do aprismo, ainda mais envolvendo um ativista de renome, como o deputado Alfredo Tello.

O prejuízo político deste assassinato aos setores da sociedade que queriam manter a democracia através do funcionamento de suas instituições mostrou-se evidente, na medida em que a radicalização política oriunda deste crime, juntamente com outras variáveis aqui analisadas, impediram a reinstalação do Congresso Nacional durante os meses restantes do governo de Bustamante, contribuindo decisivamente para sua derrocada final.

2.4.6 Confronto político através do jornalismo, desestabilidade institucional e violência política

O mapeamento da evolução das ações e reações das forças políticas durante o exercício democrático efetivo, mostrou quanto as trincheiras ideológicas, montadas a partir da mídia escrita, influenciaram decisivamente os debates e definiram as prioridades temáticas dos grupos beligerantes, sendo, igualmente, responsáveis pela ampliação dos efeitos de uma violência política gradualmente crescente, conforme evoluíam os fatos. No âmbito político institucional, portanto, o período do governo da FDN foi pródigo em demonstrar, através do jornalismo impresso, a cristalização das práticas destas forças políticas, o que herdaram do passado e o que transmitiram para o futuro.

No âmbito congressual e mesmo municipal, a questão institucional ganhou projeção pela presença insinuante do aprismo.

A tentativa de predomínio aprista sobre o Legislativo já causara, como foi visto, desgastes importantes com o presidente e com a oposição congressual desde os primeiros

⁵²⁷ Conforme TORRES, Luís Chanduví. *El APRA por Dentro: Lo que Hice, Lo Que Ví, Lo Que Sé (1931-1957)* apud LÚCAR, Domingo Tamariz. *La Ronda del General*. Lima: Jaime Campodonico, 1998, p. 40.

meses. A máquina partidária permaneceu suficientemente forte para ganhar certo respaldo e manter esta estratégia de dominação parlamentar. Este problema ficou latente durante o período no qual o aprismo teve a maioria congressual. Tornou-se mais agudo quando conseguiu aumentar sua presença no Legislativo através da realização de eleições complementares de quatro cadeiras senatoriais e quinze de deputados, ocorrida em 30 de junho de 1946.

De forma didática, novamente, *El Comercio* procurava influenciar na opinião pública, direcionando o voto contrário ao aprismo:

Las elecciones complementarias de hoy: [...] el aprismo está dispuesto a no retroceder ante nada con tal de triunfar en la presente contienda [...] Cabe esperar que en estas trascendentes electorales prevalezcan la sensatez y el patriotismo de la ciudadanía sana sobre la ciega obediencia a la consigna partidaria, y que las maquinaciones urdidas para burlar la voluntad de los votantes sean impotentes ante la decisión de hacerla respetar [...].⁵²⁸

La Tribuna contra-atacou denunciando o caráter antiaprista da campanha jornalística, afirmando que “la prensa reaccionaria insiste en su campaña de alarmismos y mentiras [...] la Anti-Patria cuida de excesar por adelantado su derrota [...]”.⁵²⁹

A conquista de duas das quatro cadeiras senatoriais e de onze das quinze deputações, mostrou a capacidade do aprismo em direcionar e influenciar o eleitorado nas circunscrições eleitorais envolvidas, demonstrando a manutenção de sua popularidade, mesmo um ano após a eleição geral de 1945. “El pueblo há respondido de modo tan categórico al desafío de la prensa reaccionaria que ilusionada por su propia propaganda predigo que las elecciones serían el ‘repudio del Aprismo’”.⁵³⁰

Os métodos de influência praticados pelo APRA, entretanto, novamente alertaram o Poder Executivo e os opositores quanto ao desenfreado uso de recursos ilícitos por parte daquela máquina partidária. Muitas irregularidades verificaram-se no pleito, incluindo, entre outras, a intervenção de funcionários do Estado a serviço dos interesses do Partido, tais como professores e funcionários provinciais dos Ministérios da Agricultura e de Fomento, que naquele período eram postos apristas.⁵³¹

Os problemas políticos e institucionais, entretanto, não ficaram restritos a alçada do Poder Legislativo da República. Graças àquela maioria simples no Congresso, o Partido do

⁵²⁸ *El Comercio*, nº 55789, 30/06/1947, p. 2.

⁵²⁹ *La Tribuna*, nº 275, 28/06/1946, p. 5.

⁵³⁰ *Idem*, nº 283, 06/07/1946, p. 5.

⁵³¹ BUSTAMANTE Y RIVERO, José Luis (1949, p. 124).

Povo conseguiu aprovar, ainda no segundo semestre de 1945, uma lei provisória de instalação do Poder Legislativo Municipal para os mil duzentos e cinquenta e cinco municípios do país, baseado em escolhas efetuadas por assembleias ou colégios surgidos de representações funcionais ou de grêmios.⁵³² Eliminava-se, assim, a tradicional escolha dos representantes através de listas ou juntas de notáveis, nomeadas pelo governo, que predominou por cerca de meio século. O resultado foi a aprovação da Lei 10751, que regulamentava a instalação das Juntas Municipais Transitórias, prevendo que sua substituição ocorreria somente através de eleições livres diretas, que o aprismo confiava serem vencidas por ele, caso fossem realizadas.

O Partido conseguiu, através de sua capacidade organizativa, controlar aqueles colégios e grêmios em muitos locais, monopolizando as articulações políticas, o que resultou na instalação de muitos municípios controlados por um Legislativo aprista, por vezes combinado com o controle do Executivo. É possível entrever os problemas que a administração aprista teve ao enfrentar os poderes locais e regionais, deparando-se com lideranças de comunidades conservadoras, onde a nomeação dos cargos públicos em favor dos mesmos representantes era uma tradição. Outros aspectos importantes somaram-se, todavia, a estas dificuldades. O próprio Bustamante descreveria a experiência, criticando duramente a atuação aprista nos municípios:

[...] las Juntas Transitorias llevaron a los ayuntamientos una nueva laya de gentes: no seleccionadas individualmente, sino en función del grupo; no siempre elegidas en consonancia con la aptitud para el cargo, sino en expectativa de la mayor capacidad de sumisión a la consigna partidarista; [...] De esta radical innovación en el criterio selectivo resultó lo que tenía que resultar: una serie de municipios bisoños o sectarios, corrillos de muchachos inexpertos o turbas de fanáticos, ignorantes unas veces de las más elementales nociones de administración [...].⁵³³

A avaliação de *El Comercio* concordava plenamente com estas constatações: [...] desde su iniciación, se constituyeron en instrumentos de la funesta política sectaria del APRA. [...]. En diversas oportunidades la prensa independiente ha denunciado la incapacidad y la inmoralidad que caracterizaron la acción de las Juntas.⁵³⁴

Enquanto as eleições municipais não eram marcadas para substituição das Juntas, a importância estratégica destes organismos foi motivo para uma batalha de denúncias entre os jornais durante todos os três anos de governo da FDN, onde as acusações de corrupção, partidarismo e ineficiência, por parte do decano, eram contrapostas por acusações do *La*

⁵³² BUSTAMANTE Y RIVERO, José Luis (1949, p. 44).

⁵³³ Ibidem, p. 146.

⁵³⁴ *El Comercio*, nº 56618, 02/10/1947, p. 2.

Tribuna sobre campanha oligárquica para recaptura do poder municipal através dos velhos métodos de nomeações: “[...] la Anti-Patria añora, en el fondo oscuro de su despecho, las viejas Listas de Notables, nombradas directamente desde el Ministerio de Gobierno. Es una batalla— ésta — que tendrán que perder también los desplazados del 28 de Julio de 1945.”⁵³⁵

As denúncias de corrupção nestas Juntas, no entanto, espalharam-se pelo país. Em Arequipa, por exemplo, o diário *Noticias* divulgava, ao final de 1946, informação sobre protesto em relação ao desperdício de dinheiro público: “La Confederación de los Trabajadores de Arequipa en Asamblea General pidió la Separación de la Célula Municipal Aprista – Denuncia el despilfarro de los dineros del pueblo, solicitando ejemplarizadoras sanciones para los responsables.”⁵³⁶

As restrições de recursos financeiros impostas pelo governo, ao diminuir substancialmente os subsídios às municipalidades no segundo semestre de 1947, veio ao encontro da opinião do decano, que dizia a este respeito que “la mayor parte de las Juntas Municipales Transitorias no emplea, hasta ahora, provechosamente los fondos provenientes de dichos subsidios, y que, además, muchas de esas Juntas han malversado dichos fondos.”⁵³⁷

La Tribuna, então, procurando evitar maiores atritos com o Executivo, acusou a imprensa oligárquica pelo problema:

El ataque de la prensa reaccionaria a la ley aprista que concede subsídios económicos a las Municipalidades distritales de todo el país constituye una descarada forma de centralismo despótico al par que de egoísmo de una oligarquía que sólo quiere defender sus intereses económicos, evitando los gastos públicos que le originen impuestos.⁵³⁸

O adiamento das eleições municipais, determinado repetidamente pelo Executivo, transformou a questão num problema latente. Enquanto irregularidades municipais foram denunciadas pelo decano, envolvendo, entre outras coisas, a questão do abastecimento de víveres, *La Tribuna* apresentou estas denúncias, novamente, como resultado de uma campanha jornalística oligárquica: “La prensa reaccionaria há redoblado [...] sus ataques contra las Juntas Municipales Transitorias [...] en su empeño de lanzar sombras sobre la actuación de las mismas”.⁵³⁹

⁵³⁵ *La Tribuna*, nº 432, 03/12/1946, p. 5.

⁵³⁶ Artigo de “Noticias”, de Arequipa, reproduzido em *El Comercio*, nº 56067, 01/12/1946, p. 2.

⁵³⁷ *El Comercio*, nº 56618, 02/10/1947, p. 2.

⁵³⁸ *La Tribuna*, nº 735, 04/10/1947, p. 4.

⁵³⁹ *Idem*, nº 802, 10/12/1947, p. 4.

Com o Congresso Nacional em recesso parlamentar, entre outros motivos devido às consequências do Crime Graña e da formação da Aliança Nacional, além de não possuir mais nenhum representante no Executivo, restou ao aprismo conservar sua influência a partir dos municípios. Pode-se medir esta importância estratégica para o aprismo pelas declarações dadas por seu líder máximo ao *La Tribuna*, que ressaltaram o fortalecimento da democracia através da manutenção das Juntas Transitórias e o sepultamento definitivo das antigas Juntas de Notáveis, acrescentando que alguns casos pontuais de pessoas indignas, presentes nas municipalidades, não deveriam ser suficientes para declarar o fim de seu funcionamento.⁵⁴⁰

Enquanto isto, tumultos entre apristas e antiapristas se multiplicaram em municipalidades importantes como em Cuzco e Arequipa, justificados pelo aprismo como sendo resultado de campanha comunista local em conluio com autoridades conservadoras.⁵⁴¹

No final de 1947, *El Comercio* justificou mais claramente sua condenação da tentativa aprista de monopolizar o Congresso Nacional e os Legislativos Municipais, citando-os como exemplos de ditadura e de desperdício:

Los senadores y diputados independientes dejaron de asistir a sus Cámaras, como único medio de poner atajo a los desmanes de una dictadura parlamentaria [...] La mayoría parlamentaria había dado leyes ad hoc para imponer su predominio en el país; entre ellas una con el objeto de apoderarse de las Municipalidades de la República [...] con finalidades meramente partidaristas. Recibieron esas Juntas millares de soles [...]. El clamor público se alzó contra estos centros de la burocracia aprista [...].⁵⁴²

Em março de 1948 caducava o prazo da lei provisória que implantava as Juntas Municipais. O presidente Bustamante simplesmente extinguiu-as. O constante adiamento das eleições diretas para substituí-las constituiu-se numa estratégia do Executivo para impor limites à atuação do aprismo. O decano justificou a atitude de Bustamante afirmando que “[...] la repulsa producida en el país por la actuación de las Juntas Municipales transitorias, se ha traducido en acciones populares, con la consciente alteración del orden público”.⁵⁴³

Esta atitude do presidente nos leva a analisar mais um impasse político-institucional, ou seja, o desgaste gradual entre o presidente Bustamante e o APRA, Executivo e Legislativo, mandatário e Partido, que já se estabelecera de forma irremediável desde o início do governo da FDN e que colaboraria para o desfecho político posterior.

⁵⁴⁰ Declarações de Haya de la Torre reproduzidas por *La Tribuna*, nº 818, 26/12/1947, p. 4.

⁵⁴¹ *Ibidem*.

⁵⁴² *El Comercio*, nº 56764, 23/12/1947, p. 2.

⁵⁴³ *Idem*, nº 56904, 10/03/1948, p. 3 e nº 56906, 11/03/1948, p. 2.

Até o momento da imposição do recesso parlamentar fomentado pela Aliança Nacional, o aprismo buscou, desesperadamente, equilibrar as relações entre o Partido e o Executivo. O êxito parcial na imposição de algumas medidas e a presença no ministério, durante o ano de 1946, renovara as possibilidades em um futuro de colaboração mútua, apesar das denúncias apristas de existência de uma campanha jornalística em contrário:”La campaña contra el Partido del Pueblo se ha convertido en una grita frenética y gesticulante de instigación dirigida hacia Palacio como se estuvieran próximos a revivir aquellos días tenebrosos que añoran ‘El Comercio’ y ‘La Prensa’”.⁵⁴⁴

Naqueles meses em que esteve na vanguarda, *La Tribuna* estimulou a identificação entre o governo e o aprismo, a partir da lógica que deu origem a FDN, incluindo certo orgulho de pertencimento ao novo regime. Também era motivo, sobretudo, para a definição dos campos políticos opostos no âmbito político e jornalístico:

Le llamaron ‘el candidato aprista’ y en verdad que lo era, porque el Partido del Pueblo pertenecía a la conjunción de fuerzas del Frente Democrático y su presencia dentro de él tendría que determinar, por su poderosa organización electoral, la victoria del candidato de transición. [...] Sí las mayorías electorales no organizan la nueva democracia, dónde las fuerzas que deben organizarla? Acaso en ‘El Comercio’? Y en ‘La Prensa’?⁵⁴⁵

O fato do aprismo deter a maioria parlamentar, exercida até julho de 1947, permitiu ao *La Tribuna* contestar *El Comercio* corrigindo a postura do decano em pretender glosar declarações do presidente e induzi-lo a que acusasse o aprismo de ser responsável por um regime de partido único:

En el comentario de ‘El Comercio’ de ayer sobre el mensaje presidencial, surge de nuevo el falaz argumento – ahora sin duda insostenible – de que en el Perú existe un régimen de ‘partido único’. Cuando esta invención surge en la prensa amarilla [...] no vale la pena responder. Pero cuando un diario bastante viejo [...] repite la versión, importa darle una pequeña lección elemental [...]. Toda Democracia se basa en Partidos y no hay Democracia sin ellos.⁵⁴⁶

O receio sentido pelo aprismo com o desenrolar da conjuntura política, entretanto, sobretudo a partir de 1947, manifestou-se através de suspeitas sobre a capacidade de influência do jornalismo oligárquico em poder determinar circunstâncias que levassem a um novo fechamento do regime e à perseguição política. Quando deixou o ministério e às

⁵⁴⁴ *La Tribuna*, nº 219, 04/05/1946, p. 5.

⁵⁴⁵ *Idem*, nº 220, 05/05/1946, p. 5.

⁵⁴⁶ *Idem*, nº 564, 15/04/1946, p. 3.

vésperas do recesso parlamentar promovido pela Aliança Nacional, o aprismo viu crescer o segmento mais conservador dentro do governo de Bustamante, como ficou comprovado pela presença do general Manuel A. Odría como Ministro de Governo, desde janeiro de 1947. Este foi um período pródigo em especulações, pois quando a violência política começou a tornar-se mais corriqueira, *El Comercio* buscou enquadrar o aprismo em sanções jurídicas que limitassem sua ação, induzindo o governo e seu ministro, um notório antiaprista. Em consequência disto, *La Tribuna* acusou os editoriais de *El Comercio* de pregarem a violência legal contra o aprismo, afirmando que “vuelve a lanzar la hoja de la Rifa sus antiguas conocidas diatribas contra el Aprismo [...] incita a poner el Aprismo fuera de la ley”.⁵⁴⁷

Os atritos produzidos no Congresso, nas Juntas Municipais e na administração pública acarretaram desgastes entre o presidente e o Partido do Povo, assim como a influência sindical e estudantil exercida pelo aprismo. A partir do segundo semestre de 1947, o isolamento ao qual foi submetido o aprismo acabou sendo tão profundo quanto aquele experimentado pelo próprio presidente Bustamante ao tentar conviver com as pressões entre o Partido do Povo e as exercidas pela oposição oligárquica.

Paralelamente a estes desentendimentos, a violência política ascendeu em espiral, determinando a ação de grupos belicosos. Em meio a um período conturbado de greves e de suspensão momentânea dos direitos constitucionais individuais, ocorreu um dos fatos mais desgastantes na relação entre o presidente e o aprismo. Este fato, da mesma forma que aqueles de mesma natureza descritos neste trabalho, seria emblemático do ponto de vista de atribuímos como sendo o produto de uma cultura política radical, que se reproduz no longo prazo. Em vinte e três de setembro de 1947, o comandante Alfonso Llosa Gonzáles Pavón adentrou no recinto do *La Tribuna*, acompanhado de outros três militares armados, ameaçando disparar contra o diretor presidente do jornal, senador Manuel Seoane e contra o senador Luís Heysen, que também se encontrava no local. Após proferir impropérios contra ambos e contra muitos funcionários que se encontravam no saguão do recinto, saiu e retornou ao veículo com o qual chegara e que estava registrado no Ministério da Guerra.⁵⁴⁸ O incidente não mereceu qualquer solidariedade de *El Comercio* ou *La Prensa*. Ao contrário, de certo modo ironizaram o ridículo a que foram expostos os jornalistas de *La Tribuna*.⁵⁴⁹ O incidente foi considerado uma afronta pelo aprismo, sendo lembrado pelo *La Tribuna* tantas vezes quanto *El Comercio* lembrava o assalto aprista ao *La Prensa*, ocorrido em abril de 1946. A

⁵⁴⁷ *La Tribuna*, nº 604, 24/05/1947, p. 4.

⁵⁴⁸ *Idem*, nº 725, 24/09/1947, p. 1.

⁵⁴⁹ VILLANUEVA, Victor (1977, p. 63).

atitude do Executivo, conferindo ao comandante Llosa a chefia do Estado Maior da Quarta Divisão Militar, em Cusco, apenas um mês após o episódio, acelerou ainda mais o afastamento entre o aprismo e o presidente.⁵⁵⁰ A imprensa, portanto, novamente estava no centro da polêmica que opunham interesses políticos divergentes. Desmoralizar o jornal aprista e seu diretor presidente representou, de certo modo, o desejo do jornalismo oligárquico em eliminar um adversário.

Enquanto isto, já em meio ao recesso parlamentar forçado pela AN, a desistência de Bustamante em convocar um Congresso Extraordinário, em dezembro de 1947 tornou-se mais um episódio de afastamento entre o aprismo e o titular do Executivo. *El Comercio* aproveitou novamente a discórdia para apoiar o presidente, justificando sua atitude com os históricos argumentos de sempre:

[...] es imposible restablecer el sentido nacionalista a la acción parlamentaria, mientras domine en el congreso un partido que pone su interés político por encima de toda otra consideración [...] y que considere, justificadamente, el Presidente de la República, improcedente e inoperante la convocatoria a Congreso Extraordinario. Hay en realidad una distancia insalvable [...] entre quienes respetan la vida humana, aman su himno, su bandera y sus instituciones tutelares, y anhelan un Perú grande por la unión de sus hijos; y aquellos otros que han introducido en el país el sistema del asesinato político, como medio de predominio; que marchan al compás de himnos y de banderas que no son los de la patria, que saludan con el brazo en alto, predicán la demagogia y la lucha de clases y anhelan la captura del poder.⁵⁵¹

A reforma ministerial promovida por Bustamante, no final de fevereiro de 1948, mostrou sinais na direção de uma influência maior do caráter repressor que o regime ia adquirindo. Todos os integrantes do ministério foram substituídos por oficiais das Forças Armadas, mostrando a incapacidade da FDN em incluir postulantes civis não apristas, oriundos de seus quadros partidários.

A reforma foi realizada em meio a uma onda de violência política e de especulações de possíveis movimentos subversivos que o APRA estivesse organizando. O mais importante dos incidentes resultou na morte do prefeito de Cerro de Pasco, Francisco Tovar Belmont, em tumulto promovido por militantes apristas nas filas organizadas para a distribuição de açúcar naquela cidade. Sobre este incidente, o editorial do decano não poupou críticas sobre os métodos empregados pelo aprismo para a captura do poder, afirmando que “este condenable suceso, su razón y su causa íntima obedecen al plan del aprismo de trastornar el orden público

⁵⁵⁰ VILLANUEVA, Victor (1977, p. 63).

⁵⁵¹ *El Comercio*, nº 56764, 23/12/1947, p. 2.

en Cerro de Pasco”.⁵⁵² Além dos tradicionais argumentos condenatórios ao aprismo, apontou a responsabilidade paralela do *La Tribuna* pela influência que tinha na promoção da perturbação desta ordem, atribuindo-lhe “la labor que la demagogia hace diariamente en Lima, con artículos periodísticos tendenciosos destinados a fomentar el descontento, el odio y la lucha de clases”.⁵⁵³

O elogio de *El Comercio* à reforma ministerial de Bustamante, que confirmou a permanência do general Manuel Odría no Ministério de Governo, vinha ao encontro, portanto, dos anseios de repressão pedidos pelos dois principais jornais oligárquicos. O decano aproveitou a ocasião para condenar o comportamento dos jornais vinculados ao aprismo, novamente apresentando-os como promotores diretos da escalada de violência política, acusando que “se insulta, se calumnía y se difama en una hoja aprista, que la mató el asco de la ciudadanía, y en otra que se hunde en el desprecio público”.⁵⁵⁴ Uma das duas publicações referidas acima dizia respeito ao *La Tribuna*.

O afastamento entre o presidente e o Partido do Povo foi consumado pela reprodução da tese tantas vezes exposta pelo decano sobre a busca do monopólio do poder político pelo aprismo. Bustamante parecia citar um editorial de *El Comercio* ao afirmar que “Nos hallamos en el Perú frente a un propósito no disimulado de implantación de un partido único, de organización vertical”.⁵⁵⁵ O discurso de Bustamante mostrava o fim da FDN com a presença do APRA. “No alcanzó resultados mi propósito de aliviar estas tensiones mediante la incorporación a mi segundo Gabinete de tres Ministros del APRA”.⁵⁵⁶

Desde março de 1947 houve a necessidade da realização de novas eleições complementares para cinco províncias e para o departamento de Lima. A estratégia do Executivo seria igual àquela que pôs fim aos propósitos apristas nos municípios, ou seja, adiar indefinidamente, até que as condições para sua realização não contassem com o risco de mais uma vitória eleitoral aprista. As eleições de março de 1947 foram remarcadas para setembro, sendo novamente remarcadas para junho de 1948, quando, então, foram proteladas *sine die*. O *La Tribuna*, inconformado com o constante adiamento, denunciou o prejuízo que isto poderia causar à consolidação do regime democrático, afirmando que “la postergación, por tercera

⁵⁵² *El Comercio*, nº 56867, 19/02/1948, p. 2.

⁵⁵³ *Idem*, nº 56867, 19/02/1948, p. 2.

⁵⁵⁴ *Idem*, nº 56886, 29/02/1948, p. 2.

⁵⁵⁵ *Idem*, nº 56887, 01/03/1948, p. 2.

⁵⁵⁶ *Ibidem*.

vez, de las elecciones complementares defrauda las expectativas democráticas de la ciudadanía, lesiona el prestigio internacional del Perú, quebranta su orden constitucional.”⁵⁵⁷

O artigo *Miedo al Pueblo* traduziu o quanto da reprodução dos antigos argumentos políticos havia se incorporado definitivamente ao vocabulário aprista através do *La Tribuna*. A atitude do governo foi repudiada no mesmo tom daquelas acusações desferidas nos anos 1930 contra os governos de Sánchez Cerro e Oscar Benavides. O texto nos mostra, também, o quanto a imprensa era estratégica e vista como capaz de intervir na política nacional. O presidente foi condenado, naquela oportunidade, como suscetível à influência do jornalismo oligárquico:

Una campaña de la pasquinería mercenaria comenzó a disparar, en todos los tonos de la insidia y el insulto, contra las elecciones complementarias. La opinión sensata no quiso creer, en este caso, que el fuego de una propaganda tan desautorizada estaba anunciando – como ha sido lamentable y repetido el caso, en los últimos meses – una actitud del gobierno. [...] quienes habiendo recibido y aceptado la responsabilidad de gobernar a un país, han trocado su misión por el de administradores de los privilegios del civilismo. El civilismo ha impuesto, una vez más, su voluntad. No debe haber elecciones complementarias, porque éstas demostrarían que la reacción y los desleales ya nada tienen que esperar de un país como el Perú, cuyo pueblo ha conquistado definitivamente la Democracia.⁵⁵⁸

No artigo *Lesiva Rectificación*, *La Tribuna* mostrou o prejuízo social causado pelo Executivo ao mudar sua linha programática. Refletindo a filosofia liberal do segmento oligárquico, representado por *La Prensa*, o governo, além de demitir grande quantidade de funcionários, muitos dos quais pertencentes ao Partido do Povo, retirou benefícios à aposentadoria de empregados públicos do Estado, departamentos, províncias e municípios, concedidos por ele mesmo em agosto de 1947. *La Tribuna* concluiu, por conseguinte, que “es doloroso comprobar como el Poder Ejecutivo viene constantemente rectificándose en el programa de justicia social que inicialmente se trazó.”⁵⁵⁹

No final de junho de 1948, o presidente Bustamante previu novas dificuldades para a instalação da legislatura ordinária, mercê da permanência do recesso parlamentar promovido pelos deputados e senadores. O discurso presidencial mencionou, então, a possibilidade de utilizar recursos extraordinários, como decretos-lei e consultas populares para superação do impasse.⁵⁶⁰ A mensagem incluiu a possibilidade da formação de um partido governamental que emprestasse sustentação ao regime. Na ocasião, Bustamante justificou sua tomada de

⁵⁵⁷ *La Tribuna*, nº 969, 27/05/1948, p. 4.

⁵⁵⁸ *Idem*, nº 969, 27/05/1948, p. 5.

⁵⁵⁹ *Idem*, nº 985, 12/06/1948, p. 4.

⁵⁶⁰ Discurso do presidente Bustamante y Rivero reproduzido em *El Comercio*, nº 57106, 29/06/1948, p. 3-4.

posição afirmando que “la actuación intolerante y anti-democrática del Apra y sus métodos de agresiva violencia, han producido la reacción del resto del país”,⁵⁶¹, declaração a qual *El Comercio* acrescentou sua interpretação editorial, opinando que “en último término, se sintetiza esa crisis en la pugna de dos facciones: el Apra y la Anti-Aprá”.⁵⁶²

Pelo lado aprista, a mensagem presidencial foi equivalente a um desconhecimento do parlamento existente até então, ao não forçar a convocação do Legislativo. O presidente foi condenado por não ter tido coragem de pressionar os vinte e um senadores ausentes, que impediam a instalação do Senado e, por consequência, todo o Congresso de comparecer às sessões de sua Câmara. Somadas às intenções de governar com decretos e plebiscitos, identificou o retorno a uma ditadura. Desta feita, *La Tribuna* concluiu que “el Mensaje Presidencial contiene un desafío a la existencia del Parlamento, y el preanuncio de perspectivas sombrías a las cuales el país no tiene por qué resignarse”.⁵⁶³

O apoio do decano ao receso parlamentar e à defesa que fez do Executivo contra o Legislativo, mereceu uma série de artigos de *La Tribuna*, esclarecendo as contradições históricas de *El Comercio*. Para isto, relembrou posições assumidas no passado pelo civilismo, em outras legislaturas de diferentes governos. No editorial *El Comercio contra El Comercio*, reproduziu opinião do decano que condenava a ausência de *quorum* de parlamentares do Partido Descentralista e do próprio presidente do Congresso, Luís Antonio Eguiguren, quando protestaram pela perseguição desferida por Sánchez Cerro contra os congressistas apristas, em fevereiro de 1932.⁵⁶⁴ Outra matéria procurou provar a inconstância de *El Comercio* ao reproduzir um editorial que aplaudia a posição do Congresso contra o presidente Guillermo Billinghurst, em 1914⁵⁶⁵, mostrando uma manchete na qual o decano afirmava que “Cambiar el Congreso Sería Pasar Sobre la Constitución”.⁵⁶⁶ Voltando aos tradicionais epítetos dos anos 1930, acrescentou outra matéria de 1914 que afirmava “publicó aquel día un importante manifiesto del Civilismo, condenando las maniobras contra ‘la inviolabilidad del Poder Legislativo, que es el alma del sistema institucional del país’”.⁵⁶⁷ Um novo artigo intitulado *El Comercio contra El Comercio* reproduziu uma manchete do decano que afirmava que “Todo Pretexto para disolver el Congreso es Inadmisibile”⁵⁶⁸ ao que *La*

⁵⁶¹ Discurso do presidente Bustamante y Rivero reproduzido em *El Comercio*, nº 57106, 29/06/1948, p. 3-4.

⁵⁶² *El Comercio*, nº 57107, 30/06/1948, p. 2.

⁵⁶³ *La Tribuna*, nº 1003, 30/06/1948, p. 4 e nº 1005, 02/07/1948, p. 4.

⁵⁶⁴ Idem, nº 996, 23/06/1948, p. 4 apud *El Comercio*, nº 46185, 27/02/1932.

⁵⁶⁵ Idem, nº 997, 24/06/1948, p. 4 apud *El Comercio*, nº 34356, 31/01/1914.

⁵⁶⁶ Idem, nº 998, 25/06/1948, p. 4 e 6 apud *El Comercio*, nº 34357, 01/02/1914.

⁵⁶⁷ Ibidem.

⁵⁶⁸ Idem, nº 1002, 29/06/1948, p. 4 apud *El Comercio*, nº 34355, 30/01/1914.

Tribuna acrescentou “Dijo el Civilismo, en enérgica carta al Presidente, en Enero del año 1914”.⁵⁶⁹ O *La Tribuna* continuou publicando outros artigos similares, na ânsia de provar que o decano não agia por convicções políticas e sim por interesses familiares, confirmando, segundo sua análise, o egocentrismo característico da oligarquia civilista.

A mais emblemática crítica ao decano sobre a confluência de interesses familiares com desdobramentos práticos na conjuntura política do governo de Bustamante, a nosso ver foi a intitulada *44 Personas Contra el País*. O número de pessoas vinha do somatório de senadores ausentes, vinte e um, com o número de membros da família Miró Quesada, vinte e três. “El Comercio no habla en nombre del país [...] en sus columnas se expresa única y exclusivamente la opinión de las 23 personas de su misma familia”.⁵⁷⁰

Em meio a estas acusações, mais um fato acrescentou instabilidade à situação política intensificando a batalha jornalística entre os principais periódicos. Na madrugada de quatro de julho de 1948, as guarnições do exército estacionadas em Puno, Huancané e Juliaca, Sul do país, comandadas pelo mesmo militar que assaltara o *La Tribuna*, Alfonso Llosa, lançaram um manifesto à nação onde se sobressaía uma série de recomendações. Dentre elas constava a necessidade de punição exemplar ao aprismo; a adoção de medidas de caráter repressivo à agitação sindical; a adoção de medidas de caráter econômico, como a redução de impostos, e de caráter nacionalista, condenando o Contrato de Sechura.⁵⁷¹ Segundo Victor Villanueva, o referido manifesto teria sido escrito por ninguém menos do que Carlos Miró Quesada, filho do falecido Antonio Miró Quesada e sobrinho dos diretores presidentes de *El Comercio*, Aurélio e Luís Miró Quesada, conforme informação do agregado militar da embaixada dos Estados Unidos.⁵⁷² Outra fonte ligada à embaixada norte-americana, desta vez em Santiago do Chile, telegrafara ao Departamento de Estado dos Estados Unidos, havia alguns anos (1944), detectando que o mesmo comandante militar mantivera antigas ligações com um grupo peruano pró-fascista dos anos 1930, os ‘Camisas Negras’, vinculados ao Partido União Revolucionária e ao qual pertenceu Carlos Miró Quesada, além de vínculos que possuía com o diário *El Comercio*.⁵⁷³

⁵⁶⁹ *La Tribuna*, nº 1002, 29/06/1948, p. 4 apud *El Comercio*, nº 1002, 29/06/1948, p. 4.

⁵⁷⁰ *Idem*, nº 1020, 15/07/1948, p. 4.

⁵⁷¹ *Idem*, nº 1015, 10/07/1948, p. 4.

⁵⁷² MASTERSON Daniel. *The Peruvian Armed Forces in Transition (1939-1963): The Impact of National Politics and Changing Professional Perspectives*. Michigan State University, Michigan, 1976, p. 177-178. apud VILLANUEVA, Victor (1977, p. 68).

⁵⁷³ Conforme Arquivo do Departamento de Estado dos Estados Unidos. Doc. 823.00/1761 apud VILLANUEVA, Victor (1977, p. 65).

O governo suspendeu imediatamente as garantias constitucionais. O Ministro de Governo pediu que os jornais limitassem as notícias sobre o assunto àquelas informações fornecidas por fontes oficiais governamentais, no que foi obedecido pelos grandes diários nacionais, exceto o *La Tribuna*. O jornal aprista, entretanto, defendeu o regime e a unidade da instituição castrense, condenando veementemente a atitude de Llosa como quebra da hierarquia militar e ameaça ao regime constitucional. A análise do conteúdo do manifesto assinado por Llosa foi interpretada pelo jornal aprista como se o alvo não fosse somente a derrubada do regime, algo quase secundário segundo sua interpretação do texto. O alvo era o próprio APRA, que, todavia, não era mais governo desde alguns meses.

A obediência irrestrita dos outros grandes jornais à determinação do Ministro de Governo foi apontada pelo jornal aprista como silêncio de caráter cúmplice em relação à tentativa de golpe, denunciando que “El Comercio”, “La Prensa”, “La Crónica” y sus órganos subsidiarios y subsidiados han permanecido hasta ahora envueltos en el mayor hermetismo editorial [...]”.⁵⁷⁴ O conflito jornalístico ganhou impulso. Um comunicado do Ministério de Governo, repreendendo o *La Tribuna* por não obediência a sua determinação e por imprecisões jornalísticas, oportunizou ao decano proferir acusações pesadas ao jornal aprista, expondo a manchete “Un comunicado del Ministerio de Gobierno pone en evidencia la falta de ética periodística de la hoja aprista”.⁵⁷⁵

Enquanto boatos golpistas tornaram-se cada vez mais verossímeis, Bustamante ainda lutava pela retomada da constitucionalidade do regime, propondo nova alternativa institucional. Através dela, pretendeu convocar uma Assembleia Nacional Constituinte para retomada do Poder Legislativo, reforma da Constituição e a realização de eleições, ampliando o número de representantes no Congresso e combinando os mandatos existentes com novos. Baixando decreto sobre estas medidas, o presidente ganhou o apoio tácito do decano e a oposição ferrenha do *La Tribuna*. O jornal aprista, por exemplo, desencadeou uma campanha de coleta de assinaturas para uma ação popular ante a Corte Suprema, a fim de que fossem anulados os efeitos do decreto presidencial por inconstitucionalidade. Durante o mês de agosto, portanto, o jornal reproduziu listas de assinaturas de apristas e não apristas contrários ao decreto. “Millares de ciudadanos recurren a la Corte Suprema – Hay más de 100 mil firmas”.⁵⁷⁶

⁵⁷⁴ *La Tribuna*, nº 1014, 09/07/1948, p. 4.

⁵⁷⁵ *El Comercio*, nº 57121, 07/07/1948, p. 3.

⁵⁷⁶ *La Tribuna*, nº 1049, 13/08/1948, p. 10. Durante os números correspondentes aos dias 15, 17, 18, 19, 20 e 21 de agosto de 1948, continuou a publicar a crescente lista de assinaturas.

O governo reagiu pedindo sanções para publicações apristas, especialmente *La Tribuna*, negando uma série de acusações. Através de um Comunicado Oficial, negou que houvesse conluio entre o Executivo e os parlamentares ausentes; que pudesse obrigá-los constitucionalmente ao comparecimento das sessões parlamentares; que houvesse descumprido com a Constituição, tal qual os parlamentares ‘ausentistas’, e que pudesse convocar eleições gerais, o que equivaleria a dissolver o Congresso atual.

El Decreto [...] ha dado oportunidad para que ‘La Tribuna’ [...] y personas que coinciden con la actividad aprista, tanto en el pensamiento como en sus modos de expresión, inicien duro ataque contra el Gobierno alegando la inconstitucionalidad.⁵⁷⁷

El Comercio, apoiando o decreto, descreveu a atitude da imprensa aprista como expressão de um desejo incontido de subverter a ordem e o regime, descrevendo o clima golpista que se vivia desde alguns meses.

A nadie ha de extrañar la forma como ha reaccionado la Alianza popular revolucionaria americana contra el Decreto del Poder Ejecutivo, convocando una Asamblea Constituyente. [...] El objetivo, pues, no ha sido exponer, por medio de sus hojas periodísticas, la posición doctrinaria del partido contra el mencionado decreto; sino mobilizar a sus afiliados ya a sus satélites en campaña de agitación subversiva.⁵⁷⁸

A mobilização aprista através de suas representações sindicais e estudantis, que a rigor nunca haviam cessado nos meses anteriores, assumiu um caráter mais radical, politizando as paralisações que então se verificaram. Se no âmbito sindical a força aprista era uma tradição, graças a qual cerca de duzentos e sessenta e quatro novos sindicatos haviam sido reconhecidos, somente nos dois primeiros anos do governo da FDN⁵⁷⁹, no âmbito estudantil nunca foi menor. A maior, mais antiga e mais importante universidade do país, São Marcos, elegera como reitor, em 1946, por ampla maioria, o deputado e futuro senador aprista Luís Alberto Sánchez. A Universidade de La Libertad, em Trujillo, havia escolhido para ocupar a reitoria o aprista Antenor Orrego.⁵⁸⁰ A Federação de Estudantes do Peru também fora controlada por militantes do Partido durante anos, e a Juventude Aprista Peruana desenvolveu um profícuo trabalho de penetração nos colégios secundários, como o tradicional Colégio

⁵⁷⁷ Reprodução do pronunciamento oficial do governo de 09/08/1948 publicado por *El Comercio*, nº 57199, 10/08/1948, p. 3.

⁵⁷⁸ *El Comercio*, nº 57203, 20/08/1948, p. 2.

⁵⁷⁹ COTLER, Julio (1992, p. 265).

⁵⁸⁰ SÁNCHEZ, Luís Alberto (1981, p. 212-216).

Guadalupe, em Lima, disputando acirrados combates com ativistas comunistas. Na instância representativa estudantil e sindical, portanto, a luta política deu-se mais diretamente contra o avanço do comunismo do que necessariamente contra os representantes de linha mais conservadora. O momento fora de mobilização destas instâncias, pois o regime tentava isolar o aprismo.

O clima ficou ainda mais tenso, devido à inimizade explícita que o governo demonstrava contra o aprismo. As denúncias se centraram em condenações aos jornais apristas tornando-se, então, a tônica dos ataques governamentais e dos inimigos jornalísticos tradicionais. Enquanto o governo ajuizou ação legal contra os diretores do *La Tribuna*, *La Tarde* e *Política*, que “con informaciones falsas y tendenciosas se trata de soliviantar y envenenar el espíritu de los trabajadores”⁵⁸¹, *El Comercio* se solidarizou com o regime na manchete “El Gobierno Hace Saber al País que el APRA Está Organizando Huelgas Estudiantiles con Fines Políticos”⁵⁸².

O crescente isolamento do APRA e a busca desesperada do governo por romper o impasse institucional, que permanecia desde o segundo semestre do ano anterior, acelerou a polarização de duas vias golpistas e antagônicas para a derrocada do regime, uma aprista e outra fomentada pelo general Manuel Odría e apoiada veladamente por Pedro Beltrán.⁵⁸³

Enquanto o Comitê de Defesa do Partido, CD, grupo aprista liderado pelo militar Victor Villanueva, adiantou suas atividades de envolvimento de oficiais das Forças Armadas e de militantes civis com um possível movimento revolucionário, Odría desenvolveu intensa atividade conspiratória, desde que renunciara ao Ministério, em junho de 1948, alegando como motivo a leniência do Executivo no combate ao aprismo. A tentativa de golpe de Alfonso Llosa, por exemplo, já contara previamente com o apoio de Odría, que só não aderira de imediato por considerá-lo prematuro.⁵⁸⁴

As atividades de Odría não eram de todo desconhecidas pelo governo Bustamante, como foi comprovado por mais um incidente que envolveu posições políticas e ideológicas de personalidades da imprensa nacional.⁵⁸⁵ O novo Ministro de Governo, Julio Villegas, mobilizara uma vigília de reunião ocorrida na casa de Odría, durante o mês de julho, na qual esteve presente, entre outros, o jornalista Eudocio Ravines. A percepção da vigília fez com que o jornalista declarasse em seu bisemanário, *Vanguardia*, que o governo Bustamante havia

⁵⁸¹ Comunicado do governo publicado por *El Comercio*, nº 27208, 22/08/1948, p. 3.

⁵⁸² *El Comercio*, nº 57215, 28/08/1948, p. 3.

⁵⁸³ VILLANUEVA, Victor (1977, p. 90).

⁵⁸⁴ Conforme LÚCAR, Domingo Tamariz (1998, p. 43).

⁵⁸⁵ BUSTAMANTE Y RIVERO, José Luis (1949, p. 140).

expedido ordem de prisão contra seu ex-Ministro de Governo. Villegas ordenou a detenção de Ravines por divulgação de notícia falsa, enquanto *El Comercio* saiu em defesa deste, alegando que a lei de imprensa em vigor não permitia sua prisão, situação prevista somente se houvesse ofensa ao Código Penal.⁵⁸⁶

Os desdobramentos do episódio desgastaram ainda mais o governo e mobilizaram, novamente, uma verdadeira guerra jornalística entre o aprismo e a imprensa oligárquica. Uma vez mais a imprensa e seus personagens mais influentes estiveram envolvidos diretamente em fatos políticos transcendentais.

Enquanto Odria declarou ao *La Prensa* que confirmava a existência de uma ordem de prisão contra ele, o *La Tribuna* reproduziu declaração de Villegas negando que ela existisse.⁵⁸⁷ Passados três dias, Ravines foi colocado em liberdade, graças ao pagamento de fiança efetuado por Pedro Beltrán. “Pedro Beltrán habría tratado de conseguir la libertad de Eudocio Ravines bajo fianza”⁵⁸⁸ informaria o *La Tribuna*. Em contrapartida, a cobertura da libertação de Ravines produzida pelo *La Prensa* foi suficientemente sensacionalista. Mereceu, inclusive, duas grandes fotos. Uma mostrando Ravines com o pessoal da redação e outra, apresentado-o perfilado com os operários do jornal. O texto exaltava a figura do jornalista como se estivesse participado de um episódio heróico. Já *El Comercio* se solidarizou com o “Protesto de la Asociación Nacional de Periodistas por la Detención del Director de Vanguardia”.⁵⁸⁹ Ravines, entretanto, não pôde evitar sua extradição por delito político, porque o governo permaneceu suspendendo as garantias individuais decretadas desde o levante de Alfonso Llosa, em Juliaca.

O incidente renovou a questão da liberdade de imprensa, opondo as impressões dos campos beligerantes. *La Tribuna* ironizou as atitudes de *El Comercio* e *La Prensa* por se solidarizarem com jornalistas como Eudocio Ravines e não com colegas de outros diários, como o abuso exercido pelas autoridades de Chiclayo contra o diretor do jornal *Hechos*, a invasão policial ao *La Tribuna del Sur*, em Cuzco e a prisão, havia somente uma semana, do secretário de redação do próprio *La Tribuna*: “La conducta de los dirigentes de oligarquía, poniendo en evidencia a los diarios que la sirven [...] ‘El Comercio’ y ‘La Prensa’ han

⁵⁸⁶ *El Comercio*, nº 57136, 15/07/1948, p. 2.

⁵⁸⁷ *La Tribuna*, nº 1020, 15/07/1948, p. 7.

⁵⁸⁸ *Ibidem*.

⁵⁸⁹ *El Comercio*, nº 57136, 15/07/1948, p. 3.

pretendido hacer posar [...] defensores de la libertad de prensa, cuando quiere interpretar la ley sólo para uso personal.”⁵⁹⁰

Durante os meses de julho e de agosto de 1948, *El Comercio* e *La Prensa* publicaram uma série quase diária de textos e artigos nos quais se sobressaiu o temor pela violência potencial do aprismo. Enquanto os aspectos ideológicos condenados historicamente pelo decano renovaram denúncias de antipatriotismo, ateísmo, métodos comunistas, etc.⁵⁹¹, *La Prensa* reforçou o mesmo teor, acrescentando versões sobre cada um dos principais acontecimentos envolvendo o APRA, antigos e recentes, que acabaram em violência política.⁵⁹² Também desdenhou abertamente o regime. Um manifesto da Aliança Nacional nas páginas de *La Prensa*, por exemplo, demonstrou claramente que este setor oligárquico não tinha qualquer intenção de salvar o que restava do governo, reforçando a tese de Odría sobre a leniência do Executivo em punir os excessos apristas. “Lo que el País Necesita es un Gobierno que Sepa Emplear la Energía Contra el Mal, Contra la Corrupción, Contra el Crimen”⁵⁹³, declarava a AN no mesmo dia em que outro Comunicado Oficial do governo renovava a suspensão das garantias constitucionais individuais, devido às agitações promovidas por militantes apristas nos mercados de Lima.⁵⁹⁴ A propósito, em meio a este tumulto provocado por apristas, havia quatro membros pertencentes à redação do jornal *La Tribuna* que estiveram envolvidos, conforme destacaria o *La Prensa* ao informar sobre suas prisões.⁵⁹⁵

O jornal de Beltrán acelerou seu plano golpista, cortejando politicamente a figura do ex-Ministro de Governo, manifestando inequívoca intenção de promovê-lo à condição de futuro líder político nacional. Quando Odría visitou sua terra natal, Tarma, no final de agosto de 1948, *La Prensa* o acompanhou como se estivesse realizando uma cobertura jornalística de um candidato eleitoral à presidência da República. “En Su Visita a Tarma, el Gral. Manuel Odría Recibió Calurosas Manifestaciones de Simpatía”, dizia o título da matéria publicada pelo *La Prensa*.⁵⁹⁶ Voltou a publicar sobre o mesmo evento três dias depois, destacando a

⁵⁹⁰ *La Tribuna*, nº 1024, 19/07/1948, p. 4.

⁵⁹¹ *El Comercio*, nº 57134, 14/07/1948, p. 2; nº 57136, 15/07/1948, p. 2; nº 57156, 27/07/1948, p. 3; nº 57161, 28/07/1948, p. 3; nº 57203, 20/08/1948, p. 2.

⁵⁹² *La Prensa*, nº 21855, 01/07/1948, p. 2; nº 21856, 02/07/1948, p. 2; nº 21857, 03/07/1948, p. 2; nº 21858, p. 2; nº 21859, 05/07/1948, p. 2; nº 21860, 06/07/1948, p. 2; nº 21861, 07/07/1948, pp.2 e 3; nº 21862, 08/07/1948, p. 2 e 3; nº 21866, 12/07/1948, p. 2; nº 21908, 23/08/1948, p. 3; nº 21909, 24/08/1948, p. 3; nº 21914, 29/08/1948, p. 3; nº 21915, 30/08/1948, p. 3.

⁵⁹³ Comunicado da Aliança Nacional publicado por *La Prensa*, nº 21865, 11/07/1948, p. 1-2.

⁵⁹⁴ Comunicado Oficial de Governo publicado em *La Prensa*, nº 21865, 11/07/1948, p. 1.

⁵⁹⁵ *La Prensa*, nº 21865, 11/07/1948, p. 2.

⁵⁹⁶ *Idem*, nº 21909, 24/08/1948, p. 2.

matéria intitulada “El Pueblo de Tarma Recibió con Cálidas Manifestaciones de Simpatía al General Odría”⁵⁹⁷, com ampla foto da cerimônia de doação de presentes pela população ao militar.

A tensão política acelerou a repressão ao jornalismo, sobretudo o de tendência aprista, mostrando que a tolerância do governo estava chegando ao limite. Ainda mais com os pedidos insistentes de punições por parte dos adversários jornalísticos do APRA. Indiciamentos e prisões, portanto, seguiram-se de forma corriqueira, como a nova detenção do diretor do jornal *Hechos*, de Chiclayo, o ajuizamento do jornal *La Tarde*, do congressista Rafael Belaúnde, de Lima, a prisão do diretor do periódico *Lucha*, de Andahuaylas e a prisão do diretor do *El Nacional*, de Sullana.⁵⁹⁸ Em todas estas intervenções, a acusação governamental foi de incitamento à desordem pública ou publicação de fatos inverídicos. No caso de *El Nacional*, por exemplo, a Chefatura de Investigações chegou a realizar interrogatórios aos jornalistas sobre a veracidade de notícias publicadas pelo *La Tribuna*.⁵⁹⁹

Em primeiro de outubro de 1948 *La Tribuna* publicou uma forte crítica ao governo, realizando um balanço sobre os últimos acontecimentos políticos e indagando-se sobre uma possível interrupção da democracia. Defendeu o regime democrático de forma candente, em artigo cujo título fora extraído de recente discurso de Haya de la Torre:

Que la Democracia no Perezca en el Perú [...] La Industria, el Comercio, los trabajadores de la ciudad y del campo, el hombre común, están viendo ya lo que significa que un país viva sin Congreso, sujeto al capricho de un grupo de personas que ilegalmente lo gobiernan por decreto [...]. Volveremos al imperio de la fuerza como instrumento de terror aunque se paralice y arruine al país?⁶⁰⁰

Na madrugada do dia três, a partir do porto de Callao, o movimento revolucionário aprista liderado por Victor Villanueva seria desencadeado. Ao não contar novamente com a coordenação adequada em outros pontos de Lima, acabou sendo dominado pelas forças legais do governo Bustamante.⁶⁰¹ A cúpula partidária aprista organizou um possível golpe com a participação de alguns oficiais de alta patente para ser deflagrado dia oito de outubro, segundo

⁵⁹⁷ *La Prensa*, nº 21912, 27/08/1948, p. 2.

⁵⁹⁸ *La Tribuna*, nº 1081, 14/09/1948, p. 4.

⁵⁹⁹ *Ibidem*.

⁶⁰⁰ *La Tribuna*, nº 1098, 01/10/1948, p. 4.

⁶⁰¹ Diversas publicações sobre este acontecimento foram editadas enfatizando o caráter político, ideológico ou o aspecto organizacional do movimento. Das publicações que acusam a cúpula do APRA como responsável pelo fracasso da revolução de 03/10/1948 destacamos MERCADO, Rogger. *Vida, Traición y Muerte del Movimiento Aprista*. Lima: Fondo de Cultura Popular Editores, 1956. VILLANUEVA, Victor (1977) e VILLANUEVA, Víctor (1954). Do ponto de vista histórico e jornalístico recomendaríamos LÚCAR, Domingo Tamariz (1998), que inclui depoimentos que isentam a cúpula aprista.

testemunho do então editor de *La Tribuna* e futuro líder político aprista, Armando Villanueva del Campo. Nesta versão, a antecipação do movimento para o dia três teria sido responsabilidade de Victor Villanueva e uma das razões do fracasso.⁶⁰²

A partir daquele dia, o jornal *La Tribuna* foi proibido de circular. Suas oficinas foram assaltadas pela polícia e os jornalistas que escaparam à prisão caíram na clandestinidade.⁶⁰³ Ao mesmo tempo, o Partido do Povo foi colocado na ilegalidade pelo presidente Bustamante. O decano não poderia estar mais satisfeito com as medidas tomadas pelo governo, conforme seu editorial de seis de outubro:

La enérgica y necesaria medida tomada por el Gobierno de poner al Apra fuera de la ley y someter a la justicia nacional a los dirigentes de este partido como causadores e instigadores de los acontecimientos del 3 del presente significa el mejor servicio que puede haber prestado a la Patria.⁶⁰⁴

A evolução dos acontecimentos, entretanto, não deram suficiente sobrevida ao governo de Bustamante. A conspiração de Odría continuou e as greves desencadeadas pelos estudantes de São Marcos e da Universidade de La Libertad somente espelharam o desespero das instâncias organizativas do aprismo em opor-se à inevitável ilegalidade. Era o clímax nada auspicioso de um governo isolado.

Apesar das atitudes enérgicas de Bustamante, tanto em Lima como em Trujillo, nem *El Comercio*, muito menos *La Prensa*, lamentaram quando Odría, desde Arequipa, divulgou o manifesto que anunciava o fim do governo da FDN. A declaração, divulgada pela Rádio Continental em vinte e sete de outubro, deu início a um jogo de adesões, informações e contra-informações entre as divisões do exército. O resultado culminou dia trinta com o isolamento, prisão e embarque imediato do presidente Bustamante y Rivero ao exílio naquele mesmo dia. Como diria Lúcar, muitos anos depois “*La democracia se iba de vacaciones*”.⁶⁰⁵

La Prensa expressou toda sua satisfação ao anunciar o golpe militar. “Há Triunfado el Movimiento Patriótico del Ejército”.⁶⁰⁶ Mais circunspecto, *El Comercio* anunciaria que “Llegó a Lima el General Manuel Odría Presidente Provisorio de la República”.⁶⁰⁷ O editorial do decano, entretanto, descreveu as verdadeiras razões do golpe militar contra Bustamante,

⁶⁰² Conforme depoimento de Armando Villanueva del Campo a Domingo Tamariz Lúcar em LÚCAR, Domingo Tamariz (1998, p. 116-121).

⁶⁰³ GARGUREVICH REGAL, Juan (1972, p.152).

⁶⁰⁴ *El Comercio*, nº 57295, 06/10/1948, p. 2.

⁶⁰⁵ LÚCAR, Domingo Tamariz (1998, p. 61).

⁶⁰⁶ *La Prensa*, nº 21977, 30/0/1948, p. 1.

⁶⁰⁷ *El Comercio*, nº 57344, 30/10/1948, p. 1.

salientando que ocorrera da melhor maneira possível, isto é, sem derramamento de sangue e sem divisões nas Forças Armadas. Este editorial expressou quanto os interesses da família Miró Quesada trabalharam contra a redemocratização. A noção de ordem e de hierarquia, para o decano, continuaram sendo mais fortes que a de democracia.

Era natural que nuestros institutos armados resolvieran la situación [...] de acuerdo con las exigencias de la paz pública y de la normalidad de la vida colectiva [...] consideran que pueden realizar la obra de bien público más efectiva; y sobretodo, librar a la Patria, con toda la decisión y energía que son necesarias, del terrible peligro que el aprismo significa para ella [...] es salvar a la nacionalidad de la amenaza y del oprobio de una secta internacional [...]. Ha sido posible, asimismo, proceder con el presidente depuesto, doctor José Luís Bustamante y Rivero, en forma caballera que le correspondía ser tratado. Le ha tocado al doctor Bustamante oficiar en una época de nuestra vida pública, en la que se necesitaba tener especiales condiciones de energía y poner los elementos adecuados para hacer un Gobierno fuerte. Por eso, fuimos en las elecciones de 1945 partidarios de un régimen militar, que podría reunir tales condiciones. Piensábamos; en aquella época, que elegido el doctor Bustamante y Rivero, iba a ser rebasado por el APRA; y así sucedió [...]. Es justo reconocer, que el entonces Presidente se dio cuenta de que su gobierno y el bien de la nación, eran incompatibles con los métodos del aprismo.⁶⁰⁸

No salão de recepções do Palácio de Governo se acotovelaram os representantes mais influentes da nação para cumprimentar o novo presidente. Um dos primeiros foi Pedro Beltrán, que logo assumiria o cargo de presidente do Banco Central. Carlos Miró Quesada Laos também esteve presente, representando *El Comercio*. A família Aspíllaga, proprietária de enormes fazendas açucareiras e, historicamente, vinculada ao civilismo, também esteve presente, comparecendo com dois de seus principais membros, os irmãos Ismael e Ramón Aspíllaga.⁶⁰⁹ Os segmentos sociais mais poderosos do ponto de vista histórico, econômico e político, portanto, estavam razoavelmente bem representados naquela cerimônia.

2.4.7 Palavras e Imagens: elementos influentes em uma cultura política

O debate produzido pelos agentes políticos em pleno processo conjuntural de exercício de uma democracia, como foi o caso do governo trienal da FDN, expressou-se com tal riqueza, profundidade e variedade de manifestações, que, para torná-lo mais completo, seria necessária uma recapitulação a partir do apelo manifestado através dos principais diários

⁶⁰⁸ *El Comercio*, nº 57344, 30/10/1948, p. 2.

⁶⁰⁹ LÚCAR, Domingo Tamariz (1998, p. 65).

envolvidos com base em mensagens e imagens publicadas. Considerando a exposição gráfica de palavras, ilustrações e fotografias como veículos de propagação de valores, posicionamentos, identidades e comportamentos dentro de uma determinada cultura política, procurou-se demonstrar a influência produzida pelo jornalismo naquele contexto. Além destes aspectos, justifica-se esta exposição de imagens através da importância que Burke dá a elas, estabelecendo as seguintes diretrizes aos historiadores:

As imagens não dão acesso ao mundo social diretamente, mas sim, visões contemporâneas daquele mundo [...] O testemunho das imagens necessita ser colocado no 'contexto', ou melhor, em uma série de contextos no plural (cultural, político, material e assim por diante). [...] Uma série de imagens oferece testemunho mais confiável do que imagens individuais [...].⁶¹⁰

O jornalismo político procurou elaborar uma série de sentidos utilizando-se de sistemáticas cotidianas que privilegiaram duas estratégias básicas: a fragmentação, a partir da criação e diferenciação dos campos políticos em disputa, e a dissimulação, pelo esforço de construção de uma imagem falsa ou negativa do adversário.⁶¹¹ Através destas duas sistemáticas, as 'trincheiras ideológicas' passaram a fixar a forma como quiseram ser conhecidos os principais agentes políticos e, principalmente, como quiseram que o inimigo político fosse reconhecido.

Tratou-se de criar, difundir e partilhar um senso comum com o objetivo de gerar consequências políticas. Neste sentido, o jornalismo não somente se assemelhou a uma 'trincheira ideológica'. A representação social elaborada e divulgada por cada periódico transformou-os em criadores de realidades.⁶¹²

A sequência cronológica de manchetes e fotos abrange o período cronológico do governo do presidente Bustamante y Rivero, mostrando o contraste da cobertura jornalística a respeito dos principais temas abordados pelos jornais *El Comercio* e *La Tribuna*. Também incluímos algumas fotos de títulos de matérias publicadas pelo *La Prensa*, uma vez que este periódico também contribuiu diretamente para o 'clima político' vivido naquela época.

Limitamos o número de manchetes e fotos anteriores e posteriores ao período do triênio 1945/1948, porque este foi o momento mais rico e importante para a fixação da auto-identidade e da identidade do adversário político através das 'trincheiras ideológicas'.

⁶¹⁰ BURKE, Peter. "Testemunha ocular: história e imagem" Bauru, 2004. EDUSC. Pp.236-238. (252p.)

⁶¹¹ De acordo com as características das representações sociais definidas por HERTZ, Daniel. In: GUARESCHI, Pedrinho et al. Petrópolis: Vozes, 2000, p.18-19.

⁶¹² Conforme avaliação de Guareschi sobre o poder da comunicação da mídia na realidade em GUARESCHI, Pedrinho et al., p. 28.

A reprodução nº 1 mostra um artigo de *El Comercio* cuja intenção era provar que o aprismo estava comprometido com o comunismo. A matéria publicava uma carta de Haya de la Torre, datada de 1929, quando a influência marxista no vocabulário aprista ainda era uma constante. Com tal divulgação, o decano tentava justificar a adoção da recém-implantada *Ley de Emergência*, que além de cercear a liberdade de imprensa, proibia as atividades de partidos considerados internacionais, como o APRA e o Partido Comunista. Tal proibição deu origem ao artigo nº 53 da Constituição de 1933, limitando legalmente a atividade daqueles Partidos.

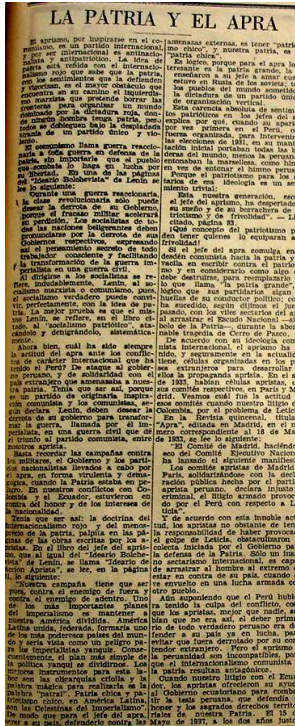


Reprodução nº 1 - *El Comercio*, 26/02/1932, p.14.

A constante qualificação do aprismo como uma forma de comunismo permaneceu a mesma nos anos 1940. Procurando provar a origem comunista do Partido, o decano veiculou vários artigos sobre conceitos relevantes como pátria, nação, regime democrático, buscando desqualificar o aprismo como capaz de ‘honrar’ quaisquer destes princípios.

O artigo parcialmente reproduzido pela ilustração nº 2 poderia ter sido extraído tanto das publicações dos anos 1930, quanto dos anos 1950 ou 1960, uma vez que a tese de *El Comercio* sobre o vínculo do aprismo com o comunismo permaneceu a mesma, apesar da crescente animosidade entre o Partido Comunismo e o APRA, no plano político e sindical, e apesar das revisões programáticas do aprismo que, no triênio do governo do presidente

Bustamante y Rivero, apontavam em direção à adoção de um posicionamento mais afeito à social-democracia.



Reprodução nº 2 - El Comercio, nº 56910, 13/03/1946, p.3.

AVISO EDITORIAL

DIA

La distribución de papel periódico

La circunstancia de que la cuota de papel asignada a nuestro diario no sea suficiente, a causa del número de páginas que se ve precisado a dar "El Comercio"—debido al crecimiento en su circulación y en el volumen de sus avisos e informaciones—nos llevó, en meses pasados, a pedir que la mencionada cuota fuese aumentada. Infelizmente no nos ha sido posible conseguirlo de los países que intervienen en nuestra provisión de papel de imprenta. Y aún esa deficiente cuota que teníamos fijada ha sido disminuída por el Gobierno, en cien toneladas, para el trimestre de Octubre a Diciembre de este año.

La situación existente nos obliga a tomar medidas drásticas a fin de economizar papel; y con tal objeto, en nuestro deseo de no restringir la circulación de "El Comercio", el Directorio ha acordado limitar, desde mañana, el número de páginas de avisos que se reciba en la Administración, condicionando el tamaño de éstos y suprimiendo la publicación de páginas enteras; y ajustar las colaboraciones y la extensión de las informaciones, a las estrictas necesidades del buen servicio del diario.

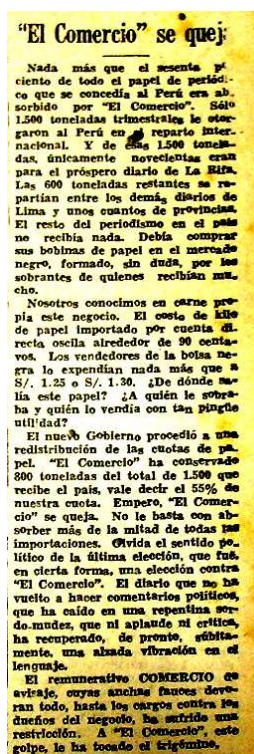
Estamos seguros de contar, para el propósito que perseguimos, con el mismo comprensivo y benévolo apoyo del público, que siempre ha acompañado a "El Comercio".

Con referencia al "Comunicado Oficial" del Ministerio de Hacienda, que con el título que encabeza este artículo, apareció en la edición de la mañana del ayer de "El Comercio", queremos manifestar, sin necesidad de motivos de ese despacho para reducir en 100 toneladas al trimestre la cuota de papel asignada a nuestro diario, que tal medida nos causa serio daño, porque viene a agravar la crítica situación que atravesaba ya este periódico, en lo que se relaciona con la provisión de ese artículo. Nos ha obligado ella, pura, a tomar las providencias del caso, restringiendo el volumen de nuestras ediciones, cosa que era necesario decretar a nuestro público; y eso es, precisamente, lo que hemos hecho en el Aviso Editorial que dan origen a la información del Ministerio de Hacienda.

Reprodução nº 3, El Comercio, nº 55325, 10/10/1945, p.1 e nº 55326, 11/10/1945, p.1.

A animosidade entre os periódicos *El Comercio* e *La Tribuna* incluiu, entre outros assuntos, a politização a respeito do abastecimento de matéria-prima destinada à confecção dos dois diários. Alegando uma tiragem cada vez maior, o decano se queixava ao governo de Bustamante sobre a limitação de papel importado para o atendimento de sua demanda, quantidade que era regulamentada pelo Ministério da Fazenda. Os dois editoriais justapostos na reprodução nº 3, dizem respeito a este tema.

Segundo informações do jornal aprista, *El Comercio* consumia cerca de 55% das 1.500 toneladas trimestrais importadas. O *La Tribuna* denunciou este percentual de consumo de papel, informando que correspondia a mais da metade de todo o material importado, e que as restantes 700 toneladas trimestrais tinham de ser divididas entre todos os outros periódicos do país. A reprodução nº 4 mostra um dos editoriais do jornal aprista publicando estas informações, comentando a queixa de *El Comercio* e esclarecendo à opinião pública que o decano se esquecera de que o regime político instalado a partir de julho de 1945 não havia sido apoiado por este jornal oligárquico. Havia, portanto, que se conformar com o que foi fixado pelo governo para o consumo de papel.



Reprodução nº 4, *La Tribuna*, nº 12, 10/10/1945, p. 5.

O projeto de uma nova lei de imprensa acirrou animosidades e definiu campos opostos no âmbito do jornalismo político. Tornou-se a primeira questão que mobilizou intensamente as diversas instâncias de apoio à proposta e contrárias a elas. Passeatas rivalizaram-se com intenção de pressionar o governo pela sanção ao projeto, previamente aprovado pelo Congresso ou pelo veto. A reprodução nº 5 mostra a capacidade de mobilização do aprismo, reunindo, segundo sua informação, 100 mil pessoas em favor da nova lei de imprensa. A capa do *La Tribuna* mostra uma foto da passeata ocorrida em Lima onde se destaca uma multidão carregando faixas com palavras de apoio ao projeto aprista. Na faixa à esquerda da foto é possível visualizar a frase *VIVA LA LEY DE IMPRENTA*.



Reprodução nº 5, *La Tribuna*, nº 63, 30/11/1945, p. 1.



Reprodução nº 6, La Tribuna, nº 54, 21/11/1945, p.1.

A sustentação parlamentar aprista ao projeto do novo estatuto de lei de imprensa, se baseava no documento da subcomissão do Senado, previamente assinado pela maioria dos grandes periódicos do país em reunião celebrada com o senador Manuel Seoane, em 13 de agosto de 1945. Neste documento constava a assinatura dos diretores de *La Crónica*, *La Prensa*, *La Tribuna* e *El Comercio*. Este último foi representado por Aurélio Miró Quesada.

A oposição do decano ao projeto nos meses posteriores tornou-se o primeiro grande dilema estabelecido entre as posições político institucionais, situação e oposição

governamentais através dos jornais. No auge das campanhas favoráveis e contrárias à lei, *La Tribuna* expôs fac-símile daquele documento, conforme pode ser visto da reprodução nº 6.



Reprodução nº 7, *El Comercio*, nº 55939, 24/09/1946, p. 5.

A reprodução nº 7 ilustra a preocupação do decano em relação à aprovação de qualquer preceito legal que intervesse na produção, conteúdo e na circulação de jornais. Nesta reprodução aparecem, na mesma página, quatro matérias sobre o mesmo assunto.

As quatro manchetes, *Una Nueva Forma de Restricción a la Libertad de Prensa*, *La Libertad de Opinión*, *Una Reforma Constitucional Repudiada por la Opinión Pública* e *El Perú, de Pie, Rechaza La Lei Del Dogal*, mostram o esforço do decano em impedir que o aprismo estabelecesse qualquer controle sobre suas publicações. A primeira e a quarta manchete reproduzem comentários sobre a *Lei del Camillita*, publicados, respectivamente, pelo *La Nación*, de Buenos Aires, e pelo *El Mercurio*, de Santiago. A segunda manchete encabeça uma colaboração do conservador Carlos Arenas y Loayza sobre o assunto. A terceira matéria foi produzida pelo próprio *El Comercio*.

O número e a frequência deste tipo de exposição, ocorrida reiteradas vezes ao longo de muitos meses, mostra o alto grau de tensão estabelecida dentro do jornalismo político. A ânsia em justificar as posições correspondia diretamente ao número e volume de artigos publicados.

Durante o primeiro semestre de 1946 o problema de abastecimento de víveres nas grandes cidades foi uma constante. A escassez era um problema mundial, afetando todos os continentes. O Peru sofreu do mesmo problema como qualquer outro país na época. A utilização política do problema pelo jornalismo político, porém, mereceu por parte de *El Comercio* uma constante veiculação de matérias com fotos e textos ilustrativos dos problemas enfrentados pela população, principalmente de Lima. Como o aprismo era o responsável pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, a questão tornou-se motivo de constantes ataques entre o decano e o *La Tribuna*.

A reprodução nº 8 exibe um exemplo dos inúmeros artigos de *El Comercio* sobre este problema, no período da gestão do Ministro Luís Rose Ugarte. A foto mostra as dificuldades da população nos mercados limenhos, onde a fila era uma constante.



Reprodução nº 8, *El Comercio*, nº 55629, 01/04/1946, p.3.

Para provar que o decano se contradizia na questão da produção de alimentos e de abastecimento de víveres, *La Tribuna* defendeu a gestão de seu ministro com a mesma frequência com a qual *El Comercio* procurava desqualificá-la. A reprodução nº 9, do *La Tribuna*, mostra título e trecho de artigo do próprio *El Comercio* sobre o êxito da administração daquele Ministério.



Reprodução nº 9, *La Tribuna*, nº 445, 16/12/1946, p.3.

Um ano após a vitória eleitoral da FDN, o aprismo exibiu seu orgulho de pertencer ao governo. Afinal três ministros de Estado e a maioria do Congresso Nacional eram apristas. A reprodução nº 10 atesta o ufanismo deste pertencimento.



Reprodução nº 10, *La Tribuna*, nº 257, 10/06/1946, p. 1.

A reprodução nº 11, extraída do *La Tribuna*, pertence ao período em que o projeto de lei aprista sobre a circulação de periódicos e assistência social ao vendedor ambulante de jornais, o canillita, estava sendo apreciada no Congresso Nacional. Mostra o contraste entre o tratamento que o *La Tribuna* dispensava a seus vendedores e àquele dado pelos jornais *El Comercio* e *La Prensa*. As fotos da coluna da esquerda mostram os *canillitas* aguardando as edições dos jornais oligárquicos para a venda durante a madrugada, assinalando a hora em que foram tiradas. As da direita mostram o bom tratamento dispensado aos *canillitas* pelo *La Tribuna*.



Reprodução nº 12, *La Tribuna*, nº 1070, 03/09/1948, p. 7.

Em abril de 1946, uma passeata de mulheres em protesto contra o alto preço dos alimentos e contra as dificuldades na obtenção de gêneros de primeira necessidade foi atacada por militantes apristas. Os distúrbios tiveram desdobramentos tais como o assalto destes militantes às dependências do jornal *La Prensa* e a destruição das instalações e maquinário da Empresa Editorial Peruana S.A e a Editora *La Cotera*.

A reprodução nº 13, extraída de *El Comercio*, mostra as siglas Juventude Aprista Peruana - JAP e APRA escritas nas paredes das dependências do *La Prensa*.

As reproduções seguintes, nº 14 e 15, mostram a destruição do maquinário e instalações da Editora *La Cotera*.

Este incidente seria reiteradamente lembrado pelo decano como exemplo da prática violenta incentivada pelo aprismo. Também seria lembrado como comprovação de que o aprismo não primava pelo respeito à liberdade de imprensa.



Reprodução nº 13, *El Comercio*, nº 55653, 14/04/1946, p. 3.



Reprodução nº 14, *El Comercio*, nº 55654, 15/04/1946, p. 3.



Reprodução n° 15, *El Comercio*, n° 55654, 15/04/1946, p. 3.

A contrapartida da violência provocada pelos militantes apristas às instalações do *La Prensa*, em abril de 1946, ocorreu em setembro de 1947. A reprodução n° 16 mostra o episódio no qual o comandante Alfonso Llosa adentrou no recinto do jornal *La Tribuna* com dois outros oficiais do exército para intimidar redatores e diretores do periódico aprista, ameaçando disparar contra eles. Na fotografia da esquerda vê-se uma metralhadora postada sobre um tripé, no solo do saguão do prédio. O militar à direita, em primeiro plano, de casaco de couro negro e calça clara é o comandante Alfonso Llosa.

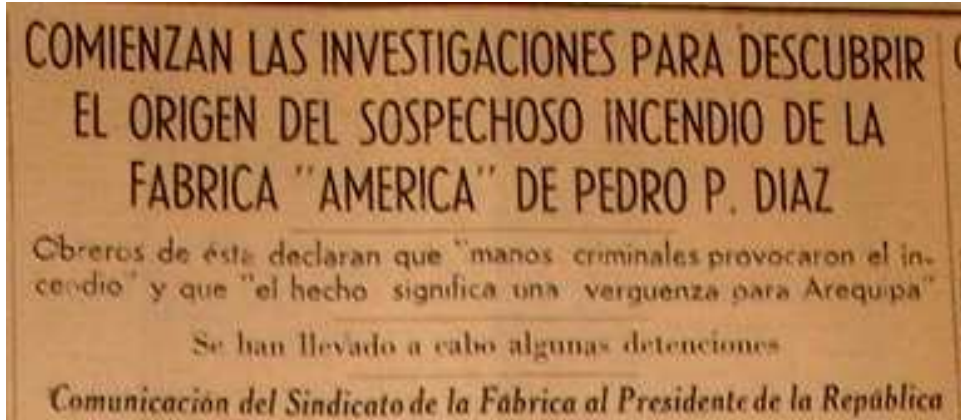
Na fotografia da direita vê-se a discussão travada entre este oficial e o administrador do prédio do *La Tribuna*, o aprista Martínez Merizalde.

O incidente passou despercebido pelos diários oligárquicos e Alfonso Llosa ainda foi agraciado, um mês após o incidente, com sua nomeação para a chefia da 4ª Divisão do Exército Peruano, instalado em Puno e Juliaca.



Reprodução nº 16, *La Tribuna*, nº 725, 24/09/1947, p. 1.

As denúncias de violência sempre foram uma constante no cotidiano político. A reprodução nº 17 diz respeito a um incêndio ocorrido nas dependências de uma indústria de Arequipa. Tendo em vista a presença mobilizadora do sindicalismo aprista, a animosidade com outros grupos sindicais daquela cidade e a campanha do proprietário da fábrica contra as atividades político-sindicais desenvolvidas pelo aprismo, o incêndio passou a ser tratado como tendo origem criminosa. Repercutindo intensamente esta possibilidade, *El Comercio* acompanhou de perto as investigações, publicando diversas matérias sobre o assunto, na tentativa de vinculá-lo a um atentado de origem aprista. A reprodução nº 17 é um exemplo desta cobertura do decano.



Reprodução nº 17, *El Comercio*, nº 56079, 07/12/1946, p.3.

O final das investigações policiais sobre a origem do sinistro revelaram que o incêndio fora causado por um simples acidente. *La Tribuna* apressou-se em desmentir a versão do decano, reproduzindo matéria do jornal *Notícias*, de Arequipa, conforme observamos na manchete da reprodução nº 18.



Reprodução nº 18, *La Tribuna*, nº 443, 14/12/1946, p. 1.

Ironizando as falsas denúncias do decano, o periódico aprista publicou *charge* humorística, mostrando o duende, personagem que representa o periódico *El Comercio*, executando sabotagem, como se vê na reprodução nº 19. O título da anedota é 'BRINCANDO COM O FOGO'. Os versos no rodapé da ilustração afirmam: 'Uma bomba aqui, um incêndio lá [...] mintamos, falemos, que algo ficará [...]!'



Reprodução nº 19, *La Tribuna*, 438, 09/12/1946, p. 5.

A poetisa Magda Portal, aprista histórica e fundadora do Partido Aprista, contribuiu regularmente com artigos para o *La Tribuna*, procurando esclarecer as diferenças entre a imprensa aprista e a imprensa oligárquica. A manchete de um destes artigos assinados pela poetisa, *Prensa Aprista y Prensa Civilista*, exposta na reprodução nº 20, comprova que o termo civilista ainda era constantemente utilizado para a identificação das práticas políticas da oligarquia, incluindo, nestas práticas, o estilo de jornalismo adotado.



Reprodução nº 20, *La Tribuna*, nº 654, 15/07/1947, p. 4.

Reprodução nº 21, *La Tribuna*, nº 484, 25/01/1947, p.1.

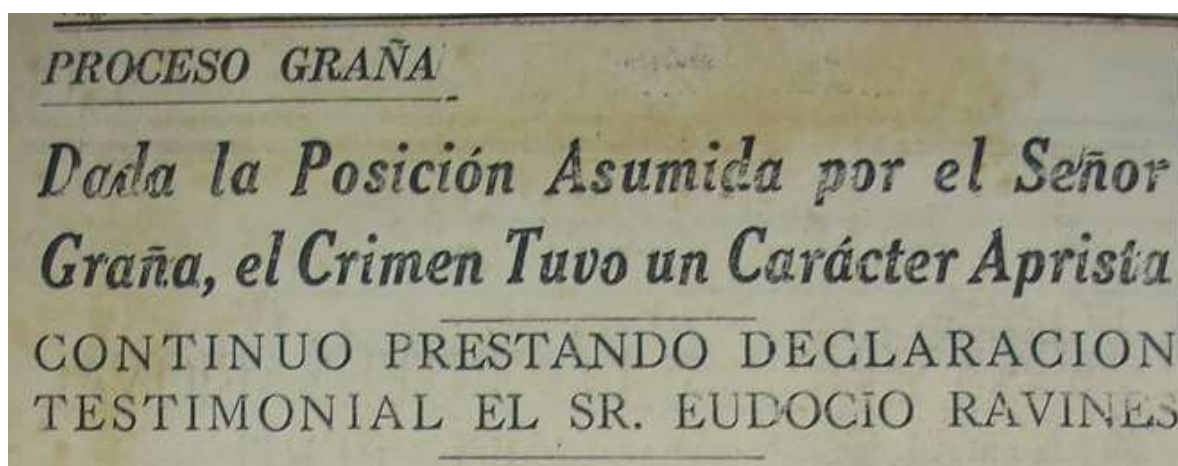
O assassinato do diretor de *La Prensa*, Francisco Graña Garland, acelerou o desequilíbrio nas relações entre os Poderes Executivo e Legislativo. Tendo em vista a imediata classificação do crime como político, por parte dos jornais oligárquicos, *La Tribuna* protestou veementemente. O Partido Aprista moveu interpelação judicial a *El Comercio* e *La Prensa*, como mostra a manchete da página 1 de *La Tribuna*, na reprodução nº 21.

O crime Graña provocou a renúncia de todo um gabinete que continha a presença de ministros apristas. Tal renúncia e a recompensa oferecida pelo *La Tribuna* por qualquer informação que ajudasse a desvendar o caso (Reprodução nº 22) procurava inocentar o envolvimento do APRA naquele assassinato.



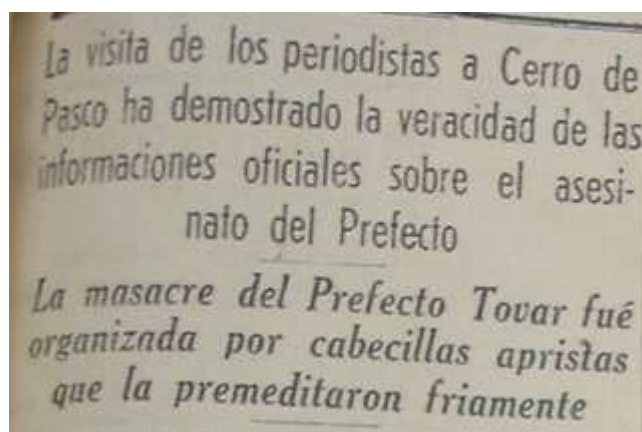
Reprodução nº 22, *La Tribuna*, nº 470, 11/01/1947, p. 1.

Meses após o assassinato, o *La Prensa*, tal qual *El Comercio*, permaneceu sustentando a tese, cada vez mais verossímil, de que o crime tinha origem política, como atesta a manchete da reprodução nº 23. Em fevereiro de 1947 a recompensa oferecida chegou a 50 mil sóis.



Reprodução nº 23, *La Prensa*, nº 21869, 15/07/1948, p. 2.

A violência praticada pelos ativistas apristas tornava cada vez mais difícil acreditar que o crime Graña não houvesse sido cometido por algum militante do APRA. Ainda mais quando cresceu o número de denúncias de assassinatos produzidos por membros daquele Partido, cada vez mais frequentes nos últimos meses do governo do presidente Bustamante y Rivero. A reprodução nº 24, mostra a repercussão do assassinato do prefeito de Cerro de Pasco nas páginas do *El Comercio*.



Reprodução nº 24, *El Comercio*, nº 56895, 05/03/1948, p. 3.

Distúrbios causados por militantes apristas nos mercados de Lima, em julho de 1948, envolveram, inclusive, empregados do jornal *La Tribuna*. A reprodução nº 25, extraída de *El Comercio*, dá conta desta espiral ascendente de violência que tomava conta do cotidiano político no final do governo da FDN.

**Los sucesos de la mañana de ayer en
Lima y en Miraflores**

Aztladores apristas promovieron disturbios en los mercados.-Alar-
ma pública en ambas ciudades.-Los establecimientos comerciales
cerraron sus puertas.-Poco después se restableció la normalidad
La policía detuvo a un grupo de promotores de este condenable
intento de alterar la paz pública

Reprodução nº 25, *El Comercio*, nº 57129, 11/07/1948, p. 3.

Particularmente importante para a animosidade nas relações políticas, *La Prensa* reproduziu uma série de artigos durante o mês de julho de 1948, procurando provar, tal qual sempre fez *El Comercio*, o conteúdo comunista das propostas apristas, lembrando, inclusive, posicionamentos históricos do aprismo, como o ensino laico, conforme se pode observar nas reproduções de nºs 26 e 27.

Claro Origen Comunista Tiene el Apra
Ha Comunicado Oficialmente que Pretende
Destruir la Estructura Actual de la República

Reprodução nº 26, *La Prensa*, nº 21866, 12/07/1948, p. 2.

El apra preconiza la idea de laicalizar la enseñanza

Elogian la insurrección de 1923 en la que blasfemaron contra la
entronización del Corazón de Jesús oficialmente en el Perú

El Perú sufre la doble tutela del Vaticano y de Wall Street

Reprodução nº 27, *La Prensa*, nº 21871, 17/07/1948, p. 2.

O aprismo e o *La Tribuna* tiveram de lidar com uma dupla animosidade, representada pelos segmentos oligárquicos e o Partido Comunista. O governo da FDN estaria sendo sabotado, de acordo com as denúncias do jornal aprista, por um pacto entre estas duas forças políticas. Quando Pedro Beltrán formou a Aliança Nacional, cuja principal atitude foi não fornecer *quorum* de parlamentares para a instalação das Câmaras Legislativas, o jornal aprista contra-atacou vendo na coalizão política entre ultraconservadores e comunistas a prova de um pacto anti-aprista. Como alguns destes membros conservadores foram confessionalmente adeptos do fascismo, a associação de interesses com os comunistas era vista como um pacto nazi-soviético por parte do aprismo. A reprodução de nº 28 mostra a propaganda de uma palestra com o político conservador Francisco Tamayo, descrito como civilista, com apoio do Partido Comunista. O tema da palestra versava sobre a questão do petróleo e o debate sobre o Contrato de Sechura, ao qual se opunham, estabelecendo uma polêmica que envolvia diretamente o aprismo e o Poder Executivo, interessados na aprovação.

VERSION CRIOLLA DEL PACTO NAZI-SOVIETICO

El Contubernio Civilista-Comunista en ofensiva común contra el combustible

Los totalitarios de ambos colores conspiran juntos contra el progreso económico de la democracia.

PRUEBAS INGONTOVERTIBLES
La reacción y el comunismo, criollo —los dos enemigos tradicionales de la libertad y la democracia— han arrojado con desvergüenza la máscara y cooperan abiertamente. Se trata de liquidar al régimen, al Partido del Pueblo, y así abrir una brecha para que penetre la invasión totalitaria extranjera.

"EL COMERCIO" CON EL COMUNISMO
Nada más revelador, en este sentido, que las dos publicaciones efectuadas en "El Comercio" de ayer. El viejo órgano de la reacción civilista jamás ha publicado documentos políticos que no cuenten con su simpatía y su respaldo. Perencece ya al anodino político del Perú su deliberada ignorancia de todo lo concerniente a las fuerzas que se han opuesto a la reacción en el país. "El Comercio" confesó una vez que el "silencio era su arma". Y con el silencio quiere victimar a sus enemigos, sean estos Mórera, González Prado, Leguía, Billinghurst o Haya de la Torre. Por el contrario: toda fuerza que coopere con los planes siniestros del civilismo encontró en el Decano la generosidad de sus columnas y el relieve de los títulos llamativos. Este es el caso actual del comunismo. Se confirma así la acusación de "La Tribuna" y del Partido del Pueblo. La reacción y el partido rufián trabajan en estrecha alianza. "El Comercio" se ha vuelto el boletín oficial del Partido Comunista. Monstruosa y a la vez lógica alianza totalitaria que revive en nuestro suelo el pacto abominable de hitleristas y soviéticos en 1939. Aquella vez, las fieras totalitarias se juntaron para exterminar a Polonia. En esta oportunidad, los totalitarios de Mussolini y de Stalin se alían para extirpar a la democracia en el Perú.

HISTORIA ANTIGUA
No es la primera vez que el Perú asiste a un contubernio de esta clase. En 1903, al iniciar el Partido Aprista su gran campaña cívica, "El Comercio" acogió y publicó despectivamente los comunicados del Secretario General del Partido Comunista, entonces, y ahora Secretario de Propaganda de la Alianza Nacional Endocio Rabines. El sovietismo criollo tuvo su primer atropellamiento en el diario de la Rifa. Lo vuelve a tener ahora, cuando como más urgencia requiere de voceros políticos para realizar "la guerra del combustible" contra las democracias y la seguridad interamericana.

LA ALIANZA Y EL COMUNISMO
Publicamos nuevamente, en esta página, un revelador testimonio gráfico. La invitación conjunta de la Alianza Nacional y el Partido Comunista a la conferencia del senador ausentista Tamayo sobre el contrato de Sechura. Nuevamente la "guerra del combustible" junta a reaccionarios y comunistas.

LA U. R. Y EL COMUNISMO
Los extremos se tocan y los extremistas también. En este caso, se trata del Partido Totalitario de Derecha "Unión Revolucionaria" y del Partido Totalitario Soviético llamado Comunista. Uno y otro, amén de los apéndices nominales, bulliciosos e intrascendentes del "Partido Social-Republicano" y del "Movimiento Cívico Independiente", firman el mensaje "El Balcón" con igual dedicación por "El Comercio" en su edición de ayer, que de este modo resulta convertida en verdadera edición especial dedicada a recopilar los ataques servílicos contra el gobierno y el Partido del Pueblo.

CATOLICOS EXCOMULGADOS
El mensaje quinta-columnista que encabezan comunistas y fascistas de la U. R. trae también la firma de un representante de "obreros católicos". A la verdad, no entendemos el catolicismo de estos "obreros" que siguen

Ante la degeneración del gobierno en virtud del contrato de Sechura, publicado en los días del 20 de octubre, el Secretario del C. C. del Partido Comunista, Francisco Tamayo, condecora a los reaccionarios y a quienes han sido críticos de la obra del gobierno. Este es el documento que se publica en esta página. El documento es una declaración de adhesión a la obra del gobierno, en el sentido que se refiere a la obra que ha sido realizada por el gobierno. Se que el documento es una declaración de adhesión a la obra del gobierno, en el sentido que se refiere a la obra que ha sido realizada por el gobierno.

Las consignas comunistas y firman en documentos de pública incitación subversiva. La Iglesia, tanto bajo Pío XII como bajo el actual Pontífice, se ha pronunciado de la manera más categórica y terminante contra la cooperación de católicos con comunistas. La Iglesia rechazó la política aliativa de la "mano tendida" denunciando sus torvos propósitos confusionistas. El Cardenal de la Iglesia peruana ha hecho público el terminante repudio

de todo contacto político entre católicos y comunistas. "Los católicos somos anti-comunistas", dijo el Prelado. Para el católico que infringe mandatos tan terminantes ya se sabe que le aguarda la pena de verse automáticamente expulsado de la Iglesia. Ignoramos si los "obreros católicos" del Cuzco conocen las graves consecuencias del paso a que han sido arrastrados. Preferimos imaginar que se trata de una entidad supuesta, de esa "q" del comunismo crea incientemente para facilitar su penetración.

LA GUERRA
La guerra política ha comenzado en todo el mundo y con especial intensidad en Nuestra América. Chile y Brasil han dado los primeros pasos. El Perú asiste ahora a una ofensiva de cinco calicoes con la estrategia internacional del stalinismo. Y en ella, la reacción se mueve como tropa auxiliar. Y "El Comercio" como suctivo.

CONSTITUYESE EN EL CUZCO EL COMITE DE DEFENSA DEL PETROLEO

Partido Comunista Peruano
Invítase a la Conferencia sobre el Contrato de Sechura a las 7 P.M. en el Local del Sindicato de Choferes.

LA ALIANZA NACIONAL Y EL PARTIDO COMUNISTA PERUANO INVITAN A LA CIUDADANIA CUZQUEÑA A LA CONFERENCIA QUE JUSTENTARA EL DR. FRANCISCO TAYAYO SOBRE EL CONTRATO DE SECHURA A LAS 7 P.M. EN EL LOCAL DEL SINDICATO DE CHOFERES.

NOV. ELEJIRAN REIN A DE LOS JUEGOS

Reprodução nº 28, *La Tribuna*, nº 756, 25/10/1947, p. 5.

O apoio que *El Comercio* prestou à Aliança Nacional foi constantemente apontado como contradição por parte do *La Tribuna*. Numa série de artigos intitulados *El Comercio*

contra *El Comercio*, em junho e julho de 1948, o periódico aprista procurou mostrar que o apoio que o decano dava aos parlamentares que compareciam para dar *quorum* mínimo à instalação do Congresso Nacional tinha uma raiz contraditória e civilista. Ameaçado de serem extintos os mandatos por parte do Executivo, que especulava com a possível instalação de uma Assembleia Constituinte, *El Comercio* aplaudia a ideia de uma substituição integral do Poder Legislativo por um novo Congresso, para diminuir a influência da maioria aprista. Então *La Tribuna* denunciou o passado do decano, quando este, durante o governo do presidente Guillermo Billinghurst, em 1914, apoiou o Legislativo contra o Executivo, uma vez que tinha interesse que o governo fosse deposto, como de fato ocorreu, sendo substituído por um militar apoiado pelo Partido Civil. A reprodução n° 29 mostra parte de um destes artigos.

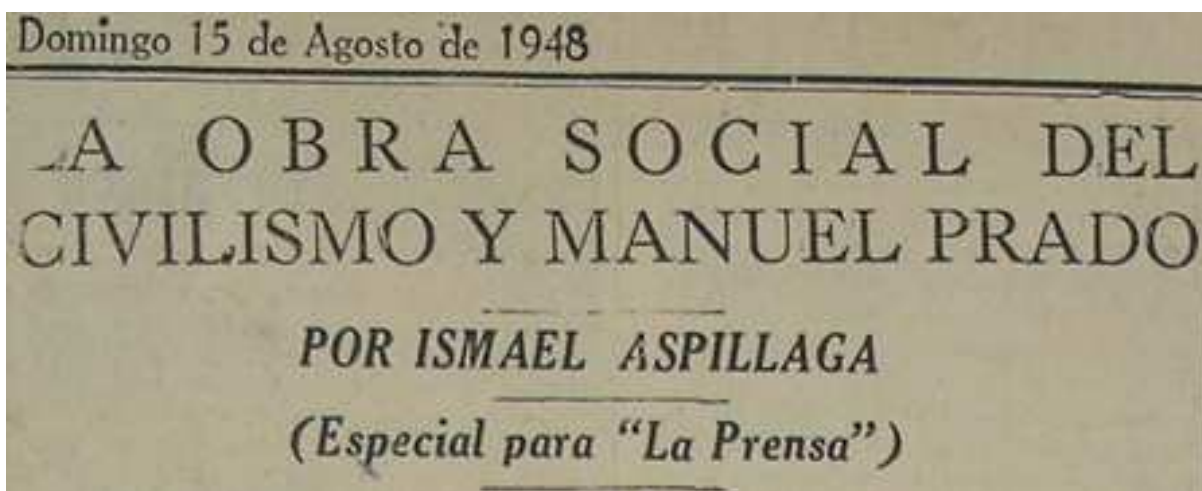


Reprodução n° 29, *La Tribuna*, n° 998, 25/06/1948, p. 4.

Durante os anos 1940 o adjetivo *civilista* ganhou cada vez mais contornos pejorativos no jargão político. Enquanto *El Comercio* procurava evitar a identificação histórica com este passado, o *La Prensa* reproduzia matérias enaltecidas deste passado. Afinal de contas, um

dos membros da família de ex-proprietários do jornal, Ismael Aspíllaga, latifundiário como Pedro Beltrán, tinha vínculos inolvidáveis com o civilismo.

A reprodução nº 30 mostra que, em pleno ano de 1948, ser civilista ainda era assumido francamente por alguns de seus membros sobreviventes. Esta reprodução mostra uma cópia de somente um dentre inúmeros artigos assinados pelo mesmo autor a respeito do civilismo durante o ano agosto de 1948. A sobrevida do modo de fazer política civilista ganhava continuidade, quando as forças conservadoras uniam-se em torno de um mesmo objetivo. A participação da família Aspíllaga na política peruana permaneceu influente durante os anos seguintes. Os irmãos Ismael e Ramón Aspíllaga foram dos primeiros personagens da elite peruana a comparecer à cerimônia de posse do ditador Manuel Odría, após a deposição de Bustamante y Rivero.



Reprodução nº 30, *La Prensa*, nº 21900, 15/08/1948, p. 3.

Um dos personagens mais marcantes do jornalismo político peruano naqueles anos foi Eudocio Ravines. Mesmo sendo um dos fundadores do Partido Comunista Peruano foi expulso e assumiu em pleno as atividades de jornalista.

Como diretor do semanário *Vanguardia* teve destacada participação nos principais acontecimentos políticos do governo da FDN. Anti-aprista ferrenho, Ravines colaborou para a formação da Aliança Nacional, liderada por Pedro Beltrán, da qual se tornou secretário de imprensa.

Anoche fué Puesto en Libertad Eudocio Ravines

Anoche a las 9 y 25 fué puesto en libertad al señor Eudocio Ravines, director propietario del bisemanario "Vanguardia", quien se encontraba retenido en una de las dependencias de la Sub-prefectura de Lima desde el día 13, por orden del ministro de Gobierno y Policía, don Julio César Villegas.

El señor Ravines ha permanecido cuatro días detenido incomunicado y en centinela de vista. No se le permitió ni la lectura de los diarios. La alimentación fué enviada por su familia.

Por orden superior, en las cuatro horas que el señor Ravines tuvo que comparecer ante el despacho del Jefe Ad-hoc, para prestar sus declaraciones en el proceso Graña, el despliegue de fuerzas de policía, tanto de Vigilantes del Cuerpo de Investigaciones, como de las tropas de Alto, fué exagerado e inusitado. Es evidente, que lo que se ha tratado es dar la impresión de un detenido aligroso que podría darse a la fuga que había la posibilidad de ser rastreado por el público. Todas estas precauciones, no tenía el menor fundamento, pues el señor Ravines contrajo la noche del martes 13 a la salida de Investigaciones a la comandada del Inspector señor Argüena, sabiendo ya que iba a ser enido.

PROCEDIMIENTOS DILATORIOS PARA RETARDAR LA LIBERTAD DEL SEÑOR RAVINES

Hemos informado ampliamente, nuestra edición de ayer, de los malos procedimientos puestos en práctica para retardar y entorpecer la salida del señor Ravines de la prisión. Con ellos la opinión pública se ha dado perfecta cuenta de que se ha querido agravar moral y materialmente al detenido y lo mismo, contrastando con tan alta actitud del ministerio de sereno, numerosas personas de los distintos círculos diplomáticos, económicos y culturales de la capital nos expresaron su protesta por esos procedimientos y su simpatía a la persona del señor Ravines.

ORDEN DEL JUEZ DE PAZ, DOCTOR PARRA BORGONO

En las primeras horas de la tarde ayer se nos informó, que el señor Ravines había prestado su declaración en una de las oficinas del Cuerpo General de Investigaciones, diligencia indispensable para que el detenido, previa la decisión del Juez. Esta diligencia ha sido demorada deliberadamente a fin de que el señor Ravines permaneciera detenido el mayor tiempo posible. Algo más, se nos ha informado, que había el propósito de prolongar aún mayor tiempo, pero las circunstancias y la protesta de la prensa local obraron en forma que obligaron al ministerio de Gobierno a ordenarla.

Al momento tuvimos conocimiento de la orden del Juez de Paz, cuyo texto reproducimos por separado, uno de nuestros redactores se constituyó en la Jefatura de Investigaciones para saber si ya esa dependencia del ministerio de Gobierno había recibido el oficio autorizando la libertad del señor Ravines. Los señores con quienes hablamos no pudieron darnos información alguna del asunto por el cual fuimos. Aún a las nueve de la noche, la situación era la misma, lo que nos enteramos de que el señor Ravines fué puesto en libertad.

de Gobierno para que el detenido obtuviera su libertad.

El señor Ravines en libertad
Como hemos dicho, a las 9 y 25 p. m., un oficial del Cuerpo de Investigaciones notificó al señor Ravines que estaba en libertad. Varios redactores de este diario y numerosos amigos le esperaban afuera. Seguidamente el señor Ravines ocupó su automóvil y se dirigió a su domicilio, del cual salió momentos después para dirigirse al local de "La Prensa", donde el personal de Redacción y de Talleres le estaba esperando.

AGASAJO DE LOS MIEMBROS DE LA REDACCION DE LA PRENSA

Cuando el señor Ravines llegó a las oficinas de redacción de este diario, todos los redactores y cro-

El Juez Dr. Angel Parra Borgoño Ordenó la Libertad del Sr. Ravines

Lima, diecisiete de julio de mil novecientos cuarentiocho.— Por recibida la denuncia contra Eudocio Ravines, y de conformidad con el artículo trescientos veinticinco del Código de Procedimientos Penales: cítese a las partes a comparendo para el veintidós del presente a las nueve de la mañana, las que deben concurrir con las pruebas que crean convenientes para el esclarecimiento de los hechos, ofreciéndose a quien corresponda; y apareciendo de la denuncia que Eudocio Ravines se encuentra detenido, y no existiendo prisión previa por faltas, ofíciate a quien corresponda a fin de que sea puesto en inmediata libertad y a disposición de este Juzgado, si el motivo de la detención obedece a los hechos materia de esta denuncia.— Angel Parra Borgoño.— H. Siguan ANICAMA.



Señor Eudocio Ravines, acompañado del personal de Redacción de LA PRENSA.



Obreros de los talleres de LA PRENSA, ofrecieron anoche una manifestación de simpatía al señor Eudocio Ravines.

Reprodução nº 26, *La Prensa*, nº 21872, 18/07/1948, p. 1.

Após a frustrada tentativa de golpe de Estado militar contra o governo de Bustamante y Rivero, proporcionada pela Sublevação de Juliaca, no início de julho de 1948, Ravines reuniu-se regularmente com o ex-Ministro de governo, Manuel A. Odría, quando pretendeu colaborar em um possível novo golpe de Estado. Devido ao conteúdo de seus artigos

publicados em *Vanguardia*, onde afirmava haver uma ordem de prisão contra Odría, foi preso por ordem do Executivo e posteriormente deportado. Apoiado como um herói pelo *La Prensa*, posou para fotos com o pessoal da redação e com os operários do jornal no dia em que foi libertado do cárcere, antes de seguir para outro país. O pagamento da fiança de Ravines foi feito pessoalmente pelo empresário e proprietário do *La Prensa*, Pedro Beltrán.

Na reprodução nº 31, Ravines aparece na primeira fotografia, sendo a quarta pessoa da direita para a esquerda. Na segunda fotografia, Ravines é a segunda pessoa, também no sentido da direita para a esquerda. A pose denota uma verdadeira celebração daquele jornalista, prestigiado e financiado pelo jornal oligárquico.

El Pueblo de Tarma Recibió con Cálidas
Manifestaciones de Simpatía al General Odría



Parte de los concurrentes a uno de los numerosos agasajos que la población de Tarma ha ofrecido al General Manuel Odría con motivo de su reciente visita.

Reprodução nº 32, *La Prensa*, nº 21912, p. 2.

Tendo renunciado ao ministério de governo, Manuel Odría passou a ser ‘cortejado’ pelo *La Prensa* para um possível golpe militar. A reprodução nº 32 mostra recepção da comunidade de Tarma, terra natal do general, obsequiando-o com presentes.

MAESTRO, HERMANO, JEFE: SALUD! EN ESTE DIA DE LA FRATERNIDAD APRISTA

LA TRIBUNA
DIARIO POPULAR PARA TODO EL PERU

Tome **Coca-Cola**
Bien helada

Edición: 16 págs.
Lima, Viernes 22 de Febrero de 1946
Precio: 15 Cts.

MILES DE PAÑUELOS SALUDARON SU PRESENCIA EN EL STADIUM



... 8:30 p. m. el Jefe del Partido del Pueblo Víctor Raúl Haya de la Torre ingresó al Estadio Nacional. La multitud allí reunida apenas se dió cuenta de su presencia rompió en una estruendosa y larga ovación. Los clásicos "¡Victor Raúl! ¡Victor Raúl!" atronaron el espacio mientras miles de pañuelos blancos se agitaban jubilosos en el aire.—En la foto aparece el Jefe agradeciendo la formidable ovación

Grandioso, fué el Homenaje al Jefe ayer en el Stadium Nacional

Una gigantesca multitud colmaba totalmente las gradas del Stadium Nacional de Lima, escenario del grandioso homenaje cuyo éxito ha sobrepasado todas las expectativas.

Pocas veces en la historia del Perú, el pueblo ha expresado con tan fervorosa rotundidad su adhesión y su reconocimiento a persona alguna. Desde muy temprano grabaron los grupos de apristas y simpatizantes, fueron congregándose en el amplio local del Stadium, protección de todos los edificios y balnearios de la ciudad de Lima. El comando Nacional de la Jap. ha tomado las medidas más convenientes para el correcto desarrollo del Programa abriendo los millares de apristas en sus respectivos empesamientos que abastaban el más perfecto orden.

DISCIPLINA EJEMPLAR
Era posible notar igualmente, que miembros del Secretariado de Disciplina mantenían al más perfecto orden, siendo incesantemente la presencia de la policía que servía

presente desde los primeros instantes.

A las 7 p. m. ingresó al Estadio de Honor, fue el Masón Somoza, Vice-Presidente de la Unión y líder del Partido; Manuel Vial, que Díaz, Ministro de Hacienda César Elias, Ministro de Hacienda Humberto Priola, Secretario General

Reprodução nº 33, *La Tribuna*, nº 148, 22/02/1946, p. 1.

O culto à personalidade do líder aprista Haya de la Torre foi cuidadosamente incentivado pelo Partido durante muitos anos. A data de nascimento de Haya, 22 de fevereiro, foi considerada o 'dia da fraternidade' no calendário do APRA. A reprodução nº 33 mostra a comemoração do dia da fraternidade de fevereiro de 1946. Note-se na fotografia de capa do *La Tribuna* a presença de um dos itens simbólicos mais importantes para o partido: a bandeira *Indoamericana*, frequentemente denunciada pelos adversários políticos como usurpadora e substituta do pavilhão nacional.

Como forma de denegrir a história do aprismo, *El Comercio* relembra, constantemente, os atentados provocados pelo Partido. A morte dos militares na Revolução de Trujillo, de 1932, procurava ganhar a simpatia das Forças Armadas, sempre vistas como possível solucionadora de problemas institucionais. A lembrança mais cara ao decano, todavia, envolveu o assassinato de um de seus membros historicamente mais destacados. Antonio Miró Quesada e sua esposa foram assassinados por um fanático aprista em 15 de maio de 1935. Assim como a lembrança dos mortos da Revolução de Trujillo, este duplo assassinato foi anualmente cultuado pelo periódico, conforme se pode constatar na reprodução de nº 34, datada de 16 de maio de 1946.



Reprodução nº 34, *El Comercio*, nº 55709, 16/05/1946, p. 3.



Reprodução nº 35, *El Comercio*, nº 57293, 05/10/1948, p. 3.

A reprodução nº 35 mostra a reportagem datada de dois dias após a frustrada sublevação aprista de 3 de outubro de 1948. Na segunda manchete vê-se a palavra *secta*, seita, como o decano costumava referir-se ao aprismo.

A reprodução de nº 36 descreve a descoberta de uma bomba colocada por ativistas apristas na rua onde se situava a sede do jornal *El Comercio*, a *calle de la Rifa*, durante a sublevação aprista de outubro de 1948. Segundo o jornal, o artefato teria força suficiente para produzir destruição em um vasto setor da rua, possivelmente atingindo suas dependências.



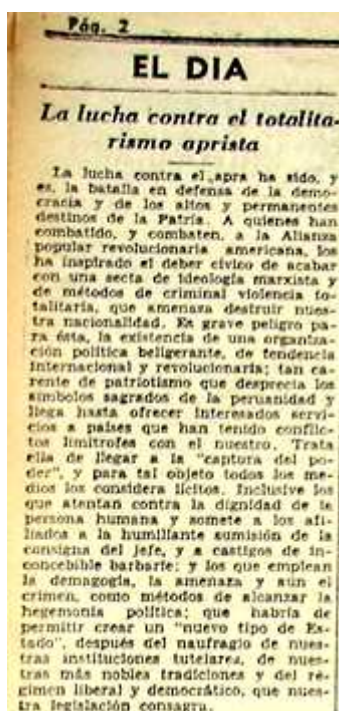
Reprodução nº 36, *El Comercio*, nº 57295, 06/10/1948, p. 3.



Reprodução nº 37, *El Comercio*, nº 57324, 23/10/1948, p. 7.

Procurando provar que a ilegalidade do aprismo era apreciada em todo o país, o decano divulgou, conforme podemos verificar na reprodução nº 37, matéria publicada pelo jornal *El País* da cidade de Chiclayo.

Mesmo com o APRA colocado na ilegalidade, e mesmo com o *La Tribuna* sendo proibido de circular, *El Comercio* permaneceu em sua regular peroração antiaprista. No mesmo dia em que ocorreu o golpe militar que deporria o presidente Bustamante y Rivero, publicou editorial (Reprodução nº 38) cujo texto possuía o mesmo conteúdo crítico expresso pelo decano desde o início dos anos 1930.



Reprodução nº 38, *El Comercio*, nº 57336, 27/10/1948, p. 2.



Reprodução nº 39, *El Comercio*, nº 57344, 30/10/1948, p. 3.

O golpe militar liderado pelo general Manuel A. Odría foi saudado pela oligarquia como um todo. Apesar de certa tendência favorável à indústria nacional, *El Comercio* comportou-se da mesma forma que o defensor do segmento primário exportador, o *La Prensa*. O apoio à nova ditadura era a garantia do afastamento do risco das possibilidades reformistas que significou a presença do aprismo no governo da FDN. O alívio ante a solução de força era inequívoco, não havendo qualquer escrúpulo em apontar como positiva a solução institucional antidemocrática adotada. A chamada *Revolución Restauradora*, saudada pelo decano na reprodução nº 39 como triunfal, nada mais foi que a retomada da política autoritária através de uma instituição que ainda permanecia extremamente fiel aos interesses da oligarquia: as Forças Armadas.

O governo da FDN caracterizou-se por ser o momento em que as ‘trincheiras ideológicas’ mantiveram suas posições radicalizadas dos anos 1930, somando-as a novos aportes conceituais e novos aspectos discursivos, num contexto de necessário exercício de liberdade democrática institucional no pós-Segunda Guerra Mundial. A intensidade do debate durante esta redemocratização passou a fixar, indelevelmente, as identidades políticas. Tornaram a influenciar as decisões tomadas pelo aprismo e pela oligarquia, num processo de profundo impacto na sociedade. Muito das características autoritárias, radicais e mesmo violentas solidificaram-se neste período passando a fazer parte da cultura política nacional.

2.5 RESCALDO DO TRIÊNIO

A conquista do exercício político pelo aprismo, através do governo da FDN, respondeu à fórmula básica encontrada pela oligarquia, ou seja, permitir a atividade partidária da agremiação que canalizava os anseios de uma massa de trabalhadores e de setores medianos, sem que o Poder Executivo da República fosse exercido por seu líder, Haya de la Torre.

Esta conquista aprista, combinada com uma condescendência oligárquico-militar, tinha um espaço de manobra muito estreito. Como vimos, esta solução político-institucional limitou as possibilidades do aprismo ao Poder Legislativo, exceto no período em que conquistou três ministérios, entre janeiro de 1946 e janeiro de 1947. A capacidade de mobilização política do aprismo, entretanto, evoluiu velozmente desde que o governo se instalara, em julho de 1945. Desatou-se neste período uma alucinante atividade parlamentar aprista através de sua maioria congressual, resultando num conjunto de leis que os políticos de oposição ao governo não puderam impedir, ao mesmo tempo em que atemorizou boa parte da grande imprensa oligárquica. Acrescente-se à mobilização sindical e estudantil, predominantemente aprista, a série de atos políticos violentos, como o Crime Graña, e teremos como resultado todo um ambiente favorável para uma tomada de atitude mais drástica por parte da oligarquia em relação ao que considerava a defesa da ordem e da propriedade.

Novamente deixou-se de cumprir a promessa de uma transição democrática baseada na constituição de um sistema político estável, no qual o governo e a oposição estivessem sujeitos às regras de um consenso, situação que se repetiria no futuro.⁶¹³

Voltou-se, então, à solução de praxe, pois as Forças Armadas cumpriram, novamente, o papel de *'perro guardián de la oligarquia'*. O golpe de Estado protagonizado pelo general Manuel A. Odría significou a segunda interrupção de um experimento democrático em menos de vinte anos. O *'descongelamiento del mamut'* não durou, portanto, mais do que três anos.

O aprismo e o comunismo seriam perseguidos sistematicamente durante o *ochenio*, os oito anos que duraria a ditadura de Odría. Pelo lado do APRA, enquanto militantes como Victor Villanueva, Ramiro Prialé e Armando Villanueva foram presos, outros dirigentes

⁶¹³ Esta promessa incumprida tornou-se uma constante atualizada segundo GROMPONE, Romeo. *El Vuelo en el Viento*. Lima: IEP, 1991 apud ADRIANZÉN, Adrian et al. *Democracia Etnicidad y Violencia Política en los Países Andinos*. Lima: IFEA/IEP, 1993, p. 29.

tiveram de exilar-se, principalmente no Chile e no México, para escapar da verdadeira caça aos militantes do Partido, empreendida pela nova ditadura. Luís Alberto Sánchez e Manuel Seoane, por exemplo, tiveram de reorganizar um comitê partidário no exílio, em Santiago, a partir de onde trocaram regular correspondência secreta com Haya de la Torre. Este, por sua vez, foi incessantemente procurado pela repressão odrísta desde o final de outubro de 1948. Depois de esconder-se até janeiro de 1949, refugiou-se na embaixada da Colômbia, esperando que o governo lhe desse um salvo conduto para deixar o país. Indiferente aos apelos de personalidades internacionais pela libertação. Odría negou-se à saída do líder aprista. Haya de la Torre amargaria, portanto, um confinamento de mais de cinco anos naquela embaixada.

O golpe de Estado seria autocognominado de ‘revolução restauradora’, nome que, por ironia, poderia ser classificado como preciso, na medida em que restaurava o poder da oligarquia nos mesmos moldes que em outros períodos ditatoriais.⁶¹⁴ O planejamento econômico deixou de lado o intervencionismo e confiou cegamente no setor exportador como motor do desenvolvimento.⁶¹⁵ Decretou o livre câmbio de moedas estrangeiras e suspendeu os controles de preços.⁶¹⁶ Beltrán, por sua vez, ocupou a presidência do Banco Central, enquanto os Miró Quesada mantiveram *El Comercio* longe de atritos com o novo regime. Quanto à imprensa contestadora, além do *La Tribuna*, outros periódicos seriam fechados ou forçados a mudar sua linha editorial. *Jornada*, por exemplo, que apoiava Bustamante, foi invadido pela polícia e, no dia seguinte ao golpe de Estado, exibia matérias favoráveis ao novo governo.⁶¹⁷ As revistas *Ya!* e *Pan*, que durante os anos de 1949 e 1950 cobriram o julgamento dos sublevados do porto de Callao, liderados por Victor Villanueva, foram fechadas por veicularem matérias onde poderiam evidenciar as tentativas de cooptação daquele militar por parte do governo, cuja intenção era obter provas do envolvimento da cúpula civil aprista que pudessem legitimar uma perseguição aos políticos e históricos militantes do APRA, atribuindo-lhes a maior responsabilidade pelo levante de três de outubro.⁶¹⁸

Qual a importância que o jornalismo teve nos três anos de governo da FDN? O rescaldo da segunda restauração democrática merece uma análise política através da mídia escrita. Talvez nenhuma outra fonte de pesquisa pudesse ser mais fidedigna e útil para a percepção da forma de ver e fazer política em uma sociedade como a que nos oportunizou a análise dos periódicos. A reprodução exaustiva que realizamos dos textos publicados não teve

⁶¹⁴ CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos “Historia del Perú Contemporáneo” Op. cit., p. 240.

⁶¹⁵ Ibidem.

⁶¹⁶ VILLANUEVA, Victor (1977, p. 117).

⁶¹⁷ LÚCAR, Domingo Tamariz (1998. p. 66).

⁶¹⁸ VILLANUEVA, Victor (1977, p. 109).

outra intenção que repassar ao leitor o clima político vivido pelos principais personagens da política peruana, tal qual fizemos no primeiro período histórico cronológico analisado. O efeito causado pela leitura direta dos conceitos e valores defendidos pelos campos beligerantes, o vocabulário e as expressões recorrentes utilizadas no quotidiano da reflexão política, as ações e reações manifestadas a partir dos posicionamentos dos adversários. Tudo isto proporcionou um privilegiado ângulo de observação de uma realidade política.

Poderíamos atribuir a queda do governo da FDN a muitas causas. Muitas delas foram descritas neste trabalho. Tal qual o período de 1931/1932, entretanto, o jornalismo exerceu uma influência importante no quotidiano político. Porque ele esteve permeando todas aquelas causas. Deu sentido a todas as posições. Estabeleceu um campo de disputa tão importante quanto as instituições políticas mesmas. Por isto, a importância da imprensa não foi menos do que decisiva para a determinação de um padrão de comportamento político, estando presente de forma cada vez mais insinuante a partir dos anos 1930 e prolongando-se para além do governo da FDN. As trincheiras ideológicas permaneceram montadas por mais tempo e continuariam dando sentido e lógica à política futura.

Não carece que reforcemos esta importância ao longo dos três anos analisados. Basta que lembremos as mesmas percepções e valores partilhados pelos mesmos veículos de comunicação desde os anos 1930. Não foi por acaso, portanto, que o correspondente da revista *Yá!*, ao entrevistar, em Buenos Aires, o recém deposto presidente Bustamante y Rivero, tenha perguntado primeiro sobre a questão da imprensa política:

- Qué diarios apoyaban a su gobierno, doctor Bustamante? – Ninguno. Mi gobierno se desarrolló huérfano de apoyo de toda prensa, ya que los órganos que pertenecían a la oposición me combatían empecinadamente, y los que no eran de la oposición, si bien no me atacaban, tampoco me apoyaban.⁶¹⁹

Meses mais tarde afirmaria que “Pocas veces en la historia del Perú contó con más garantías la libertad de prensa que en la época de mi gobierno”.⁶²⁰

O ex-presidente Bustamante, eminente jurista, realizou um profundo trabalho de reflexão sobre a influência da imprensa em seu período de governo, resultando num diagnóstico com o qual concordamos desde o ponto de vista das fontes que investigamos. “Es penoso acotar que en su morbosa competencia de cargos y denuestos, no fueron más

⁶¹⁹ Revista “*Yá!*”, n° 1, fevereiro de 1949, p. 12 apud LÚCAR, Domingo Tamariz (1998, p. 83).

⁶²⁰ BUSTAMANTE Y RIVERO, José Luís (1949, p. 62).

morigerados ciertos periódicos antiapristas que aquellos que propalaban la voz del Apra”.⁶²¹ A avaliação da imprensa de corte oligárquico, que o próprio Bustamante atribuiu como sendo ‘direitista’, de acordo com os tradicionais referenciais de posições políticas, contradisse a afirmação acima, dada à revista *Ya!*, sobre o comportamento indiferente que ela tinha para com o seu governo. Se *La Prensa*, sobretudo a partir de 1947, tornou-se um jornal explicitamente contrário ao regime, a transcrição abaixo se encaixou perfeitamente na descrição do papel desempenhado por *El Comercio* e *La Crónica*:

Otros periódicos hubo de extracción derechista que, sin terciar airadamente en la polémica política, tuvieron casi siempre para con el gobierno una actitud reticente, le hicieron en ocasiones disimulada labor de zapa y le mostraron en ciertos casos una franca enemistad.⁶²²

A mais candente e furibunda crítica desferida pelo deposto presidente seria dirigida, entretanto, ao *La Tribuna* e à imprensa aprista em geral. Seria motivo de reprodução em muitos trabalhos sobre a história da época, devido à contundência e ao vocabulário utilizado:

Refiriéndome ahora a la conducta periodística del aprismo, no es menester que yo señale determinadas extralimitaciones o delitos: ahí están las colecciones de ‘La Tribuna’ y ‘Contra-Ataque’, en las que cualquier lector imparcial podrá descubrir toda la dosis de veneno almacenada en esa tinta de cloaca, todo el desprecio por la verdad de que hacían gala sus columnas, adulterando hechos y falseando interpretaciones. El pueblo las leía avidamente; y erigidas en fuente principal de información, pues faltaba prensa popular independiente y el gobierno carecía de órganos informativos propios, era la versión aprista, con su tendencia y sus calumnias, la que circulaba y prevalecía.⁶²³

A preocupação do ex-presidente com a opinião pública, revelou que os agentes políticos tinham consciência da relevância dos conteúdos comunicados através da mídia escrita. Mesmo que a população tivesse um alto índice de analfabetismo, mesmo que o colégio eleitoral fosse reduzidíssimo, mesmo que as mulheres, analfabetos e menores de vinte e um anos não pudessem votar, mesmo que a população rural ainda fosse maior que a urbana, as forças políticas em disputa continuaram vigiando rigorosamente as publicações, conscientes dos efeitos que elas poderiam causar.

A importância das publicações pode ser medida mesmo por veículos que não eram tão populares, mas não menos influentes nos acontecimentos políticos. *Vanguardia* e seu diretor,

⁶²¹ BUSTAMANTE Y RIVERO, José Luís (1949, p. 62).

⁶²² Ibidem.

⁶²³ Ibidem, p. 63.

Eudocio Ravines, estão presentes em dimensão desproporcionalmente grande no contexto político nacional desta época. Porque ainda que seu bi-semanário não tivesse uma circulação tão numerosa ao longo de sua existência, bateu constantes marcas de tiragem naqueles meses do governo da FDN. Colaborando com o grupo jornalístico *La Prensa* e tendo sido um ex-aprista e um ex-comunista, Ravines tornou-se o principal colaborador intelectual de Pedro Beltrán e mesmo dos Miró Quesada na contestação ao APRA e ao governo da FDN. Sua importância nos destinos políticos daquela conjuntura pode ser avaliada através da transcrição de suas próprias reflexões, publicadas por seu bi-semanário, em 1949, e reproduzidas pelo presidente Bustamante y Rivero, quando justificava o acerto em ter exilado aquele jornalista:

Lo que nosotros debemos explicar es la razón por la cual sospechamos la caída de un gobierno elegido por los sufragios del pueblo, el derrumbamiento por la fuerza de un régimen surgido de la legalidad, la expulsión violenta de un gobierno incuestionablemente legítimo [...]. Nosotros, defensores consecuentes de la Democracia, no sólo no defendimos al gobierno anterior, sino que laboramos por su derrocamiento.⁶²⁴

O contexto no qual Ravines escrevia já era de desentendimento com a ditadura de Odría. Prova inequívoca, entretanto, de sua contribuição na repercussão dos fatos políticos, assim como da imprensa em geral e de seu envolvimento para o fim do regime.

A animosidade política causada pelo jornalismo político chegou a inspirar ideias, no mínimo, curiosas. Quando Victor Villanueva começou a tratar com Haya de la Torre a respeito da organização de um golpe de Estado promovido pelo aprismo, testemunhou a reação entusiasta do líder aprista ante a possibilidade do APRA, finalmente, chegar ao poder. Neste diálogo, Haya confessou que uma de suas primeiras atitudes, no caso de implantação de um governo aprista seria a destruição das dependências do jornal *El Comercio*, construindo em seu lugar uma praça, onde seria colocada uma estátua de Perseu erguendo em uma das mãos a cabeça cortada da medusa. Seria um símbolo para as gerações futuras, para que não esquecessem a necessidade de eliminar os inimigos da pátria.⁶²⁵

Uma observação se impõe neste momento de nossa exposição: a mídia escrita cresceu enormemente em quantidade e variedade, de forma ininterrupta, desde os anos 1930. Paralela a sua importância como instrumento estratégico de comunicação e, portanto, de fazer política, o rádio começou lentamente a ganhar espaço, tornando-se também uma mídia cada vez mais importante a partir dos anos 1940, como seria a televisão a partir dos anos 1960. O jornal

⁶²⁴ RAVINES, Eudocio. "Vanguardia" apud BUSTAMANTE Y RIVERO (1949, p. 251).

⁶²⁵ VILLANUEVA, Victor *La Tragedia de un Pueblo y de un Partido*. Santiago: Alfa y Roa, 1954.p.16.

diário, entretanto, continuou sendo o veículo de comunicação preferencial, estratégico e fundamental para os diferentes segmentos políticos. Tanto que o papel de ‘trincheiras ideológicas’ atribuído a alguns deles, neste estudo, continuou sendo desempenhado da mesma forma e influenciando da mesma maneira a política nacional, como poderemos constatar no capítulo a seguir.

3 HERANÇA E PERMANÊNCIA DAS TRINCHEIRAS IDEOLÓGICAS

3.1 DITADURA, REDEMOCRATIZAÇÃO PARCIAL, REDEFINIÇÃO DE PERFIS IDEOLÓGICOS

Odría manteve o padrão repressivo demonstrado por outras ditaduras militares, proibindo atividades partidárias, sobretudo apistas e comunistas, intervindo em sindicatos e prendendo ou exilando personagens políticos importantes.

No aspecto macroeconômico, Odría contou com uma conjuntura mundial favorável, uma vez que a Guerra da Coréia proporcionou ao setor exportador uma oportunidade de recuperar os preços de seus produtos no mercado internacional. Até 1954, a economia peruana contou com a chegada de grande quantidade de investimentos estrangeiros, principalmente norte-americanos, após a iniciativa do Executivo em retomar o pagamento das prestações da dívida externa, suspensas desde 1930.⁶²⁶ Foi o momento em que o setor mineiro retomou sua tendência de vínculos com o capital externo, sendo também o início do desenvolvimento da indústria pesqueira.

A ditadura se solidificou em seus primeiros anos graças ao apoio incondicional emprestado pelo segmento oligárquico exportador, que ajudou a legitimar a eleição de Odría para o seguinte período presidencial, apresentando-se como candidato único nas eleições de 1950. O trabalho ideológico do *La Prensa* para a continuidade da ditadura mostrava a fidelidade de Beltrán aos princípios que o levaram à condição de sustentáculo do regime:

Estamos persuadidos de que el general Odría há logrado conquistar un lugar preferente en el alma de la mayoría de los peruanos [...] por consiguiente se torna obligatorio enfocar la cuestión de la próxima Presidencia Constitucional señalando al general Odría como ciudadano acreedor a recibir el voto de los peruanos, unidos y mancomunados en la misma obra patriótica.⁶²⁷

O personalismo do presidente, no entanto, afastou-o lentamente da máquina midiática que o apoiou incondicionalmente. Odría procurou aumentar sua influência através de um assistencialismo pontual à população da *'barriada'*, fenômeno de ocupação dos terrenos periféricos das grandes cidades, com destaque para Lima. A capital peruana contava com

⁶²⁶ KLARÉN, Peter (2004, p. 366).

⁶²⁷ *La Prensa*, 06/01/1950 apud GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p.172).

seiscentos mil habitantes em 1940, atingindo dois milhões em 1961.⁶²⁸ Tirando proveito deste fenômeno migratório, Odría montou uma política assistencialista aproveitando-se do período de bonança dos recursos fiscais a sua disposição para construir grandes obras civis e legalizar a ocupação territorial da periferia limenha.⁶²⁹ Paralelamente, interveio diretamente nos sindicatos e procurou deter a influência aprista e comunista na base trabalhadora, incluindo a concessão de reajustes salariais.

A autonomia que o novo presidente pretendeu construir afastou-o da dependência do segmento civil que mais diretamente contribuía para sua ascensão ao poder. O custo do assistencialismo de Odría obrigou-o a um aumento considerável do gasto público.⁶³⁰ Contrariado no receituário liberal, o próprio grupo agrário-mineiro exportador, sobretudo aquele liderado pelo magnata Pedro Beltrán, entrou em rota de colisão com os interesses personalistas da ditadura.⁶³¹ Enquanto o *La Prensa* e o grupo ao qual representava foi lentamente transitando da afinidade umbilical para com a ditadura até a oposição a ela; o segmento representado por *El Comercio*, com tendências mais industrializantes e nacionalistas, absteve-se estrategicamente. A ditadura militar, portanto, não sofreu, necessariamente, uma oposição do decano, que, desde o início, saudara a chegada de Odría ao poder.⁶³²

A mudança de posição política não afetou, porém, somente a antiga Aliança Nacional e o *La Prensa*, naquele período do governo Odría. No seio das Forças Armadas, a criação do Centro de Altos Estudos do Exército (CAEE), em 1950, cuja sigla seria substituída pelo Centro de Altos Estudos Militares (CAEM), em 1954, abriu uma linha de análise da conjuntura nacional e da conjuntura de inserção do Peru no âmbito continental e mundial, considerando a questão político-social sob o olhar cada vez mais agudo de uma nova doutrina de segurança nacional.⁶³³ Tal doutrina de segurança esboçava a preocupação da oficialidade, convencendo-os da necessidade de mudanças estruturais na sociedade, que viessem a superar o monopólio político e econômico da oligarquia, evitando possíveis transbordamentos dos movimentos populares e o risco de uma revolução popular descontrolada. Os conflitos agrários, cada vez mais intensos na Serra Central e do Sul, puseram os militares em contato direto com a dura realidade de um país conflituado entre os interesses de uma minoria

⁶²⁸ CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos. (1999, p. 243).

⁶²⁹ KLARÉN, Peter (2004, p. 367).

⁶³⁰ COTLER, Julio (1992, .p. 293).

⁶³¹ *Ibíd*em, p. 292.

⁶³² GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p.172-173); KLARÉN, Peter (2004, p. 365).

⁶³³ CHANG RODRÍGUES, Eugenio (1987, p. 266).

oligárquica, os interesses internacionais e uma massa camponesa suscetível à influência da formação de movimentos reivindicatórios baseados na ação direta. As Forças Armadas davam-se conta, parcialmente, do empecilho representado pela manutenção de uma oligarquia ciosíssima de seus próprios interesses, autocriticando-se por cumprir o papel de instituição defensora da permanência destes mesmos interesses em prejuízo da nação. Tal processo de mudança gestou-se lentamente desde a criação do CAEM, amadurecendo durante os anos seguintes e ganhando a opinião de importantes e decisivos oficiais, dentre os quais, oficiais da Marinha, Força Aérea, Guarda Civil e Polícia de Investigações. Os anos seguintes provariam esta mudança.⁶³⁴

Mudanças também afetaram o aprismo, que já demonstrara uma série de revisões programáticas. A divisão interna entre uma cúpula pragmática e uma base radical aprofundou-se dentro do Partido, com a permanência da imposição das diretrizes do Comitê Central e, sobretudo, da vontade de seu líder máximo. A mudança gradual promovida por Haya de la Torre desde o início dos anos 1940 foi mantida na direção de um arrefecimento considerável dos pressupostos apristas do passado, como ocorrera dentro do governo da FDN. A permeabilidade à presença do capital externo, por exemplo, foi somente um dos aspectos mutantes no perfil ideológico. Como afirma Heráclio Bonilla, revolucionário e combativo nos anos 1930, o APRA troca a rebelião pela colaboração nos anos 1940 e, principalmente, nos anos 1950 e 1960.⁶³⁵

As posições de Haya de la Torre enveredaram para uma revisão na qual o combate à crescente influência comunista tornara-se tão importante para o Partido Aprista quanto o combate à oligarquia, conforme publicação de entrevista à revista norte-americana *Life* (03/05/1954)⁶³⁶ e confirmada com a publicação da obra *Treinta Años de Aprismo*.⁶³⁷ Sua libertação da embaixada e seu exílio internacional não representaram uma volta à política estabelecida antes do advento da ditadura de Odría. O receio das lideranças apristas, sobretudo de Haya era que o aprismo perdesse a corrida na representatividade política no âmbito popular. Houve, efetivamente, uma concorrência maior no campo das propostas reformistas e revolucionárias, traduzindo-se numa competição acirrada pelo controle dos movimentos sociais e pela maior fatia popular de influência eleitoral. O discurso

⁶³⁴ Para uma rápida análise do papel representado pelo CAEM recomendamos COTLER, Julio (1992, p. 318-332) e CHANG RODRÍGUES, Eugenio (1987, p. 266-268).

⁶³⁵ Conforme BONILLA, Heraclio (1989, p.16).

⁶³⁶ LUNA VEGAS, Ricardo (1990, p. 101).

⁶³⁷ HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl (1956).

anticomunista tornou-se, a partir desta lógica, uma obsessão para o líder aprista, temeroso da perda do espaço de influência do aprismo na sociedade.

A revisão foi sentida no interior do partido. Alguns representantes históricos se afastaram definitivamente. Muitos militantes foram integrar outros movimentos políticos, decepcionados com as constantes revisões programáticas e com as hesitações demonstradas pelo aprismo quando de suas ações golpistas.

Do ponto de vista da imprensa escrita, os grandes diários permaneceram fortalecendo suas respectivas posições no mercado jornalístico, mantendo e mesmo aumentando sua capacidade de circulação. *El Comercio* e *La Prensa* continuaram a disputar um crescente número de leitores, proporcional ao aumento da alfabetização e ao crescimento do número de estudantes secundários e universitários, fenômeno importante na segunda metade daquela década.⁶³⁸

A falta de liberdade de expressão, no entanto, foi brutal. Graças à repressão baseada na *Ley de Seguridad Interior de la República*, Odría praticamente eliminou a oposição formal ao regime. Com trinta e três artigos, a lei era implacável com qualquer manifestação oposicionista. Sobre a imprensa, esta lei definia censura e punições muito severas contra “noticias e informaciones falsas o tendenciosas, destinadas a alterar el orden público o dañar el prestigio o crédito de país. Las penas para estos delitos fueron la expatriación, reclusión militar, prisión y multa.”⁶³⁹

A imprensa em geral, especialmente a imprensa oposicionista, estava amordaçada. *La Tribuna* passou a ser editado na clandestinidade a partir de três de outubro de 1948 e só voltou a circular em três de julho de 1957, um ano depois do fim da ditadura militar.⁶⁴⁰ A repressão à oposição não permitiu que houvesse qualquer possibilidade de uma crítica ao regime, muito menos uma ‘guerra jornalística’ tradicionalmente travada pelos principais representantes do jornalismo político peruano.

Muitas publicações, no entanto, não escaparam à perseguição de Odría. Em 1949 foram fechadas as revistas *Ya!* e *Pan*, sendo que *Jornada* e *La República* sofreram multas. Ainda em 1949 foram presos Ángel Cornejo e Eduardo Indacochea, do diário arequipenho *El Deber*. Em 1950 foi preso o diretor de *Última Hora*, Ruiz Caro. Em 1951 foi preso o diretor do semanário *Buen Humor*, Leônidas Rivera. Em 1952 o diretor da revista *Caretas*, Francisco Igartua foi preso e deportado. O mais irônico episódio envolvendo repressão e jornalismo

⁶³⁸ CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos (1990, p. 241-243).

⁶³⁹ NORABUENA, Teodorico (1982, p. 145) apud GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p. 191).

⁶⁴⁰ GARAYCOCHEA, Percy Murillo (1991, p. 99).

ocorreu, entretanto, em 1956. Tendo o *La Prensa* transitado de promotor da ditadura à oposição, publicou, em fevereiro de 1956, um *Manifiesto Revolucionário*, produzido pelo general Marcial Merino, que se havia rebelado contra Odría. A publicação mereceu do governo a prisão em massa de jornalistas na ilha penal de *El Frontón*. A ironia foi que entre os detidos estava o próprio Pedro Beltrán, promotor da antiga Aliança Nacional e co-responsável pela chegada de Odría ao poder.⁶⁴¹

O desgaste do governo diante da diminuição do afluxo de capital externo e do fim do período de bonança no comércio exterior, refletiu-se na contenção fiscal, no crescimento da inflação e do custo de vida e na multiplicação de movimentos grevistas. O ciclo de progresso se detivera de forma a perturbar a conjuntura política no final do período presidencial. De forma surpreendente, Odría convocou, em 1955, uma reunião entre os mais diferentes representantes políticos da nação no Convento de Santo Domingo, no centro de Lima, onde foi negociada uma transição à democracia com a marcação de eleições livres para 1956. A esta altura, *La Prensa* pregava abertamente a volta ao estado de direito, colaborando para acelerar o fim da ditadura e apoiando a realização da convenção de Santo Domingo.⁶⁴² Mais uma vez, a imprensa influenciou diretamente no andamento político, pregando agora a redemocratização. Por esta razão, Luiz Miró Quesada, diretor de *El Comercio*, também esteve presente à reunião.⁶⁴³

O insólito deste encontro foi que o aprismo não esteve diretamente presente, apesar de todos os segmentos importantes da nação saberem que uma eleição livre deveria contar com a presença dos votos apristas. O mesmo problema político-institucional para a elite estava colocado: eleições verdadeiramente livres só podiam ser realizadas com a presença do aprismo. Era a repetição do problema de 1931, 1936, 1939 e 1945. Como realizar eleições livres se o aprismo detinha, seguramente, quase quarenta por cento dos votos? Para que fosse viabilizada a redemocratização, o aprismo não poderia concorrer a qualquer cargo político, conforme exigência imposta por Odría. Queria-se a redemocratização, mas não com os riscos que o exército e a elite política e econômica vislumbravam. Multiplicaram-se, então, as propostas de transição.

Contar com o apoio eleitoral aprista constituiu-se, novamente, na principal moeda de troca do aprismo. Os desdobramentos do encontro resultaram na especulação de ofertas dos diferentes segmentos oligárquicos endereçados ao aprismo. O candidato de Odría, Hernando

⁶⁴¹ GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p. 191-192).

⁶⁴² COTLER, Julio (1992, p. 294).

⁶⁴³ GARGUREVICH REGAL, Juan (1972, p. 16).

de Lavalle, representante do setor mais ligado ao capital internacional, ofereceu a legalização do APRA. O ex-presidente Manuel Prado ofereceu a legalização e uma aliança política ou co-governo.⁶⁴⁴ Nesta disputa, Prado conquistou o apoio aprista, viabilizando sua candidatura através do Movimento Democrático Pradista, representando os interesses oligárquicos nacionais, o chamado 'Império Prado', conjunto diversificado de empresas vinculadas à família do candidato.⁶⁴⁵

Ramiro Prialé, Secretário Geral do Partido Aprista, costurou, portanto, uma aliança de interesses com o MDP, num acordo que ficaria conhecido na história política como '*la convivencia*', ou seja, relações políticas conveniadas entre um partido de origem oligárquica e o aprismo. Projetava-se com este acordo a reciprocidade do apoio pradista nas eleições que ocorreriam por ocasião da seguinte sucessão presidencial, marcada para 1962, viabilizando um importante apoio político futuro.

A política nacional, no entanto, não era a mesma dos anos 1930 e 1940. A complexidade política ocorrida nos anos 1950 correspondeu à diversificação verificada no corpo social. A tendência da sociedade em urbanizar-se, reforçando o poder político e econômico das grandes cidades litorâneas, mostrou-se, de fato, mais aguda. Surgiram novos movimentos e propostas oferecidas por diferentes agremiações políticas, quebrando lentamente a quase bipolaridade exercida pelos partidos representantes da oligarquia e pelo aprismo. Ainda que esta bipolarização permanecesse como uma característica influente, novos atores se apresentaram na arena política, o que ficou evidenciado nas eleições para a sucessão de Odría.

A maior novidade política surgida naquele momento, apresentou-se na forma de uma proposta reformista apoiada pelos setores meso-classistas, empresariado nacionalista e pelo setor estudantil, através da candidatura de Fernando Belaúnde Terry e seu partido, a Ação Popular. Esta mostrou-se, nos seguintes lustros, a agremiação partidária de maior impacto na política institucional.

Outras novidades ficaram por conta do surgimento do Movimento Social Progressista e do Partido Democrata Cristão, que mesmo não sendo possuidores de numeroso contingente de eleitores, inseriram-se de tal forma na vida política nacional, que se tornaram influentes nas alianças político-partidárias vindouras.

⁶⁴⁴ COTLER, Julio (1992, p. 295).

⁶⁴⁵ CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos (1999, p. 247).

O resultado eleitoral confirmou o poder que a máquina partidária aprista ainda desempenhava na ocasião. Com quinhentos e oitenta e seis mil votos, de um colégio de um milhão, duzentos e cinquenta mil eleitores, Manuel Prado foi eleito presidente.⁶⁴⁶ Confirmou-se, entretanto, o surgimento de uma força política incontestável: o Partido Ação Popular obtivera 36,7% dos votos (485.248). O candidato de Odría, Hernando Lavalle, obtivera 17,38% dos votos (224.618).⁶⁴⁷

A conjuntura, como vimos, apresentou-se com um leque mais diversificado de representantes, refletindo-se na transição de posições políticas que recolocaram as ‘trincheiras ideológicas’ em um novo contexto. O *La Tribuna*, por exemplo, reeditado legalmente graças às garantias de liberdade cumpridas pelo acordo com o governo de Prado, começaria a desempenhar, novamente, seu papel influente ante a massa aprista e não-aprista, mudando seu perfil editorial no sentido de uma disputa mais ousada pelos leitores e chegando mesmo a contratar jornalistas não comprometidos com o Partido, a fim de viabilizar um jornal aparentemente menos partidário e buscando um público mais diversificado. A ausência da tradicional beligerância do jornal, no entanto, mostrou até que ponto o comprometimento político do aprismo com os acordos estabelecidos poderia influenciar sua linha editorial.⁶⁴⁸ Até mesmo a atuação sindical procurou ser suficientemente cordata, para conferir estabilidade ao regime e permitir a eleição futura de um governo aprista. O aprismo, desta forma, foi o segmento político que empreendeu a maior mudança de atuação e posicionamento.

La Prensa, determinado a marcar presença no novo governo, avalizou o acordo entre o aprismo e Prado. E quando o governo enfrentou dificuldades econômicas em 1957 e 1958, Beltrán foi convocado a comandar reformas econômicas (1959), introduzindo medidas monetaristas e impopulares, como aumento de preços, retirada de subsídios, diminuição de gastos públicos e desvalorização da moeda em mais de trinta por cento.⁶⁴⁹ Como propagador do ‘*liberalismo criollo*’, portanto, não houve qualquer mudança substancial por parte do *La Prensa*. Talvez a maior alteração tenha sido o reconhecimento da mudança tática ocorrida na prática política do aprismo, admitindo sua legalização e, inclusive, apoiando o pacto da ‘*convivencia*’. Para Bourricaud este foi um exemplo de como a imprensa cumpriu seu papel

⁶⁴⁶ KLARÉN, Peter (2004, p. 374).

⁶⁴⁷ CHANG RODRÍGUES, Eugenio (1987, p. 343).

⁶⁴⁸ GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p.152).

⁶⁴⁹ COTLER, Julio (1992, p. 306).

de adestradora intelectual, na medida em que o *La Prensa* teria convencido até mesmo o APRA de que deveria imperar o livre-cambismo e o ingresso de capitais forâneos.⁶⁵⁰

El Comercio transitara de representante histórico do velho civilismo oligárquico e de apoios pontuais ao segmento exportador representado por *La Prensa*, nos anos 1940, para a defesa da economia nacional e a manutenção do anti-imperialismo em torno da questão do petróleo. A rigor, defendeu iniciativas do empresariado nacional da mesma forma parcial que o civilismo oligárquico, ou seja, direção da economia e da política através de um Estado forte e autoritário para a manutenção da ordem. Progresso com ordem permaneciam sendo as constantes mais importantes da fórmula proposta pelo decano, deixando o aspecto político-institucional da democracia, novamente, como mera formalidade. As opções políticas apoiadas por este jornal admitiram desde a permanência de um Estado autoritário, como no caso de uma ditadura civil ou militar, até o programa reformista e nacionalista de partidos como a Ação Popular, cuja concorrência eleitoral para derrotar o aprismo, sempre vislumbrado como um tipo de comunismo, seria a razão mais importante para este apoio. Anticomunismo e antiaprismo, desta forma, continuaram a tônica do periódico, defendendo reformas econômicas e sociais que evitassem uma possível convulsão política. Continuou apelando, inclusive, para a intervenção das Forças Armadas, quando do perigo representado pelas agitações sindicais e a crescente mobilização camponesa por uma profunda reforma agrária.

O espectro político e ideológico, esboçado desde o início do governo Prado, delineou uma distribuição aproximada do poder político e eleitoral que vigoraria pelos quinze anos seguintes. No âmbito das candidaturas majoritárias, sobretudo a presidencial, o APRA seguiu sendo a agremiação política mais significativa do país, mantendo uma presença de cerca de um terço do eleitorado nacional, mesmo que nos últimos anos a atuação partidária tivesse provocado uma debandada de históricos militantes e mesmo com o efeito provocado pelo surgimento de propostas concorrentes de outras agremiações políticas.

Odría manteve presença importante no cenário político, apoiado pelo segmento ligado aos interesses do capital externo e pela clientela da *'barriada'*. Seu contingente potencial de representação projetou índices próximos de um quarto do eleitorado, constituindo-se na opção política mais fiel ao setor mais conservador da sociedade.

⁶⁵⁰ Conforme BOURRICAUD, François et al. (1969, p. 48).

A AP, como vimos, revelou um potencial eleitoral significativo, amealhando em torno de um terço dos votos em sua primeira contenda eleitoral, fração que oscilaria para pouco mais ou pouco menos no desenrolar da década de 1960.

Os cerca de 10% restantes estariam divididos entre as outras agremiações, com destaque para a presença do MSP, principalmente em Lima. Dividia este destaque com o PDC, sempre envolvido nas alianças políticas que se estabeleceriam naquela mesma década e com importante atuação parlamentar.

O comunismo iniciara um período de vínculos mais estreitos com as comunidades camponesas, sobretudo na região andina centro-sul, estando envolvido na mobilização em torno das mais importantes questões agrárias dos anos 1950 e 1960. Em termos político-institucionais, no entanto, revelava uma tendência de atomização entre as diversas correntes políticas, dificultando uma participação mais exitosa em termos eleitorais.

Este era o quadro político configurado a partir da democratização parcial representada pelo governo Prado e que seria mantido durante os anos seguintes. O radicalismo político, a violência e o autoritarismo estariam presentes em todos aqueles momentos, sobretudo na produção editorial jornalística. A presença da imprensa política confirmaria seu papel fundamental no desenrolar dos acontecimentos. A polarização representada pelos periódicos *La Tribuna* e *El Comercio* voltaria a se apresentar à opinião pública a partir da retomada de seus desempenhos como trincheiras ideológicas, mesmo que estivessem presentes outras correntes. Toda a rivalidade política explodiria novamente nas eleições para a sucessão de Manuel Prado, repetindo, em muitos aspectos, o que se vivera nos períodos 1931/1932 e 1945/1948.

3.2 A IMPRENSA POLÍTICA INTERFERE NOVAMENTE: AS ELEIÇÕES DE 1962

O governo de Manuel Prado, entre 1957 e 1962, manteve no campo econômico-social certa continuidade em relação à ditadura de Odría. Enquanto na economia agro-exportadora ‘*los barones del azúcar*’ e os latifúndios algodoeiros consolidaram e mesmo ampliaram sua influência, o setor mineiro esteve majoritariamente dominado por empresas estrangeiras, sobretudo no setor do petróleo, cobre, ferro e zinco. Desta forma mantinha-se a tradição oligárquica através de um setor agrário nacional e de um setor mineiro ligado ao capital

internacional, configuração predominante durante boa parte do século XX.⁶⁵¹ A novidade ficaria por conta da indústria pesqueira, cada vez mais importante na economia nacional.⁶⁵²

No plano político, o regime caracterizou-se como mais uma tentativa de exercício democrático institucional. Contraditoriamente, portanto, o fato do aprismo não poder exercer qualquer mandato eletivo no momento em que a redemocratização se estabeleceu, a partir das eleições de 1956, demonstrou o quanto tal democracia fora condicionada. Apesar disso, as atividades apristas e comunistas ocorridas durante este governo provariam a existência de um clima de liberdade política inquestionável.⁶⁵³

O acordo aprista afeiçoado através da *convivencia* deu suficiente estabilidade para que Prado não sofresse sobressaltos políticos importantes, mesmo que convivesse com reivindicações, agitação sindical e conflitos agrários, sobretudo na segunda metade de seu governo. Nenhum atentado de origem aprista foi colocado em prática naquele período e a atuação da Central de Trabalhadores do Peru, CTP, sob comando aprista, procurou conter a pressão reivindicadora de seus representados o máximo possível. O regime precisava sobreviver para que o aprismo pudesse concluir sua trajetória de chegada ao poder. A estratégia era manter o caminho aberto para uma possível vitória eleitoral vindoura, contando, entre outras coisas, com a reciprocidade de Prado.

O regime político-institucional formalmente democrático seria testado, portanto, a partir do processo eleitoral sucessório, ou seja, quando novamente o aprismo poderia participar livremente, podendo eleger seus parlamentares e seu candidato à presidência. As eleições de 1962 mostrariam, entretanto, os limites desta democracia. Elas constituíram um renovado exemplo de como os agentes políticos procuraram defender a agenda de manutenção do regime democrático no plano discursivo, enquanto, na prática, contribuíram explicitamente para o encerramento deste mesmo regime. Como em outras oportunidades históricas, a imprensa exerceu um papel decisivo nos acontecimentos.

Marcada para junho, a eleição mobilizou os principais representantes políticos, confirmando a diversidade destes agentes durante os últimos anos. As propostas de caráter reformista predominaram em meio a uma sociedade em profunda transformação, crescimento

⁶⁵¹ CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos (1999, p. 248).

⁶⁵² No início dos anos 1960 o latifúndio litorâneo ainda cresce, enquanto o latifúndio serrano decresce. Cerca de três quartas partes da produção açucareira e dois terços da algodoeira são exportadas. A oligarquia, portanto, depende ainda diretamente da exploração do setor primário, com destaque para esses cultivos. Estas empresas agrícolas empregam mão-de-obra assalariada e são sensíveis às variações do mercado internacional. Conforme BOURRICAUD, François et al. (1969, p. 24).

⁶⁵³ CONTRERAS, Carlos e CUETO, Marcos (1999, p. 250).

demográfico e diversificação econômico-social. Apesar dos segmentos oligárquicos ainda manterem uma boa parte do poder econômico, na questão política seu protagonismo deixava de ser monopólico e monolítico, em meio a um ambiente de amadurecimento de novos representantes e novas propostas. Afinal, a população nacional passara de seis milhões e meio de habitantes, em 1940, para nove milhões e novecentos mil, em 1961⁶⁵⁴, enquanto o colégio eleitoral atingira cerca de dois milhões de eleitores.

A tradição do jornalismo político, entretanto, mostraria o quanto ainda restava de animosidade e radicalismo herdados do passado. O leque de influência política ainda era dividido segundo os apoios que os principais jornais prestavam aos diferentes agentes. *La Prensa* expressava seu apoio incondicional ao segmento agro-exportador e percebia o quanto o aprismo havia transgido em suas posições. *El Comercio* optava por uma agenda reformista e nacionalista⁶⁵⁵, de corte autoritário, apelando para instituições como as Forças Armadas, se necessário, e coincidindo com ela sobre a perspectiva da doutrina de segurança nacional no combate às causas econômico-sociais da expansão do comunismo. O antiaprismo e o anticomunismo, que quase beirou à irracionalidade, continuaram intactos na visão do decano. Os diários de origem oligárquica, portanto, defendiam diferentes apoios políticos, mostrando que ela, a oligarquia, se encontrava dividida. Um episódio durante o governo Prado aumentou o afastamento entre os interesses defendidos pelos dois diários oligárquicos. Quando ocupou o Ministério da Fazenda de Prado, Beltrán cobrara uma dívida fiscal de *El Comercio* no montante de três milhões de sóis.

O aprismo, por sua vez, perdera parte de sua tradicional força contestadora ao regime, buscando compensar a perda dos quadros mais à esquerda com as vantagens das novas coalizões políticas entabuladas com forças conservadoras, como o pradismo. Confessava-se anticomunista e pró-capitalista em meio a uma conjuntura de transposição da Guerra Fria à América Latina a partir da Revolução Cubana. *La Tribuna* continuava a exercer sua função de militância de base, enquanto o Comitê Central manteve os acordos de cúpula, cumprindo-se a mesma estratégia consagrada nas décadas anteriores, onde o verticalismo e o culto populista da personalidade do líder consagraram um perfil autoritário no Partido.

O anticomunismo aprista também se tornou uma obsessão, transformando-se em bandeira eleitoral e motivo de acirramento com seu arqui-inimigo *El Comercio*. Nas eleições realizadas em maio de 1962, para a escolha dos representantes estudantis universitários da

⁶⁵⁴ CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos (1999, p. 241).

⁶⁵⁵ KLARÉN, Peter (2004, p. 387).

Universidade de São Marcos, por exemplo, a vitória da coligação composta por independentes, simpatizantes do Partido Ação Popular e comunistas, afastou do poder o comando aprista. Procurando provar seu protagonismo anticomunista, o *La Tribuna* publicou propaganda para as eleições presidenciais levando em conta este acontecimento e comentando que a derrota aprista na representação estudantil provava que o aprismo era o maior inimigo dos vitoriosos daquela eleição, ou seja, os comunistas e seus aliados. Consequentemente a propaganda do *La Tribuna* não poderia ser mais singela. Procurando ampliar seu contingente de eleitores, principalmente aqueles que poderiam julgar o aprismo segundo as velhas insinuações de *El Comercio*, consagrou com veemência seu novo slogan eleitoral através da manchete “*Contra el Comunismo Vote por Haya de la Torre!*”⁶⁵⁶ O combate à oligarquia fora substituído pelo combate ao comunismo.

Novamente os argumentos contrários aos apoios políticos prestados pelo decano renovaram o papel de trincheira ideológica desempenhado por *La Tribuna*, nos mesmos moldes de outras épocas. O artigo *Gran Conspirador Contra el Perú* recolocaria toda a agressividade do diálogo político, potencializado pelo contexto de uma disputa eleitoral:

Y decíamos que hay que dejar a ‘El Comercio’ la inoble tarea de odiar y destruir. ‘El Comercio’ atacó a Perú en plena guerra con Chile [...] ‘El Comercio’ calló y cobró bajo Leguía para después morder los despojos del presidente caído, anciano y moribundo. ‘El Comercio’; con su odio al Perú, armo la guerra civil que ha cubierto largos lustros de nuestra historia reciente. [...] ‘El Comercio’ ha combatido, desde que se inició al actual período constitucional [...] ‘El Comercio’ ahora oculta el peligro comunista [...] A ‘El Comercio’ no le importa lo que pase en esta tierra. [...] Puede el Perú cometer el arcaísmo suicida de permitir que otra vez el odio de una familia lo divida y lo lance al abismo?⁶⁵⁷

A violência causada pela acirrada campanha eleitoral fez lembrar as de 1931 e de 1945, com todos os requintes inamistosos de palavras e atitudes. Por contraditório que possa parecer, o ambiente democrático vivenciado naquele momento acabou se tornando tão ou mais violento que os períodos eleitorais anteriores. Depreende-se com facilidade das páginas do jornalismo político uma espiral ascendente de agressividade que ultrapassou os limites mínimos toleráveis em uma campanha eleitoral.

As manchetes do *La Tribuna* evidenciaram a beligerância entre as forças políticas favoritas, ou seja, o APRA, a AP e a UNO. “*Iban Armados com Chavetas y Pistolas – 40*

⁶⁵⁶ *La Tribuna*, n° 2898, 01/06/1962, p. 7.

⁶⁵⁷ *Idem*, n° 2900, 03/06/1962, p. 4.

*Matones Belaundistas Atacaran a Seis Apristas*⁶⁵⁸, epigrafava uma matéria que cobria recentes distúrbios entre militantes políticos adversários nas ruas de Lima, com fotos de duas vítimas feridas no hospital. Já a matéria intitulada “*Acto de Provocación y Disparos Que Hicieron Odríistas Ayer Contra Casa del Pueblo Fué Denunciado*”⁶⁵⁹ mostra que as sedes dos partidos, neste caso a do APRA, eram atacadas pela militância adversária.

Francamente apoiador da candidatura Belaunde, *El Comercio* denunciou as ações da militância aprista contra membros da AP e da UNO, comprovando que os conflitos de rua ocorridos nas grandes cidades, principalmente em Lima, maior colégio eleitoral, haviam se tornado corriqueiros e generalizados. “*El Vandalismo Sectario – A Balazos Atacaron Hoy ‘Búfalos’ a Populistas*”⁶⁶⁰, intitulou matéria do decano sobre a ação dos membros do chamado Conselho de Disciplina ou Comitê de Defesa do partido aprista, os cognominados búfalos, com sua já tradicional prática de violência política. “*Fué Atacada Villanamente la Caravana Presidida por la Sra. Maria Delgado de Odría*”⁶⁶¹, descreveu incidente ocorrido com a caravana da UNO, quando passava em frente à sede do Partido Aprista, provando que este local não era somente vítima de atentados, senão que, igualmente, promotor de violência.

Artigos do decano sobre o aprismo demonstraram que os anos não haviam arrefecido a oposição da família Miró Quesada a respeito do APRA, lembrando a seus leitores o passado político daquele partido, no mesmo tom que era criticado por este através do *La Tribuna*. “*El Apra es el Capeón del Golpismo desde 1931, en que Desconoció Elecciones*”.⁶⁶² Este artigo reproduziu a opinião do político conservador Julio de la Piedra sobre o passado do aprismo com a mesma argumentação tradicional do decano, merecendo do jornal, por isto, extensa e destacada matéria.

Além da questão da violência e da denúncia do passado aprista, *El Comercio* vigiou com angústia a estratégia recentemente empreendida pelo aprismo na questão das alianças políticas, as quais poderiam viabilizar a eleição de Haya de la Torre como presidente da República. Afinal, o APRA e o MDP haviam formalizado a denominada Aliança Democrática, comprovando que Prado iria mesmo cumprir sua parte no pacto de 1956. A ‘convivencia’, então, passou a ser condenada não pelo contraditório que pudesse parecer do ponto de vista dos valores programáticos apristas e, isto sim, pela possibilidade que se abriu de uma vantagem eleitoral quase incontestável. E o receio do decano aumentou ao desconfiar

⁶⁵⁸ *La Tribuna*, nº 2899, 02/06/1962, p.5.

⁶⁵⁹ *Idem*, nº 2901, 04/06/1962, p. 1.

⁶⁶⁰ *El Comercio*, nº 66745, 03/06/1962, p.1.

⁶⁶¹ *Idem*, nº 66746, 04/06/1962, p.1.

⁶⁶² *Ibidem*, p. 4.

de uma possível fraude eleitoral favorável ao aprismo com apoio velado do governo pradista. Se a batalha do aprismo deu-se contra os adversários políticos e as Forças Armadas, a batalha do decano deu-se contra o aprismo e o governo de Prado. O artigo *Inquietud Ciudadana Frente al Fraude Electoral*, alertou para o exíguo prazo de fiscalização do pleito e apelou para que as Forças Armadas cumprissem seu dever de garantir a lisura das eleições, incluindo a posição assumida por jornais como *La Prensa* e *La Tribuna*, igualmente tratados como inimigos.

A pocos dias de las elecciones generales, la ‘voluntad de fraude’ demostrado por el pradismo y exhibido, con pruebas y cifras, al país por la Fuerza Armada, en cumplimiento de su misión electoral, sigue siendo preocupación y motivo de alerta para la ciudadanía [...] La ‘convivencia’ confía en la estrechez del plazo, para hacer prevalecer, en la mayor escala posible, esa ‘voluntad de fraude’ con que en forma tan desdichada termina el apogeo oficial del apropradismo. [...] Los periódicos oficialistas y los líderes del gobierno insisten en minimizar el fraude y en este absurdo empeño de ponerse contra la verdad y tratar de sorprender al pueblo, ‘su órgano oficialista (“La Prensa”) llega a afirmar que hay comentarios y suposiciones que se enfocan ‘sobre el hecho de que las Fuerzas Armadas parecerían haber dejado una puerta abierta a futuras denuncias y acusaciones que arrojan todavía mayores sombras sobre el proceso’. Esas mayores sombras son y serán culpa del Gobierno y del APRA, que las producen.⁶⁶³

A possibilidade de fraude havia, portanto, alertado as Forças Armadas, que assumiram a posição de fiscal desde que começaram as emissões das libretas eleitorais, cerca de um mês antes do pleito. Na mesma linha de desconfiança expressa por *El Comercio*, duvidava-se da imparcialidade do órgão constitucionalmente destinado a cuidar do processo eleitoral, ou seja, o Jurado Nacional de Eleições. Arrogando-se princípio igualmente constitucional, os institutos armados resolveram acompanhar a fiscalização mais de perto, paralelamente ao JNE. Demonstrando toda a tensão resultante destes acontecimentos, *El Comercio* insistiu diariamente nas possíveis irregularidades: “*El 45% de las Libretas Examinadas por el Juez Resultaron Fraudulentas.*”⁶⁶⁴ Ao que eram diariamente desmentidas por *La Tribuna*, negando a falsificação das libretas e entabulando uma verdadeira guerra informativa: “*Informe del Fiscal Prueba que no Hubo Fraude Electoral.*”⁶⁶⁵

A polêmica estabelecida transformou-se em velada ameaça de intervenção militar. A manchete “*Un Gobierno de Fuerza Desprestigiaria al Perú*”⁶⁶⁶, traduziu a preocupação aprista com a hipótese de um golpe. Enquanto o decano apostava na intervenção militar como

⁶⁶³ *El Comercio*, nº 66746, 04/06/1962, p. 2.

⁶⁶⁴ *Idem*, nº 66758, 06/06/1962, p.1.

⁶⁶⁵ *La Tribuna*, nº 2903, 06/06/1962, p. 2.

⁶⁶⁶ *Idem*, nº 2901, 04/06/1962, p. 3.

meio de impedir uma possível vitória de Haya de la Torre, *La Tribuna* expôs a posição golpista dos Miró Quesada: “Declaración del Partido del Pueblo Sobre el Actual Proceso electoral y el Plan Subversivo de ‘El Comercio’”.⁶⁶⁷

Como seria de se esperar dado o histórico comportamento dos agentes políticos e suas “armas jornalísticas”, o acirramento dos ânimos aumentou à medida que a data das eleições se aproximou. Enquanto o *La Tribuna* incensou os comícios gigantescos liderados por Haya de la Torre, *El Comercio* o fazia para Belaunde e utilizava todos os recursos possíveis para prejudicar a imagem do aprismo, principalmente retomando a mesma prática discursiva adotada em outras oportunidades. O conteúdo dos editoriais, por exemplo, repetiu a mesma argumentação exposta em outras ocasiões, destacando-se a apresentação do candidato aprista como inimigo das instituições:

El 1º de junio el jefe de la secta aprista declaró [...] que ‘la Iglesia católica y las Fuerzas Armadas son los supremos baluartes con que cuenta el país, en lo espiritual y en lo material como reserva en la lucha democrática contra el comunismo. Esta insincera afirmación, que no obedece a arrepentimiento sino a un propósito de engaño al pueblo, está desmentida por la trayectoria criminal de la secta, que se ensañó contra nuestros militares y sacerdotes asesinandolos en forma cruel a traves de 30 años de terrorismo [...] Son, efectivamente, Ejército e Iglesia, ‘supremos baluartes con que cuenta el país’, y no sólo en la lucha contra el comunismo sino contra toda tendencia extremista, internacionalizante y enemiga de la patria.’⁶⁶⁸

Para o decano, portanto, o APRA fingia ser anticomunista e não mudara essencialmente em nada.

A generalização do debate político-jornalístico envolveu outros periódicos importantes. O *La Prensa*, por exemplo, agora favorável ao aprismo e, desta forma, apoiador da candidatura Haya de la Torre, esgrimiu duelo com o decano, demonstrando como a oligarquia acusava suas divergências por interesses políticos antagônicos. Já *El Comercio* tratava o *La Prensa* como um diário oficialista, isto é, favorável ao governo do presidente Prado tanto quanto aos interesses estrangeiros sobre a exploração petrolífera nacional, assunto sensível para o decano:

El director del diário que sirve a la ‘convivencia’ y a la International Petroleum, muestra la desesperación de su doble fracaso como hombre político y como propietario de una hoja periodística cuya creciente baja circulación es ahora ya empicada. Para procurar contenerla, busca polémica con ‘El Comercio’.⁶⁶⁹

⁶⁶⁷ *La Tribuna*, nº 2905, 08/06/1962, p. 1.

⁶⁶⁸ *El Comercio*, nº 66752, 07/06/1962, p. 4.

⁶⁶⁹ *Ibidem*.

O personagem lembrado acima era nada menos do que Pedro Beltrán. Quando foi ministro de Prado aumentou em cem por cento o preço dos combustíveis, para promoção de um ajuste econômico emergencial, o que provocou a ira do decano, acusando-o de favorecimento à IPC.

O *La Tribuna* também não possuía somente o decano como inimigo eleitoral naquele momento. Diários como *Expreso*, por exemplo, polemizaram no campo político, apoiando a candidatura da AP e merecendo condenação explícita do diário aprista.⁶⁷⁰ Pode-se dizer que a generalização da batalha jornalística atingiu todo o território nacional através dos mesmos periódicos de sempre, segundo o vínculo político estabelecido.

Como não poderia deixar de ser, na data das eleições as perspectivas antagônicas foram expostas nos jornais. Enquanto o aprismo afirmava que “Culmina el Proceso Electoral más Democrático y Libre de la Historia Republicana Peruana”⁶⁷¹, o inimigo histórico publicava, na véspera, um amplo artigo denominado *La Obra del Sectarismo Internacional*⁶⁷², lembrando o passado de violência política do aprismo.

Os dias seguintes transcorreram em meio ao angustiante e lento processo de apuração, fenômeno tradicional, durante o qual o antagonismo contaminou o país inteiro. Denúncias de fraude e defesas do pleito surgiram em diversas regiões, acumulando o JNE com processos de pedido de impugnação, anulação parcial ou total e pressões por homologação dos sufrágios. Pode-se resumir a tentativa de imposição da vitória eleitoral de cada um dos candidatos favoritos segundo as manchetes antagônicas dos inimigos jornalísticos. *El Comercio* informou: “Probable Votación Final de Belaúnde Alcanzaría el 33,5%”.⁶⁷³ *La Tribuna* publicaria outros percentuais: “Haya, 34,26%; Belaúnde, 32,14%; Odría, 29,13%; outros, 4,47%”.⁶⁷⁴

O ajustado percentual obtido pelos candidatos e divulgado pelos jornais correspondeu a uma lógica. A constituição de 1933 dispunha que o candidato que obtivesse um terço dos votos válidos deveria ser considerado vencedor, fração que Haya e Belaunde mostravam com certa paridade. A busca da divulgação de que houvessem atingido o terço mínimo correspondia à ânsia em provar que seu favorito houvesse obtido o número suficiente de votos para proclamá-lo vencedor. Esta situação peculiar potencializou ainda mais a agressividade, as denúncias de fraude ou a defesa da legalidade do pleito. De Cajamarca a Madre de Diós, de

⁶⁷⁰ *La Tribuna*, n° 2933, 05/07/1962, p. 4.

⁶⁷¹ *Idem*, n° 2907, 10/06/1962, p.1.

⁶⁷² *El Comercio*, n° 66756, 09/06/1962, p. 5.

⁶⁷³ *Idem*, n° 66768, 15/06/1962, p. 1.

⁶⁷⁴ *La Tribuna*, n° 2914, 16/06/1962, p. 2.

Cuzco a La Libertad, de Puno a Apurímac. Cada departamento, província ou cidade viveu intensamente a disputa eleitoral transformada em beligerante relação entre órgãos da imprensa e militâncias partidárias. Atentas à apuração e aos julgamentos do JNE as Forças Armadas foram instadas pelo decano a intervir mais diretamente no processo de contagem e julgamento: “Ante Situaciones Análogas Anulan Ánforas de Belaúnde pero no las del Aprismo”⁶⁷⁵ e “Jurado Nacional Ampara el Fraude”⁶⁷⁶ foram notícias que insistiam na tese de que houvesse favorecimento a Haya de la Torre. Estes apelos foram endossados, logicamente, pelos responsáveis pela candidatura de Belaunde: “Acción Popular Pide: Que la Fuerza Armada Informe Sobre Comícios”.⁶⁷⁷

Mesmo que a presença das Forças Armadas na apuração do processo eleitoral fosse prevista pela Constituição, em nome da garantia da justeza do pleito, *La Tribuna* não pôde deixar de transparecer sua inconformidade, titulando matéria que afirmava que “Jamás Antes las FF.AA. Intervinieron Tanto en el Proceso Electoral ni Fiscalizaron Tanto esse Acto Cívico”.⁶⁷⁸ Essencialmente previu que a mera possibilidade de uma vitória eleitoral aprista, independentemente da existência ou não de fraude, induziria os militares a intervir. E o encorajamento da intervenção, efetuado por *El Comercio*, não poderia ser mais exitoso. O editorial Periódicos Apristas Hacen Publicación Lesiva a las Fuerzas Armadas del Perú, transcreveu, do *La Tribuna*, texto de convocação à reunião do comitê de disciplina do APRA como sendo um indício da organização premeditada de novos atos de violência contra a ordem, por conta do histórico comportamento dos ‘búfalos’. Neste texto aprista protestava-se sobre a possibilidade de Haya de la Torre não assumir o cargo de presidente, graças ao veto dos setores militares. Este teor bastava para que o decano apresentasse o *La Tribuna* como autor de ofensas às Forças Armadas.⁶⁷⁹

A lembrança do ‘*Masacre de Trujillo*’, em 1932, também mereceu ampla repercussão nas páginas do decano, principalmente porque aproveitava o contexto eleitoral para fomentar a histórica rivalidade entre o APRA e o exército: “Institutos Armados Recordaron Ayer a los Soldados Asesinados por el Apra Hace Treinta Años”.⁶⁸⁰ Na matéria *Evitando que se Falsifique Nuestra Historia*, tornou a realizar um balanço histórico de todos os acontecimentos políticos nos quais a violência esteve presente e nos quais o aprismo esteve

⁶⁷⁵ *El Comercio*, nº 66787, 26/06/1962, p. 4.

⁶⁷⁶ *Idem*, nº 66789, 27/06/1962, p. 1.

⁶⁷⁷ *Idem*, nº 66791, 28/06/1962, p. 1.

⁶⁷⁸ *La Tribuna*, nº 2933, 05/07/1962, p. 5.

⁶⁷⁹ *El Comercio*, nº 66793, 29/06/1962, p. 4.

⁶⁸⁰ *Idem*, nº 66812, 10/07/1962, p. 1.

envolvido, destacando-se, novamente, os assassinatos do presidente Sánchez Cerro e de Antonio Miró Quesada, além de incluir a responsabilidade do aprismo pela situação anárquica criada durante o governo de Bustamante y Rivero.⁶⁸¹

A reação do *La Tribuna*, defendendo-se principalmente das acusações sobre a revolta de 1932, em Trujillo, não poderia ser mais candente: “Hasta cuándo los Miró Quesada van a hacer el comercio del odio, el tráfico de cadáveres, para vender los odios de ‘El Comercio’? Hasta cuándo esta familia despiadada seguirá sembrando la cizaña?”⁶⁸²

A apuração final não apontou um vencedor. Nenhum candidato atingiu o terço constitucional para proclamar-se vitorioso. Haya obteve 32,98% dos votos (558.237); Belaunde 32,13% (543.828) e Odría 28,44% (481.404).⁶⁸³ De acordo com a constituição em vigor, em casos como este, caberia ao Congresso Nacional eleito proceder à escolha do mandatário. A maioria das cadeiras fora obtida pela aliança APRA-MDP, seguindo-se as da AP e da UNO. Apesar do impasse, negociações políticas foram sendo estabelecidas, principalmente a partir de ofertas efetuadas pelo aprismo aos outros dois partidos. A primeira oferta foi à AP, abrindo mão da presidência, desde que o aprismo co-governasse, repetindo a fórmula desenvolvida no período governamental do presidente Prado. A oferta foi prontamente negada por Belaunde, que contava com o velado apoio das Forças Armadas, pretendendo assumir sozinho o comando da nação.⁶⁸⁴

A negociação com a UNO partiu de uma oferta similar, onde o aprismo abria mão da presidência em nome de Odría, em franca contradição com o passado histórico antioligárquico e anti-imperialista, proposta que, no entanto, nem chegou a ser confirmada. Na madrugada de dezoito de julho de 1962 os militares patrocinaram um novo golpe de Estado, depondo e exilando o presidente Prado. Uma junta militar de governo foi formada, sendo conhecido como o primeiro Governo Institucional das Forças Armadas, triunvirato de oficiais que assumiram o poder com a tarefa de restabelecimento da ordem, anulação das eleições e a marcação de novo pleito para 1963, quando previa a devolução do país à normalidade democrática.

⁶⁸¹ Idem, nº 66807, 07/07/1962, p. 4.

⁶⁸² *La Tribuna*, nº 2937, 09/07/1932, p. 2.

⁶⁸³ KLARÉN, Peter (2004, p. 389).

⁶⁸⁴ COTLER, Julio (1992, p. 349).

3.3 BALANÇO DE UMA INTERFERÊNCIA JORNALÍSTICA

Por mais que o papel desempenhado pelo jornalismo político pudesse ser minimizado ou caracterizado como secundário no desenrolar histórico apresentado, mais uma vez pudemos comprovar o grau de interferência que exerceu. Novamente a autodefinição política e ideológica; a caracterização dos adversários; a capacidade de induzir e de produzir circunstâncias que merecessem atitudes concretas por parte dos principais personagens políticos e instituições, mostrou-se de fundamental importância na sequência dos acontecimentos.

O *La Tribuna*, por exemplo, além da histórica guerra editorial com *El Comercio* e contra novos inimigos, como *Expresso*, teve de disputar um mercado cada vez mais restrito às publicações eminentemente políticas e quase saturado pela presença de concorrentes com tiragens significativas. Ainda assim, influenciou tanto aquele contexto político, que não pôde ser desprezado por seus adversários, que o citaram constantemente em diversas ocasiões. Por menos poderoso que aparentasse, ainda era digno de temor, seja pelos desafetos jornalísticos seja pelos inimigos político-institucionais. Atingiu, contudo, a tiragem recorde de cento e vinte mil exemplares em 1962, evidenciando sua capacidade de permanência e influência.⁶⁸⁵ Não surpreende, portanto, que, dois dias após o golpe de junho de 1962, o jornal aprista tenha exibido a seguinte manchete: “*Redacción y Oficinas de ‘La Tribuna’ Fueron Saqueadas*”⁶⁸⁶. A partir de vinte e um de junho daquele ano, o jornal passou a ser impresso na gráfica da Empresa Editorial Extra, em razão das avarias causadas ao seu maquinário. Não fora proibido de circular, mas sofreu diretamente a ação violenta dos adversários, tal qual ocorrera nos outros momentos de sua história.

O *La Prensa* havia apostado na fórmula da ‘convivencia’, onde a transição da cúpula partidária aprista tornava qualquer projeto mais factível mantendo um pragmatismo político através do estabelecimento de alianças. Beltrán tinha projetos políticos pessoais que não se concretizaram. Mesmo assim, vislumbrou a possibilidade da manutenção intacta de seus interesses oligárquicos sem a necessidade do patrocínio de golpes de Estado. Apostou na mudança de postura do aprismo e previu a manutenção da legalidade institucional civil. Por

⁶⁸⁵ BUSTAMANTE, Maynou Freire et al. “Voceros de los Partidos políticos Peruanos”. *Revista Acadêmica de Ciências da Comunicação Willana/Comunicar*. Universidade Nacional Federico Villarreal. Ano II, nº 3, novembro 2008.

⁶⁸⁶ *La Tribuna*, nº 2947, 20/07/1962, p.1.

estas razões, condenou o golpe militar em seus editoriais e solidarizou-se com as dificuldades impostas ao *La Tribuna* quando este foi invadido e suas instalações destruídas.⁶⁸⁷

As tendências reformistas estabelecidas desde os anos 1950, a partir do surgimento de partidos como a AP e MSP e de instituições como o CAEM, combinadas com o advento do programa de ajuda econômica americana para a contenção do comunismo no continente, a Aliança para o Progresso, constituíram o conjunto de valores defendidos por *El Comercio* e traduzidos pelo apoio incondicional a Belaunde e ao golpe militar. Acrescente-se às justificativas de apoio do decano o fato de ambas instituições, AP e Forças Armadas, serem amplamente favoráveis à revisão dos contratos petrolíferos entre o governo peruano e a IPC. Além disto, permaneceu na inarredável posição de condenação ao aprismo, por não acreditar nas mudanças ideológicas e pragmáticas apresentadas pelo APRA, contribuindo decisivamente para que Haya de la Torre não houvesse chegado ao poder. Em nome da nação, aplaudiu o triunvirato militar que se instalara no poder, afirmando que “el país aprecia el esfuerzo cívico de la Junta Militar de Gobierno, que significa haber tomado la responsabilidad de la trascendental tarea que le incumbe realizar”.⁶⁸⁸

Confirmando a percepção, obtida neste estudo, dos vínculos entre radicalismo, violência e autoritarismo como produtos disseminados pelo exercício de uma cultura política, principalmente a partir da mídia escrita, *El Comercio* insistiu na ideia da existência de uma fraude eleitoral programada, como forma de incentivar a intervenção dos institutos armados e influenciar as decisões políticas daí decorrentes, no que foi bem sucedido. Parece não haver dúvidas de que ocorreram casos de fraude eleitoral. A repercussão e as consequências da pregação diuturna deste jornal oligárquico, entretanto, certamente foram maiores que a gravidade daquelas irregularidades.

El Comercio se adelantó desatando una campaña dirigida al ejército, recalando la fraudulencia de las elecciones; de esta manera la fracción agrupada alrededor de El Comercio esperaba curarse en salud, impidiendo un posible triunfo aprista.⁶⁸⁹

Esta constatação do sociólogo Julio Cotler combina com a constatação feita, neste estudo, pela análise do debate jornalístico estabelecido.

⁶⁸⁷ Conforme editorial de *La Prensa* intitulado *Por La Libertad de Prensa*, de 20/07/1962, reproduzido pelo *La Tribuna*, nº 2948, 21/07/1962, p. 4. *La Tribuna* reproduz também apoio dado pelo diário limenho “Última Hora”, pelo “Alerta”, de Chiclayo e pelo “Norte” de Trujillo.

⁶⁸⁸ *El Comercio*, nº 66832, 20/07/1962, p. 1.

⁶⁸⁹ COTLER, Julio (1992, p. 348).

Henrique Chirinos Soto também avaliou aquela conjuntura de forma ainda mais peremptória, confirmando o diagnóstico de Cotler e dando a verdadeira medida da capacidade de intervenção da imprensa escrita nos acontecimentos políticos. Nada mais eloquente, uma vez que se tratava do testemunho de alguém que viveu diretamente aquela conjuntura.

La tesis del fraude electoral fué, antes y después de los comícios sostenida por el diario 'El Comercio' y por Fernando Belaúnde Terry. Debe pues considerarse el derrocamiento del gobierno de Manuel Prado como una vitória de esse diario y de ese candidato presidencial.⁶⁹⁰

3.4 A IMPRENSA POLÍTICA INTERFERE NOVAMENTE: O FIM DO GOVERNO BELAUNDE

Um resultado eleitoral mais palatável para alguns setores da sociedade. Esta foi a principal consequência da anulação do pleito de junho de 1962 e confirmada pela eleição de Fernando Belaunde Terry, da aliança AP-DC, como presidente da República, um ano após o golpe de Estado. Sua vitória foi estreita, amealhando 708.662 votos (39,2%), contra 623.501 (34,36%) de Haya de la Torre e 463.085 (25,5%) de Odría.⁶⁹¹

Outra consequência foi a abertura para o experimento de uma proposta política governamental de caráter reformista, não aprista e com o apoio velado dos militares e de importantes segmentos oligárquicos, principalmente o representado pelo seu porta-voz mais tradicional, isto é, o jornal *El Comercio*.

As Forças Armadas apostaram na implantação de um governo capaz de viabilizar mudanças importantes, que elas mesmas ensaiaram aplicar no país durante o ano em que estiveram no poder, entre 1962 e 1963. Exemplo disto foi a reforma agrária imposta em certas regiões conflituadas pela disputa de terras, como o explosivo *Valle de la Convención*, nos arredores de Cuzco, local de intensa mobilização camponesa, que contava com a presença de lideranças comunitárias influentes, como o ativista Hugo Blanco. Tudo de acordo com a estratégia de fazer a chamada guerra anti-subversiva sem abandonar o interesse pelo contexto social.⁶⁹² Outra expectativa dos militares é que houvesse uma posição mais firme por parte do Estado peruano na relação que a economia nacional mantinha com os interesses estrangeiros,

⁶⁹⁰ CHIRINOS SOTO, Enrique. *Cuenta y Balance de las Elecciones de 1962*. Lima: Ediciones Perú, 1962, p. 10 apud GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p. 173-174).

⁶⁹¹ CHANG RODRÍGUES, Eugenio (1987, p. 348).

⁶⁹² *Ibíd*em, p. 268.

de acordo com os diagnósticos acumulados pelo CAEM. Esta última esperança era compartilhada por *El Comercio*, uma vez que vinha ao encontro de seu nacionalismo em torno da questão do petróleo e, particularmente, ao encontro da condenação da relação entre o governo peruano e a IPC.

Ambos partilhavam a ideia da contenção do comunismo através de intervenções governamentais estratégicas, concordando com as linhas gerais e com a filosofia disseminada pelo programa de ajuda econômica continental liderada pelos Estados Unidos, a Aliança para o Progresso. A Guerra Fria havia convertido a América Latina numa região vigiada pela supremacia continental norte-americana, sobretudo após a Revolução Cubana, dando origem àquele tipo programado de auxílio.

Os obstáculos à democracia, no entanto, começaram a partir do resultado da própria eleição de Belaunde. O pleito de 1963 consagrou uma formação congressual que traria dificuldades ao novo presidente. Dos cento e oitenta e quatro representantes do Congresso Nacional, setenta e seis pertenciam ao APRA, setenta e um à aliança AP-DC, trinta e um à UNO e seis a outros partidos.⁶⁹³ Seis meses após a eleição de Belaunde, realizaram-se as primeiras eleições municipais após cinquenta anos, ocasião em que aliança AP-DC obteve o respaldo de cerca de quarenta e sete por cento dos votos. Uma verdadeira façanha, obtida em meio ao otimismo despertado pelo novo governo. Superava, mais uma vez, ao APRA, que obtivera cerca de quarenta e quatro por cento.⁶⁹⁴

Mantendo sua trajetória dos últimos anos, voltado a um pragmatismo político caracterizado por coalizões com forças conservadoras, o aprismo procurou exercer sua forte representação legislativa como forma de prejudicar o sucesso administrativo do governo Belaunde. Para tornar mais viável esta espécie de sabotagem política, não exitou em estabelecer um pacto legislativo com a UNO, a fim de opor-se a projetos governamentais e auferir a vantagem política que pudesse advir deste desgaste nas eleições para a sucessão presidencial, dali a seis anos.⁶⁹⁵ A chamada Coalizão tornou o governo refém, consagrando o controle do Legislativo sobre o Executivo.⁶⁹⁶

Graças à oposição APRA-UNO, a promessa de uma ampla reforma agrária prometida pela AP resultou em uma lei limitada e insuficiente para resolução do agudo problema agrário, deixando intocados muitos latifúndios, sobretudo aqueles pertencentes às regiões

⁶⁹³ COTLER, Julio (1992, p. 355).

⁶⁹⁴ CHANG RODRÍGUES, Eugenio (1987, p. 349).

⁶⁹⁵ CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos (1999, p. 257).

⁶⁹⁶ COTLER, Julio (1992, p. 357).

onde o aprismo mantinha uma estreita relação com os sindicalistas rurais locais, especialmente as fazendas açucareiras da costa centro-norte.

Paralelamente a este panorama político partidário, instituições e movimentos sociais novos foram criados ou ocupados por novos grupos surgidos nos últimos anos e vinculados, em maior ou menor grau, ao comunismo ou socialismo em suas diferentes versões. Exemplo disto foi a conquista da representação universitária por parte de grupos desvinculados do aprismo, afastando do poder uma liderança tradicional. Significativa foi também a formação de uma outra Central Sindical, a CGTP, em oposição à CTP, tradicionalmente liderada pelo aprismo. Os movimentos agrários e urbanos iniciaram ações mais radicais, sobretudo entre 1965 e 1966, quando o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR) e o Exército de Libertação Nacional (ELN), organizado a partir do fim do APRA-Rebelde e liderado pelo ex-aprista Luís de la Puente Uceda, enveredaram pela ação guerrilheira, exigindo do governo a pronta intervenção através das forças militares. O contexto mostrava a repercussão do apelo a ideologias mais radicais, que atraíram significativos grupos mobilizadores dos movimentos sociais, provocando a repressão para a qual o exército vinha se preparando desde a década anterior. Foi neste biênio de repressão às ações guerrilheiras que as Forças Armadas se convenceram da incapacidade do governo Belaunde em conduzir a doutrina da luta anti-subversiva baseada em mudanças estruturais.⁶⁹⁷

Conduzir um governo de caráter reformista em meio a tantas dificuldades impostas naquele contexto histórico tornou-se muito difícil, ainda mais quando a prática do exercício democrático através das forças partidárias existentes apontavam para a deformação da relação parlamentar, opondo Legislativo e Executivo. Graças ao preceito constitucional a partir do qual o Congresso Nacional podia mover, a qualquer momento, um voto de censura, exigindo a troca parcial ou total dos gabinetes ministeriais, Belaunde teve de nomear cento e setenta e oito ministros em cinco anos de governo, trocar noventa e quatro e montar seis corpos ministeriais completos.⁶⁹⁸ Digno de nota foi a presença de um membro da família Miró Quesada no ministério, entre 1963 e 1964. Francisco Miró Quesada, filho de Oscar Miró Quesada, ocupou a pasta da Educação até o momento em que o bloqueio aprista no Congresso impôs sua saída.⁶⁹⁹

A relação político partidária assumira as mesmas características de intolerância e radicalismo verificadas na imprensa escrita. Cristalizou-se, então, um comportamento

⁶⁹⁷ CHANG RODRÍGUES, Eugenio (1987, p 348-349).

⁶⁹⁸ COTLER, Julio (1992, p. 358).

⁶⁹⁹ Ibidem, p. 359.

parlamentar que buscava derrotar e eliminar o adversário político, mais do que construir uma relação de propostas legislativas antagônicas. Esta ‘mentalidade de soma zero’, como denominaria o sociólogo Julio Cotler, herdada das experiências de democratização anteriores, se imporia como o comportamento político partidário típico.⁷⁰⁰

O crescimento econômico estancara, os preços da pauta de exportações decresceram e o gasto público aumentou dramaticamente. A crise econômica e a inflação tornaram-se preocupantes por volta de 1967, enquanto a questão da promessa presidencial de campanha, referente à revisão dos contratos petrolíferos entre o governo peruano e a IPC, ainda não havia sido tocada.

Devido aos conflitos agrários e a incerteza dos grandes produtores em relação aos resultados da reforma agrária, a baixa na produção agrícola incrementou o custo do governo com importações, levando-o a recorrer a empréstimos externos constantes. Sua incapacidade fiscal era causada pelo impedimento na criação de novos impostos estabelecida pelo bloqueio parlamentar da Coalizão, impedindo também o financiamento do déficit público. A dívida externa cresceu, por consequência, de um montante de duzentos e trinta e cinco milhões de dólares, em 1963, a seiscentos e oitenta milhões em 1968. Outra promessa seria, então, quebrada por Belaunde em setembro de 1967. Em razão da deterioração da crise econômica, o governo teve de desvalorizar o sol em 44%, passando de vinte e sete sóis por dólar para trinta e nove.⁷⁰¹

Qual era a situação no mercado editorial jornalístico, sobretudo político, durante o governo da AP? Na metade dos anos 1960 o número de periódicos aumentou. Suas grandes tiragens atenderam a uma demanda crescente, proporcionada tanto pelas publicações tradicionais quanto por novos veículos fundados nos últimos anos. A afirmação de novos diários de grande tiragem, como *Extra*, *Correo* e *Expreso*, corresponderam ao surgimento de novos segmentos representativos da sociedade, sobretudo medianos, atendendo tanto a demanda da capital, Lima, como das outras grandes cidades e mesmo regiões provinciais interioranas. O quadro nº 1 mostra a tiragem atingida pelos jornais mais importantes da época e sua distribuição no país, segundo dados da UNESCO, no ano de 1966:

⁷⁰⁰ Conforme COTLER, Julio (1994, p. 152).

⁷⁰¹ KLARÉN, Peter (2004, p. 406).

Diários Matutinos	Triagem	Lima	Províncias⁷⁰²
<i>El Comercio</i>	90.000	67%	33%
<i>La Prensa</i>	120.000	60%	40%
<i>Correo</i>	75.000	90%	10%
<i>La Tribuna</i>	15.000	55%	45%
<i>La Crónica</i>	67.000	63%	37%
<i>Expresso</i>	121.300	54%	46%
Diários Vespertinos			
	Triagem	Lima	Províncias
<i>La Crónica</i> 3ª edição	86.000	85%	15%
<i>Última Hora</i>	90.000	90%	10%
<i>Extra</i>	144.000	100%	0

Quadro n. 1 Tiragem dos principais jornais peruanos durante o ano de 1966

Fonte: UNESCO apud HISCHHORN, Gérald. *Sebastián Salazar Bondy: pasión por la cultura*. Lima: Instituto Francês de Estudos Andinos - IFEA. Embaixada da França. Fundo Editorial da Universidade Maior de San Marcos, 2005, p. 55-56.

Um dado importante a ser extraído do quadro estatístico acima descrito envolve diretamente a questão da herança e permanência das ‘trincheiras ideológicas’. A fraca tiragem de *La Tribuna* evidenciava sua debilidade naquele momento. Mesmo que o mercado editorial fosse diversificado, poucos periódicos foram suficientemente aceitos na cobertura jornalística política. *El Comercio*, *La Prensa*, *Expreso*, *La Crónica* e *Última Hora* comporiam o grupo de jornais com credibilidade no acompanhamento sistemático na cobertura política. O *La Tribuna*, cada vez mais voltado a seu papel partidário, deixara a tiragem recorde de cento e vinte mil exemplares, de 1962, para mergulhar numa limitada circulação, tão somente demandada por militantes do APRA. Lentamente deixou de ser um jornal impactante na opinião pública nacional, quando serviu de referencial informativo a todo aquele que quisesse uma versão diferente dos acontecimentos políticos mais importantes, independente de serem leitores vinculados ao aprismo. Seu papel de contraponto ao *establishment* havia sido perdido. Ainda assim, o jornal aprista continuou tendo influência, como demonstramos a partir da análise da campanha eleitoral de 1962. A partir de 1963, entretanto, jamais repetiu seu sucesso. É de se analisar esta queda, entre outras causas, pela dificuldade no exercício da política de mobilização dos movimentos sociais que o aprismo apresentava, tendo em vista os últimos acordos políticos que desprestigiaram demasiadamente o Partido. A ‘convivencia’ pradista e a ‘superconvivencia’ ou Coalizão, como ficou conhecido o pacto APRA-UNO no Congresso Nacional, desgastara o discurso mobilizador do partido, por vezes tido como traidor de seus princípios. Outro aspecto foi a concorrência que os movimentos

⁷⁰²HISCHHORN, Gérald (2005, p. 55-56).

tradicionalmente vinculados ao aprismo sofreu com o surgimento de uma mobilização mais à esquerda, ocupando os espaços anteriormente mantidos pelo APRA. Era, novamente, uma consequência das contradições expostas pelo Partido graças a seu pragmatismo político.

El Comercio permaneceu como importante referência jornalística, rivalizando com os outros diários em tiragem e vendas, mas, principalmente, mantendo-se como um formador de opinião por excelência, mantendo-se ainda como o mais importante dentre os periódicos tradicionais. A crise econômica, política e social do governo da AP agravou-se, entretanto, de tal forma, que mesmo *El Comercio* esteve por retirar seu apoio incondicional, situação que coincidiu com o pensamento das Forças Armadas, cada vez mais alarmadas com as possíveis consequências do fracasso do governo Belaunde.

As consequências políticas desta crise generalizada deram a noção de que a estratégia de sabotagem aprista tinha sido bem sucedida, ao indicar que o Partido seria o favorito para as eleições de 1969, confirmada pela maciça votação alcançada pelo aprismo na eleição complementar congressional de novembro de 1967. O entusiasmo com o futuro eleitoral foi publicado pelo *La Tribuna* na manchete *Parlamentarios de cuatro continentes auguraron victoria aprista el 69.*⁷⁰³

Corroborando este diagnóstico, o enfraquecimento da AP era visível, pois surgiam divisões na aliança com a Democracia Cristã e dentro do próprio partido do governo, resultante do descontentamento com os resultados administrativos que ameaçavam o futuro político. Edgardo Seoane, primeiro vice-presidente e indicado como candidato natural à sucessão de Belaunde tornou-se cada vez mais crítico ao governo e especialmente ao presidente, acabando por fundar uma ala de dissensão da AP. O mesmo ocorreu com a DC, cuja ala favorável a um acordo entre Belaunde e a coligação APRA-UNO, liderada por Luis Bedoya Reyes, acabou dando origem ao Partido Popular Cristão, permanecendo ao lado do presidente. Já o restante do partido rompeu a aliança com a AP definitivamente, limitando ainda mais o número de apoiadores fiéis ao governo.

O primeiro semestre de 1968 transcorreu num clima de complexas transformações e alternâncias nas tomadas de posições por parte dos principais atores políticos. O fato de o governo ter crédito cada vez menor com as Forças Armadas e mesmo com seu principal apoiador midiático, o jornal *El Comercio*, ampliou a possibilidade de uma intervenção armada, alertando o aprismo quanto à necessidade de manter o regime político vigindo, mesmo que isto significasse dar marcha ré na sabotagem ao presidente Belaunde. O mesmo

⁷⁰³ *La Tribuna*, n° 5224, 13/09/1968, p. 4.

drama político se repetia. Havia, antes de tudo, a necessidade de manter o estado de direito para possibilitar a chegada do aprismo ao poder. Após a troca de cinco gabinetes inteiros no final do primeiro semestre daquele ano, tomava posse o ministério chefiado por Oswaldo Herculles, apoiado pelo aprismo. O Ministro da Economia, Manuel Ulloa, implantou uma série de medidas tendentes a recuperar a capacidade de investimento do capital nacional, a poupança interna e a diminuição da dependência do capital externo. Conseguiu refinanciar a dívida externa sem que perdesse a obtenção de recursos do exterior, para a complementação dos investimentos na indústria nacional, bem como buscou, a partir da recuperação fiscal do governo, implementar uma gradual reforma agrária para a formação de um empresariado rural nacional.⁷⁰⁴

Diante desta nova reviravolta, os campos políticos se redefiniram novamente, assumindo posições radicais antagônicas. De um lado, o presidente Belaunde, apoiado debilmente pelo PPC, pelo APRA e pela ala da UNO mais desvinculada de Odría. Do outro a DC, a UNO odríista, a AP seonista e, agora, de maneira irreversível, *El Comercio*, que temia a presença do APRA e a condução normal de um governo cuja sucessão se vislumbrava eleitoralmente promissora a Haya de la Torre.

Assistindo angustiosamente a este espetáculo político, as Forças Armadas vigiavam o andamento dos acontecimentos sem deixar de estar, pelo menos em parte, igualmente envolvida. Exemplo disto foi a Comissão de Inquérito presidida pelo aprismo, pela qual se investigava um escândalo de contrabando que envolvia proeminentes figuras do governo belaundista e membros das Forças Armadas, aumentando a tensão das relações entre o APRA e alguns setores da oficialidade militar durante aquele semestre. As contundentes provas nunca foram utilizadas explicitamente pelo aprismo no Parlamento, porém o Partido as mantinha como arma para possível utilização na hora apropriada.⁷⁰⁵ Estava em jogo a governabilidade. E este risco o APRA não queria correr.

A capacidade de negociação do aprismo chegou a conceder dois meses de poderes excepcionais, entre julho e setembro, para que o gabinete ministerial presidido por Herculles conseguisse implantar os ajustes necessários à condução do governo belaundista. Mesmo francamente anticonstitucional tal procedimento obedecia à lógica da manutenção do estado de direito.

⁷⁰⁴ COTLER, Julio (1992, p. 377-378).

⁷⁰⁵ *Ibidem*, p. 376.

Um acontecimento marcante iria, entretanto, comprometer todo o esforço de manutenção da democracia. Desde o início do governo, apesar da tenaz oposição parlamentar da Coalizão APRA-UNO, o presidente teve recursos institucionais suficientes para a resolução de uma pendência transformada por ele próprio em plataforma eleitoral. Tratava-se da solução do problema petrolífero envolvendo a *International Petroleum Company*, IPC, questão tão cara à base de apoio representada por *El Comercio*. Em uma cerimônia marcada pela assinatura da *Acta de Talara*, que contou com a presença do presidente e de representantes da base política aliada, resolvia-se que a IPC devolveria definitivamente ao Estado peruano os campos petrolíferos de *La Brea* e *Pariñas*, comprometendo-se a *Empresa Petrolera Fiscal*, EPF, estatal criada desde o governo Bustamante y Rivero, a vender o petróleo extraído daqueles campos para a empresa norte-americana. A série de compensações exigidas pela empresa norte-americana, como o perdão de dívidas históricas em impostos (cento e quarenta e quatro milhões de dólares) e o prazo da concessão da distribuição nacional dos combustíveis, fixadas em quarenta anos (renováveis por mais quarenta), ameaçou desprestigiar o contrato realizado entre IPC e EPF.⁷⁰⁶ Na verdade, o acordo compensatório fazia parte de um contencioso estabelecido entre o governo norte-americano e o peruano, que se transformara em um impasse nos últimos anos, razão principal para o protelamento da solução da questão petrolífera. Os EUA chegaram a limitar dramaticamente os recursos oriundos do programa de ajuda financeira auspiciado pela Aliança para o Progresso, como forma de pressionar Belaunde a estabelecer compensações à IPC por qualquer intervenção que o governo peruano pretendesse realizar.

As Forças Armadas não receberam bem o resultado das negociações, uma vez que elas possuíam outro contencioso com o governo norte-americano, por conta das dificuldades impostas por este na compra de aviões militares dos EUA. A Força Aérea resolveu interromper as negociações e adquirir caças franceses, atitude que desgastou as tradicionais relações entre as Forças Armadas peruanas e norte-americanas.

Dentro da polêmica sobre o problema do contrato, um quesito colocaria o governo Belaunde em uma posição ainda mais constrangedora. Renunciando ao cargo de presidente da EPF, o engenheiro Carlos Loret de Molla, denunciou que havia desaparecido a página onze do contrato, onde era estipulado o preço a ser pago pela IPC à EPF pelo petróleo extraído. Quanto peso esta irregularidade teria no desprestígio final do governo, somente a insistente campanha desenvolvida pelo decano poderia determinar. E a reação do decano, adversário

⁷⁰⁶ COTLER, Julio (1992, p. 380).

tradicional da IPC, constituiu-se em verdadeira campanha crítica ao gabinete Herccelles e, por extensão, ao governo de Belaunde como um todo.

La carta de renuncia del Director de la empresa estatal señala claramente el sentido de las divergencias insalvables que han surgido a raíz de la determinación de compensar a la IPC por la devolución de yacimientos que nunca fueron de su propiedad y por la entrega de instalaciones cuyo valor de inventario simplemente no se conoce. A cambio de eso los adeudos han sido condenados y la IPC recibe una serie de concesiones que le otorgan hegemonia y, porqué no decirlo, absoluto control de la política petrolera que el Estado debiera retener en sus manos.⁷⁰⁷

Disposto a encontrar uma solução conciliatória, o APRA expressou-se no Congresso de maneira a retirar do quesito da página onze a gravidade apontada pelo decano. *La Tribuna* opinou sobre a importância dada à questão, publicando declaração de parlamentar do APRA: “Carlos Manuel Cox, Presidente do Senado, há declarado – con la mesura de los verdaderos estadistas – que no tiene realmente importancia la discutida página 11.”⁷⁰⁸ A declaração correspondia à fidelidade que o aprismo depositava na continuidade do governo de Belaunde, apesar de todos os escândalos que se acumulavam. Afinal, quem perdia o prestígio político não era o aprismo, favorito à sucessão.

As ‘trincheiras ideológicas’ novamente entraram em ação através de contundentes editoriais. Comentando sobre o mesmo problema contratual entre IPC e EPF, *La Tribuna* mostrou quais facções estavam tentando tirar proveito do problema ao promovê-lo a escândalo nacional: “Entre los que sostienen que ‘se há perdido la página 11, se cuenta la gama variopinta y deleznable del cornejismo (DC), el comunismo – de todos los pelajes – el clan de la Rifa (El Comercio) y hasta algunos termocéfalos AP (do líder Edgardo Seoane)”⁷⁰⁹

Novamente demonstrando sua capacidade de adaptação ideológica, destinada ao cumprimento de uma estratégia fundamentalmente voltada à vitória eleitoral futura, o APRA pretendeu justificar sua atuação em relação ao anti-imperialismo previsto em seu ideário fundacional. Segundo estas justificativas, não havia contradição entre este anti-imperialismo e os últimos posicionamentos do aprismo em relação ao problema petrolífero, procurando esclarecer a polêmica através das manchetes de declarações de seus partidários: “Hay que Nacionalizar Progresivamente las Refinerías”, afirmava o Secretário Geral aprista Armando Villanueva.⁷¹⁰ “Necesitamos Capital Extranjero para Vencer Subdesarrollo’, Dijo Rodríguez

⁷⁰⁷ *El Comercio*, nº 70912, 12/09/1968, p. 2.

⁷⁰⁸ *La Tribuna*, nº 5228, 17/09/1968, p. 6.

⁷⁰⁹ *Ibidem*.

⁷¹⁰ *Idem*, nº 5226, 15/09/1968, p. 1.

Vildósola al Precisar Tesis del APRA”⁷¹¹ Com estas explicações, pretendiam mostrar a coerência entre a doutrina histórica do partido e a prática parlamentar.

O recente apoio aprista ao governo não ficou alheio ao decano. O último gabinete de Belaunde ganhara tempo para implantar medidas de difícil resolução, como a renegociação da dívida externa, por exemplo, graças à mudança de atitude parlamentar aprista. Os papéis, no entanto, haviam sido trocados. Enquanto o APRA defendeu, num primeiro momento, a manutenção do contrato, o nacionalismo pontual na questão petrolífera, somada à presença do aprismo no apoio interessado à continuidade do governo de Belaunde, levou o decano a condenar o governo como um todo:

Todos estos hechos traen consigo elementos sumamente graves cuya importancia no há pasado desapercibida para la opinión pública. Desde el Congreso, la mayoría parlamentaria tampoco oculta el patrocinio brindado a una solución que, en los términos que ahora se conocen, ciertamente está muy lejos de ser aquella que el país aguardó y por la que tantos peruanos lucharon con patriotismo, desinterés y dignidad. Cualesquiera que hayan sido los acuerdos políticos que vinculan al actual Gabinete y el partido aprista en una mal llamada ‘solución’ de La Brea y Pariñas, sentimos la obligación moral de denunciarlos por inconvenientes y lesivos al interés nacional.⁷¹²

A crise abalou o Executivo e o Legislativo, pois tanto o governo quanto o aprismo se uniram para a manutenção do gabinete. O voto de censura movido pelo parlamento não foi aceito pelo APRA. Enquanto isto as Forças Armadas iniciaram uma maior interferência na polémica, analisando os contratos entre o governo e a IPC, acarretando a indignação do aprismo expressa pelo *La Tribuna*, “Expresando que miembros de las FF.AA. no tienen nada que ver con arreglo IPC, APRA se opone a censura de Gabinete.”⁷¹³ Para não sentir o desgaste da opinião pública ante a repercussão do problema, no entanto, o aprismo também passou a defender a anulação do contrato: “*País Requiere Moralización que Extirpe la Corrupción! Anulen Contrato EPF-IPC*”.⁷¹⁴

A presença insinuante das Forças Armadas tensionaram ainda mais a arena política. *La Tribuna* apressou-se em divulgar declaração do Ministro do Exército rechaçando rumores sobre golpe militar, qualificando-os de especulações para desorientação da população. O

⁷¹¹ *La Tribuna*, nº 5223, 12/09/1968, p. 12.

⁷¹² *El Comercio*, nº 70912, 12/09/1968, p. 2.

⁷¹³ *Idem*, nº 70827, 20/09/1968, p. 4.

⁷¹⁴ *La Tribuna*, nº 52230, 19/09/1968, p. 1.

temor do jornal aprista era demonstrado pela necessidade de publicar manchetes como a seguinte: “*Fuerza Armada con la Constitución!*”.⁷¹⁵

O esfacelamento da AP, acelerado nos últimos meses, oficializou-se justamente neste momento. O presidente Belaunde e seu primeiro vice-presidente, Secretário Geral do partido, Edgardo Seoane, cindiram-no em dois grupos radicalmente opostos. *El Comercio* não exitou em aliar-se a este último, confirmando sua tendência nacionalista na questão petrolífera e o abandono de Belaunde a sua própria sorte. O editorial *Un penoso deber cumplido*, de vinte e dois de setembro daquele ano, explicitava a defesa do nacionalismo de Seoane e a concordância do decano nesta posição.⁷¹⁶

À medida que o tempo decorria sem uma solução, o aprismo procurou prevenir sobre as possibilidades de golpe, vendo a situação como grave o suficiente para ameaçar a estabilidade do regime, razão pela qual o *La Tribuna* passou a alarmar maciçamente a opinião pública com denúncias de campanha política e jornalística de sabotagem ao governo, como nas manchetes a seguir, “*Contra la Provocación, la Demagogia y el Caos*”⁷¹⁷; “*La Página Once: un Pretexto Promotor de la Subversión*”.⁷¹⁸

Desgastada aquela gestão ministerial, em dois de outubro foi nomeado um novo gabinete. Na madrugada de três de outubro, entretanto, produziu-se o golpe militar que deu origem ao autodenominado Governo Revolucionário das Forças Armadas, liderado por Juan Velasco Alvarado, iniciando um período de doze anos de ditadura. Belaunde foi imediatamente embarcado em um avião para Buenos Aires, iniciando-se mais um exílio de um presidente eleito.

O editorial de *El Comercio* cumpriu, naquele momento, sua tradição de adesão à medida de força para o restabelecimento de um poder autoritário, ainda que de caráter nacionalista. A avaliação do decano a respeito do governo de seu antigo favorito, mostrava onde Belaunde cometera os erros que levaram a este desfecho:

El presidente Belaúnde se equivocó al preferir el apoyo aprista al respaldo de la opinión pública. El apra, y esto debió intuir el ex-presidente, jugó con engaño a la táctica de engrair las aspiraciones electorales de un grupo de sus partidarios y provocar, mediante la crisis del petróleo, el resquebramiento de la unidad del partido de gobierno por una cuestión de principios. Qué perseguía el aprismo? Dividir, en la certeza de que las fuerzas económicas extranjeras, agradecidas por el regalo de jugosos contratos, premiarían su lealtad y le darían el respaldo financiero que

⁷¹⁵ *La Tribuna*, nº 5232, 21/09/1968, p. 1.

⁷¹⁶ *El Comercio*, nº 70931, 22/09/1968, p. 2.

⁷¹⁷ *La Tribuna*, nº 5238, 27/09/1968, p. 6.

⁷¹⁸ *Idem*, nº 5239, 28/09/1968, p. 6.

necesitaba para emprender la carrera electoral combinadamente con quienes representan la esfera de influencia de los grandes consorcios. El apra ha sido siempre claudicante y entreguista. Ha servido, fiel y obedientemente, a la IPC. Lo hizo hace dos décadas, en el contrato de Sechura y ha repetido la maniobra para entregar, a cambio de la devolución de La Brea y Pariñas, todas las compensaciones que dicha empresa reclamó [...] En lugar de emplear su influencia parlamentaria en persuadir al Gobierno, ya que siempre ha reclamado para sí el título de primer poder, se empeñó en defender a un Gabinete que había perdido la confianza pública y en echar tierra para sepultar en el silencio un escándalo que había conmovido la República.⁷¹⁹

Nas razões expostas, o antiaprismo justificava as fraquezas de Belaunde e a atitude das Forças Armadas. O apoio dado ao novo governo foi incondicional, tornando-se o primeiro grande periódico nacional a dar respaldo ao GRFA. “Desde hace meses, en los corrillos políticos, el tema favorito era el del golpe. Razones de orden económico, moral y político empujaban a esta solución de facto.”⁷²⁰ Mesmo que não soubesse os planos gerais do novo governo, presumiu que lhe seria favorável, incentivando-o com constantes frases de efeito estimulante: “Sus contactos con los hombres de prensa han sido, hasta el momento de escribir este comentario, muy limitados. Pero parecen dispuestos a ‘sudar trabajando’, como ha dicho el General Velasco”.⁷²¹

Buscando mobilizar sindicatos e estudantes, o aprismo, mais uma vez protestou contra o golpe militar. E distúrbios de rua novamente se repetiram, como ocorrera no golpe de 1962. O povo, porém, assistiu à sucessão de fatos políticos da mesma forma que nas vezes anteriores, ou seja, sem tomar qualquer outra atitude que não a passividade frente ao desenrolar dos acontecimentos. A querela política, mais uma vez, ficou apartada da população em geral e limitada aos agentes políticos tradicionais, os militares, os parlamentares, partidos, Forças Armadas e imprensa em geral. Comentando o papel de *El Comercio* no novo golpe de Estado, *La Tribuna* manifestaria seu cáustico diagnóstico:

El editorial de ayer del diario de La Rifa – el único entre toda la prensa del país que justifica el madrugón del 3 de octubre – es plena confesión de parte y releva por entero la necesidad de probar donde está el comando secreto que preparó el golpe y ha intentado darle una pseudo-presentación ideológica. Es ‘El Comercio’ [...] la inspiradora del atentado anticonstitucional.

Con arteria, con viejas mañas de centenaria mesalina ‘El Comercio’ ha organizado un nuevo golpe y lo ha visto triunfar. Doloroso para todos, y muy en particular para quienes, sin saberlo o sin creerlo, han servido una vez más de instrumentos del clán más daño y reaccionario que haya actuado en la política nacional.⁷²²

⁷¹⁹ *El Comercio*, nº 70951, 04/10/1968, p. 2.

⁷²⁰ *Idem*, nº 70953, 05/10/1968, p. 2.

⁷²¹ *Ibidem*.

⁷²² *La Tribuna*, nº 5246, 05/10/1968, p. 3.

Diferente de outras épocas, porém, desta vez nada ocorreu de excepcional contra o *La Tribuna*, não sofrendo nenhuma consequência por conta do novo golpe militar. Sua tiragem se restringia cada vez mais ao universo dos militantes apristas, perdendo diariamente sua capacidade de ‘trincheira ideológica’ influente na opinião pública nacional. Os problemas financeiros na manutenção do periódico eram uma constante ameaça à sobrevivência. Suas dívidas acumuladas inviabilizavam cada vez mais sua capacidade de circulação, temendo-se pelo seu futuro. O próprio presidente Belaunde havia permitido que estas dívidas fossem acumuladas para evitar uma quebra do jornal. Em janeiro de 1970, todavia, houve o embargo do pouco maquinário que ainda mantinha o periódico em atividade, sendo penhorado pelo Banco de la Nación.⁷²³ Havia desaparecido para sempre esta trincheira ideológica.

El Comercio, ao contrário, permaneceu como influente referencial ideológico nos acontecimentos políticos, como pudemos observar durante todo o governo de Belaunde, sendo tão responsável pela ascensão deste presidente ao poder, quanto por sua deposição. A possibilidade do APRA finalmente atingir seus objetivos levou este diário a pressionar as Forças Armadas a intervir na política, mesmo que custasse a manutenção da democracia. O próprio presidente Belaunde afirmaria mais tarde que concordava com a ideia de que o golpe militar tivesse sido organizado para impedir a chegada do aprismo ao poder, favorito que era para a sucessão presidencial.⁷²⁴ A atuação do decano, neste sentido, não poderia ter sido mais exitosa, ainda que o futuro próximo lhe reservasse uma amarga experiência com o GRFA.

No primeiro aniversário do GRFA, o presidente Velasco Alvarado discursaria, tornando relevante suas impressões a respeito da imprensa escrita nacional. Suas constatações constituem um todo coerente com os diagnósticos do CAEM. Note-se que o conteúdo se assemelha em muito às ideias apresentadas pelo *La Tribuna*, principalmente nos anos 1930 e 1940:

[...] algunos periódicos, algunos de nuestros honrados y objetivos periódicos criollos, creen que es honrado y objetivo ocultarle al pueblo lo mucho y lo bien que se habla hoy del Perú en el mundo. Días vendrán en que aquí se sepa cuánto y por cuánta perfidia ocultaron la verdad los dueños de ese periodismo cuya única preocupación es la defensa de inconfesables intereses y un malévolo sensacionalismo. Y todo esto, bajo el manto de una libertad de prensa tras la cual se oculta un turbio mundo de apetitos fariseos y de insidia, cuando no de calumnia cotizable [...].

Las dos estrategias de la oligarquía se mueven al unísono, en perfecto concierto, desde aquí y desde el extranjero. La acción confabulada de los adversarios de la revolución funciona a estos dos niveles. Uno de sus principales argumentos es la

⁷²³ GARGUREVICH REGAL, Juan (1972, p. 46-47).

⁷²⁴ CHANG RODRÍGUES, Eugenio (1987, p. 130).

sincronizada propaganda deformadora de la verdad, que opera a través de ciertas agencias noticiosas extranjeras, de algunas revistas de circulación internacional y de la mayoría de los periódicos que se imprimen en el Perú y que representan y defienden los intereses de la oligarquía peruana y sus cómplices foráneos.⁷²⁵

Contrário às expectativas do *La Tribuna*, mas concordando, no entanto, com seu histórico diagnóstico, o GRFA viu a atuação da grande imprensa como uma máquina ideológica oligárquica, merecendo reprovação por sua atuação em defesa dos interesses de seus proprietários. As Forças Armadas recusaram-se a serem coniventes com a elite. Deixaram, então, de serem os ‘*perros guardianes de la oligarquia*’. Esta postura da nova ditadura surpreendeu jornais como *El Comercio*, cada vez mais contrariado e decepcionado com os rumos que o GRFA foi tomando.

As primeiras expropriações de diários do GRFA atingiram os jornais *Extra* e *Expresso* através de um decreto que alarmou o decano. “*Hacia dónde lleva el gobierno al país?*”, dizia o editorial de *El Comercio*, após a publicação do Decreto Lei 18169 que dispunha sobre aquelas expropriações.⁷²⁶

Em julho de 1974 o governo interveio diretamente em todos os principais diários nacionais, realizando a expropriação que entregava os periódicos a organizações mantidas pelos trabalhadores. O *La Prensa*, por exemplo, foi entregue para as comunidades laborais industriais pesqueiras e mineiras. “*Correo*”, para organizações de profissionais liberais e culturais. O *Última Hora* destinou-se para as cooperativas, bancos, mutuais, casas de comércio e transportadoras. Já *El Comercio* foi destinado às organizações camponesas, como ligas agrárias, cooperativas e federações.⁷²⁷ Inaugurava-se um novo capítulo na história política peruana e na história do jornalismo político nacional, cujos desdobramentos iriam desembocar na devolução dos diários a seus antigos proprietários, após mais seis anos de mandato do GRFA. O decano, portanto, sobreviveria a todos estes contratemplos, permanecendo, ainda hoje, como um dos periódicos mais longevos da América Latina.

⁷²⁵ Discurso do presidente Juan Velasco Alvarado transcrito em GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p. 204).

⁷²⁶ *El Comercio*, 05/03/1970 apud GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p. 207).

⁷²⁷ GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, p. 215-216).

3.5 HUMOR E VIOLÊNCIA POLÍTICA

O humor no jornalismo peruano tornou-se uma das mais explícitas formas de divulgação de ideias, fixação de identidades e posicionamentos políticos. Certa tradição no trato humorístico das questões políticas foi mantida, sobretudo, no jornalismo escrito. A presença do humor no jornalismo político verificou-se desde o século XIX, como no caso da publicação do periódico *El Murciélagu*, e em contribuições mais recentes, como o semanário *El Hombre de la Calle*, nos anos 1930.

A partir do governo do presidente Bustamante y Rivero (1945/1948) as anedotas políticas, expostas através de gravuras ou ilustrações, começaram a frequentar o cotidiano político jornalístico com maior regularidade. O primeiro dos ‘personagens jornalísticos’ analisados a exibir anedotas políticas foi o *La Tribuna*.

El Comercio começou a publicar fotos, gravuras e caricaturas políticas, somente quando o humor político passou a ganhar um maior número de periódicos, como o semanário *Rochabús*, por exemplo, que ganhou notoriedade a partir do governo do presidente Manuel Prado (1956/1962).⁷²⁸

Através do humor político as expressões e posicionamentos defendidos pelas publicações deram vazão à crítica contundente sobre as opiniões dos adversários. Tanto em *El Comercio* como em *La Tribuna*, o humor crítico ao inimigo foi constante. O primeiro criticando diretamente o aprismo. O segundo, criando personagens que representavam o decano em situações hilariantes.

Cada posição defendida e cada acusação desferida contra o adversário político, através do humor, mostrou, implícita ou explicitamente, quanto do conteúdo das ilustrações contribuiu para o grau de beligerância, animosidade e agressividade das ‘trincheiras ideológicas’. Tanto quanto as palavras, as imagens mostraram que, mesmo através do humor, a exposição das questões políticas revestiu-se de ódio mútuo, cultivado por cada uma das ‘trincheiras’. A intolerância e o radicalismo transparecem enfaticamente nas *charges* políticas.

La Tribuna destacou-se pela denúncia, a acusação e a ironia quase grosseira em relação aos adversários políticos do aprismo, com destaque especial para seu tradicional inimigo jornalístico, o *El Comercio*. Efetivamente, o decano tornou-se personagem

⁷²⁸ Conforme CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos (1999, p. 44-45).

preferencial em anedotas inseridas, preferencialmente, na página três, ao lado ou abaixo do editorial.

A crítica de *El Comercio* a personagens políticos apristas, no entanto, não foi menos ferina que as ironias do *La Tribuna*. O *El Comercio Gráfico*, edição suplementar diária de *El Comercio*, publicado em formato tablóide, circulou no início dos anos 1960, em substituição à edição vespertina tradicional.⁷²⁹ Foi o melhor exemplo de introdução de humor político nas matérias do decano. Ele cobriu os principais acontecimentos nacionais, destacadamente os assuntos políticos, com profusão de fotos e gravuras. As matérias escritas naquele período acompanharam o tom de denúncia e parcialidade jornalística no apoio à candidatura da AP, além de publicar manchetes sensacionalistas que a edição matutina do decano, pretensamente mais séria, não se permitia publicar.

Neste tablóide, também se tornaram comuns as anedotas através de desenhos, as chamadas *charges* políticas. Elas reproduziram, com humor, o cotidiano político, expressando a interpretação do decano sobre os fatos mais recentes. No entanto, devido ao pouco sucesso alcançado, este periódico deixou logo de ser publicado. Sua contribuição ao humor político, entretanto, foi valiosa, combinando as análises e opiniões sérias do mais tradicional jornal do Peru com uma visão mais liberal e bem-humorada.

Após o cancelamento da publicação do *El Comercio Gráfico* o humor político ficou restrito às pequenas anedotas. A importância deste humor político, todavia, aumentara consideravelmente, pois as *charges* passaram a serem publicadas na famosa página dois, ao lado dos editoriais, caracterizando-se por um conteúdo cáustico, frequentemente crítico às atividades do aprismo. No final dos anos 1960, além destas gravuras, uma coluna denominada *Folklore Político* também ocupou destaque na página dois, contendo textos, comentários políticos e caricaturas humorísticas.

É de se destacar que, mesmo na linha humorística, o conteúdo veiculado pelos dois jornais fosse de um teor elevadamente beligerante, agressivo e mesmo ofensivo. Certamente contribuiu para o clima político da época e esta é a razão pela qual resolvemos expor exemplos deste tipo de conteúdo. Mesmo se tratando de humor, expressa graficamente a violência pela qual um inimigo político refere-se ao outro. As caricaturas das situações nas quais os personagens representados eram colocados, expressavam o ódio mútuo entre as publicações, primando pela desqualificação do adversário político. O personagem frequentemente ridicularizado pelo *La Tribuna* era um duende, representado por uma capa

⁷²⁹ GARGUREVICH REGAL, Juan (1991, .p. 190).

negra ambulante, colocada nas mais constrangedoras e humilhantes situações. Duende era um dos pseudônimos que Antonio Miró Quesada utilizava em sua tradicional coluna de comentários políticos, que se caracterizava, sobretudo, pela ironia.

El Comercio, por sua vez, enveredou pela caricatura ora retratando Haya de la Torre ora outro político aprista de destaque, sempre passando por momentos embaraçosos ou vergonhosos. Um personagem de destaque foi o Búfalo, militante fanático aprista, retratado como um provocador de distúrbios da ordem e responsável por atentados públicos violentos contra seus adversários políticos. Esta representação era utilizada contra os membros do Comitê de Defesa do Partido Aprista, os ‘búfalos’, sempre envolvidos em atividades violentas, destacando-se os comícios, sejam apristas ou de outros partidos.

Do *La Tribuna* escolhemos reproduzir anedotas políticas publicadas nos anos de 1946 a 1948, durante o governo do presidente Bustamante y Rivero, momento em que o humor político iniciou-se no jornal aprista.

Do *El Comercio*, escolhemos as edições do período de *El Gráfico* e da edição matutina de *El Comercio*, referentes às eleições presidenciais de 1962. Também reproduzimos algumas caricaturas e anedotas correspondentes ao período do final do governo de Belaunde, em 1968, onde o humor adquiriu destaque ao lado da coluna dos editoriais.



Figura 1: *La Tribuna*, nº 473, 14/01/1947, p. 3.



Figura 2: *La Tribuna*, nº 560, 11/04/1947, p. 3.

As duas anedotas (Figuras 1 e 2), extraídas do *La Tribuna*, ironizam o caráter das publicações políticas feitas por *El Comercio*. O radicalismo repressivo referido na primeira anedota e a desestabilização do regime de Bustamante y Rivero, através da utilização de intrigas, na segunda, denunciam a sabotagem do decano ao regime político de então.

Na primeira anedota os versos traduzidos dizem que: “A política do ‘porrete’, que ao povo duro golpeia, recomenda o Duende mau. Mas, por mais que o maneje, cego resulta o pau”.⁷³⁰ Ela foi publicada poucos dias após o assassinato do diretor de *La Prensa*, Francisco Graña Garland, quando o decano reclamava maior repressão ao aprismo, imediatamente acusado pelo periódico oligárquico como responsável pelo assassinato.

Na segunda anedota, conforme observação do *La Tribuna*, o decano estaria promovendo um jogo de intrigas entre o aprismo e o presidente Bustamante y Rivero. Os versos traduzidos dizem: “Para semear confusão, teu saco derrama insídias, porque crês que à traição, terás ‘o poder’ que invejas”.⁷³¹

⁷³⁰ *La Tribuna*, nº 473, 14/01/1947, p. 3.

⁷³¹ *Idem*, nº 560, 11/04/1947, p. 3.



Figura 3: *La Tribuna*, nº 557, 08/04/1947, p. 3.

A Figura 3 prega sanções contra *El Comercio* e representa a opinião pública expulsando o duende. Os versos dizem: “Confirmando o que já, no país é notável. Quando um decreto se dará, expulsando este indesejável?”⁷³²

A acusação de colaboração entre decano e comunistas para desestabilizar o regime foi uma constante nas páginas do *La Tribuna*, como na figura abaixo, de nº quatro.⁷³³

⁷³² *La Tribuna*, nº 557, 08/04/1947, p. 3.

⁷³³ *Idem*, nº 756, 25/10/1947, p. 4.



Figura 4: *La Tribuna*, nº 756, 25/10/1947, p. 4.

A Figura 4, reproduzida acima, mostra Joseph Stalin sustentando o duende na palma da mão. A rima joga com outro pseudônimo que Antonio Miró Quesada costumava utilizar, isto é, *El Mismo* ou ‘O Mesmo’. O verso diz: “Sou um tipo independente, e atuo com patriotismo. Quem diga, não: este mente, porque tenho sido sempre ‘o mesmo’”.

A Figura 5 mostra que o comunismo influía na opinião de *El Comercio* a respeito do aprismo. A rima diz: “Se o duende o seu dá, e hoje rechaça o comunismo. Que outro ‘instrutor’ buscará, para atacar o aprismo?”⁷³⁴

⁷³⁴ *La Tribuna*, nº 950, 08/05/1948, p. 3.



Figura 5: *La Tribuna*, nº 950, 08/05/1948, p. 3.

Um dos temas que causou maior polêmica durante o governo de Bustamante y Rivero foi o relacionado ao projeto de lei de imprensa enviado pelo aprismo ao Congresso Nacional em 1945. A favor e contra a aprovação do projeto agruparam-se partidos, estudantes e imprensa em geral. O *La Tribuna*, seguindo seu papel de divulgador das ideias do APRA, pregou incessantemente a aprovação do projeto, enquanto jornais como *La Prensa* e *El Comercio* promoveram verdadeira campanha em contrário. A Figura 6, procura mostrar o que ocorreu em 7 de dezembro de 1945, quando passeatas de ambas tendências, favoráveis e contrárias ao projeto, se digladiaram em Lima.



Figura 6: *La Tribuna*, nº 436, 07/12/1946, p. 3.

A pesar do veto do presidente bustamante y Rivero, o *La Tribuna* retratava o episódio como uma vitória aprista. A frase sentenciava: “E agora trate de se levantar outra vez....!”⁷³⁵

A influência jornalística de *El Comercio* sempre foi inegável, principalmente dos anos 1930 a 1970. A partir do surgimento do *La Tribuna*, esta influência foi constantemente contraposta e criticada. A Figura 7 procurou denunciar em que medida o decano conseguia ‘pautar’ a opinião de outros periódicos.



Figura 7: *La Tribuna*, nº 437, 08/12/1946, p. 5.

A imagem denuncia a existência de publicações que, segundo o jornal aprista eram também financiadas pelo decano e adotavam a mesma linha editorial. Ela mostra o duende comandando um teatro de marionetes, cujos bonecos são representados por diferentes publicações como os jornais *La Nación*, *Vanguardia*, *Hoguera*, *La Prensa* e *Cascabel*. Destaque para o comunismo, representado por espectador na platéia, com a foice e o martelo. O comunismo foi sempre associado, segundo o aprismo, aos interesses da elite política e, portanto, dos grandes jornais.⁷³⁶

Solidário com vários partidos da América Latina, o aprismo primou por acompanhar o desempenho destas agremiações em seus respectivos países. A vitória eleitoral do partido venezuelano Ação Democrática, por exemplo, foi motivo de entusiasmo por parte do *La*

⁷³⁵ *La Tribuna*, nº 436, 07/12/1946, p. 3.

⁷³⁶ *Idem*, nº 437, 08/12/1946, p. 5.

Tribuna. A Figura 8 mostra que esta vitória representou uma derrota do jornalismo contrário à AD. Por esta razão, um duende representando este jornalismo foi ilustrado trazendo a inscrição reacionários venezuelanos, detido por dois braços, onde se vê escrito Partido do Povo, que é como se auto-denominava o APRA e como denominava os partidos considerados como similares, no caso, a AD. Tudo sob o olhar assustado do duende reacionário peruano (*El Comercio e La Prensa*). O título da ilustração adverte o decano sobre a transcendência do acontecimento: “Quando vês a barba do teu vizinho ser feita [...]”.⁷³⁷



Figura 8: *La Tribuna*, nº 444, 15/12/1946, p. 5.

As Figuras 9 e 10 constituem tentativas de esclarecimento, por parte do *La Tribuna*, a respeito dos vínculos econômicos e sociais aos quais os proprietários de *El Comercio* estariam supostamente ligados. Na primeira delas, sob o título “Mesmo que se afunde o país”, o duende analisa um memorial da Sociedade Nacional de Indústrias e desdenha das dificuldades encontradas pela indústria nacional, uma vez que confessa seu interesse por manter a mão-de-obra agrícola barata. A possibilidade de mantê-la barata foi correlacionada com a concorrência de postos de trabalho advinda do setor industrial, que, além de recrutar empregados, pagava salários melhores que o setor agrícola. Obviamente, é o jornal aprista que está opinando a respeito do que supostamente estaria sendo defendido pelo decano. Isto induza considerar que estivesse vinculado ao setor econômico mais tradicional, ou seja, o latifúndio. Daí a caracterização deste jornal como sendo oligárquico. O pequeno verso, dito pelo duende explica: “Eu quero ‘cholo’ barato. As fábricas o encarecem. Hora boa se

⁷³⁷ *La Tribuna*, nº 444, 15/12/1946, p. 5.

perecem. E ao ‘cholo’ deixem calado”.⁷³⁸ Cholo, de maneira geral, representaria tanto a mão-de-obra indígena quanto a mestiça.



Figura 9: *La Tribuna*, nº 1097, 30/09/1948, p. 4

A Figura 10 ironiza o esforço dispendido pelo aprismo, dentro do governo Bustamante y Rivero em prol do desenvolvimento do país. O aprismo contava, em dezembro de 1946, com três postos ministeriais. Sob o título “O Grande Obstaculizador”, a figura mostra o PAP, Partido Aprista Peruano, empurrando um carro pesadamente carregado, com o título progresso do país escrito em sua lateral. Surge o duende, sinônimo de atraso, colocando um obstáculo para impedir o avanço do carro. A mensagem diz: “Que o aprismo empurre! Eu me encarrego de colocar pedrinhas no caminho.”⁷³⁹

⁷³⁸ *La Tribuna*, nº 1097, 30/09/1948, p. 4.

⁷³⁹ *Idem*, nº 442, 13/12/1946, p. 5.



Figura 10: *La Tribuna*, nº 442, 13/12/1946, p. 5.

Quando a crítica política envolvia a relação histórica entre os regimes ditatoriais implantados no Peru e a convivência da elite política e econômica, *La Tribuna* não hesitava em associá-los ao decano. A Figura 11 é bem ilustrativa a este respeito.⁷⁴⁰



Figura 11: *La Tribuna*, nº 564, 15/04/1947, p. 3.

⁷⁴⁰ *La Tribuna*, nº 564, 15/04/1947, p. 3.

A Figura 12 denuncia a colaboração intelectual de *El Comercio* no ‘Pronunciamento de Juliaca’, quando militares golpistas pretenderam derrubar o governo de Bustamante y Rivero no início de julho de 1948. *La Tribuna* sempre atribuiu ao decano a autoria do pronunciamento militar fornecido ao periódico *Jornada* e aos militares sediciosos.



Figura 12: *La Tribuna*, nº 1015, 10/07/1948, p. 4

No palco, sentado no colo de um ventríloco acéfalo e segurando uma página do *Jornada*, o duende sorri em frente a um microfone. Diz o verso: “Sentado está – quem duvida? Quem ao boneco faz falar. A voz que se diz muda, o que faz sempre é pagar.”⁷⁴¹

As próximas páginas estão dedicadas à apresentação de ilustrações publicadas pelo diário *El Comercio*. O destaque das próximas gravuras fica por conta da cobertura jornalística efetuada em torno da campanha eleitoral de junho de 1962, quando este jornal apoiou explicitamente ao candidato da Aliança Popular, Fernando Belaunde Terry. A referência ao *La Tribuna* não aparece nas ilustrações, porque sempre houve referência à imprensa apриста nos textos editoriais. A série de personagens políticos apristas, entretanto, constituiu a tônica da crítica mordaz do decano.

As três últimas Figuras, 23 a 25, foram extraídas de edições publicadas poucos dias antes do golpe de Estado que deu origem ao Governo Revolucionário das Forças Armadas,

⁷⁴¹ *La Tribuna*, nº 1015, 10/07/1948, p. 4.

em outubro de 1968, com destaque para o nacionalismo de *El Comercio* em torno da questão petrolífera.



Figura 13: *El Comercio*, nº 66744, 02/06/1962, p. 3.

A Figura 13 mostra a foto de um comício do candidato da AP, sobreposta por uma caricatura de Haya de la Torre fugindo desesperadamente da multidão. A frase logo abaixo alerta ao leitor: “Que lhes parece?”⁷⁴²

O ufanismo de *El Comercio* e o favoritismo conferido a Belaunde chegou a criar uma expectativa de esmagadora vitória eleitoral do candidato da AP, situação que não seria confirmada pelos resultados dos primeiros dias de apuração.

⁷⁴² *El Comercio*, nº 66744, 02/06/1962, p. 3.



Figura 14: *El Comercio*, nº 66746, 04/06/1962, p. 2.

A tese sustentada por *El Comercio*, segundo a qual o aprismo preparava uma fraude eleitoral com a ajuda de autoridades do governo do presidente Manuel Prado, para garantir a vitória de Haya de la Torre, transformou-se numa campanha frenética e estridente, destinada, principalmente, a influenciar uma posição intervencionista das Forças Armadas.

A Figura 14 mostra três mãos com indicadores apontando para Haya de la Torre. A primeira mão corresponde aos partidos políticos. A segunda à opinião pública. A terceira às Forças Armadas. A caricatura de Haya procura ocultar-se atrás de páginas do jornal *La Prensa*, que na época apoiava a união do Movimento Democrático, do presidente Prado, com o aprismo, na chamada Aliança Democrática. Aos pés de Haya vê-se uma pilha de papéis descritos como libretas falsas. O verso acusa diretamente o aprismo de responsabilidade por

uma possível fraude eleitoral: “Já se conhece o culpado, que de maneira indesejável, quis falsificar a eleição. Todo mundo o assinala, e ele teimosamente exala, falso ato de contrição.”⁷⁴³



Figura 15: *El Comercio*, nº 66747, 05/06/1962, p. 2.

A violência política sempre fez parte do noticiário peruano, principalmente a partir dos anos 1930. O tema também foi retratado pelo humorismo político através da imprensa. A Figura 15 mostra a agressão promovida por apristas contra uma passeata organizada pela União Nacional Odrísta (UNO), nas eleições de 1962. Nela destaca-se a representação dos búfalos, membros do Comitê de Defesa do APRA. Na cena, os búfalos atacam um automóvel que leva o nome Odría. Em primeiro plano aparece um búfalo rasgando a bandeira nacional peruana. No fundo aparece um esboço da sede do Partido Aprista, local por onde passava a referida passeata. Dizem os versos: “Descoberto em seu furtivo, jogo sujo e delitivo, para a

⁷⁴³ *El Comercio*, nº 66746, 04/06/1962, p. 2.

fraude consumir, com despeito cavernário, como ontem volta o sectário, à bandeira profanar.⁷⁴⁴

A campanha de sustentação da fraude e do favorecimento do governo de Prado à candidatura de Haya de la Torre não poderia estar melhor ilustrada do que na Figura 16:

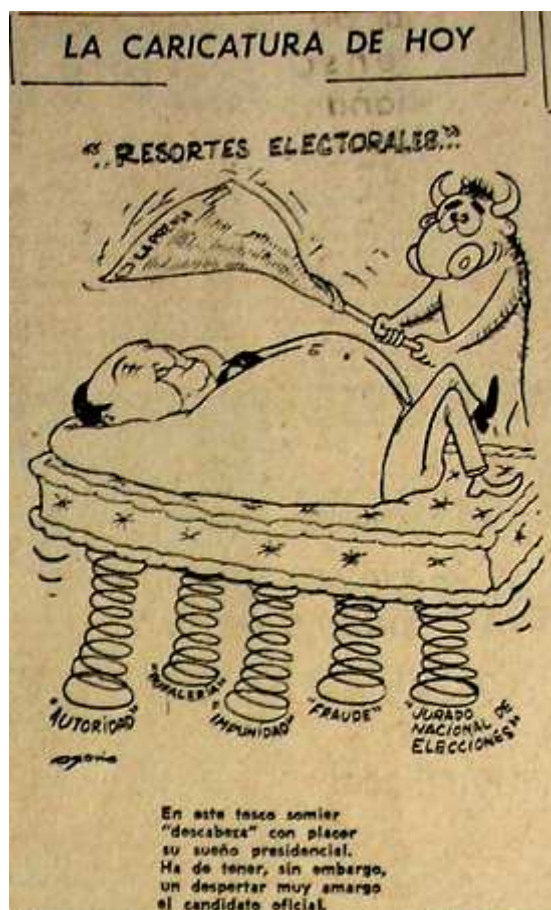


Figura 16: *El Comercio*, nº 66750, 06/06/1962, p. 2.

Apoiado em cinco grandes molas, cada uma com uma denominação, Haya de la Torre descansa sobre um confortável colchão, recebendo o frescor de um leque composto por páginas de *La Prensa*, que é agitado por um búfalo. A sequência das denominações das molas mostra as palavras 'autoridade', *bufaleria*, 'impunidade', 'fraude' e 'Jurado Nacional de Eleições'. Este último nome refere-se ao órgão responsável pela organização, fiscalização eleitoral, bem como instância jurídica para apelação, análise e decisão dos processos

⁷⁴⁴ *El Comercio*, nº 66747, 05/06/1962, p. 2.

eleitorais. “Neste tosco acomodador, descabeça com prazer, seu sonho presidencial. Há de ter, entretanto, um despertar muito amargo, o candidato oficial.”⁷⁴⁵



Figura 17: *El Comercio*, nº 66762, 12/06/1962, p. 2.

Convicto da derrota de Haya de la Torre, antes mesmo da apuração final, *El Comercio* publicou uma caricatura (Figura 17) mostrando um indígena, com a inscrição ‘Povo Peruano’ em suas vestes, varrendo Haya de la Torre do mapa do Peru. A inscrição ‘Continuismo’, junto à caricatura de Haya, significava a permanência das práticas políticas e administrativas do governo de Prado. Os versos esclarecem que “Acabou-se a paciência do Peru, e a ‘convivencia’, espalhada pelo solo, é limpiamente varrida. Vai ganhando a partida, um novo e fecundo sonho”.⁷⁴⁶ Chama a atenção o fato do favoritismo conferido pelo decano ao candidato Belaunde fosse mostrado com tamanho entusiasmo, tão somente dois dias após o término do pleito, cuja apuração seria tradicionalmente longa, ocupando vários dias. Assemelha-se ao

⁷⁴⁵ *El Comercio*, nº 66750, 06/06/1962, p. 2.

⁷⁴⁶ *Idem*, nº 66762, 12/06/1962, p. 2.

mesmo entusiasmo suscitado pelo *La Tribuna* na eleição de 1931, quando dava como certa aos seus militantes a vitória de Haya sobre Sánchez Cerro.



Figura 18: *El Comercio* nº 66772, 17/06/1962, p. 4.

Na mesma linha da figura anterior, a caricatura (Figura 18) ironiza a não confirmação da vitória de Haya de la Torre. A apuração, ainda em andamento, mostrava uma ligeira vantagem do candidato do APRA sobre Belaunde. *El Comercio*, no entanto, proclamava uma derrota aprista. Dos seis personagens caricaturados, pudemos identificar os quatro primeiros. Da esquerda para a direita vê-se o famoso sindicalista aprista, presidente da CTP, Arturo Sabroso. Em seguida, Ramiro Prialé, senador aprista, Secretário Geral do APRA e articulador do pacto com Prado, conhecido por '*la convivência*'. O terceiro é Haya de la Torre. O quarto é o reitor da Universidade de São Marcos e deputado Luís Alberto Sánchez. Todos choram, segundo o decano, a derrota eleitoral.⁷⁴⁷

A investigação do escrutínio de 1962 deu origem a muitas queixas e divergências entre os postulantes ao governo. As denúncias de fraude, principalmente manifestadas pelos candidatos da Ação Popular eram repercutidas de forma eloquente por *El Comercio*. O número de processos por irregularidades e os pedidos de impugnação se multiplicaram e deram volumoso e árduo trabalho ao Jurado Nacional de Eleições. Algumas sentenças dos processos julgados, entretanto, desagradaram amargamente a Belaunde e ao decano. O problema sensibilizou os institutos armados, que resolveram utilizar-se de sua faculdade prevista na constituição para realizar a fiscalização do poder judiciário eleitoral e reprocessar

⁷⁴⁷ *El Comercio*, nº 66772, 17/06/1962, p. 4.

os sufrágios onde pairassem dúvidas sobre a imparcialidade do JNE. A Figura 19 refletiu o regozijo do decano com o golpe militar e a anulação do pleito. Da esquerda para a direita, o presidente do JNE, Haya de la Torre e o presidente Manuel Prado equilibram-se numa corda: “Por seu desvario, e continuísta extravio, bailan na corda bamba. Se lhes falta o equilíbrio, depois de tanto desvario, encontrarão quem os recolha?”⁷⁴⁸



Figura 19: *El Comercio*, nº 66828, 18/07/1962, p. 2.

⁷⁴⁸ *El Comercio*, nº 66828, 18/07/1962, p. 2.

O golpe militar de 18 de julho provocou protestos de trabalhadores organizados pela Confederação dos Trabalhadores do Peru. As manifestações contrárias ao golpe, entretanto, não surtiram muito efeito. A greve geral proposta pela CTP não foi numerosa o suficiente para qualquer alteração da situação. *El Comercio*, então, ironizou o sindicalista aprista Arturo Sabroso, presidente daquela entidade, através de mais uma caricatura. Os versos dizem: “Com a greve decretada, sua corrente foi completada, com erros e desacatos. O chamado de Sabroso, só obteve um lastimoso concerto de quatro gatos.”⁷⁴⁹



Figura 20: *El Comercio*, nº 66839, 24/07/1962, p. 2.

⁷⁴⁹ *El Comercio*, nº 66839, 24/07/1962, p. 2.

Regozijante com o golpe de Estado e comemorando a recente data de independência do país, vinte e oito de julho, *El Comercio* exibiu a concórdia entre as Forças Armadas e o povo. A Figura 21 expressa bem o entusiasmo do decano.



Figura 21: *El Comercio*, nº 66848, 29/07/1962, p. 2.

Os versos ufanistas afirmam: “No pátrio aniversário, reafirmar é necessária nossa fé no porvir. Em um país soberano, o caminho é sempre plano, quando há honra que exhibir.”⁷⁵⁰



Figura 22: *El Comercio*, nº 66850, 31/07/1962, p. 2.

O aprismo sempre manteve relações políticas amistosas e identitárias com vários partidos políticos latino-americanos. A União Cívica Radical, da Argentina; a Ação Democrática, da Venezuela e o Partido Liberal Democrático, da Costa Rica, são alguns exemplos. Em razão do golpe de estado de julho de 1962, o aprismo pressionou para que, na Assembléia de Chanceleres da Organização dos Estados Americanos, houvesse a condenação do novo governo peruano. Gestou ante o líder venezuelano da AD, Rômulo Betancourt, e do PLD costarriquenho, José Figueres Ferrer, para que se garantisse o voto da maioria daquela assembleia. O esforço infrutífero levou o decano a ironizar os apoiadores do aprismo na OEA,

⁷⁵⁰ *El Comercio*, nº 66848, 29/07/1962, p. 2.

como podemos ver na Figura 22, onde o barco da Assembleia naufraga, trazendo a bordo Figueres e Betancourt.⁷⁵¹ Versos patrióticos de não intervenção estrangeira explicam a gravura: “Contra o Peru soberano, ao apra deram a mão, em absurda intromissão. A OEA convocaram, porém só ficaram, em sua ingrata invocação.”

As Figuras 23, 24 e 25 são do período imediatamente anterior ao golpe militar de outubro de 1968. Correspondem ao momento em que *El Comercio*, desiludido com o desempenho do governo Belaunde, retirou-lhe o apoio e procurou outras soluções para o problema político, incluindo nelas a intervenção do exército. Um dos escândalos de maior repercussão, que se tornou responsável direto pelo futuro golpe de estado, envolveu um contrato petrolífero entre a *International Petroleum Company* e a *Empresa Petrolera Fiscal*. O contrato IPC-EPF, firmado entre o governo e a empresa norte-americana, teve uma de suas páginas desaparecida. O famoso escândalo do desaparecimento da página onze, que fixava o cálculo dos preços do petróleo em moeda nacional e estrangeira, a serem praticados entre as duas empresas foi denunciado pelo demissionário presidente da EPF, Carlos Loret de Molla, ganhando grande repercussão em *El Comercio*.



Figura 23: *El Comercio*, nº 70919, 16/09/1968, p. 2.

⁷⁵¹ *El Comercio*, nº 66850, 31/07/1962, p. 2.

Percebe-se o constrangimento causado pela denúncia da falta da página onze do contrato entre IPC e EPF. Membros do governo empenham-se em localizar a página. Destaca-se a caricatura do Ministro da Fazenda, Manuel Ulloa, procurando esta página dentro de um guarda roupas, enquanto outros membros do gabinete vasculham e investigam minuciosamente o ambiente.

Observando a cena, impacientemente, está o denunciante do desaparecimento, o ex-presidente da EPF.⁷⁵²



Figura 24: *El Comercio*, nº 70949, 02/10/1968, p. 2.

Além da questão da página 11, aos poucos foram aparecendo outros detalhes a respeito das compensações contratuais que o governo havia prometido à IPC que, ao se tornarem públicas, prejudicaram a iniciativa do presidente Belaunde em querer solucionar o problema petrolífero, conforme promessa de campanha e compromisso com um de seus principais apoiadores, o jornal *El Comercio*.

A Figura 24 mostra o ex-presidente da EPF, Carlos L. de Mola, revelando a existência de nove exigências compensatórias a serem dadas à IPC para a entrega dos campos petrolíferos de *La Brea e Pariñas* ao governo peruano.⁷⁵³

⁷⁵² *El Comercio*, nº 70919, 16/09/1968, p. 2.

⁷⁵³ *Idem*, nº 70949, 02/10/1968, p. 2.

Em algumas edições de 1968, ao lado da coluna dos editoriais de *El Comercio* era publicada uma coluna humorística denominada *Folklore Político*, onde os últimos acontecimentos eram ironizados através de pequenos textos e ilustrações. A gravura abaixo foi escrita sob o título “*la leche derramada*”, simbolizando o lamento de alguns políticos a respeito do golpe de estado de três de outubro, que dera origem ao GRFA.⁷⁵⁴ A alusão refere-se, principalmente, aos apristas, favoritos que eram para a sucessão presidencial no ano seguinte, sendo uma das principais razões para a total retirada de apoio do decano a Belaunde. Uma vez mais a possibilidade de um futuro governo aprista seria frustrada, entre outras razões, pela capacidade de influência de *El Comercio* no cenário político-institucional. A Figura 25 evidencia o entusiasmo com a solução política adotada, revelando novamente o apoio total a mais um golpe militar na conturbada vida republicana do país.



Figura 25: *El Comercio*, nº 70958, 07/10/1968, p. 2.

⁷⁵⁴ *El Comercio*, nº 70958, 07/10/1968, p. 2.

CONCLUSÕES

A partir do momento em que o aprismo tornou-se uma agremiação política capaz de canalizar os anseios de uma massa de trabalhadores rurais e urbanos e, principalmente, dos setores médios, uma equação política permaneceu décadas sem ser efetivamente resolvida dentro do vigente Estado oligárquico peruano. Como seria possível incorporar a participação política e econômica destes segmentos sociais de maneira a ser admitida por uma elite cujo poder era baseado essencialmente na negação daqueles anseios? Como equilibrar os interesses destes diferentes segmentos sem desmoronar o arcabouço político-institucional tradicional da sociedade peruana da primeira metade do século XX? Como a presença e influência dos setores proletários e médios, fenômeno cada vez mais importante durante aquele período, e mesmo após, poderia ser contida pelo reduzido grupo que compunha o que denominamos de oligarquia peruana? Ou como seria possível manter um sistema político formalmente democrático com tamanhos antagonismos econômico-sociais?

O conflito político causado pelo aparecimento do aprismo nos anos 1930 impôs estes dilemas. Sua capacidade de penetração e de contestação ao regime tornou-o o principal inimigo da elite política peruana. A prática político-partidária, os atentados políticos, as repressões governamentais repetiram uma lógica de permanente beligerância, tanto nos momentos tidos como democráticos quanto nos momentos posteriores. Seja através do regime institucional, principalmente nos períodos eleitorais, seja através das páginas de seus porta-vozes, o radicalismo, o autoritarismo e a violência política se impuseram.

Nossa análise centrou-se no exame descritivo das influências determinadas pela imprensa política escrita para mostrar o quanto ela foi decisiva na permanência de uma cultura política com aquelas características. Tornou-se, portanto, determinante para o condicionamento do comportamento político, contribuindo para o insucesso da manutenção de um regime democrático, mesmo que somente no âmbito formal. As ideias, defesas e acusações expostas nos principais diários tiveram impacto no âmbito municipal, provincial, departamental e nacional, matizando acirrada disputa entre interesses ao envolver partidos políticos, sindicatos, instituições públicas e as Forças Armadas.

Investigando as publicações daqueles períodos consegue-se facilmente perceber o 'clima' no qual os principais agentes políticos estiveram envolvidos. Nos dois períodos cronológicos analisados com maior profundidade, constatou-se a fragilidade de manutenção

do regime democrático, sendo o resultado do acirramento na luta entre as forças políticas em torno da defesa de seus referenciais. O aprismo através de uma cultura política caracterizada pela mobilização de instâncias representativas populares; pelo verticalismo estrutural partidário de caráter autoritário; pela capacidade de manutenção de uma mística de heroísmo, cultivada graças à clandestinidade; pela fidelidade aos símbolos do partido, e, mais que nunca, pela capacidade de influência ideológica obtida através das páginas de seu instrumento de divulgação, o *La Tribuna*.

A partir dos anos 1950 a ‘trincheira ideológica’ representada por este jornal teve de readaptar seu discurso a partir dos acordos políticos de cúpula estabelecidos pelos líderes do Partido. Ao mesmo tempo, a publicação de notícias gerais, ao molde dos grandes diários, procurou ampliar o número de leitores, tentando sair da dependência direta da política partidária, no que não foi muito bem sucedido. O acordo político com Prado influenciou de tal forma o jornalismo político, que o *La Tribuna* não ficou isolado no combate a *El Comercio*. *La Prensa*, de Pedro Beltrán, apoiou nitidamente o pacto APRA-Prado, numa prova de que a oligarquia estava dividida e que o aprismo transigia em relação a seus princípios pétreos de combate à elite política peruana e à presença do capital internacional na economia. Apesar destas contradições, no entanto, ainda manteve influência sobre a militância. Com todas as dificuldades, o *La Tribuna* ainda era um baluarte combativo contra os inimigos jornalísticos. Mesmo tendo atingido grandes tiragens por volta de 1962, entretanto, o ocaso desta ‘máquina ideológica’ já se iniciara. No final dos anos 1960 as consignas de fidelidade ao Partido e a pregação da mobilização das massas já não tinham o mesmo respaldo nem o mesmo efeito que nas décadas anteriores. Sua combatividade perdera efeito no meio jornalístico e sobre seu cada vez menor contingente de leitores. A concorrência política de comunistas pró-soviéticos, pró-chineses, pró-albaneses e castristas substituíram o jornalismo de combate anteriormente ocupado pelo *La Tribuna*. Após ter sido fechado pela décima terceira vez, desapareceu definitivamente em 1970.⁷⁵⁵

Do outro lado a oligarquia peruana, que mesmo dividida em torno de interesses específicos de grupos, permaneceu uniformemente conservadora do ponto de vista político, procurando vedar ou limitar, tanto quanto lhe seria possível, a participação popular. Utilizando ora partidos ora instituições, como o exército, por exemplo, manteve seu poder político, ainda que de forma indireta. Acima de tudo e apesar do tempo decorrido, conservou uma lógica de sobrevivência dos valores do civilismo, onde se destacaram a permanência do

⁷⁵⁵ GARGUREVICH REGAL, Juan. (1972, p. 44-47).

autoritarismo e da manutenção da ordem como fundamentos basilares dos governos. Estes valores constituíram-se numa cultura política representativa do perfil ideológico de seus representantes e de suas decisões políticas. Tais valores são constatados com nitidez, quando examinamos as impactantes manifestações estampadas nas páginas dos jornais oligárquicos, principalmente, *El Comercio*. O que importava para este jornal, em última instância era a preservação da formalidade democrática, mesmo que não considerasse esse desejo uma mera formalidade. O conceito de democracia para o decano não equivalia à manutenção de liberdades individuais e liberdade de expressão irrestrita. Ao contrário, via a democracia como sinônimo de manutenção da ordem, ou seja, de um arcabouço jurídico e político-institucional formalizado, mesmo que ao custo, inclusive, da restrição de direitos cidadãos. A questão da participação efetiva da maioria da população e de sua representatividade política por partidos ou outras instâncias estava fora de questão na avaliação feita pelos Miró Quesada e por todos aqueles que eram representados pela opinião de *El Comercio* no que dizia respeito ao que pensavam fosse o significado de democracia. Neste papel de mantenedor de posições estratégicas no âmbito político e social, ganhou a colaboração e, por vezes, a inimizade de outro histórico representante jornalístico oligárquico, o jornal *La Prensa*.

O posicionamento radical contrário ao aprismo embute muito mais do que somente uma questão familiar. Os assassinatos de Antônio Miró Quesada e sua esposa, além do *Crimen Graña*, só aguçaram uma divergência de interesses políticos já detectada muito antes destes funestos acontecimentos, como pudemos verificar ao descrevermos o debate político dos anos 1931 e 1932. Efetivamente, muito mais do que o comunismo atribuído como justificativa para a não aceitação do aprismo, estava a alteração da ordem política e social que representaria a ascensão do APRA ao poder. É por essa razão que o decano jamais acreditou nas efetivas transições políticas experimentadas pelo aprismo nos anos 1950 e 1960. Toda vez que o poder político esteve a ponto de ser exercido diretamente pelo aprismo, a influência de *El Comercio* se fez presente como um obstaculizador. Vimos esta capacidade de intervenção pelo apoio ao estabelecimento de uma ditadura por Sánchez Cerro; através do incentivo à repressão ao aprismo por parte de Oscar Benavides e a partir da colaboração no desgaste do governo democrático de Bustamante y Rivero. Nunca interrompeu sua pregação conservadora, principalmente defendendo a repressão e a manutenção do *status quo*. Mantendo-se como ‘trincheira ideológica’, apoiou abertamente o golpe militar de Manuel Odría e aprovou plenamente a dura repressão a comunistas e apristas. Quando ‘*la convivencia*’ se estabeleceu, tornou-se opositor do governo Prado, principalmente pela

presença do aprismo no acordo político. Praticamente determinou a queda deste governo e a intervenção do exército no processo eleitoral de 1962, apoiando o golpe militar. Prevendo a vitória aprista em 1969, não exitou em retirar o apoio que tanto prestara ao presidente Fernando Belaunde, tornando-se peça fundamental no desgaste do governo da AP, justificando em suas páginas outro golpe militar.

Aprismo e civilismo, mudança e conservadorismo, mobilização popular e oligarquia assumiram suas posições nas diversas instâncias da sociedade. A bipolaridade doutrinária ligou seus respectivos adeptos a determinados tipos de enunciação discursiva e, conseqüentemente, qualificaram estes indivíduos responsáveis pela enunciação, autorizando-os a falarem em nome de interesses específicos dos agentes políticos aos quais estavam vinculados como se exprimissem os interesses gerais da nação. Os artigos jornalísticos aqui reproduzidos e as imagens representadas foram produtos da exteriorização de estruturas simbólicas em disputa. A produção simbólica como instrumento de dominação e de disputa no corpo social reiterou o caráter de distinção conferido às culturas políticas específicas.⁷⁵⁶

Ambas as culturas políticas específicas em choque, o aprismo e os traços sobreviventes do civilismo oligárquico, originaram uma terceira, mais abrangente e permanente, de caráter nacional, cujas características seriam o autoritarismo, o radicalismo e mesmo a violência política. A cultura política resultante não foi, portanto, somente um reflexo da posição dos grupos dominantes em cada um daqueles agentes políticos e seus instrumentos de inculcação ideológica. Esta cultura resultante formou-se herdando práticas políticas oriundas de uma luta. Os dois momentos cronológicos analisados com profundidade (1931/1932 e 1945/1948) desdobram-se em influências futuras, mostrando que os velhos referenciais anteriormente traçados acabaram redundando em regimes anômalos do ponto de vista democrático, quando não resultaram em repetidas experiências ditatoriais civis ou militares. Esta permanência no trato das questões políticas se impôs, apesar da complexidade social, do crescimento demográfico, das migrações, da diversificação econômica, do urbanismo e de novos agentes políticos, fenômenos observáveis a partir dos anos 1950 e 1960. Neste sentido, concordamos plenamente com Montoya quando informa que “nunca tuvimos en el Peru una sociedad democrática y tampoco encontramos en el pasado y en el

⁷⁵⁶ Conforme descrição do caráter das produções simbólicas enquanto instrumentos de dominação, união e divisão em BOURDIEU, Pierre (1992, p. 10-11).

presente los elementos que podamos llamar cultura democrática”.⁷⁵⁷ A contribuição do jornalismo político para a manutenção desta carência democrática não foi pequena.

Reiteram-se, finalmente, os três eixos desta cultura política nacional: o autoritário, o radical e o violento.

Montoya afirma: “En lo que si es pródiga en nuestra historia es en una cultura del autoritarismo”.⁷⁵⁸ Houve uma predominância do modo autoritário de fazer política, porque foi o que caracterizou as diversas experiências governamentais, sobretudo as ditatoriais. Caráter autoritário, porque presente até mesmo nos intervalos tidos como democráticos, como comprovaram as restrições prévias impostas pela elite política e as Forças Armadas para que pudessem ocorrer como nas eleições presidenciais de 1945 e 1956, quando o aprismo foi proibido de disputar a presidência. Autoritário pelo fechamento abrupto daquelas redemocratizações (1932, 1948, 1962, 1968). Também autoritário pelo verticalismo interno na condução das ações dos diferentes partidos políticos, destacando-se o aprista, onde os dirigentes comandavam, frequentemente, à revelia dos anseios da base, justificando a acusação de ser internamente antidemocrático. Este autoritarismo, que transformou um partido revolucionário em um partido golpista nos anos 1930 e 1940, e que o conduziu a uma posição social-democrata daí para diante, consagrou a dominação de um pequeno grupo de ideólogos diante de uma imensa massa de adeptos, reproduzindo os pressupostos da ‘Lei de Ferro da Oligarquia’.⁷⁵⁹ Este aspecto também foi partilhado, em maior ou menor grau, pelos demais partidos em diferentes épocas, da União Revolucionária à Ação Popular.

Radical devido à oposição irreduzível entre propostas políticas. Entre 1930 e 1968, podemos afirmar que a política peruana notabilizou-se pelo radicalismo das posições, pela sabotagem parlamentar e extraparlamentar das ações e pela consagração de um jogo político de ‘soma zero’, resultado de uma postura na qual o sucesso na oposição ao adversário político não resultou em nada de construtivo e duradouro para o vitorioso, tampouco para o país, porque praticado a partir da ênfase na destruição ou sabotagem ao adversário.⁷⁶⁰

Violento, porque uma sociedade formada a partir da exclusão da participação política e econômica de uma massa indígena numerosa e cada vez mais mobilizada à medida que as décadas passavam, deixava pouco espaço para a participação política. A limitação formal

⁷⁵⁷ MONTOYA, Rodrigo. In: ADRIANZÉN, Alberto et al. *Democracia, Etnicidad y Violência Política en los Países Andino*. Lima: IFEA-IEP, 1993, p.107.

⁷⁵⁸ *Ibidem*.

⁷⁵⁹ Conforme característica da teoria da Lei de Ferro da Oligarquia de Robert Michels descrita por BAQUERO, Marcello (1989, p. 54).

⁷⁶⁰ COTLER, Julio (1994, p. 152).

republicana nada mais foi do que um arcabouço jurídico político de consagração da elite branca durante o século XIX e, principalmente, com o advento da ‘República Aristocrática’. Apesar das chamadas de ordem proferidas pelos numerosos opositores do Estado oligárquico, nascidos a partir dos anos 1920, seja a partir do comunismo seja a partir do aprismo, não houve uma concreta promoção do índio à condição de cidadão com direitos e deveres políticos, em uma nação onde o analfabeto não votava. Donde se conclui que as ações políticas se circunscreveram a um limitado grupo de *criollos* e mestiços, disputando encarniadamente a alteração/manutenção do *status quo*, opondo os mantenedores do Estado oligárquico com seus contestadores mais efetivos, com destaque para o aprismo. Em todo este processo, que se acelera a partir dos anos 1930, a violência esteve presente como prática usual no cotidiano político das relações entre as duas culturas políticas mais influentes: o aprismo e a herança civilista. Violência que incluiu a projeção da eliminação física do adversário, como muitas vezes o aprismo se expressou através das páginas do *La Tribuna*. Ou como recomendava *El Comercio* aos ditadores do momento, buscando reprimir o aprismo. Violência que se traduziu em palavras e imagens, como atestam os diversos artigos que mencionamos neste trabalho. Violência que se transformou em intolerância, conforme a definição de Feinmann.⁷⁶¹ Que veiculou manchetes e fotografias com palavras de ordem e de repúdio, apologéticas da aversão ao adversário político ou elogiosas às soluções políticas de força. Violência que foi possível constatar, até mesmo, no humor político dos dois jornais, transparecendo um ódio mútuo que tanto refletiu a conjuntura beligerante como contribuiu para que ela se tornasse uma característica latente na sociedade.

⁷⁶¹ Conforme FEINMANN, Juan Pablo (2006, p. 212).

REFERÊNCIAS

ADRIANZÉN, Alberto et al. *Democracia, Etnicidad y Violência Política en los Países Andinos*. Lima: Instituto Francês de Estudos Andinos - IFEA, Instituto de Estudos Peruanos-IEP, 1993, 288 p.

ALVA CASTRO, Luís. *Haya de la Torre y la Integración Indoamericana*. Lima: Instituto Victor Raúl Haya de la Torre, 1996. 341p.

_____. *Victor Raúl en "El Tiempo"*. Lima: Edición de Luís Alva Castro, 1988. Tomos I e II. 62p.

BADIE, Bertrand. *Cultura et Politique*. 3. ed. Paris: Economica, 1993. 169p.

BAQUERO, Marcello et al. (Org.). *Democracia, Partidos e Cultura Política na América Latina*. Porto Alegre: Kuarup, 1989. 224p.

BAQUERO, Marcelo; REIS PRÁ, Jussara. Matriz histórico-estrutural da Cultura Política no Rio Grande do Sul e padrões de participação política. *Cadernos de Ciência Política*, nº 3. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

BERSTEIN, Serge. *Les Cultures politiques en France*. 2. ed. Paris: Éditions du Seuil, 2003. 440p.

BERSTEIN, Serge; RUDELLE, Odile. *Le Modèle Republicain*. Paris: Presses Universitaires de France, PUF, 1992. 432p.

BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de Ciência Política*. 11. ed. Brasília: UNB, 1998.

BONILLA, Heráclio; DRAKE, Paul W. *El APRA de la Ideología a la Práxis*. Lima: Concytec-IDESI. Consejo Nacional de Ciencia y Tecnologia, 1989. 404p.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. 316p.

BOURRICAUD, François et al. *La Oligarquía en el Perú – Tres Ensayos y una Polémica*. Lima: Francisco Moncloa Editores, 1969.

_____. *Poder y Sociedad en el Perú*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, Instituto de Estudios Peruanos, IEP, 1989. 386p.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 7. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004. 96p.

BURKE, Peter. *“Testemunha ocular: história e imagem”* Bauru, 2004. EDUSC. 252p.

BUSTAMANTE, Maynou Freire et al. “Voceros de los Partidos políticos Peruanos”. *Revista Acadêmica de Ciências da Comunicação Willana/Comunicar*. Universidade Nacional Federico Villarreal. Ano II, nº 3, novembro 2008.

BUSTAMANTE Y RIVERO, José Luís. *Tres Años de Lucha por la Democracia en el Perú*. Buenos Aires: Artes Gráficas Bartolomé Chiesino, 1949. 422p.

CASANOVA, Pablo Gonzáles (Org.) *América Latina, História de Meio Século*. Brasília: UNB, 1988.

CASTRO, José Pardo. *Amos y Servos en El Comercio*. Lima: Periodistas Unidos, 1961. 93p.

CHANG RODRÍGUEZ, Eugenio. *Opciones Políticas Peruanas*. 2. ed. Trujillo: Editorial Normas Legales, 1987. 469p.

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia* 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981. 125p.

_____. *Cultura e Democracia*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1989. 309p.

CONTRERAS, Carlos; CUETO, Marcos. *Historia del Perú Contemporáneo*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos. Pontificia Universidad Católica del Perú. Universidad del Pacífico. Red para el Desarrollo de las Ciencias Sociales en el Perú. 1999. 312p. Tomos 8 e 9.

COTLER, Julio. *Clases, Estado y Nación en el Perú*. 6. ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1992. 407p.

_____. *Política y Sociedad en el Perú – Cambios y Continuidades*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1994. 235p.

COX, Carlos Manuel. *Cartas de Haya de la Torre a los Prisioneros Apristas*. Lima: Editorial Nuevo Día, 1946. 101p.

CUADROS, Ferdinand. *La Vertente Cuzqueña del Comunismo Peruano*. Lima: Editorial Horizonte, 1990. 191p.

D'HORTA, Arnaldo Pedroso. *Peru: da Oligarquia Econômica à Militar*. São Paulo: Perspectiva, 1971. 282p.

DABÉNE, Olivier. *América Latina em el Siglo XX*. Madrid: Editorial Síntesis, 1999. 255p.

DAVIES JÚNIOR, Thomas Davies; VILLANUEVA, Víctor. *Secretos Electorales del APRA – Correspondencia y Documentos de 1939*. Lima: Editorial Horizonte, 1982. 161p.

DAVIES JÚNIOR, Thomas; VILLANUEVA, Victor 300 Documentos para la Historia del APRA – Conspiraciones Apristas de 1935 a 1939. Lima: Editorial Horizonte, 1978. 468p.

DE LA ROSA, Raúl Haya de la Torre. *El Aprismo: Doctrina y Virajes*. Tese (Licenciatura em Sociologia). Lima: Pontificia Universidad Católica de Lima, 1978. 199p.

DEL CARPIO, Lorgio A. G. *Pensamiento Antropológico de Haya de la Torre*. Lima: Ediciones Guibodelcar, 1988. 236p.

DERPICH, Wilma; ISRAEL, Cecília. *Obreros frente a la Crisis*. Lima: Fundação Friedrich Ebert, 1987. 114p.

EAGLETON, Terry. *Ideologia*. São Paulo: Editorial Boitempo, 1997. 204p.

ECO, Humberto. *Como se faz uma Tese*. 14. ed. São Paulo: Editorial Perspectiva, 1998. 170p.

EL COMERCIO. Edições de 05/05/1931 a 29/02/1932 e de 07/1945 a 10/1948 (relação no final).

ESPINOZA, Manuel. *Historia del Perú*. Lima: Editora Quipu, 1983. vol. I. 95p.

EZCURRA, Andrés Townsend. *50 Años de Aprismo*. Lima: 1989. 355p.

FEINMANN, José Pablo. *La Sangre Derramada – ensayo sobre la vilencia política*. 2.ed. Buenos Aires: Editorial Planeta S.A., 2006. 311p.

GARAYCOCHEA, Percy Murillo. *Historia del APRA (1919-1945)*. Lima: Imprenta Editora Atlántida S/A, 1976. 498p.

GARGUREVICH REGAL, Juan. *Mito y Verdad de los Diarios de Lima*. Lima: Editorial Gráfica Labor S.A., 1972. 310p.

_____. *Comunicación y Democracia en el Perú*. Lima: Editorial Horizonte, 1988. 123p.

_____. *Historia de la Prensa Peruana (1594-1990)*. Lima: La Voz Ediciones, 1991. 286p.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976. 444p.

_____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1983. 220p.

GUARESCHI, Pedrinho A. et al. *Os Construtores da Informação*. Petrópolis: Vozes, 2000. 380p.

HAYA DE LA TORRE, Victor Raúl. *El Antiimperialismo y el APRA*. 8. ed. Lima: Editorial Monterrico. [s/d]. 157p.

_____. *Ex-Combatientes y Desocupados. Notas sobre Europa*. Santiago: Editorial Ercilla, 1936. 312p.

_____. *Treinta Años de Aprismo*. México: Fondo de Cultura Económica, 1956. 247p.

_____. *Toynbee Frente a los Panoramas de la Historia – Espacio Tiempo Histórico Americano*. Buenos Aires: Compañía Editora y Distribuidora del Plata S.R.L., 1957. 233p.

_____. *Política Aprista*. 3. ed. Lima: Editorial Editores y Publicidad Latina S.A., 1989. 222p.

_____. *Obras Escolhidas*. Edição Homenagem da Comissão do Centenário do Nascimento de Victor Raúl Haya de la Torre. Vol. I - Indoamérica, 215p.; Vol. II - Ideología Aprista - El Antiimperialismo y el APRA, 233p.; Vol. III - Ideología Aprista - Treinta Años de Aprismo. 257p.; Vol. IV - Aprismo y Filosofía. 193p.; Vol. V - Plan de Acción. Lima, 1995. 217p.

HISCHHORN, Gérald. *Sebastián Salazar Bondy: Pasión por la Cultura*. Lima: Instituto Francês de Estudos Andinos - IFEA, Embaixada da França, Fundo Editorial da Universidade Maior de San Marcos, 2005. 526p.

HURTADO, Víctor et al. *El Antiimperialismo y el APRA a 60 Años*. Lima: Concytec Editora, 1989. 122p.

JIMÉNEZ, César. *La Ideología del Aprismo - Del Oportunismo a la Traición*. Havana: Ediciones Nuevo Mundo, 1963. 327p.

KLARÉN, Peter. *Formación de las Haciendas Azucareras y Orígenes del APRA*. 2. ed. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1976, 298p.

_____. *Nación y Sociedad en la Historia del Perú*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2004. 593p.

LA TRIBUNA. Edições de 16/05/1931 a 14/02/1932 e de 07/1945 a 10/1948. (relação no final).

LENIN, Vladimir Iitich. *Imperialismo Fase Superior do Capitalismo*. 2. ed. São Paulo. Editorial Global, 1982. 27p.

LÚCAR, Domingo Tamariz. *La Ronda del General – Testimonios Inéditos del Cuartelazo de Arequipa de 1948*. Lima: Jaime Campodonico Editor, 1998. 174p.

LUNA VEGAS, Ricardo. *Contribución a la Verdadera Historia del APRA (1923-1988)*. Lima: Editorial Horizonte, 1990. 215p.

_____. *Mariátegui, Haya de la Torre y la Verdad Histórica*. 3.ed. Lima: Editorial Horizonte, 1988. 215p.

MALPICA, Carlos. *Los Dueños del Perú*. 12. ed. Lima: Ediciones PEISA, 1981. 303p.

MAR, José Matos et al. *Perú Hoy*. 2. ed. México: Siglo XXI Editores S.A., 1971. 366p.

MARIÁTEGUI, José Carlos. *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. 19. ed. Lima: Editorial Minerva, 1971. 351p.

MERCADO, Rogger. *Vida, Traición y Muerte del Movimiento Aprista*. Lima: Fondo de Cultura Popular Editores, 1956. 169p.

NASCIMENTO, Jorge Luiz. *Partido Aprista Peruano e Haya de la Torre: Um Tortuoso Caminho de Coerências (1924-1968)*. Dissertação (Mestrado) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. 207p.

PERALTA RIVERA, Germán. *La Ética del Joven Haya*. Trujillo: Consejo Provincial de Trujillo, 1995. 106p.

PORRAS BARRENECHEA, Raúl. *El Periodismo en el Perú*. Lima: Instituto Raúl Porras Barrenechea, 1970. 133p.

PRIALÉ, Ramiro. *La Densidad de las Horas*. Lima: Promotores y Consultores Andinos, 1986. 347p.

QUADROS, Ferdinand. *La Vertiente Cusqueña del Comunismo Peruano*. Lima: Editorial Horizonte, 1990. 191p.

QUIROZ, Maria Tereza. *Comunicación y Cultura Política: Entre Públicos y Ciudadanos*. Lima: Calandria, 1994. 246p.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro. Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Fundação Getúlio Vargas, 1996. 464p.

REVECO, Juan Manuel et. al. *Vida y Obra de Victor Raúl Haya de la Torre*. Lima: Instituto de Investigaciones Cambio y Desarrollo, 1992. 395p.

RIOUX, Jean Pierre e SIRINELLI, Jean François. *Para uma História Cultural*. ND Estampa, Lisboa, 1997.

RIVAROLA, Mildas; PLANAS, Pedro. *Víctor Raúl Haya de la Torre*. Madrid: Ediciones de Cultura Española. Instituto de Cooperación Iberoamericana, 1989.

SÁNCHEZ, Luís Alberto. *Apuntes para una Biografía del APRA*. Los Primeros Pasos (1923-1931). Lima: Mosca Azul, 1978. vol. I. 249p.

_____. *Apuntes para una Biografía del APRA*. Una Larga Guerra Civil (1931-1934). Lima: Mosca Azul, 1979. vol. II. 245p.

_____. *Apuntes para una Biografía del APRA*. La Violencia (1935-1948). Lima: Mosca Azul, 1981. vol. III. 245p.

SÁNCHEZ, Luís Alberto; VILLANUEVA, Hugo. *Sobre la Herencia de Haya de la Torre*. Lima: 1994. 250p.

THORNDIKE, Guillermo. *El Año de la Barbarie – Peru, 1932*. 5. ed. Lima: Mosca Azul, 1980. 283p.

TORRES, Luís Chanduvi. *El APRA por Dentro – Lo que Hice, Lo que Vi y lo que Sé (1931-1957)*. Lima, 1988. 551p.

VEGA-CENTENO, Imelda. *Aprismo Popular – Cultura, Religión y Política*. Lima: Tarea y Centro de Investigaciones Sociales, Económicas, Políticas y Antropológicas del Departamento de Ciencias Sociales de la Pontificia Universidad Católica de Lima, 1991. 597p.

VILLANUEVA, Victor. *La Tragédia de un Pueblo y de un Parrido*. Santiago: Editora Alfa Y Roa, 1954. 247p.

_____. *El APRA en busca del Poder (1930-1940)*. Lima: Editorial Horizonte, 1975. 234p.

_____. *El APRA y el Ejército (1940-1950)*. Lima: Editorial Horizonte, 1977. 174p.

VILLEGAS, Abelardo. *Reformismo y Revolución en el Pensamiento Latinoamericano*. 6. ed. México: Siglo XXI Editores, 1986. 359p.

ZANUTELLI ROSAS, Manuel. *Guía Biográfica del Periodismo Peruano*. Lima: Instituto Nacional de Investigación y Desarrollo de la Educación, 1985. 204p.

JORNAIS CONSULTADOS POR DATA

Jornal *El Comercio*

Ano	Mês	Datas	Edições
1931	maio	04/05 a 31/05	45687 a 45689
1931	junho	01/06 a 30/06	45690 a 45743
1931	julho	01/07 a 31/07	45744 a 45798
1931	agosto	01/08 a 31/08	45799 a 45855
1931	setembro	01/09 a 30/09	45856 a 45910
1931	outubro	01/10 a 31/10	45911 a 45967
1931	novembro	01/11 a 30/11	45968 a 46023
1931	dezembro	01/12 a 31/12	45025 a 46081
1932	janeiro	01/01 a 31/01	45082 a 46135
1932	fevereiro	01/02 a 29/02	46137 a 46188
1945	outubro	09/10 a 31/10	55316 a 55356
1945	novembro	01/11 a 15/11	55357 a 55383
1946	janeiro	01/01 a 31/01	55467 a 55523
1946	fevereiro	01/02 a 28/02	55524 a 55575
1946	março	01/03 a 31/03	55576 a 55628
1946	abril	01/04 a 30/04	55629 a 55681
1946	maio	01/01 a 31/05	55682 a 55737
1946	junho	01/06 a 30/06	55738 a 55789
1946	julho	01/07 a 31/07	55790 a 55845
1946	agosto	01/08 a 31/08	55846 a 55901
1946	setembro	01/09 a 30/09	55902 a 55955
1946	outubro	01/10 a 31/10	55956 a 56011
1946	novembro	01/11 a 30/11	56012 a 56066
1946	dezembro	01/12 a 31/12	56067 a 56125
1947	janeiro	01/01 a 22/01	56131 a 56163
1947	fevereiro	01/02 a 27/02	56182 a 56225
1947	março	02/03 a 29/03	56234 a 56283
1947	maio	02/05 a 31/05	56343 a 56393
1947	julho	01/07 a 28/07	56454 a 56500
1947	setembro	01/09 a 30/09	56559 a 56614
1947	outubro	02/10 a 21/10	56618 a 56671
1947	dezembro	02/12 a 30/12	56727 a 56776
1948	fevereiro	04/02 a 29/02	56841 a 56886
1948	março	01/03 a 31/03	56887 a 56941
1948	abril	01/04 a 30/04	56943 a 56999
1948	junho	01/06 a 30/06	57057 a 57107
1948	julho	06/07 a 28/07	57119 a 57161
1948	agosto	07/08 a 28/08	57177 a 57219
1948	outubro	01/10 a 31/10	57283 a 57347
1962	junho	01/06 a 30/06	66741 a 66794
1962	julho	01/07 a 31/07	66796 a 66850
1968	setembro	01/09 a 29/09	70892 a 70944

1968 outubro 01/10 a 05/10 70945 a 70953

Jornal *La Tribuna*

1931	maio	16/05 a 31/05	1 a 17
1931	junho	01/06 a 30/06	18 a 47
1931	julho	01/07 a 31/07	48 a 78
1931	agosto	01/08 a 31/08	79 a 110
1931	setembro	01/09 a 30/09	111 a 141
1931	outubro	01/10 a 31/10	142 a 184
1931	novembro	01/11 a 30/11	182 a 213
1931	dezembro	01/12 a 31/12	214 a 245
1932	janeiro	01/01 a 30/01	246 a 275
1932	fevereiro	01/02 a 14/02	277 a 290
1945	setembro	29/09 a 30/09	1 a 2
1945	outubro	01/10 a 31/10	3 a 33
1945	novembro	01/11 a 30/11	34 a 64
1945	dezembro	01/12 a 31/12	65 a 95
1946	janeiro	01/01 a 31/01	96 a 126
1946	fevereiro	01/02 a 28/02	127 a 154
1946	março	01/03 a 31/03	155 a 185
1946	abril	01/04 a 30/04	186 a 216
1946	maio	01/05 a 31/05	217 a 247
1946	junho	01/06 a 30/06	248 a 277
1946	julho	01/07 a 31/07	278 a 308
1946	agosto	01/08 a 31/08	309 a 339
1947	janeiro	01/01 a 31/01	460 a 490
1947	fevereiro	01/02 a 28/02	491 a 518
1947	março	01/03 a 31/03	519 a 549
1947	abril	01/04 a 30/04	550 a 579
1947	maio	01/01 a 31/05	580 a 609
1947	junho	01/06 a 30/06	610 a 639
1947	julho	01/07 a 31/07	640 a 670
1947	agosto	01/08 a 31/08	671 a 701
1947	setembro	01/09 a 30/09	702 a 730
1947	outubro	01/10 a 31/10	731 a 762
1947	novembro	01/11 a 15/11	763 a 777
1947	dezembro	04/12 a 31/12	796 a 818
1948	maio	01/05 a 31/05	944 a 973
1948	junho	01/06 a 30/06	974 a 1003
1948	julho	01/07 a 31/07	1004 a 1036
1948	agosto	01/08 a 31/08	1037 a 1067
1948	setembro	01/09 a 30/09	1068 a 1097
1948	outubro	01/10 a 02/10	1098 a 1099
1962	junho	01/06 a 30/06	2898 a 2928
1962	julho	01/07 a 26/07	2929 a 2953
1968	setembro	01/09 a 30/09	5212 a 5241
1968	outubro	01/10 a 05/10	5242 a 5246

Jornal *La Prensa*

1948	julho	01/07 a 31/07	21855 a 21885
1948	agosto	01/08 a 31/08	21886 a 21916